
EDITORA CENTRAL gospel
FUNDAMENTOS DA FÉ CRISTÃ
Um manual de teologia ao alcance de todos
JAMES MONTGOMERY BOICE



Livro II

# Deus, o Redentor

# Parte 1

# A Queda do homem

*E ordenou o SENHOR Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.*

Gênesis 2.16,17

*Como está escrito: Não há um justo, nem um sequer. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a Deus. Todos se extraviaram e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só.*

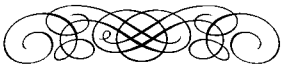
Romanos 3.10-12

*Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não trouxer.*

João 6.44

CAPÍTULO 1

# A Queda



No templo de Apolo em Delfos, aninhado contra uma montanha rochosa numa das áreas remotas da Grécia, uma inscrição sintetizou a sabedoria do mundo antigo: *Gnothi seauton* [conhece a ti mesmo].

Essas duas palavras resumiram a profunda convicção de que, como Alexander Pope[1] mais tarde expressou, "o estudo apropriado da humanidade é o próprio homem", ou seja, a nossa sabedoria consiste na precisão e na profundidade do autoconhecimento.

Em um determinado nível, o cristianismo não entra em conflito com essa análise, contanto que seja lembrado que o conhecimento do nosso eu sempre envolve um conhecimento similar e pessoal do Deus que nos criou, e que o conhecimento de Deus sempre implicará o conhecimento de nossas necessidades pessoais e da salvação que só Ele concede.

O cristianismo nega que possamos conhecer-nos independente de Deus, isto é, sem considerar a revelação que Deus faz de si mesmo. É verdade. Podemos conhecer muito sobre o ser humano. Somos capazes de estudar nossa constituição química e emocional, de entender como funcionamos. Todavia, não conseguimos conhecer o homem como ele é em si mesmo. Não podemos descobrir o que fomos designados para ser, ou por que falhamos constantemente em atingir essa meta, sem a revelação de Deus.

Essa é a razão pela qual, como Reinhold Niebuhr afirma na abertura de seu livro *The Nature and Destiny of Man* [A natureza e o destino do homem]: "O próprio homem tem sido o seu problema mais complicado" (Niebuhr, 1949, p. 1).

O ponto de vista bíblico sobre a humanidade é o que nos interessa, principalmente neste capítulo. Ele é mais bem compreendido quando comparado com as duas maiores visões não cristãs que dominam nossa cultura.

## Visões da humanidade

A primeira dessas visões conceituadas sobre o homem é o ponto de vista da Antiguidade Clássica[2], isto é, a perspectiva hegemônica do mundo greco-romano. As visões clássicas do homem, embora variem em alguns pontos de pensador para pensador, sempre tiveram um tópico em comum.

Já que a substância mais elevada no ser humano era o *nous* ou *faculdade da razão*, a pessoa deveria ser entendida primordialmente pelo ponto de vista dessa característica. O ser humano pensa ou racionaliza, por isso Platão, Aristóteles, e outros pensadores da Grécia antiga consideram-no à parte do restante do mundo visível.

Em Aristóteles, o *nous* é alguma coisa que vem a nós primariamente de fora. Em Platão, o *nous* é a substância mais elevada da alma. No entanto, em ambos os pensadores, a razão

é o elemento crucial no qual os homens encontram sua especificidade.

Os resultados da exacerbação da razão são bem conhecidos. Primeiro, essa ênfase tende a deificar a razão, fazendo dela a substância de Deus no ser humano. A justificativa para tal deificação está nas características básicas da razão, a saber, sua capacidade de refletir sobre o que vê, para avaliar, criticar, formar e criar. Cada uma pode ser entendida como característica divina.

Um segundo resultado da exaltação clássica da razão é um consequente dualismo no qual o corpo se torna algo mau. Se a mente é boa, a matéria é má. Isso desencadeia o eterno conflito entre espírito e mente, de um lado, e corpo e matéria, do outro, que, por sua vez, forneceu elementos às expressões mais conhecidas da cultura grega: o teatro, a arte e a filosofia.

Outra tensão no pensamento grego, percebida mais claramente nas religiões ocultistas, enxergava a natureza humana em termos mecânicos ou materialistas. Contudo, essa não era a visão predominante da Antiguidade.

Mais dois fatos podem ser observados na visão clássica, como Niebuhr assinala em sua análise. Primeiro, há um otimismo básico no ponto de vista clássico. Se a razão é boa e o homem é essencialmente racional, o homem é essencialmente bom. Ele está ligado ao divino no nível mais fundamental de sua personalidade, por isso não tem defeito.

Por outro lado, há uma estranha, porém inequívoca, sinalização na cultura clássica. Na *Ilíada*, de Homero, Zeus é citado quando afirma:

> Não há nada, segundo me parece, mais lastimável do que o homem, entre todas as coisas que rastejam e respiram sobre a face da terra. Ou, como Aristóteles comenta: Não ter nascido é a melhor coisa, e a morte é melhor que a vida. (NIEBUHR, 1949, p. 9-10)

Essa perspectiva pessimista aparece bastante nas tragédias gregas. Elas apresentam o homem como uma vítima das circunstâncias ou da sua própria falha trágica, não podendo mudar nem uma nem outra. O mundo clássico não via sentido algum na história.

Uma variação da perspectiva clássica é um dos pontos de vista mais conceituados do homem na cultura moderna: o racionalismo puro e simples. Em harmonia com os grandes pensadores gregos, os expoentes modernos dessa visão enfatizam a supremacia da nossa razão, como fator que nos coloca à parte do restante da criação, e confirmam que somos essencialmente bons no âmago de nosso ser. Porém, o elemento trágico, percebido tão claramente pelos gregos e romanos, não aparece aqui.

Essa lacuna não significa que os racionalistas modernos enxergam o homem melhor do que os antigos enxergavam, ou que o homem se tornou melhor com o passar dos séculos; ao contrário, os pensadores modernos são estranhamente relutantes em encarar a realidade.

A teoria do desenvolvimento histórico de Hegel por meio de tese, antítese e síntese não deixa espaço para qualquer impasse ou regressão causados pelo pecado humano. O mesmo acontece com o materialismo dialético de Karl Marx e com a evolução biológica de Darwin. Todas essas teorias defendem uma progressão infindável e inevitável.

Nos últimos anos, como resultado de duas guerras mundiais e de grande inquietação internacional, ficou mais difícil sustentar a visão otimista. Apesar de tudo, a visão contemporânea dominante é que todos esses gravíssimos problemas podem ser superados, se utilizarmos todo o nosso potencial racional.

Só uma minoria de pensadores refinados parece consciente de que a raiz dos problemas, desta e das demais eras, não está nas circunstâncias apenas, ou no déficit de educação

do povo, mas na própria constituição do ser humano.

O fator racional é importante, como os gregos comprovaram, contudo não é nem divino nem infalível. E o corpo, assim como a mente, é de valor inestimável, ainda que decaído. Esses pensadores entendem que em todas as partes do nosso ser estamos muito abaixo do que realmente fomos designados para ser.

No mundo moderno, porém, outra abordagem sobre a humanidade compete com a visão clássica recebendo grande aceitação. Ela está vinculada à visão minoritária dos antigos, mencionada antes, refletida nas religiões ocultistas e em pensadores como Heráclito, Pitágoras e Epicuro.

Segundo essa visão, o homem é essencialmente corpo ou matéria, em vez de mente ou espírito. Isso quer dizer que o universo inteiro, incluindo a humanidade, é mecanicista. Não há nada fora da matéria. Não há mente universal ou qualquer ser maior com o qual somos ligados, e que dê forma e direção à vida humana. Por consequência, a vida é um mero cálculo de resultados de leis básicas e impessoais.

No mundo moderno existem várias teorias formuladas com base nessa visão mecanicista. Uma é a postura determinista de Charles Darwin[3], segundo a qual a evolução acontece pelas leis de seleção natural. Outro exemplo é o comunismo, que enxerga a história como a operação de leis econômicas imutáveis e da luta de classes.

A psicologia behaviorista de Skinner[4] também se encaixa nessa categoria. Por certo, como no mundo antigo, há muitas variações entre os que se apegam à natureza materialista das coisas, todavia eles estão unidos em seu compromisso com o naturalismo[5] amoral e mecânico. O homem é um animal — este é o argumento deles —, e um animal é apenas uma máquina extremamente complexa.

A maioria das pessoas não pode contentar-se com esse tipo de naturalismo, assim como não pode contentar-se com a visão moderna do pensamento clássico. De fato, elas estão aprisionadas num dilema que conduz à perplexidade profunda. Niebuhr analisa isso desta forma:

> Se o homem insiste que ele é um filho da natureza e que não deve pretender ser mais que um animal, [...] o homem tem de admitir que é, em alguma escala, um tipo curioso de animal que tem tanto inclinação como capacidade para levar a bom termo essa curiosidade. Se ele insiste, por outro lado, que o seu único lugar é na natureza, mas aponta para suas faculdades racionais como prova de superioridade, há em geral um traço de angústia nessa declaração de exclusividade, que trai seu sentimento inconsciente de parentesco com os bichos. (Niebuhr, 1949, p. 1)

Nada na vida moderna explica a nossa natureza a não ser as verdades do cristianismo, uma vez que a grandeza e a tragédia do homem excedem os esforços de compreensão de nossa cultura. Somos mais que matéria. Somos feitos à imagem de Deus. No entanto, estamos também conscientes de que deturpamos essa imagem e de que os laços que deveriam existir entre nós e o Criador foram rompidos. Logo, sob o sorriso perene da modernidade há uma careta de desilusão e cinismo (Niebuhr, 1949, p. 121).

Devemos estudar a Bíblia com autonomia, pois nela Deus nos revela a nossa verdadeira condição, segundo o cristianismo. Devemos começar pela análise bíblica da Queda do homem, pois vemos não apenas o que o homem estava designado a ser, mas também o que ele infelizmente se tornou por causa do pecado.

## Deslealdade

De acordo com os capítulos iniciais de Gênesis, quando Deus estabeleceu o homem e a mulher no Éden para serem Seus administradores na terra, Ele deu ao casal a maior

liberdade, autoridade e domínio possível sobre os seres criados. Adão e Eva deviam governar a terra para o Senhor. E não havia restrições aparentes sobre como deviam fazê-lo, a não ser no tocante à árvore do conhecimento do bem e do mal, da qual não podiam comer o fruto — como símbolo da autoridade máxima de Deus.

Muita bobagem tem sido dita sobre aquela árvore. Ela tem sido chamada de macieira, e seu fruto de maçã, de fruto proibido, todavia sem base bíblica. Um escritor especulou que o fruto era a uva, e o pecado era fazer vinho. Isso é hilário. Outros entenderam o fruto como o sexo, um ponto de vista que lança luz sobre a culpa com que muitos de nossos contemporâneos abordam esse assunto; entretanto, não ajuda a iluminar nem um pouco o livro de Gênesis.

Sabemos que não é esse o significado da árvore, porque Deus instruiu o primeiro casal a ser frutífero e multiplicar, antes de alertá-los sobre a presença do fruto do conhecimento do bem e do mal (Gn 1.28). Na verdade, o mandamento para multiplicar foi parte do presente dado por Deus ao homem e à mulher de domínio sobre toda a terra.

O fruto era um símbolo marcante de que o homem e a mulher, mesmo com grande liberdade e domínio sobre a terra, eram criaturas de Deus; eles desfrutavam sua liberdade e exerciam seu domínio como uma consequência do dom gratuito do Senhor. O fruto era um limite imposto a eles, para lembrá-los de que não eram Deus e que estavam sujeitos a Ele. Que tipo de fruto era não faz a menor diferença.

Não sabemos por quanto tempo Adão e Eva viveram no jardim do Éden em estado de graça, antes da Queda, embora o livro de Gênesis nos dê a impressão de que o assalto de Satanás veio rápido, antes de eles terem se firmado num bom padrão de obediência. Com certeza, Satanás ouviu a advertência de Deus:

> *De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.*
> Gênesis 2.16,17

Tudo indica que Satanás aparece pouco depois para insinuar que Deus não é tão bom assim e que Suas palavras não merecem confiança. A Palavra de Deus é o centro da questão na tentação sofrida por Eva. As primeiras palavras do diabo terminam com uma pergunta que visa lançar dúvida sobre a credibilidade de Deus: *É assim que Deus disse?* (Gn 3.1). Esta é a primeira pergunta encontrada na Bíblia.

No original em hebraico não há marcas de pontuação de qualquer espécie, contudo a pergunta implícita torna o ponto de interrogação apropriado em nossa Bíblia. "Deus disse? Deus realmente disse?" A essência do pecado está na especulação.

As palavras de Satanás foram para tirar proveito, pois a frase continuou para especificar o assunto que estava sendo questionado: *É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?* É evidente que não foi o que Deus disse. O que Ele disse foi:

> *De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.*
> Gênesis 2.16,17

Satanás transformou o convite positivo de Deus para comer de toda árvore do jardim ressaltando uma única exceção, com o intuito de lançar dúvida sobre a bondade do Senhor.

É possível enxergar o que estava acontecendo. Deus deu ao homem e à mulher toda a criação para que desfrutassem dela, com apenas uma proibição — e até esta é explicada pelo significado da punição relacionada a ela.

No entanto, Satanás insinuou que Deus é essencialmente um proibidor, que Ele não é bom e que não deseja o melhor para Suas criaturas.

A mulher, a princípio, não concordou com o argumento da serpente. Todavia, a pergunta astuta do diabo colocou Eva na defensiva, e ela respondeu, inicialmente, com uma confirmação do que Deus disse:

> *Mas, do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis, para que não morrais.*
>
> Gênesis 3.3

Nesse instante, Satanás contra-atacou com uma negação frontal:

> *Certamente não morrereis. Porque Deus sabe que, no dia em que dele* [o fruto da árvore] *comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal.*
>
> Gênesis 3.4,5

O que estava em jogo nessa negação? Comida? Maçãs? Sedução? Sexo? Liberdade? Nenhuma dessas coisas. O tema nessa primeira parte da tentação é simplesmente a integridade da Palavra de Deus. Tendo começado a lançar dúvida sobre a bondade do Senhor, da qual o primeiro casal não tinha razão alguma para duvidar, Satanás contradisse insolente a veracidade de Deus. A questão é simples: Deus fala a verdade?

Então, a Bíblia nos conta que a mulher olhou para o fruto e viu que era *agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento* (Gn 3.6b), e o comeu. Como se não bastasse, ela o ofereceu a seu marido, que também o comeu.

Nesse ponto está a primeira revelação da natureza do pecado e do que está errado com o homem. O pecado é desleal. Ele duvida da bondade de Deus e de Sua veracidade, conduzindo de forma inevitável a uma atitude de rejeição. Em nossos dias, vemos isso com clareza na avalanche de negações da Palavra de Deus, até mesmo por teólogos e pastores, e também nas declarações, quase instintivas, de muitos homens e mulheres culpando Deus pela tragédia humana.

Em um episódio da série *All in the Family* [Tudo em família], o personagem Archie Bunker está discutindo sobre cristianismo com seu genro ateu, Michael, porque Archie deseja ver o filho de Michael, seu neto, batizado, e o genro não quer. Eles discutem sobre muitas coisas supérfluas.

Por fim, Michael pergunta a Archie: "Diga-me, se existe Deus, por que o mundo é esta porcaria?". Archie sente o golpe. Ele fica petrificado por um tempo, e tenta recuperar o fôlego. Ele se volta para Edith, sua esposa, e diz: "Por que sempre temos de dar as respostas, Edith? Diga a esse polaco idiota a razão por que o mundo é esta porcaria, se foi criado por Deus". Edith responde: "Bem, imagino que é para nos fazer valorizar mais o céu quando chegarmos lá".

Qualquer pensador honesto admitirá que o problema do mal é uma grande questão e que estimula perguntas que provavelmente nunca conseguiremos responder nesta vida.

Como o mal pôde entrar num mundo criado por um Deus bom é um verdadeiro quebra-cabeças. Por que Deus permite a atuação do mal, mesmo que temporariamente, é algo que está além da nossa compreensão. Todavia, uma coisa que podemos afirmar é que o mal é culpa nossa, quaisquer que sejam as razões que Deus tenha para permiti-lo. No entanto, no episódio de *Tudo em família*, isso nunca passa pela cabeça de Michael, Archie, Edith ou dos autores da série.

Em vez de reconhecerem essa verdade simples, porém desagradável, as pessoas dizem, como H. G. Wells, que confrontados

com a maldade do mundo devemos concluir que ou Deus tem poder, contudo não se importa, ou se importa, mas não tem poder; ou, ainda, que Deus não existe. Essas manifestações fracassam em reconhecer que a causa do problema está em nós, e cegam-nos para enxergarmos a solução de Deus para o problema do pecado por intermédio de Jesus Cristo.

## REBELIÃO

Nada do que já dissemos, no entanto, aponta o fator mais importante sobre o pecado, que pode ser visto na Queda do homem. Em tal episódio, em nenhum momento é sugerido que Adão foi vítima da trapaça de Satanás. A mulher, entretanto, caiu no laço dos argumentos ardilosos do diabo.

Na verdade, Eva deu ouvidos à serpente de forma voluntária; ela acreditou que a árvore do conhecimento do bem e do mal a tornaria mais sábia, e desejou que ela e seu marido desfrutassem daquela bênção. Eva se enganou, e seu engano a fez pecar.

Todavia, seu erro, por mais sério que tenha sido, não foi um erro duplo, como no caso de Adão, nem foi tão repreensível. Adão pecou em atitude de rebelião contra Deus. A diferença é observada na interpretação do apóstolo Paulo do episódio da Queda: *E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão* (1 Tm 2.14).

Deus colocou Adão e Eva no jardim para terem domínio sobre a criação (Gn 1.28), e deu a eles a liberdade de comer do fruto de todas as árvores, exceto de uma. Além disso, alertou que, se comessem dela, morreriam.

Adão, entretanto, com pleno conhecimento do que estava fazendo, olhou para aquela árvore e disse em seu coração: "Não me importa ter permissão para comer de todas as árvores deste jardim. Se esta árvore está fincada no jardim como um símbolo de minha situação de criatura, se ela está aqui para me lembrar de que eu não sou Deus e que não tenho liberdade absoluta, eu a odeio! Então, eu comerei do seu fruto e morrerei, seja lá o que isso signifique".

Se Adão não foi enganado, como lemos em 1 Timóteo 2.14, ele deve ter pecado com perfeita consciência do que estava fazendo. Ou seja, ele escolheu comer em desobediência deliberada a Deus. E a morte, primeiro a morte de seu espírito, porém depois a morte de sua alma e de seu corpo, entrou na natureza humana.

A Bíblia nunca põe a culpa pela Queda da humanidade na mulher. Nossas brincadeiras e a literatura popular costumam culpar Eva pelo desastre. Contudo, na Escritura não há uma palavra sequer sobre isso. A mulher foi enganada, porém a culpa recai sobre o homem.

Vejamos o que Paulo afirmou:

> *Porque, assim como a morte veio por um homem* [...] *todos morrem em Adão.*
>
> 1 Coríntios 15.21,22

> *Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte* [...]. *Porque, se, pela ofensa de um só, a morte reinou* [...] *pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores.*
>
> Romanos 5.12,17,19

A natureza da Queda de Adão aborda outro ponto importante: o pecado é a deserção de alguma coisa que existia antes e era boa. Ele é o inverso das intenções de Deus para a humanidade. Vemos isso em quase todos os sinônimos para *pecado* encontrados nas Escrituras: *Pesha,* transgressão, *chata,* errar o alvo, *shagah,* desviar-se, *hamartia,* deficiência, e *paraptoma,* ofensa. Cada um desses termos retrata o abandono de um padrão mais elevado ou de um estágio desfrutado anteriormente.

Como mencionamos, de acordo com a visão grega, a essência do mal é para ser achada

na matéria ou na vida dos sentidos. Conforme Emil Brunner sublinhou:

> A concepção de pecado na filosofia grega está baseada no fato de que os instintos paralisam a vontade, ou pelo menos atrapalham ou sufocam. O mal é, deste modo, devido à natureza dobre do homem. (Brunner, 1952, p. 91)

A razão também é falha, já que é incapaz de controlar a ação dos instintos com rapidez. O mal, porém, encontra-se em seu elemento mais vil.

Brunner prosseguiu:

> Se o mal é para ser trazido para a relação com o tempo, ele tem de ser descrito como aquele que ainda não é bom, ou que ainda não alcançou o plano do espírito, ou que ainda não está dominado pelo espírito. (Brunner, 1952, p. 91)

A visão bíblica reverte a questão, trocando o *ainda não* pelo *não mais*. O homem estava sem pecado, assim como toda a criação. Deus criou todas as coisas perfeitas. Entretanto, o homem se rebelou contra Deus e a perfeição, abandonando aquela natureza sublime e o destino que Deus tinha para ele.

Para Brunner, este é o principal lembrete da Bíblia a respeito do pecado:

> Sempre que os profetas repreendiam Israel por seu pecado, este era o principal conceito: você desertou, desviou-se, foi desleal. Você renegou Deus, quebrou o pacto com Ele, trocou-o por outros deuses. Você virou as costas para o Senhor! Da mesma forma, as parábolas de Jesus falam do pecado como rebelião, como o abandono de Deus. O filho pródigo abandona o lar, afasta-se de seu Pai, vira as costas para Ele. Os arrendadores malvados usurpam os direitos do proprietário e, com perversidade, apossam-se da terra que eles somente arrendaram. Eles são rebeldes, usurpadores. A ovelha perdida desgarrou-se do rebanho e do Pastor; ela se desviou do caminho. (Brunner, 1952, p. 91)

Pecado é rebelião porque ele é só um elemento secundário. O elemento primário é aquela *boa, agradável e perfeita* vontade de Deus, da qual nos desviamos e para a qual somos restaurados pelo poder assombroso e inspirador da graça divina em Jesus Cristo.

## Orgulho

Em nossa análise de Gênesis 3, nós nos empenhamos em separar o pecado da mulher do pecado do homem, para melhor definir suas duas raízes como deslealdade e rebelião. Quando comparamos o pecado da mulher e o do homem, descobrimos, por analogia, um terceiro elemento básico em sua natureza: o orgulho.

O orgulho se encontra na raiz da decisão da mulher de comer o fruto proibido e ainda oferecê-lo ao seu marido. O orgulho também se encontra na raiz da decisão de Adão de seguir seu próprio caminho, em vez de o caminho que Deus colocou diante dele.

No caso da mulher, o orgulho também foi expresso na convicção de que ela sabia mais do que Deus sobre o que era melhor para ela e para seu marido. Deus havia dito que comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal traria graves consequências, sendo a morte a principal. Eva, porém, estava convencida por sua própria observação empírica — após Satanás ter levantado a dúvida — de que a árvore seria, na verdade, boa para ela, e que Deus estava enganado. Quanta arrogância!

No caso do homem, o mesmo elemento estava presente. Em seu orgulho, ele reproduziu o pecado original de Lúcifer, mostrando mais ou menos isto: "Eu me desviarei do governo de Deus. Sou grande demais para ficar atado a Ele. Vou me declarar independente". *Eu serei semelhante ao Altíssimo* (Is 14.14).

Como esse orgulho é pernicioso! E como ele é difundido, já que não desapareceu com a

morte do primeiro homem e da primeira mulher!

O orgulho se encontra no âmago da natureza pecaminosa do homem. Ele é o cerne da imoralidade. "O orgulho leva a todos os outros vícios; é o estado mental mais oposto a Deus que existe" (LEWIS, 2008, p. 162). Ele nos faz querer ser mais do que somos ou do que podemos ser, e, consequentemente, desvia-nos do grande propósito para o qual fomos criados.

Por causa disso, somos seres caídos. Não estamos em curva ascendente, como os expoentes do otimismo de hoje querem fazer parecer. Não estamos livres do pecado pela simples natureza das coisas, como os gregos antigos costumavam afirmar. Não somos simples máquinas, como se isso pudesse desculpar-nos sob a ótica dessas análises.

Somos seres caídos. Somos infiéis, rebeldes, e cheios de orgulho. Como resultado disso, a nossa única esperança está naquela graça pela qual Deus enviou um Redentor, que, ao invés de ser infiel, era fiel; ao invés de ser desobediente, era obediente; e ao invés de ser cheio de orgulho, *humilhou-se a si mesmo* [...] *até à morte e morte de cruz* (Fp 2.8).

## NOTAS

1 Um dos maiores poetas britânicos do século 18.

2 O termo **Antiguidade Clássica** refere-se a um longo período da história da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império Romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476. No eixo condutor dessa época, que a diferencia de outras anteriores ou posteriores, estão os fatores culturais das suas civilizações mais marcantes, a Grécia e a Roma antigas. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Antiguidade)

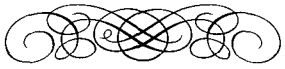
3 **Darwin** foi um naturalista britânico que alcançou fama ao convencer a comunidade científica da ocorrência da evolução e propor uma teoria para explicar como ela se dá por meio da seleção natural e sexual. Essa teoria se desenvolveu no que é agora considerado o paradigma central para explicação de diversos fenômenos na biologia.

4 **Skinner**, um autor e psicólogo estadunidense, conduziu trabalhos pioneiros em psicologia experimental e foi o propositor do behaviorismo radical, abordagem que busca entender o comportamento em função das inter-relações entre a filogenética, o ambiente (cultura) e a história de vida do indivíduo.
(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Burrhus_Frederic_Skinner)

5 O **naturalismo** é uma escola literária conhecida por ser a radicalização do realismo, baseando-se na observação fiel da realidade e na experiência, mostrando que o indivíduo é determinado pelo ambiente e pela hereditariedade. A escola esboçou o que se pode declarar como os primeiros passos do pensamento teórico evolucionista de Charles Darwin. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Naturalismo)

CAPÍTULO 2

# AS CONSEQUÊNCIAS DA QUEDA



Sempre que começamos a falar do pecado, nós nos defrontamos com dois problemas: primeiro, o desconforto que esse tema provoca; segundo, o desejo de enxergarmo-nos de uma forma melhor do que a que a Bíblia usa para retratar o pecador, o que nos leva de imediato a procurar caminhos para nos desculparmos e para justificar nossas condutas.

No dia-a-dia, se somos criticados em alguma coisa, nosso instinto de defesa entra em ação mesmo quando estamos errados. Costumamos dizer: "Você não tem direito de dizer isso", ou "isso não é culpa minha". E o pior é que muitas pessoas nunca admitem que estão erradas em relação a alguma coisa.

Reflitamos sobre essa tendência de nossa natureza. Precisamos vencê-la, se quisermos conhecer mais a nós mesmos e a Deus. Sem a plena consciência de nossa deslealdade e rebelião, nunca chegaremos a conhecer o Senhor como um Deus de verdade e graça.

Sem a consciência de nosso orgulho, nunca o conheceremos em Sua grandeza nem chegaremos até Ele para obter a cura que precisamos. Quando estamos fisicamente doentes e sabemos disso, procuramos um médico e seguimos sua orientação. No entanto, se não sabemos que estamos doentes, não procuramos ajuda e podemos morrer dessa enfermidade.

O mesmo acontece na vida espiritual. Quando estamos bem, nunca aceitamos a cura de Deus; achamos que não precisamos dela. Contudo, se pela graça de Deus tomamos consciência da nossa enfermidade, então conseguimos compreender o significado da obra de Cristo em nosso favor, recebê-lo como Salvador e ser transformados por Ele.

## O GRAU E A EXTENSÃO DO PECADO

Ao enfrentarmos essa tendência da natureza humana e tentarmos compreender o pecado, devemos estar alerta contra dois tipos de argumentação. Eles estão ligados ao grau e à extensão do pecado, ou seja, ao quanto o pecado é realmente nocivo e a quem é afetado por ele.

Muitas vezes ouvimos dizer, e até alimentamos isso, embora seja errado, que a natureza humana não é tão ruim quanto a Bíblia afirma, que os autores bíblicos eram profetas melancólicos que viviam numa época amarga, e eram, por natureza, pessimistas. O mundo deles era repleto de guerras, doenças e muitas formas de privação econômica. Mas, não vivemos mais no ano 2000 antes de Cristo!

Não somos perfeitos, porém tentamos aproximar-nos ao máximo da perfeição. Somos imperfeitos, mas nossa imperfeição não deve ser considerada como um pequeno pecado, uma culpa leve ou um defeito ínfimo.

Se a natureza humana é apenas *levemente deficiente*, como essa argumentação supõe, então já deveria estar aperfeiçoada a esta altura. Logo, tal visão é totalmente irreal.

A Bíblia assinala que nosso estado é desesperador, e podemos constatar isso. O pecado está ligado à morte, como afirma a Escritura, e a morte é o último inimigo a ser vencido. Devemos escapar dela, se temos a convicção de que a imortalidade é o nosso destino por direito.

Mesmo sem levar em conta essa consideração, a tragédia da existência humana é visível para qualquer pessoa que se dispõe a enxergar com honestidade a pobreza crescente, o sofrimento, o ódio, o egoísmo e a indiferença em nosso planeta. A fé cristã não é insensível a essas catástrofes, ainda que muitos cristãos pareçam ser.

O posicionamento bíblico pode ser reconhecido ao notarmos que na história da humanidade houve apenas três visões básicas da natureza humana, sintetizadas do seguinte modo: o homem vai bem, o homem está enfermo, e o homem está morto.

Há variações nas duas primeiras visões. Os otimistas afirmam em uníssono que o homem vai bem, todavia alguns admitem que ele não está tão bem quanto poderia. E os estudiosos mais realistas divergem sobre o quanto a humanidade está enferma ou em fase terminal.

Os que sustentam a primeira visão, a de que o homem vai bem, concordam que todo homem tem suas carências, e, se ele precisa de algo, é de um pouco de exercício físico, algumas vitaminas, *check-up* uma vez por ano. "Está tudo bem comigo" é o discurso do otimista.

Aqueles que sustentam a segunda visão estão de acordo que a humanidade está enferma. Ela pode até estar mortalmente doente, alguns diriam, mas a situação ainda não é desesperadora; com um cuidado adequado, remédios, com o milagre da medicina espiritual moderna e muita vontade de viver, quem sabe ela sobreviva. Precisamos trabalhar duro para curar nossas doenças.

Ainda que hoje algumas doenças estejam além da nossa capacidade de cura, nem todas estão, e até os problemas pendentes poderão ser resolvidos no futuro. A situação pode estar ruim, porém enquanto há vida há esperança.

A visão bíblica é de que o homem não está bem nem simplesmente doente. Na verdade, ele está morto no que tange ao seu relacionamento com Deus. Ele está morto em suas *ofensas e pecados* (Ef 2.1), como Deus avisou que ele estaria quando previu as consequências do pecado antes da Queda:

> *Mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.*
>
> Gênesis 2.17

## A MORTE DO ESPÍRITO, DA ALMA E DO CORPO

Qual é o grau de nosso pecado? Ao considerarmos essa questão, será útil recordar a natureza de nosso ser discutida no Livro 1. Nele, foi assinalado o posicionamento do texto bíblico quando ensina que fomos criados à imagem de Deus, isto é, como seres tricotômicos, da mesma forma que a Trindade.

Deus existe em três pessoas: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. No entanto, Deus é um. Da mesma maneira, cada um de nós foi criado com um corpo, uma alma e um espírito. Contudo, somos uma só pessoa.

O ser humano que Deus criou era perfeito em seu espírito, sua alma e seu corpo, o ápice da criação. No entanto, a Queda afetou cada parte de sua magnífica natureza. De forma específica, o espírito do homem morreu porque seu relacionamento com Deus foi rompido; sua alma começou a morrer porque ele começou a mentir, a enganar e a matar; seu corpo, por fim, tornou-se mortal, pois como Deus havia dito: *Porquanto és pó e em pó te tornarás* (Gn 3.19).

No tocante ao espírito, o resultado do pecado de Adão foi instantâneo e completo.

Quando o espírito morreu, a comunhão com Deus foi cortada. Adão provou isso se escondendo quando Deus o procurou no jardim. Na linguagem atual, isso é descrito como alienação, afastamento de Deus, e é o primeiro sintoma da morte espiritual que nos sobreveio como consequência do pecado.

John Stott chama isso de "a mais apavorante de todas as consequências do pecado", pois afirma:

> O destino mais elevado do homem é conhecer Deus e manter um relacionamento pessoal com Ele. O que torna o homem realmente admirável é ter sido feito à imagem de Deus e ser capaz de conhecê-lo. Mas esse Deus que fomos designados a conhecer é um Ser moral, e nós somos pecadores. Por causa disso, nossos pecados escondem Sua face de nós, assim como as nuvens encobrem o sol [...] Não temos mais comunicação com Ele. Estamos *mortos em ofensas e pecados* (Ef 2.1) que cometemos. (Stott, 1958, p. 72,75)

A alienação de Deus é completa em seus efeitos. Ela nos arremessa num estado em que não é possível encontrar o caminho de volta para o Pai, a não ser com a ajuda do Espírito Santo. O apóstolo Paulo deixou isso bem claro na carta aos Romanos:

> *Não há um justo, nem um sequer. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a Deus. Todos se extraviaram e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só.*
>
> Romanos 3.10-12

É importante entender que cada um destes três elementos citados em Romanos 3.10-12 — justiça, entendimento e busca — são definidos no relacionamento com Deus. De outra forma, distorcemos o ensinamento da Escritura e afirmamos algo que não é verdade.

Por exemplo, se falharmos ao definir justiça em relação à justiça de Deus, reconheceremos que não há bem algum em nós. E isso não é verdade quando consideramos o assunto de um ponto de vista humano. Nem todas as pessoas são tão más quanto poderiam ser, e até mesmo as piores têm o que podemos chamar de "lampejos de bondade".

Contudo, não é isso o que o texto de Romanos declara. Ele explica como Deus enxerga a justiça. Dessa perspectiva, é verdadeiro que *não há um justo, nem um sequer.* A morte do espírito afetou profunda e permanentemente a nossa natureza moral.

O pecado nos afetou também na área do intelecto: *Não há ninguém que entenda.* As palavras de Paulo em Romanos 3.10-12 negam que tenhamos entendimento das coisas espirituais, sem a operação do Espírito de Deus, que é o único que dá entendimento.

Isso é manifesto em 1 Coríntios 2.14:

> *O homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente.*

A terceira área afetada pela morte do espírito é a nossa vontade, *não há ninguém que busque a Deus,* que será discutida no próximo capítulo. Apesar de nosso pecado e da justiça de Deus, somos capazes de buscar o Senhor por intermédio do Espírito Santo.

Os homens desejam um deus, uma divindade que seja feita por eles e que possa preencher o vazio de sua vida. Porém, não querem o Deus verdadeiro, que se revela a nós pela Bíblia e na pessoa de Cristo. Jesus declarou: *Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não trouxer* (Jo 6.44).

Há uma doença conhecida como *miastenia gravis*, na qual os músculos do corpo não podem reagir aos estímulos que são mandados pelo cérebro. Numa pessoa normal, o

cérebro ordena aos músculos que se contraiam ao enviar impulsos elétricos através dos nervos para os músculos, onde são recebidos por um aparato especial conhecido como placa motora final. Esta placa recebe o sinal e transmite-o por todo o músculo.

Nos que sofrem de *miastenia gravis*, as placas finais estão faltando. Logo, ainda que o cérebro envie o sinal, ele nunca é recebido pelo músculo. E, porque não é recebido, o músculo não responde, atrofiando-se.

Essa é uma analogia do que aconteceu na personalidade humana por causa da morte do espírito. No ser humano, o espírito deveria cumprir o papel da placa motora final. Ele deveria receber os sinais enviados por Deus. No entanto, quando o homem pecou, seu espírito (a placa) atrofiou e morreu. Por isso, ainda que os sinais estejam lá, ainda que Deus esteja falando, o sinal não é recebido, e a vida espiritual definha.

A ilustração da *miastenia gravis* sugere também uma segunda consequência da Queda na maneira como ela afeta o indivíduo. O fato de o músculo não poder receber os sinais do cérebro não significa que o músculo falha em reagir como o cérebro deseja. O músculo sofre porque em seu estado inativo ele se contrai e morre. A morte do espírito também afeta a alma, fazendo com que os homens sejam corrompidos também nessa área.

Depois da Queda e da aparição de Deus no jardim do Éden, de acordo com a Bíblia o casal se escondeu da presença do Senhor. Esse foi um sintoma da sua alienação de Deus, e o primeiro efeito visível de seu pecado. No entanto, o Senhor os compeliu a encontrar-se com Ele, e começou a interrogá-los sobre o que haviam feito. Deus perguntou a Adão: *Comeste tu da árvore de que te ordenei que não comesses?* (Gn 3.11). Adão respondeu: *A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi* (v. 12).

Na resposta de Adão há algumas verdades. A mulher lhe dera o fruto. Deus lhe tinha dado uma mulher. Adão estava tentando desviar a culpa de si e colocá-la em alguém, no caso sua esposa, a fim de isentar-se de sua responsabilidade — uma atitude desonesta.

Contudo, além disso, Adão também estava tentando culpar Deus. Ele estava dizendo que a Queda não teria ocorrido se Deus não tivesse cometido o erro de criar Eva e instituí-la como sua companheira.

Assim como o marido, Eva tentou esquivar-se da culpa. Quando Deus perguntou: *Por que fizeste isso?* A mulher respondeu: *A serpente me enganou, e eu comi* (Gn 3.13).

O ponto é que se esquivar da culpa é uma atitude típica da natureza pecadora, e demonstra o que acontece quando a comunhão com Deus é quebrada. Deus é a fonte de toda boa dádiva (Tg 1.17). Quando a ligação com Deus se rompe, irresponsabilidade, covardia, mentira, ciúme, ódio e todo sentimento maligno recaem sobre o homem. Logo, entramos na esfera da decadência moral e psicológica.

Todavia, não é só isso. A decadência pessoal tem inevitavelmente implicações sociais. Portanto, uma consequência posterior da Queda é o conflito. Será que o relacionamento entre Adão e Eva foi harmonioso depois que ele tentou colocar a culpa na esposa? Claro que não. Ali foi o começo de um conflito conjugal. Da mesma forma, o desejo de culpar os outros, o egoísmo e a autopromoção produzem conflitos entre indivíduos, grupos sociais, instituições e países.

Por fim, as profundezas do espírito e da alma que sofreram esse terrível efeito são acompanhadas também pela morte do corpo. Quando Adão pecou, o espírito morreu em instantes. Como resultado, toda a humanidade herdou uma natureza pecaminosa. A alma começou a morrer.

Nessa área, o contágio se alastrou à medida que o homem foi sendo cada vez mais

envolvido pelo pecado. A outra parte da natureza humana, o corpo, morre por último. A morte é universal. Paulo usou esse fato para mostrar a extensão do pecado: *A morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram* (Rm 5.12).

## Pecado original

A morte de um ser humano é triste e assombrosa, mas é só a metade do problema do pecado. A extensão deste, assim como seus estágios, deve ser considerada.

Poderemos pensar que a miséria humana responde com clareza a essa questão. Mas, aqueles que se opõem ao conceito bíblico da natureza do pecado poderão opor-se. Provavelmente argumentarão que a corrupção atribuída ao pecado não é verdadeira, mas que, se todas as pessoas tiverem sido afetadas pelo pecado, foi por causa das circunstâncias externas, não por algo relativo ao homem interior.

Entretanto, a natureza humana é afetada pelo pecado porque foi contaminada pela transgressão de Adão e Eva. Paulo escreveu:

> *Pela ofensa de um, morreram muitos.* [...] *Pela ofensa de um só, a morte reinou. Por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens. Pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores.*
>
> Romanos 5.15,17,18,19

> *Todos morrem em Adão.*
>
> 1 Coríntios 15.22

> *Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus.*
>
> Romanos 3.23

Contudo, uma leitura cuidadosa das passagens de onde esses versículos foram extraídos mostra que eles se referem a algo mais do que o pecado. Que todo mundo peca, isso pode ser afirmado por qualquer pensador secular. Todavia, o que um pensador não alcança, e que a Bíblia afirma plenamente, é que existe um vínculo entre todas as ocorrências de pecados individuais.

Em outras palavras, o ponto não é simplesmente que todos pecam *e*, portanto, são pecadores, embora isso seja verdade. O ponto é que todos pecam *porque* são pecadores.

O pecado original de Adão e sua culpa são extensivos à humanidade. A visão bíblica afirma que Deus considerou todos culpados por causa da transgressão adâmica. Essa doutrina tem sido rejeitada. Ela é vista como indigna de Deus. Mas, antes de a doutrina do pecado original ser rejeitada, temos de examinar se ela é verdadeira.

A veracidade da origem do pecado como afirma o texto bíblico pode ser observada na própria miséria humana e na morte. Podemos concordar que em muitos casos a miséria é consequência direta de nosso pecado ou de nossas fraquezas. Por exemplo, o fumante compulsivo não pode culpar ninguém pelo seu câncer de pulmão, a não ser a si mesmo. O indivíduo que come muito deve ser o único culpado por sua doença cardíaca.

Todavia, não é apenas o fumante que tem câncer nem o glutão que tem doença cardíaca. Mesmo aqueles que nada fazem para atrair essas moléstias são afetados por elas. Crianças, e até bebês, contraem doenças graves. Como as deficiências de nascença, o câncer em recém-nascidos e outras formas de sofrimento em inocentes podem ser explicados, senão pelo que a Bíblia diz sobre o pecado?

Em toda a história do pensamento, apenas duas teorias tentaram explicar o pecado. A primeira é a da eternidade do mal. Ela afirma que o mal existe desde o início do mundo, assim como o bem existe desde o começo; portanto, a vida é caracterizada pela mistura dos dois.

No entanto, não é uma teoria aceitável porque simplesmente declara que o pecado e

o mal sempre existiram. Apesar de ser insatisfatória como explicação da realidade, ainda que seja uma posição filosófica, tenta conceituar o mal como uma derivação ou corrupção do bem. Isso não explica o pecado.

A outra teoria engloba doutrinas similares, popularmente conhecidas como reencarnação e transmigração[1] (ou metempsicose[2]) das almas. Estas sustentam que cada um de nós teve outras vidas. O mal que praticamos hoje veio supostamente de encarnações anteriores.

Deveria ser dito em defesa dessa visão que ela é, pelo menos, uma tentativa séria de considerar o nosso estado presente tendo em conta as ações específicas dos indivíduos. Com isso, busca satisfazer o conceito básico de justiça que compartilhamos, a saber, que cada um deve sofrer pelos seus próprios pecados, e não pelos dos outros.

Todavia, como uma solução definitiva para a questão, a teoria é insatisfatória. Desejamos de imediato perguntar: "De que forma as pessoas se tornaram transgressoras nas vidas passadas?". A reencarnação só empurra o problema para trás, sem resolver o enigma.

Não há nenhuma resposta para a discussão sobre o pecado, exceto a bíblica: o pecado é resultado do juízo de Deus sobre o homem por causa da transgressão de Adão. De acordo com o plano divino, Adão seria o representante da espécie humana. Ele estava diante de Deus, por isso Paulo diz que, quando Adão caiu, nós também caímos, e fomos atingidos, de forma inevitável, pelas consequências de sua desobediência.

## CONDENAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO REPRESENTATIVAS

É aceitável que uma pessoa possa seguir a visão cristã até este ponto, concordando que a doutrina do pecado original é a única explicação viável para o pecado, mas ainda discordar de Deus por Ele agir de maneira tão "injusta". Mesmo que o texto bíblico seja verdadeiro, não deveríamos detestar um Deus que é tão arbitrário ao ponto de lançar o julgamento do pecado sobre todos por causa da transgressão de um só homem?

Na verdade, o fato de Adão ser o representante da espécie humana é uma prova da graça de Deus.

Em primeiro lugar, isso foi um exemplo da Sua graça sobre Adão. O que poderia ser mais bem planejado para produzir um elevado senso de responsabilidade e obediência em Adão do que a consciência de que a sua resposta ao mandamento de Deus afetaria incontáveis descendentes seus?

É possível compreendermos isso mesmo em relação a uma família, pois tanto o bem como o mal que um pai ou uma mãe fizerem poderão afetar a sua prole. Pais que são inclinados ao alcoolismo podem manter o controle se tiverem consciência de que seus filhos serão prejudicados por seu mau hábito. Pais que tiverem chance de roubar podem recuar ao perceberem que, se forem presos, toda a família sofrerá danos.

Da mesma forma, a consciência do efeito do pecado sobre toda a humanidade deveria ter atuado como fator inibidor em Adão. Isso teria sido um incentivo poderoso para o bem. Se Adão caiu, foi contrariando a graça de Deus sobre ele, e não como uma reação justificada a um decreto arbitrário.

Ainda mais importante, a natureza representativa do pecado de Adão é um exemplo da graça de Deus sobre nós, porque a mesma representação é uma garantia de que Deus pode salvar-nos. Paulo afirmou:

> *Pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores, assim, pela obediência de um, muitos serão feitos justos.*
>
> Romanos 5.19

Se todos os seres humanos fossem como os anjos, que não têm família ou relacionamentos representativos, e se fossem julgados como os anjos foram quando caíram — de imediato, individualmente, e por seus próprios pecados, que é como a maioria dos homens pensa que gostaria de ser julgada —, não haveria esperança alguma de salvação, assim como não há esperança para os anjos caídos.

Todavia, porque somos pessoas que vivem em sociedade e porque Deus escolheu tratar conosco dessa forma, tanto no que diz respeito a Adão e seu pecado como no que diz respeito a Jesus e Sua justiça, a salvação é possível.

Em Jesus, aqueles que são pecadores podem ser justificados. Nós, que morremos em ofensas e pecados, podemos reviver em espírito. As bênçãos da salvação vêm não por lutarmos contra os caminhos de Deus ou por odiarmos Ele pelo que consideramos uma injustiça Sua, mas, ao contrário, por aceitarmos o Seu veredicto sobre a nossa verdadeira natureza como seres caídos e voltarmos para Cristo, em fé, para salvação.

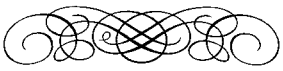
Notas

1 Doutrina filosófica de origem indiana, transportada para o Egito, de onde mais tarde Pitágoras a importou para a Grécia. Os discípulos desse filósofo ensinavam ser possível uma mesma alma, depois de um período mais ou menos longo no império dos mortos, voltar a animar outros corpos de homens ou de animais, até que transcorresse o tempo de sua purificação e pudesse retornar à fonte da vida. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki)

2 Do grego *meta* (mudança) + *en* (em) + *psiquê* (alma), é o termo genérico para transmigração da alma de um corpo para outro, seja este do mesmo tipo de ser vivo ou não. É usualmente denominada de metacomorfose. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Metempsicose)

CAPÍTULO 3

# A ESCRAVIDÃO DA VONTADE



Após estudarmos a natureza do pecado e seus efeitos radicais e contundentes sobre a humanidade, é preciso ainda discutirmos a escravidão da vontade. Nesse ponto é que se encontram as maiores divergências e em que os resultados do pecado são expostos com mais clareza.

Lutero reconhecia a importância desse tópico. No final de sua monumental defesa da escravidão da vontade, depois de demolir os argumentos do famoso humanista Erasmo de Rotterdam[1], Lutero se voltou para Erasmo e elogiou os escritos dele por, pelo menos, manter o foco sobre o tema crucial. Lutero escreveu:

> Eu lhe presto louvores sinceros e recomendações por ter promovido esta explicação, por você somente, e não os outros, ter tocado no ponto certo, isto é, no tópico essencial. (LUTERO, 1957, p. 319)

De forma parecida, Emil Brunner fala do entendimento da liberdade e da falta de liberdade como o ponto decisivo para a compreensão do homem e do pecado humano. (BRUNNER, 1950, p. 121)

Qual foi a extensão da Queda do homem? Foi apenas um lapso? Ele caiu e não há mais esperança? Ou ele caiu e não pode mais obedecer a Deus? O que a Bíblia quer explicar quando afirma que estamos mortos em ofensas e pecados? Isso significa que estamos realmente mortos no que implica qualquer capacidade de responder a Deus ou de escolhê-lo? Ou ainda temos, pelo menos, a capacidade de responder de forma positiva a Ele quando a oferta de salvação é feita a nós?

Se pudermos responder ao que Paulo quis ensinar quando escreveu *não há ninguém que busque a Deus* (Rm 3.11), devemos considerar o que Jesus afirmou: *Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, o não trouxer* (Jo 6.44).

Por outro lado, se não temos condições de dar uma resposta positiva à oferta de salvação, qual é o significado das muitas passagens nas quais o evangelho é oferecido a homens e mulheres caídos? Como uma pessoa pode ser responsável por não aceitar Jesus, se ela é incapaz de fazê-lo sem que Deus ilumine seu entendimento?

Essas perguntas comprovam a importância de compreender a escravidão da vontade. Ademais, demonstram como as doutrinas do pecado e corrupção, da eleição, da graça e da responsabilidade humana são consequências dela.

## A HISTÓRIA DE UM DEBATE

A importância de determinar se a vontade é aprisionada ou livre é também trazida a nós pela história do dogma cristão. Debates teológicos relevantes na história da Igreja se concentraram nesse tema.

Nos tempos primitivos da Igreja, a maioria dos teólogos parecia endossar a tese da livre vontade; estavam preocupados em "varrer" o determinismo entranhado do mundo grego e romano.

De alguma forma, eles estavam certos. A visão cristã não é determinista, nem exime o homem de sua responsabilidade pelo pecado. Os primeiros pais da Igreja, como Orígenes[2], Crisóstomo[3], Jerônimo[4] e outros, estavam certos ao opor-se ao determinismo, mas errados em vários pontos, inclusive ao exaltar a capacidade humana de não pecar, que os impedira de enxergar o pecado e sua culpa.

Agostinho de Hipona se levantou para desafiar esse posicionamento e argumentar com fúria a favor da escravidão da vontade, brandindo sua fidelidade à Palavra contra o monge britânico Pelágio[5], seu opositor mais declarado.

Não era a intenção de Pelágio negar a universalidade do pecado, pelo menos no início de sua atuação em Roma. Nesse ponto, ele desejava permanecer ortodoxo. No entanto, foi incapaz de enxergar quanta responsabilidade poderia residir em nós sem a livre vontade.

A capacitação deve estar presente, se é para haver comprometimento, ele argumentava. Deve-se fazer alguma coisa, eu tenho aptidão para isso. Pelágio sustentava que a vontade, em vez de estar amarrada ao pecado, é, na verdade, neutra, de forma que em algum momento ou em alguma situação ela está livre para escolher o bem e praticá-lo.

Nessa abordagem, eram definidos como pecado apenas aqueles atos deliberados e sem ligação entre si, nos quais a vontade escolhe fazer o mal, e qualquer conexão obrigatória entre pecados e a noção hereditária de pecado era esquecida.

Pelágio, mais tarde, declarou: primeiro, o pecado de Adão não afetou ninguém além dele próprio; segundo, todos que nasceram depois de Adão nasceram na condição que Adão tinha antes de sua Queda, ou seja, numa posição de neutralidade em relação ao pecado; e terceiro, os seres humanos são capazes de viver livres do pecado, se assim o desejarem, e podem fazer isso mesmo sem ter consciência da obra de Cristo e da operação sobrenatural do Espírito Santo.

A posição de Pelágio limitava a abrangência do pecado e conduzia, de forma inevitável, à negação da necessidade absoluta da imerecida graça de Deus para salvação. Além do mais, mesmo que o evangelho da graça de Deus seja pregado com liberdade à pessoa pecadora, o que determina em definitivo se ela será salva não é a operação sobrenatural do Espírito Santo dentro dela, mas a vontade da pessoa, que, na teoria de Pelágio, tem liberdade total para receber ou rejeitar o Salvador.

No início de sua vida cristã, Agostinho adotou uma posição similar. Todavia, ele conseguiu enxergar que aquela visão não fazia jus tanto à doutrina bíblica do pecado — que sempre retratava muito mais do que simples ações individuais e isoladas — como à graça de Deus, definitivamente o único elemento determinante na salvação.

Agostinho argumentava que há uma corrupção hereditária, pela qual não é possível ao indivíduo parar de pecar. Sua frase chave era *non posse non peccare*. Significa que uma pessoa não tem a capacidade de não pecar.

Agostinho afirmava que o homem, tendo usado mal a sua livre vontade na Queda, perdeu-se e perdeu sua vontade. O teólogo demonstrava que a vontade humana havia sido de tal forma escravizada que não tinha poder para escolher a retidão. Sustentava também que a vontade humana, por estar escravizada pelo pecado, é livre para afastar-se de Deus, mas não para aproximar-se dele.

Agostinho estava empenhado em estabelecer que a graça é uma necessidade absoluta e que fora dela ninguém pode ser salvo. Além disso, é uma questão de graça do começo até

o fim, não apenas da graça antecedente ou parcial, à qual o pecador acrescenta seus próprios esforços. De outra forma, a salvação não seria inteiramente de Deus, a honra do Senhor seria diminuída, e o homem teria espaço para exaltar-se no céu.

Ao defender esse ponto de vista, Agostinho deu um passo à frente na teologia da Antiguidade, e a Igreja da época o apoiou. No entanto, no decorrer da Idade Média, a Igreja retrocedeu em grande escala para o pelagianismo[6].

Muitos anos mais tarde, na época da Reforma, a mesma batalha ressurgiu em diversas frentes. Uma confrontação direta foi entre Erasmo e Lutero. Erasmo tinha sido simpático à Reforma em seu primeiro momento, pois via as corrupções da Igreja medieval e anelava por sua correção. Contudo, sem ter a profundidade espiritual de Lutero, Erasmo foi, por fim, dominado pela ideia de desafiá-lo.

Erasmo afirmava que a vontade devia ser livre, por razões muito parecidas com as de Pelágio. Não era um tema pelo qual Erasmo tinha muito interesse, entretanto, de forma que ele aconselhou moderação ainda que estivesse opondo-se a ninguém menos que Lutero.

Todavia, não era um assunto qualquer para Lutero. Ele se debruçou sobre o tema com extremo zelo, enxergando-o como um assunto do qual a própria veracidade de Deus dependia. Lutero reconhecia que, psicologicamente, homens e mulheres fazem escolhas. Isso é tão óbvio que não pode ser negado por ninguém. No entanto, na área específica da escolha pessoal por Deus ou no fracasso em escolhê-lo, Lutero negava a liberdade da vontade, tanto quanto Erasmo a afirmava.

Lutero declarava que estamos completamente vendidos ao pecado. Então, nossa única atitude é reconhecer com humildade o pecado, confessar nossa cegueira e admitir que não podemos mais escolher Deus, porque nossa vontade está escravizada, da mesma forma que não podemos agradá-lo, porque nossos atos são imundos.

Nosso único papel é admitir nosso pecado e clamar ao eterno Deus por misericórdia, sabendo que, mesmo quando desejamos fazê-lo, não o podemos, a não ser que Deus esteja à frente de nossa vontade para nos convencer do pecado e conduzir-nos a Jesus Cristo, a fim de que recebamos a salvação.

João Calvino, Ulrico Zuínglio[7], Martin Bucer[8] e todos os outros líderes da Reforma protestante uniram-se a Lutero nessas convicções. Em reação à Reforma, no entanto, a Igreja Católica, no Concílio de Trento[9], adotou uma posição quase pelagiana, segundo a qual a vontade humana coopera com a imerecida ajuda divina ao crer nela. Mais tarde, na Holanda, Jacó Armínio[10] e os arminianos[11] mais radicais reviveram os conceitos de Pelágio de diferentes formas.

Hoje, provavelmente, a maioria dos cristãos de todas as denominações, assim como muitas correntes teológicas, são pelagianos, embora não admitam. Eles estão certos? Agostinho e os líderes reformadores beberam da fonte bíblica? O homem está totalmente arruinado por sua Queda? Ou ele sucumbiu pela metade?

## A *LIBERDADE DA VONTADE* DE EDWARDS

Antes de respondermos a essas perguntas, é importante observarmos a contribuição teológica para esse debate. Talvez a mais significante de todas seja a do teólogo e pregador americano Jonathan Edwards[12]. Ele tem o mesmo ponto de vista de Agostinho, Lutero e Calvino.

No entanto, é um detalhe interessante que seu tratado não tenha o título do grande estudo de Martinho Lutero, *The Bondage of the Will* [A escravidão da vontade], porém um título que parece querer fixar exatamente o oposto: *The Freedom of the Will* [A liberdade da vontade] (EDWARDS, 1976, p. 3-93).

Isso exige uma explicação, e ela é encontrada nas contribuições singulares de Edwards a esse debate. Sua primeira contribuição valiosa foi definir *vontade*, o que ninguém havia feito.

Todos antes dele trabalharam supondo que soubéssemos o que é vontade. Chamamos de vontade a instância em nós que faz escolhas. Edwards define a vontade como aquilo por meio do qual fazemos escolhas. Em outras palavras, o que escolhemos é determinado, segundo Edwards, não pela vontade em si, mas pela mente. Nossas escolhas são determinadas pelo que julgamos ser mais desejável.

A segunda contribuição de Edwards diz respeito aos *motivos*. Ele perguntou: "Por que minha mente escolhe uma coisa, e não outra? A resposta é que a mente escolhe baseada em motivos". Ou seja, a mente escolhe o que pensa ser melhor. Edwards trabalha esse ponto ao longo do seu livro, e não é fácil sintetizar seus argumentos.

Todavia, é possível resumir seu ponto de vista citando um trecho de um pequeno livro de instruções sobre livre vontade de John Gerstner. Ele aponta:

> Suas escolhas como uma pessoa racional são sempre baseadas em várias considerações, ou motivos, que estão diante de você naquele momento. Esses motivos têm certo peso para você, e os motivos para ler ou deixar de ler um livro, por exemplo, são pesados na balança de sua mente; os motivos que pesam mais sobre todos os outros são os que você, sem dúvida, escolhe seguir. Você, sendo uma pessoa racional, sempre escolherá o que parecer ser a coisa certa, sábia, a coisa mais aconselhável a fazer. Se você escolhesse não fazer a coisa certa, aconselhável, a que você estivesse inclinado a fazer, você seria, é claro, uma pessoa insana. Você estaria escolhendo fazer uma coisa que não escolheu. Você consideraria preferível uma coisa que não preferiu. Contudo, você, sendo uma pessoa equilibrada e racional, escolhe o que lhe parece ser a coisa certa, adequada, boa e vantajosa a fazer. (Gerstner, 1982, p. 4-5)

Posso enxergar essas colocações de forma negativa. Suponha que, quando confrontado por uma situação de escolha, nenhum motivo permeie sua mente. Isso significa que a escolha será impossível de ser feita e que não será possível tomar qualquer decisão.

Tomemos como ilustração a imagem de um cavalo num estábulo. À direita dele há um monte de cenouras alinhadas com perfeição, e à esquerda um monte de cenouras espalhadas. Como o cavalo escolherá entre os dois montes? Se um monte tem o mesmo número de cenouras que o outro e não há motivo algum para escolher um em vez do outro, o que vai acontecer com o cavalo?

Ele vai passar fome, paralisado entre os dois montes de cenoura! Não haverá nada que o faça inclinar-se para um lado ou para o outro. Então, se ele for para um lado ou para o outro, será porque, por algum motivo desconhecido por nós, uma escolha ou outra é preferível.

Quando você e eu fazemos uma escolha, ela acontece da mesma forma. Por qualquer que seja a razão, uma coisa nos parece melhor, e porque parece melhor é que a escolhemos.

A terceira contribuição de Edwards diz respeito à responsabilidade, o tema que confundiu Pelágio tão profundamente. O que Edwards fez, e com muita sabedoria, foi distinguir entre o que chamou de *incapacidade natural* e *incapacidade moral*.

Vejamos três exemplos dessa diferença: primeiro, um exemplo meu; segundo, um exemplo dos escritos de Arthur W. Pink; e terceiro, um exemplo do próprio Edwards.

No mundo animal há espécimes que só comem carne, os carnívoros. Há outros animais que só se alimentam de grama ou vegetais, os

herbívoros. Imagine um leão, que é carnívoro, diante de um pasto abundante ou de uma tina cheia de aveia. Ele não comerá nem a relva nem a aveia. Fisicamente, poderia devorar ambos em poucos minutos. Então, por que ele não comerá? A resposta é que não está na sua natureza fazê-lo.

Se fosse possível perguntar ao leão por que ele rejeitou a refeição vegetariana, e se ele pudesse responder, diria: "Não consigo comer essa comida; eu a detesto. Só comerei carne".

O homem natural não pode responder de forma positiva ou escolher a salvação de Deus. Em sua mente ele é capaz, porém no espírito não. Ele simplesmente não consegue. O homem não aceita porque não ama Deus.

Arthur W. Pink recorreu à Escritura para ilustrar a diferença:

> *E já Aías não podia ver, porque os seus olhos estavam já escurecidos por causa da sua velhice.*
>
> 1 Reis 14.4

> *Os homens remavam, esforçando-se por alcançar a terra, mas não podiam, porquanto o mar se ia embravecendo cada vez mais contra eles.*
>
> Jonas 1.13

Nesses versículos, é a incapacidade natural que está em jogo. Nenhuma culpa é atribuída a isso. Por outro lado, em Gênesis 37.4, lemos:

> *Vendo, pois, seus irmãos que seu pai o amava* [José] *mais do que a todos os seus irmãos, aborreceram-no e não podiam falar com ele pacificamente.*

Essa é uma incapacidade moral ou espiritual. Por isso, os irmãos de José eram culpados, o que a passagem deixa claro ao sublinhar a incapacidade deles para falarem com tranquilidade com José por causa de seu ódio por ele (PINK, 1969, p. 187-188).

Chegamos, por fim, ao exemplo de Edwards. Ele menciona os arminianos holandeses, que afirmam a posição irracional de Calvino. Edwards sustenta que os arminianos é que estão sendo ilógicos.

> Deixemos o senso comum determinar se há ou não uma grande diferença entre esses dois casos: o primeiro de um homem que insulta o seu rei e é lançado na prisão; depois de ficar um tempo por lá, o rei o visita e diz-lhe que, se ele se curvar e com humildade lhe pedir perdão, será perdoado e colocado em liberdade, e, como se não bastasse, receberá riquezas e honras. O prisioneiro se arrepende de coração de seu ato descontrolado e da maldade que praticou contra o soberano e aceita a oferta do rei; entretanto, ele está confinado a fortes paredes, com portas de bronze e barras de ferro.
>
> O outro caso é de um homem que tem um espírito indomável, um caráter teimoso, arrogante e ingrato; além disso, é envolvido com traição e tem no seu coração uma inimizade extrema por um rei justo. Por causa de sua rebelião, acaba sendo lançado na cadeia, e fica muito tempo por lá, atado por correntes e num estado lastimável.
>
> Compadecido, o rei vai até o presídio, ordena que as correntes sejam retiradas e que as portas sejam abertas para o prisioneiro; chama-o para fora e diz que, se ele se curvar diante dele, reconhecer que o tratou de maneira indigna e pedir perdão, ele será de imediato posto em liberdade e colocado em posição de dignidade na corte.
>
> No entanto, o homem é tão soberbo e cheio de maldade que não tem vontade de aceitar a oferta; seu orgulho enraizado e sua malícia o dominam e mantêm seu coração acorrentado. A oposição de seu coração tem poder total sobre ele, exercendo uma influência sobre sua

> mente muito maior do que a graça oferecida pelo rei, com toda a sua bondade, suas ofertas e promessas.
>
> Agora, recorrendo ao senso comum, vemos que não há diferença entre esses dois casos, assim como na culpa atribuída aos dois prisioneiros. (Edwards, 1976, p. 66)

Quando lemos exemplos como esse, nosso instinto inicial é sustentar que a doutrina da corrupção é verdadeira, todavia ela não é verdadeira para nós porque, como diríamos, não somos tão arrogantes ou orgulhosos a ponto de afrontar a majestade do rei.

Contudo, isso é o que a Bíblia afirma que somos. Estamos de tal forma contra Deus que, quando a oferta do evangelho é apresentada a nós, não a recebemos, não por causa de um instinto natural, como o leão diante da relva e da aveia, mas porque as forças que operam em nós são contrárias a Deus.

Quando julgamos a questão, achegar-nos a um Deus como Ele é apresentado na Bíblia, logo não queremos fazê-lo. Deus é descrito como soberano; se vamos até Ele, devemos reconhecer Sua soberania em nossa vida — e não queremos isso. Deus é santo; se vamos até um Deus santo, devemos curvar-nos diante de Sua santidade e confessar nosso pecado. Porém, não queremos fazê-lo.

Ainda, se nos aproximamos de Deus, devemos admitir Sua onisciência, e não queremos fazer isso. Se vamos a Deus, devemos reconhecer Sua imutabilidade, porque qualquer Deus digno deste nome não muda em qualquer de Seus atributos. Deus é soberano e sempre será soberano. Deus é santo e será sempre santo. Deus é onisciente e será sempre onisciente. Esse é exatamente o Deus que não queremos. Então, não vamos até Ele. E nem podemos ir, até que a Sua graça faça o que só pode ser entendido como um milagre em nossa vida.

Alguém que não aceita a doutrina dos reformadores poderá colocar: "Mas, com certeza, a Bíblia ensina que qualquer um pode ir a Cristo se quiser. O próprio Jesus disse que aquele que se aproximar dele não será lançado fora". Isso é verdade. Contudo, o ponto não é esse. É certo que qualquer um que quiser poderá buscá-lo. É isso que torna a nossa recusa em ir a Ele tão absurda, e torna nossa culpa ainda maior.

No entanto, quem tem vontade de ir a Cristo? A resposta é ninguém, a não ser aqueles em quem o Espírito Santo já realizou a operação irresistível do novo nascimento, de forma que, como consequência desse milagre, os olhos espiritualmente cegos do homem natural são abertos para enxergar a verdade de Deus, e a mente corrompida do pecador é renovada para receber Jesus Cristo como Salvador.

## Nenhuma doutrina nova

Por acaso, esse é um ensinamento novo? De jeito algum. É apenas a forma mais básica e pura da doutrina do homem adotada pela maioria dos protestantes e até em âmbito privado por alguns católicos.

Em um dos 39 Artigos da Igreja da Inglaterra, lemos:

> A condição do homem depois da Queda de Adão é tal que ele não pode voltar-se e dispor-se, por sua própria força natural e suas boas obras, para a fé e invocar a Deus; por conseguinte, não temos poder para fazer boas obras, agradáveis e aceitáveis a Deus, sem a Sua graça por Cristo nos prevenindo [isto é, estando conosco de antemão para nos motivar], para que possamos ter uma vontade boa, e trabalhando conosco quando tivermos essa vontade. (Artigo 10)

O *Catecismo Maior de Westminster* declara:

> O pecado desse estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão e na corrupção de sua natureza, pela qual se

> tornou inteiramente indisposto, incapaz, e oposto a todo o bem espiritual e inclinado a todo o mal, e isso continuamente. (Resposta à pergunta 25)

Um bom entendimento da escravidão da vontade é importante para todas as pessoas, pois é apenas nesse entendimento que os pecadores aprendem o quanto a sua situação é desesperadora e como a graça de Deus é fundamental. Se confiarmos em nossa própria capacidade espiritual, ainda que mínima, nunca nos preocuparemos seriamente com a nossa condição. Poderemos saber que precisamos crer em Jesus Cristo como nosso Salvador, porém não haverá um sentido de urgência.

Afinal, a vida é longa. Haverá tempo para crer mais tarde. Poderemos crer quando quisermos, talvez no leito de morte, depois de termos feito tudo o que desejamos na vida. Pelo menos, podemos apostar nessa possibilidade.

Por outro lado, se estamos mortos em nosso pecado, como a Bíblia revela, e isso envolve a nossa vontade, assim como todas as outras partes de nossa constituição física e psicológica, então nos encontraremos em desespero. Veremos nosso estado como sem esperança, fora da intervenção sobrenatural e imerecida da graça de Deus.

Isso é o que Deus exige, se quisermos ser salvos de nosso pecado e chegar até Ele. O Senhor não aceita qualquer vanglória ou contribuição humana, por menor que seja, em se tratando de salvação. Todavia, se renunciarmos a todos os pensamentos sobre a nossa própria capacidade, Ele nos mostrará o caminho da salvação por intermédio de Jesus Cristo e nos guiará até Ele.

## NOTAS

1 **Erasmo** ficou conhecido como Erasmo de Rotterdam, mas seu nome era Desidério Erasmo, e ele foi um pregador do evangelismo filosófico. Nasceu na cidade de Rotterdam, na Holanda. Em 1488 ingressou na Ordem dos Agostinianos e virou padre, depois aceitou o cargo de secretário do bispo de Combai, na França.
(Fonte: http://www.consciencia.org/erasmo)

2 **Orígenes**, cognominado *Orígenes de Alexandria, Orígenes de Cesareia* ou *Orígenes o Cristão* (Alexandria, Egito, 185— Cesareia, ou, mais provavelmente, Tiro, 253), foi um teólogo, filósofo neoplatônico patrístico e é um dos padres gregos. Um dos mais distintos pupilos de Amônio de Alexandria, Orígenes foi um prolífico escritor cristão, de grande erudição, ligado à Escola Catequética de Alexandria, no período pré-niceno.

Orígenes de Alexandria, além dos seus trabalhos teológicos, dedicou-se ao estudo e à discussão da filosofia, em especial Platão e os filósofos estoicos. Escreveu cerca de 600 obras, entre as quais as mais conhecidas são: *De Princippis*; *Contra Celso* e a *Hexapla*. Entre os seus numerosos comentários bíblicos devem ser realçados: *Comentário ao Evangelho de Mateus* e *Comentário ao Evangelho de João*. O número das suas homílias que chegaram até aos dias de hoje ultrapassa largamente a centena. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%ADgenes)

3 **João Crisóstomo** foi um teólogo e escritor cristão, patriarca de Constantinopla no fim do século IV e início do V. Sua deposição em 404 produziu uma crise entre a Santa Sé e a Sé Patriarcal. Pela sua inflamada retórica, ficou conhecido como *Crisóstomo* (que em grego significa *boca de ouro*).

João Crisóstomo tem uma importância ímpar enquanto exegeta na medida em que ele é a norma teológica significativa da Escola de Antioquia. Não recusando as leituras alegóricas e místicas dos textos da Bíblia, defendia que as mesmas só deveriam ser normativas quando os próprios autores das mesmas sugerissem, direta ou indiretamente, este significado mais profundo que, não obstante, ele reconhecia como sendo o mais autêntico.
(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Cris%C3%B3stomo)

4 **Jerônimo** foi um padre e apologista cristão ilírio. É conhecido sobretudo como tradutor da Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim. A tradução da Bíblia de Jerónimo, a *Vulgata* — publicada cerca de 400 d.C., poucos anos depois de o cristianismo se tornar a religião oficial do Império Romano (391d.C.)— é ainda o texto bíblico oficial da Igreja Católica.
(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B3nimo_de_Str%C3%ADdon)

5 **Pelágio da Bretanha** foi um monge a quem é atribuída a doutrina do pelagianismo. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pelagio)

6 O **pelagianismo** é uma teoria teológica cristã atribuída a Pelágio da Bretanha. Sustenta basicamente que todo homem é totalmente responsável pela sua própria salvação e, portanto, não necessita da graça divina. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pelagianismo)

7 **Ulrico Zuínglio** foi o líder da Reforma suíça e o fundador das igrejas reformadas suíças. Independente de Martinho Lutero, que era *doctor biblicus*, Zuínglio chegou a conclusões semelhantes pelo estudo das Escrituras do ponto de vista de um erudito humanista. Zuínglio não deixou uma Igreja organizada, mas as suas doutrinas influenciaram as confissões calvinistas. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ulrico)

8 **Martin Bucer** foi um reformador protestante em Estrasburgo que influenciou as doutrinas luterana, calvinista, anglicana e outras práticas. Bucer era originalmente um membro da Ordem Dominicana, mas, depois da reunião e sendo influenciado por Martinho Lutero, em 1518 conseguiu que seus votos monásticos fossem anulados. Ele então começou a trabalhar para a Reforma, com o apoio de Franz Von Sickingen. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Martin_Bucer).

9 O **Concílio de Trento**, realizado de 1545 a 1563, foi o 19º concílio ecumênico. É considerado um dos três concílios fundamentais na Igreja Católica. Foi convocado pelo papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica, e em reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contrarreforma.

10 **Armínio** era um distinto pastor e professor holandês, cuja formação teológica havia sido profundamente calvinista.

11 O **arminianismo** é uma escola de pensamento de dentro do cristianismo protestante baseada sobre ideias de Jacó Armínio, teólogo reformado holandês, e de seus seguidores históricos, os remonstrantes. A aceitação doutrinária se estende por boa parte do cristianismo, incluindo os protestantes evangélicos.

12 O trabalho teológico de Edwards é muito abrangente, com sua defesa da teologia reformada, a metafísica do determinismo teológico, e a herança puritana. Edwards teve um papel fundamental na formação do primeiro Grande Despertar, e supervisionou alguns dos primeiros fogos de avivamento em 1733–1735 na sua igreja em Northampton, Massachusetts.

# Parte 2

# Lei e graça

*Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz aos que estão debaixo da lei o diz, para que toda boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus. Por isso, nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado.*

Romanos 3.19,20

*E um deles, doutor da lei, interrogou-o para o experimentar, dizendo: Mestre, qual é o grande mandamento da lei? E Jesus disse-lhe: Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.*

Mateus 22.35-39

*Porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça.*

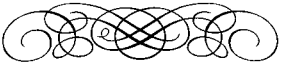
Romanos 1.18

*Então, o SENHOR Deus disse à serpente: Porquanto fizeste isso, maldita serás mais que toda besta e mais que todos os animais do campo; sobre o teu ventre andarás e pó comerás todos os dias da tua vida. E porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar.*

Gênesis 3.14,15

CAPÍTULO 4

# O PROPÓSITO DA LEI DE DEUS



Uma coisa é afirmar uma doutrina, outra é estar convencido dela e mudar sua vida por causa dela. Isso é verdadeiro em relação a qualquer ensinamento bíblico, porém mais verdadeiro ainda em relação à doutrina da Queda e do pecado humano. Estes são ensinamentos difíceis de digerir e que não aceitamos de imediato. Por isso, Deus parece estender-se bastante para nos convencer deles.

O principal meio escolhido por Deus para revelar o pecado e o pecador é a Sua Lei, registrada nas Escrituras, e a revelação é o propósito primário da Lei. Uma visão comum da Lei é que o seu propósito é ensinar-nos como sermos bons. Todavia, essa não é a ênfase da Bíblia.

É verdade que a Lei instrui os ímpios para que se abstenham de praticar o mal, e ela ensina também aos cristãos a expressão da vontade e do caráter de Deus, para que possam firmar-se na vida cristã. Contudo, o objetivo principal da Lei é convencer-nos de que somos pecadores e precisamos de um Salvador. E de conduzir-nos a Ele.

Alguém já disse que somos pecadores aos olhos de Deus de três maneiras. Somos pecadores *por nascimento,* herdamos o pecado e a sua culpa de Adão; *por escolha,* repetimos por vontade própria os pecados de nossos antepassados; e *por veredicto divino.* É pela Lei que o decreto é transmitido a nós. A Lei é o padrão de Deus diante do qual nos sentimos todos pequenos e, ou somos condenados por ela, ou somos dirigidos para o Salvador.

## Definindo a Lei

O que é a Lei de Deus? Esta não é uma pergunta fácil de responder, como podemos supor de início. O conceito de lei é complexo e difícil de absorver. Temos uma dimensão do problema até mesmo nos dicionários. Por exemplo, o abrangente *Dicionário de Inglês de Oxford* lista 23 definições para a palavra *lei.* O mais limitado *Dicionário Webster,* por sua vez, lista nove significados, mais um extenso parágrafo de sinônimos.

Sob a perspectiva bíblica, está escrito no *Webster*: "A lei judaica ou mosaica contida no Hexateuco, o Pentateuco mais Josué, e em Ezequiel 40—48, e, na terminologia cristã, o Antigo Testamento".

O significado bíblico é o que nos interessa neste estudo, entretanto mesmo assim o tema não é simples. Há variações tanto na utilização do Antigo Testamento como nas aplicações com distinções diferentes do Novo Testamento.

No Antigo Testamento, a utilização mais simples e mais limitada da palavra *lei* é para o *Livro da Lei,* identificado com o livro de Deuteronômio, e, de forma mais específica, com o Decálogo ou Dez Mandamentos, que são o cerne da Lei judaica.

Essa Lei foi escrita em tábuas depois que o povo atravessou o rio Jordão no início de suas conquistas (Dt 27.2,3), as quais eram mantidas na arca da aliança, no interior do tabernáculo. Mais tarde, a Lei passou a abranger os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, o Pentateuco, também chamado de Torá. Isso teria peso de *lei* nos livros históricos para os quais a lei primitiva projetou-se (1 Cr 16.40; 22.12).

Logo, o conceito se expandiu bastante. A frase *a lei e os profetas*, que aparece com frequência no Novo Testamento, porém que já estava em uso antes daquele tempo, sugere que a Lei é a totalidade do Antigo Testamento com exceção dos livros proféticos. No caso dos Salmos, a palavra parece ir além, até mesmo para estipular a revelação divina em geral (Sl 1.2; 19.7-9; 94.12)[1].

Nas referências exclusivas do Novo Testamento, em especial nos escritos de Paulo, aqueles quatro significados [de lei] do Antigo Testamento são, ao mesmo tempo, alargados e estreitados. Assim que, por um lado, *lei* pode referir-se meramente a um inciso único da Lei, como em Romanos 7.3 — *mas, morto o marido,* [ela, a mulher] *livre está da lei.*

Por outro lado, pode referir-se a um conceito de lei tão amplo que até os gentios podem balizar-se por ele. De maneira que, *quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei* (Rm 2.14).

Nos escritos polêmicos de Paulo, *lei* pode até mesmo se referir aos estatutos da Lei pelos quais ninguém pode ser justificado para salvação (Gl 2.15,16; 3.2,5).

No entanto, o que representa a variedade de definições no uso que a Bíblia faz da palavra *lei*? Se as várias definições fossem contraditórias, isso poderia mostrar que a Bíblia não fornece uma definição universal aceita do que a lei é. Contudo, não há contradição.

Em vez disso, um estudo cuidadoso revela que cada escritor está consciente de um conceito de Lei divina importante e criativo, no sentido mais amplo do termo, um conceito do qual todas as definições menores procedam, e que dê o significado dessas definições específicas.

Em outras palavras, a definição importante é que *Lei* é uma expressão do caráter de Deus, e é, portanto, uma unidade, como Ele próprio é uma unidade, apesar das várias expressões particulares dela. Esse entendimento do ponto de vista bíblico é sustentado pelo fato de a palavra *Lei* nunca ser usada na Torá oral ou em qualquer outra forma das tradições meramente humanas.

## RESTRINGINDO O MAL

Por que foi dada a Lei escrita? Já sugerimos duas respostas para essa pergunta: para nos convencer do pecado e para nos apontar o Senhor Jesus Cristo como Salvador. Precisamos examinar isso em mais detalhes.

À primeira vista, pode-se pensar que a Lei do Antigo Testamento não tem relação alguma com os que não fazem parte do povo eleito de Deus. Podemos argumentar que a Lei foi dada a Israel, não a todas as nações. Isso seria um erro por dois motivos.

Primeiro, passaria por cima do fato de que nem todos em Israel eram salvos; a salvação sempre alcançou os remanescentes, em vez de o povo como um todo. Todavia, salvos ou não, eles estavam debaixo do que era para eles pelo menos uma lei civil, que proibia certas coisas e afixava certas penalidades.

Segundo, isso ignoraria a similaridade entre a Lei de Israel e as melhores leis das antigas nações gentias. Essa similaridade demonstra que, embora a Lei do Antigo Testamento seja a mais pura expressão do caráter santo de Deus, ainda assim o caráter de Deus também foi manifesto na consciência moral geral, ainda que de forma enfraquecida. Logo, existe uma consciência universal de lei moral e uma necessidade disso.

A conclusão é que há algum valor na Lei para os não cristãos, independente da operação do Espírito Santo, pela qual todos são levados ao arrependimento do pecado e à fé em Cristo.

Nessa perspectiva, o propósito da Lei é restringir o mal, como declarou Calvino:

> Uma função da lei é [...] pelo medo da punição intimidar certos homens que não se importam com o que é justo e certo, a não ser que sejam compelidos duramente pelas ameaças da lei, acrescentando que essa justiça forçada e restritiva é necessária para a comunidade dos homens, para que se garanta aquela tranquilidade que o Senhor providenciou quando se preocupou para que as coisas não fossem confusas e tumultuadas. (Calvino, 1960, p. 358-359)

Paulo parece estar falando dessa função da Lei ao escrever a Timóteo:

> *Sabendo isto: que a lei não é feita para o justo, mas para os injustos e obstinados, para os ímpios e pecadores, para os profanos e irreligiosos, para os parricidas e matricidas, para os homicidas, para os fornicadores, para os sodomitas, para os roubadores de homens, para os mentirosos, para os perjuros e para o que for contrário à sã doutrina.*
>
> 1 Timóteo 1.9,10

Esses versículos, e outros, indicam que a Lei é como uma corda para amarrar os impulsos destrutivos e selvagens de nossa natureza pecaminosa. No entanto, se assim é, segue-se outra coisa: a Lei não é o principal na revelação que Deus faz de si mesmo à humanidade. A Lei surge por causa do pecado, como Paulo afirmou (Rm 5.20; Gl 3.19).

A Lei é boa porque é uma expressão do caráter de Deus. Todavia, essa não é a base que Deus deseja para o relacionamento entre Ele e o ser humano. Trata-se de uma coisa interina. Assim como houve um tempo em que a Lei escrita não tinha sido manifesta, talvez haja um tempo em que não haverá mais necessidade dela.

## Revelando o mal

Uma segunda função da Lei é revelar o pecado e o pecador como tal. A Lei é dada para desmascarar a hipocrisia do coração humano, que imagina constantemente estar certo diante de Deus, e também para mostrar a corrupção da raça adâmica.

Paulo escreveu:

> *Mas eu não conheci o pecado senão pela lei; porque eu não conheceria a concupiscência, se a lei não dissesse: Não cobiçarás.*
>
> Romanos 7.7

> *A fim de que pelo mandamento o pecado se fizesse excessivamente maligno.*
>
> Romanos 7.13

Breves resumos da Lei ocorrem em toda a Bíblia. Uma pessoa perguntou a Jesus qual era o maior entre todos os mandamentos da Lei. Jesus respondeu: *Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento* (Mt 22.37, numa referência a Dt 6.5). Ele então acrescentou: *E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo* (Mt 22.39, numa referência a Lv 19.18).

Esse resumo da Lei se coloca muito acima das cerimônias ou regulamentações e, em vez disso, encaminha a Lei para um relacionamento apropriado entre o indivíduo e Deus, e entre um indivíduo e todos os outros indivíduos. Ambos os relacionamentos devem ser marcados pelo amor. Nisso reside a nossa obrigação. Contudo, a dura realidade é que não amamos Deus de todo o nosso coração, nossa alma e nosso pensamento,

nem amamos o nosso próximo como amamos a nós mesmos.

O grande resumo da Lei no Antigo Testamento — o Decálogo — está registrado tanto em Êxodo 20.1-17 como em Deuteronômio 5.6-21. Estudaremos essas leis em detalhes no próximo capítulo, observando aqui, apenas, que ninguém jamais as cumpriu com perfeição. Podemos até chegar a elas com a intenção de cumpri-las. No entanto, se formos sérios e examinarmos nosso coração à luz do que encontramos nessas leis, estamos devedores.

Metade do Decálogo trata de nossa relação com Deus, assim como Jesus resume o primeiro mandamento. Essa metade nos mostra que devemos adorar somente a Ele e não devemos ter ídolos, antes, devemos respeitar o Seu santo nome e guardar o Sábado. Todavia, não fazemos isso, assim como não faziam os judeus para quem a Lei foi particular e solenemente dirigida.

A segunda metade do Decálogo fala do relacionamento que devemos ter com os outros, como sintetiza o segundo mandamento apontado por Jesus. Ela nos fala para honrar nossos pais, não matar, não adulterar, não roubar, não mentir e não cobiçar qualquer coisa que pertença a outra pessoa. Mas não é assim que nos comportamos. Portanto, a Lei expõe os nossos pecados e deixa-nos despidos diante de Deus.

A função da Lei de expor o pecado foi demonstrada no decorrer da história na época em que a Lei foi dada. No exato momento em que Moisés estava no alto do monte Sinai recebendo os mandamentos, o povo, que devia recebê-los, estava lá embaixo no vale praticando as mesmas coisas que Deus vinha proibindo. Isso foi uma demonstração cabal de que a justiça de Deus não pode ser cumprida pelos homens.

Alguns podem objetar nesse ponto que a expectativa de Deus para que vivamos em Seus padrões de retidão é injusta. Poderia ser usado como argumento que não deveríamos mencionar o primeiro e maior mandamento, ou o segundo mandamento, ou talvez nem mesmo os dez mandamentos. Em vez disso, nada mais do que a *regra de ouro*[2]: *Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós* (Mt 7.12). Não disse Jesus: *Porque esta é a lei e os profetas*?

Em resposta, devemos confessar que, se a intenção dessa objeção é baixar os padrões de Deus, ela é imprópria, impossível e tola. Deus tem direito aos mais elevados padrões — até porque outros padrões seriam possíveis para Ele? —, e é por esses padrões que seremos julgados, quer os consideremos justos, quer não.

Contudo, à parte dessa consideração, respondemos que, em certo sentido, não importa realmente por que padrões nós seremos julgados, uma vez que estamos condenados também pela *regra de ouro*, porque não fazemos aos outros tudo que gostaríamos que fosse feito a nós.

E o que colocar dos padrões mais baixos? O que afirmar do padrão complacente do "eu não faço mal a ninguém"? Por que não tratar as pessoas com delicadeza? Nós fazemos isso? Por acaso, sempre tratamos as pessoas com a mesma medida de delicadeza que aplicaríamos se estivéssemos interessados em alguma coisa da parte delas? Todos nós sabemos que não agimos dessa forma, pelo menos não o tempo todo.

Logo, concluímos que a Lei, não importa a maneira como ela apareça da sua manifestação mais alta até a mais baixa, expõe nosso pecado e traz sua justa condenação ao pecador.

Como Calvino ressaltou:

> A Lei é, de fato, um espelho, no qual nós contemplamos nossa fraqueza e a iniquidade que emerge dela, e por fim a maldição que procede de ambas — assim como um espelho

nos mostra as manchas em nosso rosto. (Calvino, 1960, p. 355)

O apóstolo Paulo declarou:

*Ora, nós sabemos que tudo o que a lei diz aos que estão debaixo da lei o diz, para que toda boca esteja fechada e todo o mundo seja condenável diante de Deus. Por isso, nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado.*

Romanos 3.19,20

A Lei tem muitas funções, entretanto uma coisa que ela não consegue fazer é tornar o homem justo diante de Deus. Em vez disso, ela revela a nossa culpa.

## O evangelho da Lei

Embora a função primária da Lei seja expor o pecado, ela não foi dada para que Deus se deliciasse quando Suas criaturas rebeldes se vissem como pecadoras e fossem rejeitadas por Ele. Deus "não esfrega as Suas mãos" e declara: "Bem, pelo menos eles sabem o quanto são pecadores".

Não. Mesmo com a revelação do pecado, um propósito mais amplo da Lei fica evidente que, tendo descoberto o seu pecado, as pessoas possam voltar-se para Cristo para serem limpas. O espelho foi providenciado, de forma que, ao verem a sujeira em seu rosto, as pessoas passarão do espelho para a água e o sabão, com os quais a sujeira pode ser limpa.

A falha nessa ilustração é sugerir que a Lei nada tem a esclarecer sobre a solução do problema. Nesse ponto, a parte mais ampla de nossas definições anteriores de Lei — a totalidade da revelação bíblica — deve ser aventada. A Lei, nesse sentido, inclui não só as proibições diante das quais somos condenados, mas também a promessa de uma perfeita salvação.

Quando Deus deu a Lei, Ele deu também instruções a respeito dos sacrifícios. Quando o Senhor escolheu Moisés como ensinador da Lei, Ele também escolheu Arão para ser o sumo sacerdote. É como se Deus, no momento em que revelou no Decálogo, prosseguisse afirmando calmamente: "Não farás [...], porém eu sei que vocês farão, e aqui está o caminho para sair dessa enrascada".

Todos os sacrifícios do Antigo Testamento apontam numa ou noutra direção para a vinda do Senhor Jesus Cristo. Todavia, o significado do sacrifício de Cristo ficou claro nas instruções para os dois sacrifícios a serem feitos em Israel no Dia da Expiação.

No primeiro, um bode era levado a Arão ou ao sacerdote que o sucedeu. O sacerdote colocava suas mãos na cabeça do animal identificando ele próprio e o povo que ele representava com o bode. Ele confessava os pecados do povo em oração, como uma maneira de transferir de forma simbólica os pecados para o animal. Então, o bode era levado para campo aberto para ser morto.

A Bíblia descreve assim aquela cerimônia:

*Assim, aquele bode levará sobre si todas as iniqüidades deles à terra solitária; e o homem enviará o bode ao deserto.*

Levítico 16.22

O sacrifício aponta para Jesus, que, como o bode, *padeceu fora da porta* para nos lavar das nossas iniquidades (Hb 13.12).

O segundo sacrifício era feito no átrio do templo, de onde o sangue era levado para o Santo dos Santos para ser aspergido sobre a arca da aliança. O lugar onde o sangue devia ser colocado era simbólico (como, aliás, todo o ritual); era chamado de *propiciatório*. Estando na cobertura da arca, o propiciatório ficava entre as tábuas de pedra da Lei de Moisés (no interior da arca) e no espaço entre as asas estendidas dos querubins sobre a

arca (simbolizando o lugar da morada de Deus).

Sem o sangue, a arca com a sua Lei e os querubins representam um quadro terrível. Há a Lei, que nós desobedecemos. Há o Deus, que nós ofendemos. Além do mais, quando Deus olha para baixo, é a Lei que nós desrespeitamos que Ele vê. É um quadro de julgamento, de nossa eterna perdição fora da graça.

No entanto, o sacrifício é realizado; o sumo sacerdote entra no Santo dos Santos e deposita o sangue da vítima inocente sobre o propiciatório [que simboliza o sangue de Cristo], que fica entre Deus (com Sua santidade) e nós (com nossos pecados). Houve a substituição. Um inocente morreu no lugar dos que deveriam ser mortos, e a prova disso é o sangue ali aspergido. A ira é desviada. Agora, Deus contempla o pecador com graça.

Quem está representado naquele sacrifício? Jesus. Não podemos afirmar o quanto aqueles que viveram antes da época de Cristo sabiam sobre salvação. Alguns, como os profetas, podiam saber muito. Outros sabiam menos. Contudo, seja qual fosse o nível de entendimento, o propósito da Lei era claro: revelar o pecado e apontar para a vinda do Senhor Jesus Cristo como Salvador.

Antes de Deus nos dar as boas-novas do evangelho, Ele nos instruiu com a Lei. No entanto, quando fez isso, Ele mostrou que a Lei contém em si mesma o evangelho – e que nos conduz a Ele.

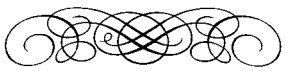
NOTAS

1 Compare o artigo sobre *nomos,* Lei, *no Theological Dictionary of the New Testament* [Dicionário Teológico do Novo Testamento], IV, ed. Gerhard Kittel. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1967, p. 1022-85, em particular, p. 1044-1046.

2 "Trate os outros do modo como você mesmo gostaria de ser tratado". Desde a Antiguidade a Regra de Ouro tem sido uma ótima referência moral. Pensadores gregos e judeus, Confúcio, Jesus e professores de Ética ensinaram esse princípio, chamado "de ouro" para indicar sua posição privilegiada como regra fundamental da vida. Haveria um ensinamento melhor para aplicarmos em nosso dia-a-dia? Uma variante da Regra de Ouro que se aplica a essa situação é: "Trate seu filho como você gostaria de ser tratado se estivesse na mesma situação".
(Fonte: In: http://helenab.tripod.com/jan_hunt/regrade.htm)

CAPÍTULO 5

# Os Dez Mandamentos e o amor a Deus



É enganoso, e até errado, considerar os Dez Mandamentos como a totalidade, ou mesmo como a parte mais importante, da Lei. A Lei é uma unidade, e nada, seja no Antigo ou no Novo Testamento, justifica esse isolamento do Decálogo que ocorreu em alguns dos escritos da Igreja. Os Dez Mandamentos assumiram essa importância toda por causa de seu valor no doutrinamento bíblico. Ainda assim, deveriam ser estudados com cuidado por diversas razões.

Em primeiro lugar, essa discussão ajuda a transportar a Lei de uma posição abstrata que ela muitas vezes parece ter para assuntos específicos. Para a Lei preencher sua função primária de convencer-nos do pecado, ela deve convencer-nos de pecados particulares, dos quais somos todos culpados. Reconhecer "eu sou um pecador" pode significar pouco mais do que "eu não sou perfeito". Todavia, é uma coisa bem diferente admitir "eu sou um idólatra, um assassino, um adúltero, um ladrão", e por aí afora. É nesse sentido que a Lei deve ser aplicada.

Em segundo lugar, os Dez Mandamentos têm um valor especial porque são abrangentes. Na maioria das listas protestantes, as primeiras quatro áreas de alcance de Cristo são cobertas por Seu primeiro e grande mandamento: *Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento* (Mt 22.37). Os seis mandamentos restantes tratam da segunda área de responsabilidade: *Amarás o teu próximo como a ti mesmo* (v. 39).

Vale notar que no catolicismo medieval a lista foi organizada colocando três mandamentos na primeira categoria e sete na segunda.

Quando nos voltamos para os mandamentos específicos do Decálogo, não podemos esquecer seu contexto mais amplo. Devemos ter cuidado para interpretar cada mandamento à luz da revelação bíblica completa. É necessário aplicar a seguinte diretriz:

1. Os mandamentos não estão restritos às ações externas, mas também se aplicam às inclinações da mente e do coração. A lei humana está relacionada apenas com as ações externas, porque seres humanos não podem enxergar o coração dos outros. Todavia, Deus, que pode enxergar o interior, também trata das motivações.

No Sermão do Monte, Jesus ensinou que o sexto mandamento proíbe a raiva e o ódio da mesma forma que proíbe o ato de matar (Mt 5.21,22), e que o sétimo mandamento proíbe o desejo lascivo da mesma forma que proíbe o adultério (Mt 5.27-30). O apóstolo João corroborou essa visão em sua primeira epístola, afirmando que *qualquer que aborrece a seu irmão é homicida* (1 Jo 3.15).

2. Os mandamentos sempre contêm interpretações amplificadas. O mandamento para

honrar pai e mãe poderia ser interpretado como apenas expressar respeito e não falar mal deles. Mas isso é muito pouco, uma vez que Jesus ensinou que o mandamento inclui a nossa obrigação de sustentá-los financeiramente na sua velhice (Mt 15.3-6). Em outras palavras, o mandamento se refere a tudo que puder ser feito em favor de nossos pais sob a luz do segundo maior mandamento.

3. Um mandamento expresso em linguagem positiva também envolve a negativa, e um mandamento negativo também envolve o positivo. Assim, quando somos ensinados a não usar o nome de Deus em vão, devemos entender que a obrigação também funciona na direção contrária, ou seja, a Palavra nos manda reverenciar o Seu nome (Dt 28.58; Sl 34.3; Mt 6.9). O mandamento que proíbe matar não significa apenas que não devo matar ou odiar o meu próximo, mas também que devo fazer tudo que eu puder para o bem dele (Lv 19.18).

4. A Lei é um todo em que cada mandamento está relacionado com os outros. Não podemos cumprir apenas algumas das obrigações listadas, pensando que com isso estamos isentos de cumprir as demais. *Porque qualquer que guardar toda a lei e tropeçar em um só ponto tornou-se culpado de todos* (Tg 2.10; compare com Dt 27.26).

## PRIMEIRO MANDAMENTO: *NÃO ADORAR NENHUM OUTRO DEUS SENÃO O SENHOR*

O primeiro mandamento começa por onde realmente deveria, ou seja, nosso relacionamento com Deus. Ele é um convite à adoração exclusiva e piedosa. *Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim* (Êx 20.2,3).

Adorar qualquer coisa além do Senhor da Bíblia é desobedecer a esse mandamento. Contudo, para desobedecer, a pessoa não precisa prestar adoração a um ídolo definido — Zeus, Minerva, um imperador romano ou um dos incontáveis ídolos modernos. Nós pecamos sempre que damos a alguma pessoa ou coisa o primeiro lugar em nosso coração, lugar que deve pertencer somente a Deus. Com frequência, o "deus substituto" somos nós mesmos ou o conceito que temos de nós mesmos. Pode ser também o sucesso, os bens materiais, a fama ou o poder sobre os outros.

Como nós cumprimos esse mandamento? John Stott escreveu:

> Cumprir o primeiro mandamento seria para nós, como disse Jesus, amar o Senhor nosso Deus com todo o nosso coração, com toda a nossa alma e com toda a nossa mente (Mt 22.37); seria enxergarmos todas as coisas a partir desse ponto de vista, e não fazermos nada sem ligação com Ele; fazermos da vontade de Deus o nosso guia e de Sua glória a nossa meta; colocá-lo em primeiro lugar nos pensamentos, palavras e obras, nos negócios e no lazer, nas amizades e no local de trabalho, no uso de nosso dinheiro, nosso tempo e nossos talentos, na rua ou em casa [...] porém, nenhuma pessoa além de Jesus de Nazaré conseguiu cumprir esse mandamento. (STOTT, 1958, p. 65)

Todavia, por que não deveríamos ter outros deuses? A resposta está no prefácio do mandamento que também funciona como prefácio de todo o Decálogo. Ela se divide em duas partes: de início, por quem Deus é; em seguida, pelo que Deus fez.

Quem é o verdadeiro Deus está expresso nas palavras: *Eu sou o Senhor, teu Deus.* Em hebraico, as palavras são *Yahweh Eloheka.* A razão por que deveríamos obedecer a esses mandamentos é que o Deus que está falando nos mandamentos é o verdadeiro Deus, o Deus que não tem começo nem fim: *Eu sou o que sou* (Êx 3.14). Ele é autoexistente.

Ninguém o criou, portanto Ele não deve satisfação a ninguém. Ele é autossuficiente. Não precisa de ninguém e não depende de ninguém para nada.

Qualquer deus menor que esse não é Deus, e todos os chamados *deuses* são menores. Essa é a razão por que Deus pode reivindicar tal adoração.

O que deus fez está indicado nas seguintes palavras: *que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão* (Êx 20.2). Numa abordagem primária, essas palavras se aplicam com exclusividade a Israel, a nação liberta da escravidão no Egito, e a quem esses mandamentos foram dados em particular.

Ainda que Deus fosse apenas um senhor tribal limitado, os israelitas deveriam a ele reverência por sua libertação. Contudo, a referência é literal, mas não esgota a declaração. Ela se aplica a qualquer pessoa que tenha recebido livramento, seja da morte, da escravidão, da pobreza ou da doença.

Não há ninguém que não tenha sido abençoado por Deus com livramento em alguma área, ainda que permaneça sem consciência disso ou que não reconheça Deus como a fonte.

Como acréscimo, a libertação se aplica à área espiritual assim como aos assuntos materiais. A libertação de Israel não foi simplesmente física, porém incluiu também libertação da idolatria egípcia, uma libertação de falsos deuses. O chamado de Deus a Abraão para que deixasse a terra de Ur foi um chamado para servir ao Senhor, em vez de continuar servindo aos deuses sem nenhum valor da Mesopotâmia (Js 24.2,3).

Nessa perspectiva, o raciocínio que norteia o primeiro mandamento se aplica a todo homem. Todos nós experimentamos o livramento do Senhor. Todos nós fomos beneficiados pela investida da verdade sobre a superstição, pela revelação trazida ao mundo por meio do judaísmo e do cristianismo.

Contudo, será que nós adoramos a Deus com intensidade por causa disso? A resposta é não. Logo, o primeiro mandamento nos joga na cara o quanto somos ingratos, desobedientes, rebeldes e governados pelo pecado.

## Segundo mandamento: *não criar imagens de escultura para adoração*

O primeiro mandamento lida com o objeto único de nossa adoração, proibindo a adoração a qualquer falso deus. O segundo mandamento lida com a maneira como adoramos, proibindo-nos de adorar até o verdadeiro Deus de forma indigna. É um clamor pela adoração espiritual.

> *Não farás para ti imagem de escultura, nem alguma semelhança do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás a elas nem as servirás; porque eu, o SENHOR, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a maldade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia em milhares aos que me amam e guardam os meus mandamentos.*
>
> Êxodo 20.4-6

Se esse mandamento for olhado à parte do primeiro mandamento, ele parece apenas uma proibição à adoração de ídolos. Todavia, quando o primeiro mandamento é considerado junto, essa interpretação se mostra inadequada; ele seria apenas uma repetição do primeiro com palavras diferentes. Nós já traçamos essa progressão: primeiro Deus proíbe a adoração a outros deuses; depois, Ele proíbe a adoração até a si mesmo por meio de imagens.

A adoração a Deus por imagens, ou qualquer utilização de imagens como estímulo à adoração, a princípio, não parece coisa tão séria. Pode-se argumentar que adoração é uma questão prática, tanto quanto a teologia.

O que há de errado em usar imagens na adoração se elas forem úteis? Algumas pessoas defendem que as imagens ajudam a focalizar sua atenção na adoração. Contudo, ainda que elas estejam enganadas, que prejuízo isso pode causar?

O quebra-cabeça se torna maior quando nós observamos a advertência severa acoplada a esse mandamento: *Porque eu, o SENHOR, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a maldade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem* (Êx 20.5). Afinal, por que isso é tão sério?

Há duas respostas para essa pergunta. A primeira é simplesmente que "imagens desonram a Deus" (PACKER, 1973, p. 40). As imagens desonram a Deus porque elas turvam a Sua glória. É claro que um adorador de imagens não pensa assim — ele acredita que a imagem representa um aspecto valioso da glória de Deus. Entretanto, nada material pode representar apropriadamente as virtudes do Senhor.

Temos um exemplo no livro de Êxodo. Não muito tempo depois de Moisés ter subido o monte Sinai para receber a Lei, os israelitas que aguardavam no vale ficaram impacientes e pediram a Arão, irmão de Moisés, que lhes fizesse um ídolo. Eles argumentaram que não sabiam o que tinha acontecido a Moisés e que precisavam de um deus para ir adiante deles na jornada.

Arão cedeu, e tomando o ouro e a prata disponíveis esculpiu um bezerro, provavelmente uma versão em miniatura dos deuses reverenciados no Egito. O interessante sobre essa atitude de Arão é que ele não considerou o bezerro como representante de outro deus. Em vez disso, ele o considerou como o próprio Senhor em forma visível, como fica claro no relato bíblico. Arão identificou o ídolo com o Deus que tirou o povo do Egito (Êx 32.4) e anunciou sua dedicação com as palavras: *Amanhã será festa ao Senhor* (Êx 32.5).

Arão teria dito, provavelmente, que a escolha de um bezerro era para representar a grande força do Senhor. Os israelitas estavam rebaixando seu Deus, grande e verdadeiro, à categoria dos impotentes deuses egípcios.

Um objetivo do envio de pragas ao Egito foi mostrar a superioridade de Deus em relação aos deuses daquela nação. Ao transformar a água do rio Nilo em sangue, Deus demonstrou Seu poder sobre os deuses do Nilo — Osíris, Hapimon e Tauret. Ao produzir uma abundância de rãs, Deus mostrou Seu poder sobre a deusa Hekt, que sempre era retratada com a cabeça e o corpo de uma rã. O juízo sobre a terra mostrou a supremacia de Deus sobre Geb, o deus terra.

E assim por diante com todas as pragas, até o juízo contra o deus sol, Rá, quando o sol foi encoberto pela escuridão e veio a morte sobre os primogênitos de todo o Egito, incluindo o primogênito do faraó, que seria o próximo "deus supremo". O Deus de Israel não era para ser posto em tal categoria, entretanto foi o que Arão fez ao esculpir uma representação dele.

A segunda razão por que estamos proibidos de adorar o Deus verdadeiro por meio de imagens é que "imagens enganam o adorador", como Packer também comentou. Logo, no exemplo do bezerro de Arão, o resultado da "festa" esteve muito longe da santidade que Deus transmitia a Moisés no alto do monte Sinai naquela hora. A "festa" virou uma orgia, na qual a maioria dos outros mandamentos, senão todos, foram violados (PACKER, 1973, p. 41).

O lado positivo do segundo mandamento é importante. Se a adoração a Deus por meios indignos é proibida, deveríamos empenhar-nos ao máximo para descobrir o que em verdade lhe agrada, e assim adorá-lo como o único grande, transcendente, espiritual e inescrutável Deus do universo. Nós o adoramos dessa forma? Não creio. Em vez de desejá-lo, esforçando-nos para conhecê-lo e adorá-lo,

nós ainda nos desviamos dele fazendo deuses de nossa própria invenção.

Paulo falou sobre isso:

> *Porquanto, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças; antes, em seus discursos se desvaneceram, e o seu coração insensato se obscureceu. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos. E mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, e de aves, e de quadrúpedes, e de répteis.*
>
> Romanos 1.21-23

Essa é a razão para a terrível advertência que fecha o segundo mandamento. Deus não é ciumento da maneira como nós entendemos o ciúme, e não se magoa quando nós parecemos indiferentes. O que acontece é que a nossa indiferença tem como base a ingratidão, a vaidade e o pecado, que nos tornam merecedores do julgamento divino. Ao mesmo tempo, quando fala de juízo, Deus também fala da misericórdia derramada sobre as muitas gerações daqueles que o amam e guardam os Seus mandamentos.

## Terceiro mandamento: *santificar o santo nome de Deus*

> *Não tomarás o nome do SENHOR, teu Deus, em vão; porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão.*
>
> Êxodo 20.7

O terceiro mandamento é para ser considerado com a seguinte frase do Pai-Nosso, oração usada por Jesus como modelo para ensinar os discípulos a orarem: *santificado seja o teu nome* (Mt 6.9).

Essa oração acrescenta uma dimensão positiva ao elenco negativo de mandamentos do Antigo Testamento [os mandamentos que começam com: "Não"]. O nome de Deus representa Sua natureza. Logo, desonrar esse nome é desonrar o Senhor, e santificar esse nome significa honrar o Senhor. Uma vez que os vários nomes de Deus representam Seus muitos atributos de valor e dignidade, nós santificamos Seu nome quando honramos algum aspecto de Seu caráter.

Calvino declarou:

> Em minha opinião, devemos observar com diligência os três pontos seguintes: primeiro, o conceito que temos de Deus. O que a nossa boca pronuncia deve ter o perfume de Sua excelência, estar à altura do Seu santo nome, e servir para glorificar a Sua grandeza.
>
> Segundo, não deveríamos, de forma imprudente ou perversa, adulterar Sua santa Palavra e os mistérios da adoração, seja para satisfazer nossas ambições, cobiças ou distrações; contudo, a dignidade de Seu nome deve sempre ser honrada entre nós.
>
> Por fim, não devemos difamar ou caluniar as Suas obras, como os homens miseráveis que se acostumaram a vociferar contra elas; ao contrário, sempre que reconhecermos como feitas por Ele, deveremos falar delas com louvor, exaltando a Sua sabedoria, retidão e bondade. Isso é o que significa santificar o nome de Deus. (Calvino, 1960, p. 388)

Os vários nomes de Deus têm significados específicos. *Elohim* é o Seu nome bíblico mais comum. *Elohim* é o Deus criador de tudo que há. É o termo usado para designar Deus no versículo de abertura da Bíblia: *No princípio, criou Deus os céus e a terra* (Gn 1.1).

*Elohim* criou o sol, a lua e os planetas. Ele criou a terra, cobrindo-a com vegetação e povoando-a com peixes e animais. Ele fez o homem e a mulher. Ele fez você. Contudo, você o honra como seu Criador? Senão, você também desonra o Seu nome e desobedece ao terceiro mandamento.

Outro nome de Deus é *El Elyon*, que significa *Deus altíssimo*. Ele aparece pela primeira vez no relato do encontro de Abraão com Melquisedeque, depois de sua batalha contra os reis e do resgate de Ló. Melquisedeque *era sacerdote do Deus altíssimo* (Gn 14.18).

*El Elyon* aparece também na declaração rebelde do querubim ungido em Isaías 14.14: *Subirei acima das mais altas nuvens e serei semelhante ao Altíssimo* (Is 14.14b).

O termo traduzido como *Altíssimo* enfatiza o governo e a soberania de Deus. Você o honra como soberano Deus? Não, se vive reclamando das circunstâncias ou duvidando da capacidade dele de cuidar de você e de cumprir Suas promessas.

Já o termo *Yahweh* é traduzido como *EU SOU O QUE SOU*. Aponta para a autoexistência, a autossuficiência e a eternidade de Deus. Foi usado nas revelações que Deus fez de si mesmo como Redentor, por exemplo, a Moisés diante da libertação do povo de Israel do Egito.

Será que nós o temos honrado como nosso Redentor? Nós o temos louvado pela grandeza de Sua remissão em Jesus Cristo?

Todos os nomes de Deus revelam algo sobre Sua natureza e Seu caráter, e Ele deveria ser honrado por nós em relação a todos esses maravilhosos atributos.

Nós examinamos em particular os nomes *Elohim*, *El Elyon* e *Yahweh*. No entanto, Ele também é conhecido como *Yahweh Jireh*, o Deus provedor; é o *Yahweh Tsebaoh*, o Senhor dos Exércitos; Ele é o Pai, o Filho e o Espírito Santo; é o Alfa e o Ômega; é o Ancião de Dias sentado em Seu trono no céu; é o nosso Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade e Príncipe da Paz.

O Senhor é a nossa rocha e castelo forte onde nos refugiamos e estamos seguros; Ele é o caminho, a verdade e a vida; é a luz do mundo; é o pão da vida; é a ressurreição e a vida; o bom, o grande e o sumo Pastor; Ele é o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, de José, Moisés e Davi, assim como o Deus de Débora, Ana e Ester. Ele é o Deus dos escritores do Antigo e do Novo Testamento, dos profetas e de todos os apóstolos; é o Senhor dos senhores e o Rei dos reis.

Se não o honrarmos com respeito a todos esses nomes e títulos, nós o estaremos desonrando e desobedecendo ao Seu mandamento.

Precisamos entender que nossas ações importam tanto quanto nossas palavras. Sempre que nosso comportamento não condiz com nossa profissão de fé cristã, ainda que seja uma profissão meramente formal, estamos desonrando a Deus.

Todos que pertencem a Deus tomaram o Seu nome, por assim dizer, e devem santificá-lo por suas atitudes. Se cometem adultério com o mundo, estão traindo Seu grande amor e desonrando o título *cristão* (que significa *parecido com Cristo*). Essa desonra é pior do que a loucura dos ateus.

## QUARTO MANDAMENTO: *GUARDAR O SÁBADO*

Ao lidar com a Lei do Antigo Testamento, o ponto em que os cristãos têm mais dificuldade é a interpretação do quarto mandamento. Este mandamento prescreve o Sábado como o dia do descanso [após seis dias de trabalho]. Entretanto, a grande maioria dos cristãos não cumpre isso. Apesar de o dia separado para adorar ao Senhor pela maioria absoluta dos cristãos ser o domingo, estes sequer guardam esse dia de acordo com as regras reveladas no Pentateuco para o dia de descanso.

Isso está certo? Não! O que não pode ser feito é tratar esse assunto com displicência! De todos os mandamentos, esse que lida com o descanso é o mais longo e, talvez, o mais formal:

> *Lembra-te do dia do sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra, mas o sétimo dia é o sábado do*

*SENHOR, teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro que está dentro das tuas portas. Porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo que neles há e ao sétimo dia descansou; portanto, abençoou o SENHOR o dia do sábado e o santificou.*

Êxodo 20.8-11

Em geral, há três abordagens para a questão do Sábado.

Primeiro, tem sido ensinado por alguns que os cristãos devem guardar o Sábado. Esta é a posição, por exemplo, dos adventistas do sétimo dia e também de outros.

Segundo, há a visão de que o domingo é o equivalente no Novo Testamento ao que é o Sábado no Antigo, e, portanto, é para ser guardado de maneira similar.

A *Confissão de Fé de Westminster* chama o Dia do Senhor de *Sabbath cristão*, acrescentando que:

> Este *Sabbath* é para ser santificado ao Senhor quando os homens, após a devida preparação do seu coração e do ordenamento de seus afazeres de antemão, não apenas guardam um santo descanso, o dia todo, de suas próprias obras, palavras e pensamentos, em relação às suas ocupações e divertimentos, como também ocupam todo esse tempo em práticas públicas e privadas de adoração, assim como nos deveres de ajuda e misericórdia. (XXI. 7,8)

Mais tarde, a teologia reformada e puritana corroborou essa posição.

Terceiro, há a visão de que o Sábado foi abolido pela morte e ressurreição de Jesus, e que um novo dia, o Dia do Senhor, que tem características próprias, substituiu-o. Essa foi a visão de Calvino, que disse com clareza que "o dia sagrado para os judeus foi descartado e que outro [dia] foi colocado em seu lugar" (Calvino, 1960, p. 399).

Qual a solução? Devemos observar várias coisas importantes. Primeiro, o *Sabbath* foi uma ordenação guardada exclusivamente pelos judeus, não sendo observada por nenhum outro povo ou nação. O mesmo não ocorre em relação aos outros mandamentos; eles em geral estão em paralelo com outros antigos códigos de lei.

Os defensores do *Sabbath* costumam apelar para Gênesis 2.2,3 (mencionado no quarto mandamento) como demonstração do contrário. Esses versículos declaram que Deus *descansou no sétimo dia de toda a sua obra, que tinha feito. E abençoou Deus o dia sétimo e o santificou; porque nele descansou de toda a sua obra, que Deus criara e fizera.*

Todavia, para sermos exatos, esses versículos não mostram que Deus instituiu o *Sabbath* no ato da criação; no entanto, existem outros versículos que parecem indicar que Ele o fez. Dois deles estão em Neemias 9.13,14.

Neemias, que tinha sido instrumento de um grande avivamento entre os judeus que haviam voltado a Jerusalém após o exílio na Babilônia, programara um culto especial de oração e consagração. Nesse culto, os sacerdotes conduziram o povo em adoração, afirmando em relação a Deus:

*E sobre o monte de Sinai desceste, e falaste com eles desde os céus, e deste-lhes juízos retos e leis verdadeiras, estatutos e mandamentos bons. E o teu santo sábado lhes fizeste conhecer; e preceitos, e estatutos, e lei lhes mandaste pelo ministério de Moisés, teu servo.*

Esses versículos ligam a transmissão da Lei no que diz respeito ao Sábado ao monte Sinai, e dão a entender que o Sábado não era conhecido ou guardado antes daquela época.

A outra passagem importante está em Êxodo 31.12-17:

> *Falou mais o SENHOR a Moisés, dizendo: Tu, pois, fala aos filhos de Israel, dizendo: Certamente guardareis meus sábados, porquanto isso é um sinal entre mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que eu sou o SENHOR, que vos santifica. Portanto, guardareis o sábado, porque santo é para vós; aquele que o profanar certamente morrerá; porque qualquer que nele fizer alguma obra, aquela alma será extirpada do meio do seu povo. Seis dias se fará obra, porém o sétimo dia é o sábado do descanso, santo ao SENHOR; qualquer que no dia do sábado fizer obra, certamente morrerá. Guardarão, pois, o sábado os filhos de Israel, celebrando o sábado nas suas gerações por concerto perpétuo. Entre mim e os filhos de Israel será um sinal para sempre; porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra, e, ao sétimo dia, descansou, e restaurou-se.*

Esses versículos retratam o Sábado como um sinal da aliança entre Deus e Israel; isso é importante, pois é repetido duas vezes. É difícil enxergar, no entanto, como a separação e guarda do Sábado como dia sagrado pode ser aplicada a outras nações. Ao contrário, era a observância do Sábado que diferenciava Israel das outras nações, da mesma forma como a circuncisão mantinha os judeus à parte.

E em relação ao domingo? [De acordo com alguns teólogos] O domingo seria outro dia estabelecido por Deus, para a Igreja, e não para Israel, e mesmo assim com características bem diferentes.

O Sábado judaico é um dia de descanso e adoração. Violar esse descanso sagrado gera punições. Ao contrário, o domingo cristão é um dia de alegria, atividade e comunhão, marcas relacionadas tanto ao dia em que Cristo ressuscitou como àquele em que reencontrou Seus discípulos, instruiu-os e assoprou sobre eles o Espírito Santo (Jo 20.22), comissionando-os a pregar o evangelho ao mundo.

Nas narrativas sobre a Igreja primitiva, vemos que o domingo, em vez de o Sábado, foi estabelecido pelos cristãos como dia de reunião e adoração a Deus.

No Antigo Testamento, a palavra *Sábado* é mencionada muitas vezes. No livro de Atos, ao contrário, o *Sábado* é encontrado apenas nove vezes, e em nenhuma das vezes é mencionado que este dia fosse guardado pelos cristãos.

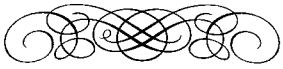
No primeiro capítulo de Atos, há menção a esse dia na frase *do caminho de um sábado* (At 1.12). No capítulo 13 de Atos, o termo aparece quatro vezes para descrever como Paulo usava esse dia para objetivos evangelísticos. Ele ia à sinagoga para pregar aos judeus que lá se reuniam (13.14,27,42,44). Capítulos posteriores de Atos (15.21; 17.2; 18.4) contêm algumas outras referências ao Sábado.

Em suma, na Bíblia, não é sugerido que a Igreja se reunisse no Sábado ou mesmo que contemplasse esse dia com alguma atenção ou afeição especial. Contudo, não devemos pensar que o quarto mandamento ou a celebração cristã do domingo como o Dia do Senhor nada tenha a ver com o pecado humano ou com a nossa necessidade de um Salvador. O Sábado era um dia para se lembrar de Deus como Criador e Libertador de Seu povo. Já o domingo cristão é um dia que celebra a ressurreição de Cristo.

No entanto, esse quarto mandamento é respeitado com naturalidade? Acaso o homem separa um tempo, qualquer tempo que seja, para adorar e servir a Deus, para se alegrar com Seus muitos favores? Não. O coração humano não é nem receptivo nem grato. Logo, estamos condenados nesse quesito da Lei também.

CAPÍTULO 6

# Os Dez Mandamentos e o amor aos outros



Em certo ponto de seus escritos, o grande religioso puritano Thomas Watson comparou os Dez Mandamentos, em Êxodo 20, à escada de Jacó[1](em Gn 28.11-19). Ele afirmou:

> O primeiro platô diz respeito a Deus e é o topo da escada que alcança o céu; o segundo platô diz respeito aos superiores e aos inferiores e é o pé da escada, que repousa sobre a terra. Pelo primeiro platô, caminhamos com reverência em direção a Deus; pelo segundo, caminhamos com zelo em direção aos homens. Não podemos ser bons no primeiro e ruins no segundo. (Watson, 1970, p. 122)

A verdade da última frase de Watson deveria estar clara. Assim como não podemos conhecer nós mesmos e os outros sem conhecermos Deus, não podemos agir com correção com as pessoas sem ter atitudes adequadas com Deus. O inverso também é verdadeiro. Para servir a Deus, devemos servir aos outros. Ser uma pessoa espiritual implica ser de "utilidade terrena".

## Quinto mandamento: *Honrar os pais*

O segundo platô da Lei começa com o relacionamento de uma pessoa com seus pais. Isso é proposital, pois, ao tratar com pais, o mandamento se concentra na menor célula da sociedade, a família, que é fundamental para todas as outras relações e estruturas sociais.

Outros tipos de pais estão incluídos na intenção desse mandamento. Comentaristas bíblicos observaram que há "pais políticos" (aqueles em posições seculares de autoridade), "pais espirituais" (pastores ou pastoras e outros conselheiros cristãos) e aqueles que são chamados de pai ou de mãe em virtude de sua idade e vasta experiência.

O quinto mandamento, entretanto, refere-se de forma específica aos pais naturais. O mandamento de Deus é: *Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR, teu Deus, te dá* (Êx 20.12). Isto significa que "devemos respeitar aqueles que Deus colocou para cuidar de nós e tratá-los com honra, obediência e gratidão" (Calvino, 1960, p. 401).

O pano de fundo sombrio desse mandamento é encontrado na resistência natural que as pessoas têm às autoridades. É por isso que a família é tão importante na organização de Deus. Se os filhos não forem ensinados a respeitar os pais, mas forem autorizados a seguir em frente desobedecendo e desonrando a eles, mais tarde se rebelarão contra outras formas constituídas de autoridade.

Se os filhos desobedecerem a seus pais, algum dia desobedecerão às leis. Se não respeitarem seus pais, não respeitarão os professores, aqueles dotados de sabedoria nem os policiais

e outras pessoas investidas de autoridade em alguma área. E pior, se não honrarem seus pais, eles não honrarão a Deus.

Assim, o quinto mandamento pode requerer dos pais disciplinar os filhos e filhas, uma responsabilidade sobre a qual a Bíblia é clara:

> *Instrui o menino no caminho em que deve andar, e, até quando envelhecer, não se desviará dele.*
>
> Provérbios 22.6

E se for preciso:

> *Castiga teu filho enquanto há esperança, mas para o matar não alçarás a tua alma.*
>
> Provérbios 19.18

Quando a Bíblia admoesta as crianças e os jovens a honrarem seus pais, ela dá uma palavra igualmente séria para os pais. Eles devem ser o tipo de pais que os filhos possam honrar. Os filhos devem sempre honrar os pais, devotando a eles respeito e consideração, independente das deficiências destes. No entanto, é certo que os filhos têm dificuldade de honrar pais indecorosos, bêbados, drogados, depravados e/ou irresponsáveis.

Uma vez que os filhos podem honrar e obedecer por completo aos pais que são dedicados, honestos, trabalhadores, fiéis, compassivos e sábios, o quinto mandamento encoraja todos que são pais a serem dignos. Além disso, exige esse padrão de todos os que estão em posição de autoridade: políticos, patrões, chefes, educadores e líderes que exercem influência sobre outros.

## SEXTO MANDAMENTO: *NÃO MATAR*

O sexto mandamento tem sido mal compreendido por muitos devido às traduções ruins da palavra hebraica *ratsach* como *matar*. A palavra, na verdade, significa *assassinar* ou *destruir*; a forma substantiva da palavra significa *homicídio culposo* (quando se mata sem intenção premeditada). Esse mandamento deveria ser entendido como *não assassinarás*. A falta de compreensão sobre isso levou alguns a entender que a Bíblia condena todas as formas de matança.

Contudo, essa interpretação despreza o fato de que a Bíblia aceita a morte de animais para a alimentação e o sacrifício, de inimigos na batalha e de réus considerados culpados por crimes hediondos após um justo julgamento. Aliás, em outras partes da Torá são prescritas penas de morte para algumas ofensas listadas no Decálogo.

No entanto, afirmar que a palavra *ratsach* significa *assassinar*, e não *matar*, é bastante desconfortável, pois, na perspectiva bíblica, assassinar tem um alcance amplo e contém indícios de que todos nós somos culpados.

Aqui, o ensinamento do Senhor Jesus no Sermão do Monte é em particular importante. Na época de Jesus e muitos anos antes, assassinato havia sido definido pelos líderes de Israel como um ato externo, e eles ensinavam que o mandamento se referia tão somente ao ato. Todavia Jesus questionou: "Assassinato é só isso? O ato de matar de forma injusta? É o que mostram as atitudes? O que dizer de uma pessoa que planejou matar outra, mas foi impedida de fazê-lo por circunstâncias externas? Ou daquela que deseja matar alguém, entretanto não o faz por medo de ser presa? E a pessoa que mata por olhares e palavras?".

Os homens fazem distinção usando esses parâmetros, e até estão certos pela perspectiva humana da lei. Deus, no entanto enxerga o coração e, por isso, preocupa-se também com as intenções. Jesus disse:

> *Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar será réu de juízo. Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão será réu de juízo.*
>
> Mateus 5.21

Logo, não é só dar lugar à ira que o sexto mandamento proíbe. De acordo com Jesus, Deus julgará até mesmo expressões grosseiras e maliciosas.

> *Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão será réu de juízo, e qualquer que chamar a seu irmão de raca será réu do Sinédrio; e qualquer que lhe chamar de louco será réu do fogo do inferno.*
>
> Mateus 5.22

No texto grego, esse versículo contém duas palavras chaves: *Raca* e *moros*. *Raca* é um termo pejorativo que significa *vazio;* entretanto, o insulto vai além do significado da palavra. Isso poderia ser traduzido como "você é um 'Zé ninguém', um nada". *Moros*, por sua vez, significa *bobo* (ou *moroso*). No entanto, a ofensa fala de alguém moralmente retardado. Alguém que sempre faz papel de bobo. Logo, a palavra tem o sentido de difamar a reputação de alguém.

Por essas palavras, Jesus ensinou que, pelos padrões de Deus, a expressão injuriosa e os comentários ofensivos desse tipo constituem desobediência ao sexto mandamento.

É óbvio, essa interpretação sonda a profundeza de nossa alma. Não ajuda muito lembrar que existe uma coisa como "raiva justa", ou que há diferença entre estar irado contra o pecado e irado contra o pecador. Contudo, a nossa raiva não costuma ser desse tipo. Em geral, o que nos provoca ira é alguma injustiça, real ou imaginária, que outros cometem contra nós.

Nesse caso, ao darmos lugar à ira cometemos assassinato? Sim, cometemos, de acordo com o padrão de Jesus. Guardamos rancor; fofocamos e caluniamos; perdemos a calma; matamos por menosprezo, maldade e inveja. E, sem dúvida, fazemos coisas ainda piores, que reconheceríamos se pudéssemos ver o interior de nosso coração como Deus vê. (Boice, 1972, p. 105-11)[2]

## Sétimo mandamento: *não cometer adultério*

Este mandamento também é muito direto: *Não adulterarás* (Êx 20.14).

No Sermão do Monte, o Senhor também o amplificou, explicando que esse mandamento tem a ver com os pensamentos e as intenções do coração, tanto quanto com as ações exteriores. Além disso, Ele associa esse mandamento a uma visão adequada para o casamento ao permitir o divórcio que normalmente se segue ao adultério.

Jesus declarou:

> *Ouvistes que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério. Eu, porém, vos digo que qualquer que atentar numa mulher para a cobiçar já em seu coração cometeu adultério com ela* [...]. *Também foi dito: Qualquer que deixar sua mulher, que lhe dê carta de desquite. Eu, porém, vos digo que qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de prostituição, faz que ela cometa adultério; e qualquer que casar com a repudiada comete adultério.*
>
> Mateus 5.27,28,31,32

De acordo com a visão de Jesus da Lei, luxúria é equivalente a adultério, da mesma forma que ódio é equivalente a assassinato. O padrão de Deus é pureza no leito conjugal e fidelidade fora dele.

Em nenhum outro ponto a moralidade contemporânea está em conflito mais evidente com os padrões bíblicos. A mídia usa a luxúria para fortalecer o materialismo e estimular a busca do prazer.

A televisão enche nossas salas e quartos com propagandas recheadas de sexo. Nos cinemas, é ainda pior; até as áreas mais nobres de nossas cidades estão infestadas de filmes

pornográficos e de terror. Os jornais anunciam esses filmes com imagens que seriam consideradas escandalosas há pouco tempo, e os telejornais descrevem os crimes sexuais nos mínimos detalhes.

O hedonismo[3] dos séculos 20 e 21 está sintetizado na chamada filosofia do *prazer*, que tem como ícone revistas como a *Playboy*. A proeza, de gosto duvidoso, da revista foi expor em papel de primeira linha a exploração do sexo nos guetos, vender essa cultura a milhões, incentivando uma filosofia que faz do prazer, tanto no sexo como em todas as outras áreas, a meta principal da vida.

O hedonismo faz do prazer pessoal o objetivo número um. É visto na cobiça de uma segunda casa, de um terceiro carro e no círculo lucrativo de amigos, assim como na pretensa "liberdade" que leva alguém a experimentar o sexo. Revistas como a *Playboy* e dezenas de outras ainda mais sórdidas apregoam a importância de escolher o melhor vinho, o mais potente aparelho de som, bem como o melhor tipo de parceiro sexual.

O problema não é a revista em si, mas a ideologia do prazer em primeiro lugar que ela capitalizou e difundiu, que se resume em: o que contribui para o meu prazer é prioridade máxima e, na busca desenfreada desse prazer, vale tudo.

O fato de não haver normas para o exercício dessa liberdade sexual remete-nos a outro desafio no terreno da ética bíblica: a assim chamada "nova moralidade", popularizada por clérigos como o Bispo J. A. T. Robinson, da Inglaterra, pelos americanos Joseph Fletcher, Harvey Cox, James Pike e outros.

Desde as primeiras publicações de suas novas visões da moral, alguns desses autores mudaram de posição; entretanto, um dia eles lançaram uma abordagem de moralidade baseada em duas convicções. A primeira é que o curso adequado da ação em qualquer conjunto de circunstâncias é para ser determinado pela própria situação, e não por qualquer norma ética predeterminada (mesmo que seja bíblica). A segunda é que o único fator absoluto em qualquer situação ética é a exigência do amor. Qualquer coisa está certa se não ferir a outra pessoa. Todavia, se isso vai ferir a outra pessoa ou não, é conclusão para ser tirada só no contexto da situação.

O que acontece é que de acordo com esses postulados, a fornicação e o adultério não são necessariamente errados. O certo e o errado vão depender de se o ato ajuda ou fere a outra pessoa. Na mesma linha de raciocínio, mentir, roubar, burlar a lei e outras ações consideradas erradas necessariamente não precisam ser evitadas.

O amor seria um guia apropriado para a ação correta, à medida que fôssemos capazes de amar como Deus ama e pudéssemos ter pleno conhecimento da situação e das consequências totais de nossos atos. Contudo, não amamos assim. Amamos de forma egoísta. Além do mais, não conhecemos as consequências totais que a nossa ação supostamente *desinteressada* e *amorosa* possa ter.

Um casal pode decidir que o sexo antes do casamento será bom para eles e que ninguém sairá ferido. Todavia, não pode ter certeza disso, e muitos, senão todos, que pensaram dessa maneira se deram mal. Há muita culpa envolvida, muitos modelos de infidelidade profundamente entranhados, e até muitos bebês indesejados, para que a "nova moralidade" seja uma opção válida.

Sob o impacto do movimento da mídia, do hedonismo e da "nova moralidade", o chavão *se parecer bom, faça* tornou-se a palavra de ordem de nosso tempo. Esse novo padrão deve ser aceito? Com base nos mandamentos de Deus, no Decálogo e no Sermão do Monte os cristãos devem responder *não*.

No entanto, ao mesmo tempo devemos reconhecer com honestidade, como esclareceu C. S. Lewis, que o padrão cristão é tão

difícil e tão contrário aos nossos instintos que, é óbvio, alguma coisa está errada, ou conosco ou com a sociedade (Lewis, 1958, p. 75). Devemos reconhecer que somos todos pecadores e que nem os cristãos são automaticamente vitoriosos sobre os pecados e perversões sexuais[4].

Como um mandamento em negativa no Decálogo, o sétimo mandamento contém também seu lado positivo. A declaração positiva, como mencionado antes, é a pureza no leito conjugal e a fidelidade fora dele. Nós não seremos puros no leito nem fiéis fora dele se os pensamentos não forem levados em conta, pois os pecados começam no pensamento (Tg 1.14,15).

É impressionante como estamos longe dos padrões de Deus! E quanta miséria atraímos para a nossa vida e a vida de outros como resultado disso!

## Oitavo mandamento: *não roubar*

A visão de que não se deve roubar é normalmente aceita como padrão em toda a humanidade, mas apenas a doutrina bíblica demonstra porque isso é errado. A razão é porque tudo que uma pessoa possui por direito e justiça foi concedido a ela por Deus. *Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança, nem sombra de variação* (Tg 1.17). Portanto, roubar alguma coisa de alguém é pecar contra Deus.

É claro que o roubo também é um abuso contra os outros. Ele pode prejudicar muito se a pessoa lesada não puder repor a perda. Um roubo sempre causa dano, pois ele trata a pessoa roubada como alguém que não é digno de respeito ou amor. E até nisso nós pecamos contra Deus já que foi Ele quem concedeu valor à outra pessoa.

Temos um exemplo dessa perspectiva no grande salmo de confissão de Davi. Embora ele tenha roubado o bom nome de Bate-Seba e a vida do marido desta, Davi disse em referência a Deus: *Contra ti, contra ti somente pequei* (Sl 51.4).

Não devemos pensar que cumprimos esse oitavo mandamento só porque não arrombamos a porta de uma casa para roubar os bens de quem mora nela. Há situações diferentes em que podemos roubar algo de Deus, de outras pessoas e até de nós mesmos. Há muitas maneiras de roubar: por furto, violência, mentira ou engano. E há muitas coisas que podemos roubar: dinheiro, tempo, ou mesmo a reputação de uma pessoa.

Roubamos de Deus quando deixamos de adorá-lo como deveríamos ou quando colocamos nossos próprios conceitos ou interesses na frente dos dele. Roubamos-lhe quando gastamos nosso tempo em ocupações preguiçosas, em vez de falar aos outros da Sua graça.

Roubamos de um empregador quando não fazemos o melhor de que somos capazes, quando estendemos demais a hora do lanche ou saímos do trabalho antes da hora. Roubamos quando gastamos com negligência os produtos com os quais trabalhamos, usamos o telefone ou a internet para longas conversas pessoais, em vez de assuntos de trabalho.

Roubamos quando, como comerciantes, cobramos caro demais por um produto ou tentamos levar vantagem em algum negócio. Roubamos ao vender um produto inferior com a imagem melhor do que de fato é. Também roubamos de nossos empregados se o ambiente de trabalho for nocivo à saúde deles ou se não os pagarmos o suficiente para que mantenham sua saúde e padrão de vida adequado.

Roubamos quando administramos mal o dinheiro dos outros, quando pegamos emprestado e não pagamos na data combinada ou simplesmente deixamos de pagar.

Roubamos de nós mesmos quando desperdiçamos nossos recursos, sejam eles talentos, tempo ou dinheiro; quando temos bens

materiais em excesso, enquanto faltam aos outros as necessidades básicas de subsistência (comida, roupa, moradia ou cuidado médico). Roubamos quando nos tornamos avarentos, acumulando dinheiro e não suprindo nem as nossas próprias necessidades.

O lado positivo desse oitavo mandamento é óbvio: se nos disciplinarmos para não furtar o que pertence aos outros, poderemos também fazer tudo que estiver ao nosso alcance para prosperar os outros, ajudando-os a atingir o seu potencial completo.

O Senhor vaticina este dever na *Regra áurea*: *Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas* (Mt 7.12).

Não podemos deixar de ver que esse mandamento estabelece de forma indireta o direito à propriedade privada. Se não devemos tirar dos outros, fica bastante claro que a base da proibição é o direito das pessoas de possuírem bens, e que esse direito é reconhecido por Deus.

Alguns ensinam que os cristãos deveriam ter tudo em comum; entretanto, isso não é bíblico. É verdade que por várias razões históricas e sociais um grupo de pessoas pode escolher disponibilizar suas posses para uso comum, assim como os cristãos primitivos fizeram durante um tempo em Jerusalém (At 2.44,45).

Alguns podem ser chamados especificamente para fazer isso, a fim de testemunharem diante do mundo que a vida de alguém não consiste na abundância dos bens que possui (Lc 12.15), ou para que aquela pessoa, que está presa às suas posses, seja liberta desse jugo e venha a crescer espiritualmente.

O jovem rico ouviu a recomendação de Jesus de que devia abrir mão de seus bens e dar aos pobres. Apesar desse conselho, dado numa situação especial, nem o Antigo nem o Novo Testamento proíbem a possessão particular de bens; ao contrário, estimulam-na.

O caso de Ananias e Safira é, às vezes, citado para apoiar a teoria comunal, pois eles supostamente caíram mortos por reterem da Igreja uma parte dos ganhos com a venda da propriedade (At 5.1-11). No entanto, o pecado deles não foi possuir a propriedade, mas terem mentido tanto à Igreja como ao Espírito Santo. Eles fingiram estar dando tudo quando, na verdade, estavam retendo uma parte.

Neste episódio, o apóstolo Pedro até endossou o direito do casal àquelas possessões. Ele disse:

> *Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo e retivesses parte do preço da herdade? Guardando-a, não ficava para ti? E, vendida, não estava em teu poder? Por que formaste este desígnio em teu coração? Não mentiste aos homens, mas a Deus.*
>
> Atos 5.3,4

O fato de a Bíblia estabelecer o direito à propriedade privada não torna mais fácil para nós cumprirmos o oitavo mandamento. Torna as coisas ainda mais difíceis. Não há como escapar do fato de que muitas vezes nós roubamos dos outros aquilo que lhes é devido, e tornamo-nos ladrões perante o tribunal de Deus.

## NONO MANDAMENTO: *NÃO MENTIR*

Ao falarmos de roubo da reputação de alguém no tópico anterior, antecipamos o nono mandamento: *Não dirás falso testemunho contra o teu próximo* (Êx 20.16).

Essa é a última sequência de mandamentos que tem a ver com a preocupação com os direitos dos outros como uma expressão adequada do mandamento para amar. Ao difamarmos uma pessoa, nós espoliamos o seu bom nome e a sua posição social.

John Stott afirmou:

> Este mandamento não é aplicável apenas às cortes e aos tribunais. Isso não inclui perjúrio. Contudo, inclui também todas as formas de escândalo e difamação, toda conversa ociosa e *disse me disse,* todas as mentiras, os exageros ou distorções da verdade. Podemos prestar falso testemunho simplesmente ouvindo aos maus rumores, assim como passando eles adiante, ao fazermos gracinhas à custa de alguém, ao criarmos impressões falsas, por não corrigirmos as declarações incorretas; por nosso silêncio e por nossa fala. (Stott, 1958, p. 69)

Nosso dever para com a outra pessoa é só a metade da história. Não se trata apenas de ferirmos a outra pessoa pelo falso testemunho ou por palavras ásperas. Nós também desonramos a Deus por faltarmos com a verdade. Ele é o Deus da verdade e detesta a mentira (Is 65.16; Jo 14.6).

A Bíblia afirma que alguém que é obediente a Deus ama e *não folga com a injustiça, mas folga com a verdade* (1 Co 13.6). Ela nos exorta: *Falai a verdade cada um com o seu próximo* (Ef 4.25).

Isso não é nada fácil para qualquer um que esteja consciente e preocupe-se com sua integridade pessoal. Em algumas situações, contar uma mentira ou omitir a verdade parece quase imperioso. Em outras situações, falar a verdade parece impossível. Para o homem pode até ser impossível, porém para Deus tudo é possível (Lc 18.27).

Como nós começamos a crescer nessa área? Quando começamos a perceber que *a boca fala do que está cheio o coração* (Mt 12.34) e que o coração pode ser transformado quando habitado pelo Senhor Jesus Cristo. Se em nosso coração estiver entronizado nosso *eu,* então será inevitável escondermos a verdade para tirar algum proveito. Todavia, se a verdade encher o coração, o que acontece quando Jesus passa a controlá-lo, o que dissermos será cada vez mais verdadeiro e edificante.

## Décimo mandamento: *Não cobiçar coisas alheias*

Este é talvez o mandamento mais revelador e devastador de todos, pois trata em especial da natureza interior da Lei. Cobiça é uma atitude da natureza interior que pode ou não ser expressa num ato aquisitivo exterior. Além disso, a cobiça pode ser direcionada para praticamente tudo. O texto do Decálogo esclarece:

> *Não cobiçarás a casa do teu próximo; não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.*
>
> Êxodo 20.17

É impressionante como esse mandamento é atual e como ele atinge em cheio a raiz de nossa cultura ocidental materialista. Um elemento repugnante de nosso materialismo é a insensibilidade para com as necessidades do próximo, que se reproduz na indiferença pelo pobre tanto nas nossas cidades como no resto do mundo. Todavia, ainda mais repugnante que isso é a nossa insatisfação com as nossas riquezas e oportunidades.

É verdade que nem todos no Ocidente são prósperos e não há nada errado em tentar melhorar nossa vida material numa justa medida, em especial quando pertencemos a uma classe social inferior. Isso, em si, não é cobiça. Contudo, é errado desejar alguma coisa simplesmente porque vemos outra pessoa desfrutar daquilo. É errado desejar possuir mais quando não há necessidade disso. É errado aborrecer-se com a limitação de nossos recursos.

A cobiça é o que a mídia parece determinada a insuflar em nós, para que a nossa economia nacional extravagante e esbanjadora

continue a crescer, mesmo que isso cause dano à economia das nações menos desenvolvidas.

Não há outra maneira como possamos enxergar nossa cobiça. Muitos, principalmente os cristãos, contentam-se com o que Deus dá. Não são materialistas em demasia. No entanto, são cobiçosos em relação aos filhos. Sempre querem que eles tenham o melhor e, em muitos casos, sentem-se magoados e até rejeitados quando os filhos, já crescidos, respondem de forma positiva ao chamado de Deus para renunciarem à vida de abundância material e dedicarem-se à obra missionária ou a outro serviço cristão.

## O SALÁRIO DO PECADO E O DOM DE DEUS

Não posso encerrar este estudo sobre a Lei de Deus como está exposta nos Dez Mandamentos sem aplicá-la de forma pessoal. Examinamos, pois, dez áreas em que Deus exige certos padrões de conduta do homem.

Ao deparar-nos com os mandamentos de Deus, sentimo-nos julgados por não o adorarmos como deveríamos, e elegermos ídolos; por não honrarmos por completo o nome de Deus; não nos regozijarmos no Dia do Senhor nem o servirmos bem. Além disso, somos falhos no trato com nossos pais. Matamos nosso próximo, por ódio e com o olhar, quando não de forma literal. Cometemos adultério por pensamentos e, quem sabe, alguma vez por atos. Não temos sido verdadeiros. Desejamos e cobiçamos coisas que são de nossos vizinhos.

Deus nos vê em nosso pecado, pois *todas as coisas estão nuas e patentes aos olhos daquele com quem temos de tratar* (Hb 4.13). Então, qual é a reação de Deus? Ele não nos desculpa automaticamente, pois Ele não pode compactuar com o pecado. Ele nos esclarece que, de forma alguma, Ele nos purificará da culpa [se não nos arrependermos de verdade]. Ele ensina que *o salário do pecado é a morte* (Rm 6.23). Logo, o julgamento em breve será executado.

O que podemos fazer? Por nós mesmos, nada. Contudo, a glória do evangelho é que não fomos deixados sozinhos. Em vez disso, Deus interveio para fazer o que não podíamos. Fomos julgados pela Lei, e achados culpados. Deus, entretanto, enviou Jesus, que foi julgado pela Lei e achado perfeito. Ele morreu em nosso lugar recebendo sobre si a justa condenação que nos cabia, para que o caminho fosse aberto e Deus nos revestisse com a Sua justiça.

Todavia, a Bíblia vai além de lembrar que o *salário do pecado é a morte.* Ela declara que *o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor* (Rm 6.23). A Lei faz o trabalho certo. Ela não justifica ninguém. [Antes, expõe o pecado de quem não a observa.] Mas somos justificados por Cristo, ao arrepender-nos de nossas obras perversas e voltar-nos para o Salvador, que é nossa única esperança [de perdão e justificação diante de Deus].

## NOTAS

1 **A Escada de Jacó** representada na fachada oeste da Abadia de Bath. A Escada de Jacó é uma escada mencionada na Bíblia (Gn 28.11-19) pela qual os anjos ascendiam e desciam de lá. Foi vista pelo patriarca Jacó durante um sonho, depois de sua fuga por seu confronto com seu irmão Esaú.
(Fonte: http://pt.wikilingue.com/es/Escada_de_Jacob)

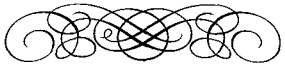
2 Eu discuti este mesmo tema com abrangência maior em *The Sermon on the Mount* [O Sermão do Monte]. In: *Pastores sem fronteiras*. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1972, p. 105-11.

3 O **hedonismo** (do grego *hedonê*, prazer, vontade) é uma doutrina filosófico-moral que afirma ser o prazer o supremo bem da vida humana. Surgiu na Grécia, e seus importantes defensores foram Aristipo de Cirene e Epicuro. O hedonismo filosófico moderno procura fundamentar-se numa concepção mais ampla de prazer entendida como felicidade para o maior número de pessoas. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hedonismo)

4 O material sobre moralidade sexual contemporânea também aparece no meu livro *The Sermon on the Mount* [O Sermão do Monte], p. 112-15. Uma discussão completa da interpretação de Jesus do sétimo mandamento e da questão do divórcio ocupa as páginas 112-48.

CAPÍTULO 7

# A IRA DE DEUS



Reinhold Niebuhr, em seu livro *The Nature and Destiny of Man* [A natureza e o destino do homem], identifica três elementos que influenciam a visão que o ser humano tem de Deus:

> [Primeiro,] há o sentido de reverência pela majestade e de dependência diante da fonte primordial do ser. [Segundo,] o sentido de dever moral que transcende o próprio eu e de insuficiência moral diante de um juiz. [Terceiro,] o anseio por perdão. (NIEBUHR, 1949, p. 131)

Esses três elementos, dispostos especificamente nessa ordem, descrevem a forma como construímos nosso conhecimento a respeito de Deus enquanto Criador, Juiz, e Redentor. Não podemos conhecê-lo de forma adequada como Juiz antes de conhecermos nossos deveres para com Ele enquanto Criador. Também não podemos conhecê-lo como Redentor até que estejamos conscientes do quanto pecamos contra Ele, estando, por causa disso, debaixo de Seu implacável juízo.

Isso significa, é claro, que devemos estudar a ira divina antes de apreciarmos corretamente as doutrinas de redenção. Contudo, aqui surge um problema. Muitos de nossos contemporâneos, incluindo cristãos, envergonham-se da existência da ira do Senhor, visto que a consideram algo essencialmente indigno de um Deus de amor. Por isso, esse não é um tema muito falado, pelo menos em público.

Ouvimos muitas pregações sobre o amor de Deus. Livros e mais livros nos ensinam como o poder dele nos ajuda a resistir às tentações, ao desânimo, à tristeza e a muitas outras coisas. Os evangelistas não se cansam de falar sobre a graça de Deus e sobre Seu plano para nos salvar da condenação eterna. No entanto, ouvimos pouco sobre a ira ou o julgamento divino. O que está errado?

Os escritores da Bíblia não compartilhavam dessa visão, visto que consideravam a ira do Senhor como uma de Suas *perfeições*. Isso os levava a apresentar o evangelho como uma *ordem* de Deus para o arrependimento (At 17.30).

Será que os cristãos modernos perderam de vista alguma coisa que os autores bíblicos sabiam e admiravam? Será que estamos negligenciando uma doutrina sem a qual as outras, inevitavelmente, perdem o sentido? Ou será que esse ponto de vista moderno está mais correto?

Um dos problemas que se apresentam é que, nem sempre, nosso vocabulário atual consegue expressar a verdadeira essência da ira divina. A palavra para *ira*, por exemplo, significa *raiva*, *fúria* ou *cólera*, e isso (pelo menos no âmbito humano) não é exatamente o que queremos afirmar quando falamos que o Senhor se ira no julgamento do pecado.

Todavia, nosso maior problema nesse contexto não é linguístico, mas sim espiritual, visto que, por causa do pecado, o relacionamento entre toda a humanidade e seu Criador foi quebrado. A abundância de pecado produziu, para nós, um estado de condenação, tornando-nos incapazes de reconhecer nossa culpa, o que, por sua vez, faz com que consideremos injusta a ira de Deus sobre nós.

Por que os cristãos tendem a aceitar essa avaliação contemporânea que nada tem de bíblica? Por certo, a ideia da ira divina nunca foi popular, mas nem assim os profetas, apóstolos, teólogos e mestres da Antiguidade deixaram de falar sobre ela: "Uma das coisas mais contundentes a respeito da Bíblia é o vigor com que ambos os Testamentos enfatizam a realidade e o terror da ira de Deus" (Packer, 1973, p. 134-135).

A maneira de vencer nossa relutância é desejar redescobrir a importância da ira do Senhor por meio de um estudo minucioso de todo o ensinamento bíblico sobre ela.

## A ira no Antigo Testamento

No Antigo Testamento, em meio a muitas referências à cólera humana, mais de 20 palavras foram usadas, em cerca de 600 passagens importantes, a fim de expressar a ira divina.

Além disso, elas não são passagens isoladas, obras de um autor desleixado editadas por um redator igualmente desatento. Mil vezes não. Estamos falando de palavras interligadas com os temas mais essenciais do Antigo Testamento: a transmissão da Lei, a vida na terra, a desobediência de uma parte do povo de Deus, e a escatologia.

As menções mais antigas da ira de Deus estão em conexão com a transmissão da Lei no monte Sinai. Para sermos exatos, as primeiras referências ocorreram apenas dois capítulos depois do relato da entrega dos Dez Mandamentos:

> *A nenhuma viúva nem órfão afligireis. Se de alguma maneira os afligirdes, e eles clamarem a mim, eu certamente ouvirei o seu clamor e a minha ira se acenderá, e vos matarei à espada; e vossas mulheres ficarão viúvas, e vossos filhos, órfãos.*
>
> Êxodo 22.22-24

Dez capítulos adiante, numa passagem sobre o pecado cometido na construção e adoração do bezerro de ouro, Deus e Moisés discutiram sobre a ira. O Senhor, então, declarou:

> *Agora, pois, deixa-me, que o meu furor se acenda contra eles, e os consuma; e eu farei de ti uma grande nação. Porém Moisés suplicou ao SENHOR, seu Deus, e disse: Ó SENHOR, por que se acende o teu furor contra o teu povo, que tu tiraste da terra do Egito com grande força e com forte mão? Por que hão de falar os egípcios, dizendo: Para mal os tirou, para matá-los nos montes e para destruí-los da face da terra? Torna-te da ira do teu furor e arrepende-te deste mal contra o teu povo.*
>
> Êxodo 32.10-12

Ficou claro, nessa passagem, que o apelo de Moisés não estava baseado nem na suposta inocência do povo (todos sabiam que este não era inocente), nem na ideia de que Deus, por ser amor, não deveria irar-se. O apelo ao Senhor foi feito com base na reputação de Seu nome, com alegações de que Seus atos seriam mal interpretados pelos não aliançados com Ele. Contudo, não restam dúvidas de que a ira é uma reação apropriada de Deus diante do pecado.

A primeira característica bíblica da ira divina a diferencia imediatamente da ira exercida pelas divindades pagãs: sua *consistência*. Ela não é arbitrária, como se Deus, por algum capricho ou razão mesquinha, decidisse voltar-se contra os que Ele amou e favoreceu em tempos passados.

Ao contrário, diante do pecado e do mal, Deus é consistente e inflexível. Nessa primeira passagem, o Senhor se irou por causa do pecado cometido contra as viúvas e os órfãos e, na segunda, por nossos pecados contra Ele mesmo.

Outros exemplos podem ser dados. No último capítulo do livro de Jó, o Senhor se irou contra os amigos do patriarca por causa de seus conselhos tolos e arrogantes (Jó 42.7).

Em Deuteronômio 29.23-28 foi abordado o tema do derramamento da ira divina contra Sodoma, Gomorra e outras cidades devido à sua idolatria.

Em Deuteronômio 11.16,17, o pecado foi descrito como servir a *outros deuses* e adorá-los.

Esdras, por sua vez, escreveu sobre a ira de Deus *sobre todos os que o deixam* (Ed 8.22).

Algo mais ficou evidente nessas passagens. Como o pecado que instiga a ira do Senhor é essencialmente um afastamento ou uma rejeição a Ele, nós mesmos somos responsáveis pelas consequências dela, tendo em vista que a mesma é a resposta divina a nossa rebeldia.

Isso não significa, é claro, que a ira de Deus seja passiva, pois o Senhor sempre opera de forma ativa, e vai agir em perfeita medida no Juízo Final. Entretanto, tampouco quer dizer que ela deva ser considerada um aspecto negativo da personalidade divina, visto que é tão real como todos os Seus demais atributos.

Nosso pecado não é capaz de anular a presença do Pai em nossa vida. O máximo que podemos fazer é trocar um relacionamento com Ele por outro, ou seja, se não experimentarmos Seu amor e Sua graça, vivenciaremos Sua ira, pois Deus não pode ser tolerante com o mal.

O *caráter judicial* identificado na manifestação da ira divina é irrefutável. Sabendo que a justiça nunca será completamente exercida neste mundo, os autores do Antigo Testamento projetaram para o futuro o derramamento perfeito da resposta de Deus ao pecado, momento em que todas as contas serão ajustadas. Por isso, encontramos referências frequentes ao dia da ira de Deus ou dia do juízo.

O primeiro capítulo do livro de Naum é um exemplo disso:

> *O SENHOR é um Deus zeloso e que toma vingança; o SENHOR toma vingança e é cheio de furor; o SENHOR toma vingança contra os seus adversários e guarda a ira contra os seus inimigos. O SENHOR é tardio em irar-se, mas grande em força e ao culpado não tem por inocente* [...] *Quem parará diante do seu furor? E quem subsistirá diante do ardor da sua ira? A sua cólera se derramou como um fogo, e as rochas foram por ele derribadas. O SENHOR é bom, uma fortaleza no dia da angústia, e conhece os que confiam nele. E com uma inundação transbordante acabará de uma vez com o seu lugar; e as trevas perseguirão os seus inimigos.*
>
> Naum 1.2,3,6-8

Há menções à ira de Deus sendo dirigida contra as nações pagãs também em Salmos:

> *Então* [o Senhor], *lhes falará na sua ira e no seu furor os confundirá. Eu, porém, ungi o meu Rei sobre o meu santo monte Sião. Recitarei o decreto: O SENHOR me disse: Tu és meu Filho; eu hoje te gerei. Pede-me, e eu te darei as nações por herança e os confins da terra por tua possessão. Tu os esmigalharás com uma vara de ferro; tu os despedaçarás como a um vaso de oleiro.*
>
> Salmo 2.5-9

Amós direcionou o aviso do Senhor para os religiosos que erroneamente julgaram que o *dia da ira* divina seria favorável a eles:

> *Ai daqueles que desejam o dia do SENHOR! Para que quereis vós este dia do SENHOR? Trevas será e não luz. Como*

*se um homem fugisse de diante do leão, e se encontrasse com ele o urso ou como se, entrando em uma casa, a sua mão encostasse à parede, e fosse mordido por uma cobra. Não será, pois, o dia do SENHOR trevas e não luz? Não será completa escuridade sem nenhum resplendor?*

Amós 5.18-20

Devido ao acúmulo de pecado e à necessidade cada vez maior de uma justiça final e retributiva, há uma ênfase crescente no que se refere ao tempo do juízo de Deus nos últimos livros do Antigo Testamento.

## A ira no Novo Testamento

A presença, ainda que menos frequente, de textos que tratam da ira de Deus no Novo Testamento mostra-nos que essa questão era tão real para Jesus e para os autores neotestamentários quanto para os autores veterotestamentários.

O Novo Testamento grego tem apenas duas palavras principais para *ira*. Uma delas é *thymos*, de uma raiz (*thyo*) que significa *precipitar-se com ímpeto, estar no calor da violência* ou *ofegar com fúria*. Seu significado único seria *arquejar cólera*.

A outra palavra é *orge*, que tem uma origem bem diferente. Sua raiz (*orgao*) significa *tornar-se pronto para alguma coisa*; a forma substantiva fala da ira que vai tomando forma de maneira lenta, durante um longo período.

Em muitas aplicações, as duas palavras aparentemente perderam seus sentidos originais, passando a ser usadas de forma alternada. Todavia, *orge* se encaixa melhor para exemplificar a ira de Deus como um crescimento e uma intensificação gradual de oposição ao pecado.

Leon Morris observou que, fora do livro de Apocalipse, *thymos* é usada apenas uma vez com a conotação de *furor de Deus*, e concluiu:

> Quando queriam aludir à ira divina, os escritores bíblicos habitualmente usavam uma palavra que se refere não tanto a uma súbita chama de paixão que logo se apagará, mas a uma oposição firme e forte a tudo que é mau, que brota da própria natureza de Deus. (Morris, 1956, p. 162-63)

Os escritores neotestamentários falam da *ira vindoura*. No Novo Testamento, há um reconhecimento amplo de que nós vivemos no tempo da graça de Deus, o qual é caracterizado pela livre oferta do evangelho da salvação por intermédio da fé em Jesus Cristo.

Contudo, isso não significa que Deus interrompeu o derramar de Sua ira sobre o pecado, ou que Ele não a manifestará no Juízo Final. Pelo contrário, a apreensão geral sobre esse dia tem se intensificado cada vez mais.

Jesus falou muitas vezes do inferno, alertando sobre as consequências do pecado e mencionando a punição justa e certeira preparada por Deus para as pessoas incrédulas.

O autor do livro de Hebreus escreveu:

*Quebrantando alguém a lei de Moisés, morre sem misericórdia, só pela palavra de duas ou três testemunhas. De quanto maior castigo cuidais vós será julgado merecedor aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue do testamento, com que foi santificado, e fizer agravo ao Espírito da graça? Porque bem conhecemos aquele que disse: Minha é a vingança, eu darei a recompensa, diz o Senhor. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo. Horrenda coisa é cair nas mãos do Deus vivo.*

Hebreus 10. 28-31

Portanto, a revelação do Novo Testamento sobre a ira de Deus também é relevante, assim como no Antigo.

Em Romanos 1.18, Paulo utilizou o tempo verbal no presente: *Porque do céu se manifesta*

*a ira de Deus sobre toda impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça.* Se tivesse utilizado o futuro, sua afirmação também faria sentido, visto que ele estaria referindo-se ao Juízo Final de Deus.

Entretanto, no tempo presente, o versículo parece referir-se a uma manifestação contínua da ira divina contra a impiedade em todos os lugares e épocas da história, ou seja, contra o excesso dos efeitos do pecado que foi discutido no restante do capítulo.

Entre esses efeitos, está a cegueira de entendimento responsável pela rejeição da verdade de Deus (Rm 1.21), bem como a degradação da consciência religiosa de uma pessoa e sua correspondente destruição (Rm 1.23) por causa das perversões sexuais, das mentiras, da inveja, do ódio, do assassinato, das rixas, dos enganos, da desobediência aos pais, entre outras coisas (Rm 1.24-31).

Nada nessas listas sugere que o apóstolo Paulo estava substituindo uma manifestação presente e excessiva do pecado por uma manifestação direta e pessoal da ira do Senhor em algum tempo futuro, como alguns teólogos chegaram a ensinar (DODD, 1932, p. 20). Apesar de também ter mencionado uma manifestação futura do furor divino (Rm 2.5; 1 Ts 1.10; 2.16; 5.9), Paulo enxergava a evidência deste nos efeitos presentes do pecado.

Podemos afirmar que Deus nos alertou sobre o julgamento que estava por vir. Primeiro, pela nossa própria consciência de certo e errado, de justiça e injustiça; segundo, pelas evidências de um inevitável derramamento de Sua justiça nos dias de hoje.

Paulo descreveu esse processo como o testemunhara no paganismo e, atualmente, é possível encontrar evidências paralelas a ele, pois, quando desistimos de Deus, Ele nos entrega *às concupiscências* [...] *às paixões infames* [...] [e] *a um sentimento perverso* (Rm 1.24,26,28). Vemos isso na decadência galopante da moral ocidental, na destruição das famílias, na insanidade, e em outras formas de desintegração psicológica, bem como em alguns aspectos supostamente pequenos de nossa vida, como a impaciência, a insônia, a insatisfação e a infelicidade.

Ao somar esses fatores, por um lado temos a reação básica e quase universal da humanidade contra o conceito da ira divina, que é vista como um sentimento vingativo e cruel, indigno de um Deus de amor. Por outro lado, temos a totalidade da revelação bíblica na qual essa reação do Senhor ao pecado é retratada como uma de Suas perfeições.

Interpretada como um posicionamento coerente do Altíssimo contra o mal, a ira é tida como algo judicial, manifestação da natureza divina que os seres humanos atraíram para si e, não menos importante, como alguma coisa sobre a qual nós temos sido alertados com clareza.

A ira de Deus não é ignóbil. Ao contrário, ela é nobre, muito justa e perfeita, sendo precisamente por isso que nos incomoda. No que tange aos assuntos humanos, temos em alta consideração a justiça e a ira do sistema judiciário, pois ele nos protege. Se, por alguma razão, estivermos em conflito com a lei, temos a oportunidade de apelar, de escapar por uma lacuna legal ou de alegar um delito menor e ser perdoados por ele. Todavia, com Deus não podemos fazer isso, visto que, em Cristo, não lidamos com as imperfeições da justiça humana, mas com a perfeição da justiça divina.

No que se refere ao sistema judicial divino, lidamos com Aquele para quem não apenas as ações, mas também os pensamentos e intenções são visíveis. Quem pode escapar de tal justiça? Quem pode suster-se diante de um Juiz tão inflexível? Ninguém.

Diante dessa verdade, ofendemo-nos com a ira de Deus contra nosso pecado e tentamos, ainda que infrutiferamente, negar sua realidade de todas as maneiras possíveis. Negando-a, nunca enxergaremos nossa carência

espiritual nem seremos capazes de voltar-nos para o Senhor Jesus Cristo a fim de buscar a salvação.

Se não nos voltarmos para o Senhor, nunca o conheceremos de verdade nem conseguiremos ver-nos como somos. É somente quando nós conhecemos a Deus como Criador que podemos discerni-lo como Juiz, e, então, quando o reconhecemos como tal, podemos discerni-lo como nosso Redentor.

## Apaziguando a ira de Deus

Vamos prosseguir examinando a revelação de Deus como Redentor no Antigo e no Novo Testamento. Isso nos ocupará no próximo capítulo (no que se refere ao Antigo Testamento) e, depois, dos capítulos nove até o 18 (no que tange ao Novo), quando trataremos da pessoa e da obra de Jesus Cristo.

Entretanto, devemos rever, antes de qualquer coisa, a passagem na qual Deus e Moisés conversam a respeito do pecado de Israel. De certa forma, esse versículo vem entre a declaração da ira divina contra o pecado e a revelação subsequente do caminho da salvação que nos é dada por Ele.

Moisés esteve no monte por 40 dias recebendo a Lei. Quando os dias viraram semanas, os israelitas que esperavam inquietos tinham convencido o irmão de Moisés, Arão, a esculpir um deus substituto para eles.

Sabendo o que estava acontecendo no vale, Deus interrompeu Sua revelação da Lei para contar a Moisés o que o povo estava fazendo, preparando seu retorno para ele.

Essa foi uma situação irônica. Deus dera a Moisés os Dez Mandamentos, que começavam da seguinte forma:

> *Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem de escultura, nem alguma semelhança do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não te encurvarás a elas nem as servirás; porque eu, o SENHOR, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a maldade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia em milhares aos que me amam e guardam os meus mandamentos.*
>
> Êxodo 20.2-6

Enquanto o Senhor estava entregando essas palavras, o povo que Ele salvara da escravidão no Egito fazia exatamente o que era proibido. E não apenas isso: os israelitas praticavam adultério, mentira, cobiça, desonravam seus pais, e, sem dúvida, descumpriam todos os outros mandamentos. Nesse ponto, quando Deus declarou Sua intenção de julgar o povo de forma total e imediata, Moisés intercedeu por Israel.

Por fim, Moisés começou a descer o monte para tratar com o povo. Mesmo em um nível humano e à parte de qualquer ideia da graça de Deus, o pecado deve ser julgado.

Então, Moisés começou a lidar com isso da melhor maneira que sabia. Primeiro, ele repreendeu Arão em público. Depois, convocou todos que ainda estavam do lado do Senhor para se separarem dos demais e ficarem ao lado dele.

A tribo de Levi se apresentou. Ao comando de Moisés seus integrantes foram enviados a campo aberto para executar de forma impiedosa os líderes da rebelião. O capítulo afirma que três mil homens morreram na ocasião, número aproximado de meio por cento dos 600 mil que deixaram o Egito (Êx 12.37; 32.28; incluindo mulheres e crianças, o número total naquele êxodo pode ter sido de dois milhões de pessoas). Ao mesmo tempo, Moisés também destruiu o bezerro de ouro. Ele o lançou ao chão, misturou o ouro da imagem destruída com água e fez o povo beber.

De um ponto de vista humano, Moisés tratou com o pecado. Os líderes rebeldes foram punidos. Arão foi repreendido. A lealdade do povo foi, pelo menos temporariamente, recuperada. Tudo parecia estar bem. Moisés permaneceu numa relação especial com Deus assim como numa relação especial com o povo. Mas, Deus ainda aguardava em ira no topo da montanha. O que Moisés devia fazer?

Para teólogos de gabinete, o conceito da ira de Deus pode parecer apenas especulação. Todavia, Moisés não era um teólogo de gabinete. Ele tinha conversado com Deus. Ele tinha ouvido a Sua voz. Naquela altura, nem toda a Lei havia sido dada, entretanto Moisés tinha recebido o suficiente dela para saber alguma coisa do horror do pecado e da natureza incorruptível da justiça de Deus.

Não havia dito Deus: *Não tereis outros deuses diante de mim* (Êx 20.3)? Não havia Ele prometido visitar a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta gerações? Quem era Moisés para pensar que o julgamento limitado que ele havia começado satisfaria a santidade de um Deus como esse?

A noite havia passado e chegara a manhã em que Moisés voltaria a subir o monte. Ele esteve pensando. Em algum momento da noite veio a ele uma maneira que possivelmente desviaria a ira de Deus contra o povo. Moisés se lembrou dos sacrifícios dos patriarcas hebreus e do recém-instituído sacrifício da Páscoa.

Com certeza, Deus mostrara por esses sacrifícios que estava preparado para aceitar um substituto inocente no lugar da morte merecida do pecador. A ira de Deus poderia algumas vezes cair sobre o substituto. "Quem sabe, Deus aceitará?" Quando rompeu a manhã, Moisés subiu o monte com grande determinação.

Ao chegar ao topo, ele começou a falar com Deus. A conversa deve ter sido tensa, pois o texto hebraico não é uniforme e a segunda frase de Moisés se interrompe sem um fim, o que está indicado pelo rompante no meio de Êxodo 32.32. É um clamor desesperado, um gemido que sai do coração de um homem que pede para ser punido se isso puder representar a salvação do povo que ele veio a amar.

> *Assim, tornou Moisés ao SENHOR e disse: Ora, este povo pecou pecado grande, fazendo para si deuses de ouro. Agora, pois, perdoa o seu pecado; se não, risca-me, peço-te, do teu livro, que tens escrito.*
>
> Êxodo 32.31,32

Moisés se ofereceu para tomar o lugar do povo para livrar Israel do juízo de Deus; ele aceitou ficar separado de Deus por amor ao seu povo.

Na véspera, antes de Moisés ter descido do monte, Deus havia dito algo que poderia ter sido uma grande tentação. Se Moisés concordasse, Deus destruiria o povo por causa do pecado e começaria tudo de novo, fazendo uma nova nação judaica a partir de Moisés (Êx 32.10,11). Ele rejeitou a oferta.

Contudo, depois de ter estado com seu povo e ser reavivado no seu amor por ele, Sua resposta, de novo negativa, atinge dimensões ainda maiores. Deus disse: "Eu os destruirei e farei uma grande nação de você". Moisés replicou: "Não. Em vez disso, destrói a mim e salve a eles".

Moisés viveu nos primórdios da revelação de Deus para o seu povo, e naquele ponto ele provavelmente conhecia muito pouco. Com certeza ele não sabia como nós sabemos hoje, aquela sua petição não poderia ser respondida. Moisés se ofereceu para salvar a vida de seu povo.

No entanto, Moisés não podia salvar sequer a si mesmo, pois também era um pecador. Ele até tinha cometido assassinato, quebrando assim o sexto mandamento. Não tinha condições para substituir seu povo. Não poderia morrer por este.

Contudo, havia um que poderia: *Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos* (Gl 4.4,5).

A morte de Jesus não foi apenas para os crentes da época do Antigo Testamento, mas para aqueles que pecaram no deserto e para seus sucessores. Ela foi também por nós que vivemos hoje, tanto judeus como gentios.

Sobre o fundamento da morte de Cristo, na qual Ele recebeu sobre si o derramamento plenamente legal da ira de Deus contra o pecado, aqueles que agora creem podem experimentar não mais a ira (ainda que a mereçamos enfaticamente), porém a graça abundante.

A graça não elimina a ira. A ira ainda está reservada para os que não se arrependerem. Todavia, a graça elimina a necessidade de todos terem de sofrê-la.

CAPÍTULO 8

# Salvação no Antigo Testamento

Ficou evidente nas observações feitas no estudo anterior sobre a Lei que uma pessoa era salva na época do Antigo Testamento pela fé, assim como uma pessoa é salva hoje.

Os que viveram antes de Cristo eram salvos pela graça por meio da fé num Redentor que estava para vir. Depois de Cristo, a salvação é pela graça por meio da fé no Redentor que já veio.

No Antigo Testamento, os homens esperavam por Cristo. Hoje, conhecemos o Jesus que foi enviado a terra para nos salvar.

Fora essas diferenças, os parâmetros de salvação são idênticos, visto que os sacrifícios do Antigo Testamento apontavam para o Filho de Deus.

Contudo, se a um cristão mediano (para não mencionar um não cristão) fosse perguntado como as pessoas do Antigo Testamento eram salvas, é provável que ele desse uma resposta errada.

Por exemplo, alguns pensam que os que viveram no período do Antigo Testamento eram salvos por serem judeus. Tais pessoas baseiam esse ponto de vista em seu entendimento de que as promessas de Deus para Israel foram dadas especificamente para a nação, isto é, incluindo sem exceção todos os descendentes de Abraão. Essa compreensão encontraria apoio em textos como João 4.22, no qual Jesus disse à mulher de Samaria: *a salvação vem dos judeus.*

Essa visão era compartilhada por quase todos os judeus na época de Paulo, como está evidenciado pelo seu tratamento do tema em Romanos 9. Ela é acolhida pela maioria dos judeus e ainda hoje até por um número significativo de cristãos.

Contudo, todos os judeus foram ou estão salvos? Para colocar de uma forma ainda mais restrita, todos os judeus foram salvos antes de Cristo? Tanto o Antigo como o Novo Testamento negam isso.

Uma segunda visão errônea, e talvez mais comum, é que os crentes do Antigo Testamento eram salvos por obedecer à Lei. Isso não explica como Adão e Eva ou Abraão e Sara, ou qualquer que tenha vivido antes da Lei, foram salvos, porém encaixa-se no renitente desejo humano de conquistar a própria salvação. Os homens querem ardentemente ser salvos fazendo alguma coisa para isso. Todavia, na verdade, a Lei os condena.

Por fim, alguns diriam que os crentes do Antigo Testamento eram salvos pela prática de sacrifícios e outros ritos especificados no código levítico. Isso se aproxima mais da verdade, porque salvação consistia naquilo que os sacrifícios representavam. Ainda assim, a salvação não acontecia pelo sacrifício, assim como não acontece, hoje, pelo batismo e pela Santa Ceia.

## O caso de Abraão

Afinal, as pessoas do Antigo Testamento eram salvas? O apóstolo Paulo foi confrontado

pelos que pensavam que os judeus eram salvos simplesmente por sua origem, por obedecer à Lei, por observar os sacrifícios ou por uma combinação de tudo isso. Ele respondia a essas visões ensinando que a salvação é sempre pela graça, não pelas obras; logo, a salvação é, em última análise, um caso de escolha e eleição soberana de Deus.

Em Romanos 4, Paulo utilizou um capítulo inteiro para mostrar que Abraão, o pai da nação judaica, foi salvo pela fé, independente da Lei. No entanto, mesmo que isso mostre o caminho da salvação, deixa sem resposta a seguinte pergunta: Por que Israel como um todo não aceitou a oferta de Deus em Jesus Cristo?

Israel havia recebido promessas relativas à vinda de Cristo e tinha entre suas práticas os sacrifícios que apontavam para o Messias. Por isso, devia ter crido. Todavia, quando os primeiros pregadores do evangelho saíram em campo com a sua mensagem, pareceu que Israel estava rejeitando o Salvador, enquanto os gentios, ao contrário, estavam crendo. Por quê? Deus estaria abandonando Seu povo? O meio para se obter a salvação teria mudado?

Paulo respondeu a essas perguntas em Romanos 9. Primeiro, ele negou que os judeus foram salvos por sua origem. O apóstolo demonstrou que alguns eram salvos e outros não.

> *Nem todos os que são de Israel são israelitas; nem por serem descendência de Abraão são todos filhos* [espirituais]. *Em Isaque será chamada a tua descendência.*
>
> Romanos 9.6,7

Depois, Paulo mostrou que os que são semente espiritual verdadeira de Abraão o são apenas pela eleição soberana de Deus: *Não são os filhos da carne que são filhos de Deus, mas os filhos da promessa são contados como descendência* (Rm 9.8).

Portanto, os judeus eram salvos durante o período do Antigo Testamento, e são salvos hoje, da mesma forma como os gentios são salvos, ou seja, pela fé na graça eletiva de Deus concentrada na obra de Cristo no Calvário.

O que era Abraão quando Deus o chamou? Ele não era um judeu no sentido nacionalista que veio depois, embora fosse tornar-se o primeiro cidadão da nação judaica.

Quando Deus chamou Abraão, ele era apenas um indivíduo de uma vasta quantidade de povos semitas que ocupavam o antigo Oriente Próximo naquela época, a maioria formada por adoradores de ídolos. Abraão veio de uma família desse tipo. No entanto, ele foi salvo, não por mérito pessoal (como se tivesse buscado a Deus, pois ele não o buscou), mas porque Deus o escolheu para salvação.

A eleição de Abraão está registrada em diversas partes da Bíblia. Josué, por exemplo, lançou um fardo final sobre o povo no qual ele lembrava os israelitas de seu passado incircunciso, de como Deus os libertou, e da obrigação que tinham de servir a Ele. Em certo ponto, Josué se referiu a Abraão, afirmando:

> *Então, Josué disse a todo o povo: Assim diz o SENHOR, Deus de Israel: Dalém do rio, antigamente, habitaram vossos pais, Tera, pai de Abraão e pai de Naor, e serviram a outros deuses. Eu, porém, tomei a Abraão, vosso pai, dalém do rio e o fiz andar por toda a terra de Canaã; também multipliquei a sua semente e dei-lhe Isaque. E a Isaque dei Jacó e Esaú; e a Esaú dei a montanha de Seir, para a possuir; porém Jacó e seus filhos desceram para o Egito. Então, enviei Moisés e Arão e feri ao Egito, como o fiz no meio dele; e depois vos tirei de lá. Agora, pois, temei ao SENHOR, e servi-o com sinceridade e com verdade, e deitai fora os deuses aos quais serviram vossos pais dalém do rio e no Egito, e servi ao SENHOR.*
>
> Josué 24.2-5,14

Esses versículos mostram com clareza que Abraão foi escolhido por Deus em meio à ancestralidade idólatra, e que ele, Tera e Naor um dia adoraram falsos deuses.

Isaías declarou a mesma coisa:

> *Ouvi-me, vós que seguis a justiça, que buscais ao SENHOR; olhai para a rocha de onde fostes cortados e para a caverna do poço de onde fostes cavados. Olhai para Abraão, vosso pai, e para Sara, que vos deu à luz.*
>
> Isaías 51.1,2

Nada na ancestralidade de Abraão poderia favorecê-lo perante Deus. A salvação é sempre pela graça.

Em outros momentos de seus escritos, Paulo negou que Abraão tenha sido salvo por guardar a Lei ou por observar os sacrifícios. Ele observou que Abraão viveu 430 anos antes de a Lei ter sido transmitida (Gl 3.17), e que o patriarca foi declarado justo por Deus por meio da fé, antes de receber o rito da circuncisão (Rm 4.9-11).

Alguém poderia argumentar que, embora o chamado de Deus a Abraão tenha sido de acordo com a graça, posteriormente tal salvação teria passado a ser hereditária. Alguém poderia concluir que todos os descendentes de Abraão teriam sido salvos. No entanto, essa é a opinião contra a qual Paulo escreveu em Romanos e à qual ele respondeu de forma específica no capítulo nove.

Os judeus da época de Paulo confessavam ter um relacionamento especial com Deus por causa de sua descendência de Abraão. Contudo, ao fazerem isso, omitiam o fato de que Abraão teve mais de um filho.

Sim, Isaque era o filho da promessa. No entanto, antes de Isaque, Abraão teve Ismael. O que declarar de Ismael? Com certeza, Deus escolheu Isaque, em vez de Ismael, embora Isaque fosse mais novo, demonstrando assim que a salvação é resultado de uma livre escolha de Deus e que (não importa o que pensemos) Ele não garante os mesmos privilégios a todos.

Alguns, sem dúvida, argumentaram que o caso de Isaque não comprovava o posicionamento de Paulo. Isaque tinha nascido de Abraão e Sara, logo, de dois pais judeus, porém Ismael veio ao mundo por Abraão e Hagar, a escrava egípcia de Sara. Ismael tinha sangue misturado, eles diriam; logo, a negação da salvação pela origem sustentada por Paulo não foi comprovada.

Paulo respondeu ao avançar para a geração seguinte. Nesta, no caso dos dois filhos de Isaque, Jacó e Esaú, Deus fez Sua escolha entre filhos de pai e mãe judeus. Além disso, para que ninguém tentasse introduzir a questão da idade como fator decisório, os irmãos eram gêmeos. E, para que ninguém pudesse argumentar que a escolha tinha sido feita com base nas virtudes morais ou no caráter dos meninos, Deus anunciou Sua decisão enquanto os filhos ainda estavam no ventre de Rebeca, isto é, antes que tivessem a chance de fazer ou escolher qualquer coisa.

Sobre essa eleição, Paulo foi incisivo:

> *E não somente esta, mas também Rebeca, quando concebeu de um, de Isaque, nosso pai; porque, não tendo eles ainda nascido, nem tendo feito bem ou mal (para que o propósito de Deus, segundo a eleição, ficasse firme, não por causa das obras, mas por aquele que chama), foi-lhe dito a ela: O maior servirá o menor. Como está escrito: Amei Jacó e aborreci Esaú.*
>
> Romanos 9.10-13

O ponto principal dessa argumentação é que a escolha de quem receberá a bênção da salvação recai sobre Deus, tanto naquele tempo como agora. Deus concede vida a quem Ele escolher.

## VISLUMBRANDO O REDENTOR

Afirmar que os judeus do período do Antigo Testamento eram salvos pela graça de

Deus, assim como os gentios são salvos hoje, é apenas uma parte da questão. Embora a eleição seja a causa desencadeadora da salvação, ela não é a única.

Nós somos levados às seguintes perguntas: Baseado em que Deus salva o incircunciso? Como Deus pode perdoar o pecado? Deus pode justificar o pecador e ainda assim ser justo? O valor dessas perguntas conduz à importância da morte de Cristo mesmo para os crentes do Antigo Testamento.

O apóstolo Paulo tratou desse tema pelo menos em dois versículos. Em sua primeira exposição completa do evangelho, Paulo falou da revelação da justiça de Deus por meio de Cristo.

Primeiro, a justiça é *para todos e sobre todos os que crêem* (Rm 3.22). As palavras sugerem ser cobertos com a justiça ou tê-la depositada em nossa conta, como numa transação bancária.

Segundo, Paulo argumentou que Deus é revelado como justo pela morte de Cristo. Antes da época de Cristo, Deus havia salvado muitos crentes do Antigo Testamento pela eleição. Contudo, eles ainda eram pecadores, então deu a impressão de que Deus estava simplesmente se esquecendo dos pecados deles, o que não é verdade. Nós podemos até simpatizar com a ideia de Deus esquecer os pecados, entretanto isso não a torna correta. O que afirmar da justiça? O que mostrar do pecado?

Essas perguntas são respondidas pela revelação da justiça de Deus em Jesus Cristo. Foi com base na morte de Cristo que Deus perdoou os nossos pecados desde o princípio, ainda que a morte não tivesse acontecido na época veterotestamentária. Quando ela aconteceu, o mistério foi explicado — e Deus foi enxergado como justo.

Paulo expressou isso ao escrever sobre aqueles que foram justificados:

> *Justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.*
>
> Romanos 3.24-26

A causa inicial da salvação é a graça soberana de Deus, porém a causa formal é, e tem sido sempre, a morte do Mediador da Nova Aliança.

A segunda passagem importante dos escritos de Paulo sobre esses temas é Gálatas 3, na qual o apóstolo fundamentou em Abraão seu argumento da salvação pela graça por meio da fé no Senhor Jesus Cristo. Nesse texto, Paulo afirmou três coisas: Abraão foi salvo por crer em Deus (v. 6); a essência de sua crença foi que Deus ia enviar um salvador, que seria Jesus Cristo (v. 16); e a obra de Cristo era para ser uma obra de redenção (v. 13,14).

Alguns podem objetar: "Você realmente quer declarar que as pessoas que viveram na época do Antigo Testamento contemplavam a vinda de Cristo e que foram salvas pela fé nele, da mesma forma que nós olhamos para Cristo e somos salvos por crer nele como nosso Salvador? Como elas podiam crer nele?

Jesus ainda não tinha vindo ao mundo. As profecias sobre a Sua vinda eram vagas. E, se até mesmo Seus discípulos tinham uma ideia equivocada de Seu ministério — pensando que Ele era um "Messias político" (At 1.6) —, como as pessoas comuns podiam ter uma visão correta? Como alguém poderia realmente ser salvo pela fé num Redentor que ainda estava por vir?".

Uma resposta é que muitos, é óbvio, não contemplavam a vinda de Cristo, por isso não foram salvos. Com certeza, também, dos muitos que se encontraram com Jesus mais tarde, a maioria não foi salva. As massas podiam ser atraídas por Seu ensinamento um dia

e louvá-lo, todavia foram capazes de pedir a Sua crucificação no dia seguinte. Na época de Jesus, assim como em todo o período histórico do Antigo Testamento, os que foram salvos eram os remanescentes.

Uma segunda resposta é que houve três níveis diferentes de entendimento. A essência da fé em todos que tiveram algum entendimento foi que se reconheciam como pecadores, que se voltavam para Deus em busca de salvação. Cada um que se aproximava com honestidade para apresentar um sacrifício pelo pecado confessava sua condição.

A resposta completa, entretanto, transcende ambas. Nós podemos afirmar com base na mais plena comprovação bíblica que muitos creram. Além disso, eles sem dúvida entendiam e enxergavam muito mais do que nós lhes creditamos.

Encontramos evidências disso por toda a Escritura. Quando Adão e Eva pecaram no Éden, Deus foi até eles para confrontar seu pecado e conduzi-los ao arrependimento. Quando Ele os vestiu com peles de animais que Ele próprio, sem dúvida, havia matado ali, já se prefigurava o sacrifício de Cristo, que seria morto pelo Pai, para que nós, pecadores, pudéssemos ser revestidos com a Sua justiça.

Deus prometeu um Redentor ao declarar a Satanás: *E porei inimizade entre ti e a mulher e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar* (Gn 3.15).

Com certeza, essas palavras não se referem simplesmente a um medo generalizado de serpentes por parte do homem, como alguns teólogos modernos as interpretariam, mas à vinda do Messias, que derrotaria Satanás e destruiria o seu poder. Nesse ponto reside a salvação da maldição do pecado. Foi isso que Adão e Eva entenderam. Quando seu primeiro filho nasceu, eles o chamaram de Caim, que significa *aqui está ele* ou *aquisição*, testificando com isso a sua fé (ainda que equivocada) de que o *Prometido* havia chegado.

Nós já contemplamos Abraão com referência à sua eleição por Deus para salvação, e também a sua fé pessoal no Redentor que estava por vir. Mas não chamamos atenção para aquele que é provavelmente o versículo mais importante sobre o assunto. Em João 8.56, Jesus afirmou: *Abraão, vosso pai, exultou por ver o meu dia, e viu-o, e alegrou-se.*

Uma maneira de interpretar esse versículo difícil é supor que Jesus quis mostrar que Abraão estava vivo no céu (ou paraíso) naquela época alegrando-se com Seu ministério. A dificuldade com essa visão é que o tema da discussão em João 8 não é o prolongamento da consciência de Abraão além do túmulo, mas a preexistência de Cristo.

O versículo 58 declara: *Antes que Abraão existisse, eu sou.* Se Jesus quisesse afirmar que Abraão ainda estava vivo e alegrando-se com Seu nascimento e ministério, teria sido mais natural usar os tempos presentes para os verbos (Abraão está alegrando-se por ver o meu dia; ele o vê, e alegra-se). No entanto, parece mais apropriado identificar a fala de Jesus com o entendimento de Abraão no seu próprio tempo de vida do que com algum episódio contemporâneo ao ministério de Cristo.

Situar a visão na época de Abraão por si só não resolve o problema, já que muitos mestres fizeram isso — falaram de uma visão do Messias que supostamente Abraão teve, contudo discordaram a respeito de como isso aconteceu.

A visão de Abraão do advento de Cristo pode muito bem ser encontrada na história do quase sacrifício de Isaque no monte Moriá. Nesse episódio, Abraão aprendeu de um modo novo que *o Senhor proverá.*

Deus disse a Abraão que tomasse seu filho, o herdeiro da promessa, e sacrificasse num monte. Deve ter sido uma luta terrível para Abraão quando ele argumentou com

Deus a respeito de Sua ordem. Abraão sabia que devia obedecer, no entanto sabia também que o Senhor era um Deus de palavra e que tinha se comprometido a erguer uma nação por intermédio de Isaque.

Nessa altura, Isaque não tinha filhos; logo, se Deus estava ordenando a Abraão que matasse Isaque, então Deus, que havia operado o milagre do nascimento de Isaque, teria de realizar outro milagre na sua morte, ou seja, ressuscitá-lo.

A narrativa mostra que Abraão esperava voltar da montanha com Isaque, após fazer o sacrifício (Gn 22.5). O autor do livro de Hebreus declarou de forma explícita:

> *Pela fé, ofereceu Abraão a Isaque, quando foi provado, sim, aquele que recebera as promessas ofereceu o seu unigênito. Sendo-lhe dito: Em Isaque será chamada a tua descendência, considerou que Deus era poderoso para até dos mortos o ressuscitar. E daí também, em figura, ele o recobrou.*
>
> Hebreus 11.17-19

Abraão creu que Deus realizaria um milagre trazendo Isaque de volta da morte, exatamente o milagre que Deus, o Pai, fez com Jesus Cristo, o Filho, como os versículos de Hebreus demonstram. Ainda assim, isso não é tudo. Quando a prova terminou e Deus interveio para salvar Isaque, providenciando um cordeiro para o sacrifício no lugar do menino, Abraão se rejubilou e chamou aquele lugar de *Jeová Jireh*, que significa *o SENHOR proverá* (Gn 22.14).

Um pouco antes, isso poderia significar o Senhor proverá a ressurreição de Isaque. Após o ocorrido, isso podia apenas significar que o mesmo Deus que proveu um cordeiro em substituição a Isaque entregaria um dia o Seu próprio Filho como substituto e sacrifício perfeito para nossa salvação.

Dessa maneira, Abraão contemplou a vinda de Jesus, inclusive com o significado de Sua morte e ressurreição, e regozijou-se nessa vinda.

Imagine se perguntássemos hoje a Abraão: "Abraão, por que você está no céu? Foi porque você deixou a sua parentela em Ur dos Caldeus e foi para Canaã? Foi por causa da sua fé, do seu caráter, ou da sua obediência?". Ele responderia: "Não. Vocês não leram a minha história? Deus me prometeu uma grande herança. Eu cri nas Suas promessas. E a maior dessas promessas foi que Ele enviaria um Salvador por intermédio da minha linhagem, por meio de quem Ele abençoaria todas as nações. Eu estou no céu porque acreditei que Deus faria isso".

"E você, Jacó? Por que você está no céu? Você está no céu por causa de sua fé ou porque nasceu na linhagem de Abraão?" "Não", responderia Jacó, "estou no céu porque vislumbrei o Redentor. Lembra como falei sobre Ele a meu filho Judá quando eu estava morrendo? Ali, eu não sabia o Seu nome. Mas disse: *O cetro não se arredará de Judá, nem o legislador dentre seus pés, até que venha Siló; e a ele se congregarão os povos* (Gn 49.10). Ora, eu estou no céu porque contemplei a Sua vinda".

"Davi, por que você está no céu? Deve ser por causa de seu caráter, afinal você era considerado um homem segundo o coração de Deus." "Meu caráter? Você esquece que eu cometi adultério com Bate-Seba e tentei encobri-lo mandando o seu marido para a morte? Ora, eu estou no céu porque olhei para o prometido Redentor meu e do meu povo. Eu sabia que Deus tinha prometido a Ele um Reino que duraria para sempre."

"E quanto a você, Isaías? Você esperava o Redentor?" "Claro que sim" — Isaías responderia. "Eu falei dele como alguém *que levou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores,* que *foi ferido pelas nossas transgressões* e *moído pelas nossas iniquidades.* Eu sabia

que o Senhor lançaria sobre Ele os pecados de todos nós."

Nós chegamos à época de Cristo e encontramos o mesmo tipo de resposta, só que agora os que creem não pertencem às classes sociais importantes, não estão no palácio de Herodes nem entre os sacerdotes. Eles são gente comum. São pessoas como Simeão, a quem *fora revelado pelo Espírito Santo que ele não morreria antes de ter visto o Cristo do Senhor* (Lc 2.26); ou Ana, uma profetisa que, quando Simeão estava abençoando o bebê Jesus, *dava graças a Deus e falava dele a todos os que esperavam a redenção em Jerusalém* (Lc 2.38).

Essa tem sido a fé dos filhos de Deus. Ao anunciar o nascimento de Cristo, o anjo disse: *e lhe porás o nome de JESUS, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados* (Mt 1.21).

Em cada período, sempre houve aqueles que contemplaram o Salvador para alcançar salvação. Nos tempos antigos foram Abraão, Jacó, Davi, Isaías, Malaquias e muitos outros, tanto homens como mulheres. Na época de Jesus foram Isabel, Zacarias, João Batista, José, Maria e outros. E muitos nos dias de hoje.

Só há um caminho para a salvação:

> *Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem, o qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo.*
>
> 1 Timóteo 2.5,6

É da pessoa e da obra desse único Mediador que vamos tratar nos próximos capítulos.

# Parte 3

# A pessoa de Cristo

*No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus.*

João 1.1,2

*E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade.*

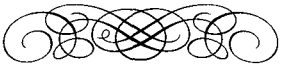
João 1.14

*Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem, o qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo.*

1 Timóteo 2.5,6

CAPÍTULO 9

# A DIVINDADE DE JESUS CRISTO



Se você já está seguindo a linha de pensamento dos capítulos anteriores, mas ainda não é cristão, talvez esteja pensando que depositamos nossas esperanças em algo frágil demais. Nós, obviamente, colocamos toda a esperança de salvação sobre os ombros de um prometido Redentor, a quem os cristãos identificam como Jesus Cristo de Nazaré. Pode ser que você questione se alguma pessoa, por mais extraordinária que seja, está à altura disso. Como poderia qualquer homem, um simples homem, fazer tanto?

Essa é a questão. Estamos falando de um homem ou de Deus? Os cristãos admitem que, se Jesus fosse apenas um homem, independente do quão notável fosse, não poderia ser nosso Salvador, sendo também improvável que tivesse realizado as muitas coisas sobrenaturais atribuídas a Ele.

Por outro lado, se Jesus não é somente um homem, mas é também Deus, então, nada lhe é impossível, e Ele, de fato, conquistou nossa salvação. Deus não mente e, por isso, cumprirá tudo o que prometeu. A divindade de Cristo é, portanto, a questão-chave sobre Ele.

Isso não significa que devemos aproximar-nos de Jesus de uma forma mística. Pelo contrário, temos de vê-lo primeiro como um homem que, dentro de um contexto histórico, de fato, disse e fez coisas extraordinárias. Contudo, mesmo nesse contexto, nunca iremos compreendê-lo até que reconheçamos que Ele também é Deus, pois somente Sua divindade dá sentido às Suas palavras e ações. Essa foi a experiência dos primeiros discípulos e apóstolos.

Acerca desse tema, Brunner escreveu:

> Somente quando eles [os discípulos] o entenderam como Senhor absoluto, a quem pertence a plena soberania divina, a Páscoa, como vitória, e a Paixão, como um fato da salvação, tornaram-se inteligíveis. Somente quando conheceram Jesus como o Senhor celestial do presente, entenderam-se como aqueles que teriam o seu quinhão no Reino messiânico como homens do novo, da Era messiânica. (BRUNNER, 1950, p. 339)

Diante disso, quero, com o ensinamento desses homens, dar início à análise da pessoa de Jesus Cristo, isto é, buscando compreender os ensinamentos da própria Bíblia.

## O ENSINO DE PAULO

Comecemos com os escritos do apóstolo Paulo, que, além do próprio Jesus Cristo, foi inquestionavelmente o maior mestre e teólogo da Igreja primitiva.

Por não ter sido um dos 12 primeiros apóstolos, não é possível suspeitar que a opinião de Paulo possa ter sido influenciada pelo afeto pessoal que os demais discípulos tinham pelo Mestre. Em vez disso, ele começou como

um inimigo de Cristo e da Igreja, a qual, em sua juventude, diligentemente tentou destruir (At 8.1-3).

Além disso, sua oposição era cuidadosamente fundamentada. Paulo, um judeu piedoso e sério, fazia uma abordagem da religião sob a premissa da unidade de Deus, uma vez que ele era monoteísta e achava que a alegação da divindade de Cristo pelos cristãos tratava-se de pura blasfêmia.

De fato, se um homem como ele chegou a converter-se, foi porque tinha base em uma experiência religiosa profunda e evidências muito bem respaldadas.

Uma passagem importante em que Paulo revela sua compreensão de Jesus é Filipenses 2.5-11:

> *De sorte que haja em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou soberanamente e lhe deu um nome que é sobre todo o nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai.*

Nesse breve trecho, o apóstolo traça a vida de Cristo desde a eternidade, quando Ele ainda não havia encarnado e tinha todos os mesmos atributos de Deus. Em seguida, menciona a realidade de Sua vida terrena. Depois, fala do futuro, novamente no plano eterno, quando Cristo é glorificado pelo Pai.

Ao falar da posição que Jesus desfrutava com o Pai na eternidade, Paulo usou duas palavras que merecem um estudo cuidadoso. A primeira é o termo grego *morphe*, encontrado na expressão *em forma de Deus*. Em português, a palavra *forma*, geralmente, refere-se à forma externa de um objeto, a algo exterior. Na Bíblia, esse é um significado que ocorre na descrição de Paulo daqueles que têm *uma forma de religião*, mas negam sua eficácia pelo seu modo de proceder (2 Tm 3.5). No entanto, esse é um significado menos comum.

Outro uso do termo sugere a ideia bíblica dominante. Às vezes, dizemos "estou em boa forma hoje" e, com isso, queremos falar não somente de uma aparência externa, mas também de boa condição física. Isso é o que Paulo tinha em mente, de modo mais fundamental, quando escreveu sobre Jesus em Seu estado pré-encarnado. O apóstolo quis dizer que, como um comentarista já parafraseou: "Ele [Cristo] possuía, em Seu interior, e demonstrava, em Seu exterior, a mesma natureza do próprio Deus" (MOTYER, 1966, p. 74).

A segunda palavra ainda mais importante é *isos*, a qual significa *igual*. Com base nesse significado, formaram-se, em português, os termos científicos *isômero*, *isomorfo*, *isométrico* e *isósceles*.

Um isômero é uma molécula que tem uma estrutura ligeiramente diferente de outra molécula (como uma imagem espelhada dela), mas idêntica à outra em sua composição química. Um isomorfo é algo que tem a mesma forma de outra coisa; isométrico significa *na mesma medida*, e um triângulo isósceles possui dois lados iguais. Assim, quando, para referir-se a Cristo, Paulo usou a palavra *isos*, que, na Língua Portuguesa, deu origem ao prefixo presente nos termos citados, ele visava ensinar que Cristo é igual a Deus.

Além disso, essa é a maneira pela qual a passagem bíblica evoluiu como um todo. Após ter descrito como Jesus se despojou de Sua antiga glória, a fim de tornar-se homem e morrer por nós, o apóstolo continuou a mostrar como o Filho de Deus recebeu a

glória de volta, observando que, agora, Ele deve ser confessado como Senhor por toda a criatura racional no universo de Deus.

Na última seção, *o nome que é sobre todo o nome* é o de Deus, *o Senhor*. Nenhum outro além deste pode ser considerado assim. A passagem flui para a confissão que, implícita na afirmação *Jesus Cristo é o Senhor*, significa que Jesus é Deus.

A paráfrase de Paulo — *para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai* — é uma sutil alusão a Isaías 45.23b, trecho no qual Deus se declarou como único objeto de adoração: *Diante de mim se dobrará todo joelho, e por mim jurará toda língua.*

Os versículos de Filipenses 2.5-11 são notáveis por sua profunda teologia em relação a Jesus, pois sobrepujam todas as confissões menores sobre Ele, mostrando que qualquer um que afirme que Cristo foi apenas mais um dos grandes mestres ou profetas está equivocado. Tais textos também se destacam porque sua doutrina acerca do Filho de Deus é indireta, sendo apresentada não em prol de si mesma, mas inteiramente em favor da defesa de outras questões. O argumento maior de Paulo não é a identidade de Jesus, mas, sim, o fato de que devemos ser como Ele.

O bispo e comentarista inglês Handley C. G. Moule, sobre esse tema, escreveu em *Philippian studies*:

> Temos aqui uma série de afirmações sobre nosso Senhor Jesus Cristo, feitas em Jerusalém no espaço de 30 anos após Sua morte, nos dias abertos ao intercurso público cristão. Como todo leitor deve perceber, essas afirmações não foram feitas de maneira controversa, nem se posicionam contra dificuldades e negações. Em vez disso, podemos dizer que elas se deram em um tom de uma certeza estabelecida, comum e muito viva. Essas asserções nos dão a convicção mais plena possível de que Jesus é homem, em Sua natureza, em circunstâncias e experiências, e, em particular, na esfera do relacionamento com Deus, o Pai. Além disso, também nos asseguram – no mesmo tom e de um modo igualmente vital ao argumento disponível – de que Ele é tanto divino assim como humano. (Moule, p. 97)

As várias partes da doutrina de Paulo sobre Cristo estão declaradas nessa passagem de maneira incomum e, por isso, nós a analisamos um pouco a fundo. Entretanto, não devemos concluir que a carta aos Filipenses é a única a mencionar tais temas, visto que, embora menos elaborados, eles ocorrem de forma muito semelhante em todos os escritos do apóstolo em questão.

Duas passagens apontam para a glória de Cristo desde a eternidade: 2 Coríntios 8.9 e Gálatas 4.4,5.

Na primeira, o apóstolo falou sobre Jesus Cristo, que, *sendo rico, por amor de vós se fez pobre,* para que nós, *pela sua pobreza,* enriquecêssemos.

Na segunda, por sua vez, Paulo escreveu:

> *Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos.*

Em ambos os casos, o autor estava pensando em uma glória anterior de Cristo, temporariamente deixada de lado, a fim de que Ele pudesse realizar a nossa redenção.

A estrutura de todas as passagens nas quais, de certa forma, é mencionado o fato de Deus ter enviado Seu próprio Filho é idêntica (compare com Rm 8.23; 1 Co 15.47; Ef 4.8-10).

Da mesma forma, em Colossenses 1.19 está escrito que *foi do agrado do Pai que toda a plenitude nele habitasse.*

Em Colossenses 2.9 lemos: *Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade.*

Em 1 Timóteo 3.16, Paulo falou da divindade de Jesus, o qual *se manifestou em carne*, e referiu-se à aparição dele na terra como uma *epifania* (2 Tm 1.10, no texto em grego).

No entanto, a mais dramática de todas as citações foi a que ele usou em Tito 2.11-13:

> *Porque a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e às concupiscências mundanas, vivamos neste presente século sóbria, justa e piamente, aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Senhor Jesus Cristo.*

Benjamim B. Warfield, falecido professor de teologia do Seminário Teológico de Princeton, afirmou que "a concepção da pessoa de Cristo, que encontra expressão na epístola aos Hebreus, é indistinguível da que governa todas as alusões ao nosso Senhor nas epístolas de Paulo" (WARFIELD, 1970, p. 47).

O segundo capítulo de Hebreus, assim como Filipenses 2.5-11, tem como base a premissa da preexistência e da plena divindade de Cristo. Seu ponto mais importante é que Cristo, movendo-se de Sua anterior posição de glória, encarnou e veio ao mundo para nos salvar, estando, agora, plenamente glorificado mais uma vez:

> *Tu o fizeste um pouco menor do que os anjos, de glória e de honra o coroaste e o constituíste sobre as obras de tuas mãos. Todas as coisas lhe sujeitaste debaixo dos pés.*
>
> Hebreus 2.7,8a

> *Vemos, porém, coroado de glória e de honra aquele Jesus que fora feito um pouco menor do que os anjos* [que é, foi feito homem], *por causa da paixão da morte, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todos.*
>
> Hebreus 2.9

Em outras passagens dessa mesma carta, Jesus foi descrito como alguém que reflete a glória de Deus, *a expressa imagem da sua pessoa* (Hb 1.3), *santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus* (Hb 7.26) e a quem será dada *glória para todo o sempre* (Hb 13.21).

## O ENSINO DE JOÃO

Nos livros tradicionalmente atribuídos ao apóstolo João, em especial no quarto Evangelho, a divindade de Cristo é um tema dominante.

O propósito do Evangelho de Marcos – se é que ele pode ser resumido – foi revelar Jesus como servo de Deus. Mateus, por sua vez, retratou-o como o Messias judeu, enquanto Lucas ressaltou Sua humanidade, mas, em João, Jesus foi revelado como o eterno e preexistente Filho de Deus, que, tornando-se homem, revelou o Pai a nós, trazendo-nos vida eterna por meio de Sua morte e ressurreição.

De fato, no final do Evangelho, João nos disse, explicitamente, que esse é seu propósito:

> *Jesus, pois, operou também, em presença de seus discípulos, muitos outros sinais, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram escritos para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome.*
>
> João 20.30,31

Sabendo disso, não foi à toa que João destacou, bem no início de seu Evangelho, que Jesus é Deus: *No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus* (Jo 1.1,2). Embora, somente no versículo 14 desse texto,

tomemos conhecimento de que o *Verbo* ao qual João se referira é Jesus, fica claro que Cristo estava com Deus desde o início, isto é, desde a eternidade, o que, de fato, comprova Sua divindade.

Assim, as frases de abertura desse Evangelho são afirmações categóricas da divindade de Cristo, dentre as quais destacamos três distintas, sendo que uma delas aparece mais de uma vez, em uma linguagem ligeiramente diferente.

Em um primeiro momento, João disse que, *no princípio*, Jesus já existia com Deus. Essa expressão é usada de várias maneiras na Bíblia. Em 1 João, ela foi utilizada em referência ao ministério terreno de Cristo:

> *O que era desde o princípio, o que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos tocaram da Palavra da vida,* [...] *isso vos anunciamos, para que também tenhais comunhão conosco; e a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo.*
>
> 1 João 1.1-3

Em Gênesis, ela apareceu no início da criação: *No princípio, criou Deus os céus e a terra* (Gn 1.1). Contudo, no Evangelho de João, o significado dessa expressão é muito mais abrangente, visto que o apóstolo se referiu à eternidade, dizendo, na verdade, que quando uma pessoa começa a falar sobre Jesus só pode fazê-lo adequadamente ao voltar ao passado, levando seu pensamento além da vida terrena de Cristo, até chegar ao primeiro momento da criação, na eternidade, pois era lá que Ele estava. Nessa perspectiva, João se alinhou com o ensino de Paulo em Filipenses, bem como com os escritos de Hebreus.

A segunda declaração, no primeiro capítulo de João, é a de que Jesus Cristo estava com Deus. Essa é uma afirmação sutil sobre a personalidade individual de Cristo, já que Ele se expressou por meio da doutrina da divisão de pessoas dentro da Trindade.

Assim, embora o apóstolo tenha dito que Cristo é Deus, fato confirmado quando, mais adiante, Jesus afirmou que quem o vê vê também o Pai (Jo 14.9), ele também estava consciente de que há uma diversidade dentro da Trindade, o que demonstrou afirmando que o *Verbo* não somente *era* Deus, mas *estava* com Ele.

A terceira declaração é a de que Jesus é totalmente divino, a qual é corroborada de maneira literal pelos originais do texto em grego. Tudo o que pode ser dito sobre o Pai também pode ser dito sobre o Filho. Deus é soberano? Jesus o é. É onisciente? Jesus o é. É onipresente? Jesus também o é. Na verdade, em Cristo podemos encontrar sabedoria, glória, poder, amor, santidade, justiça, benignidade e a verdade divina.

Em certo sentido, tudo no Evangelho de João demonstra que Jesus é Deus. João organizou o texto da mesma forma que um aluno estrutura um trabalho de conclusão de curso. Primeiro, disse o que queria provar; depois, provou, e, finalmente, resumiu o trabalho como se fosse dizer ao leitor: "Veja, fiz o que disse que faria". Por causa disso, tudo nesse Evangelho deve ser levado em conta em nosso estudo: os milagres, os discursos, a reação dos inimigos e amigos de Cristo e, até mesmo, os próprios comentários de João.

Entretanto, em vez de fazer isso de modo completo, vale a pena tomar um único texto como indicativo da orientação geral de João. Esse trecho mostra, inquestionavelmente, que o conceito do apóstolo sobre Jesus Cristo era o mais alto que se possa imaginar. Trata-se do capítulo 12, versículo 41, no qual, após ter-se referido à visão que Isaías teve de Deus em Isaías 6, João declarou: *Isaías disse isso quando viu a sua glória e falou dele.*

Para as pessoas da atualidade, em particular os cristãos, essa referência pode parecer

natural, pois estamos acostumados a declarações teológicas que conferem plena divindade a Cristo, mas aquilo não era nem um pouco natural para João, um judeu monoteísta, e menos ainda para seus contemporâneos.

Segundo o ponto de vista de um judeu daquela época, o Senhor era quase inacessível em Sua transcendência, pois era o único Deus de Israel e vivia em glória inatingível. Ninguém nunca o havia visto de verdade e, mesmo quando, em inusitadas ocasiões, algumas pessoas privilegiadas, como Moisés ou Isaías, afirmaram ter visto Sua glória, era-lhes difícil vislumbrar isso. Contudo, apesar de dizerem que tal visão tinha sido, na verdade, apenas uma imagem ou um reflexo do Altíssimo, por causa dela eles se encheram de temor e tremor.

Dessa forma, o que Isaías viu foi algo mais parecido como um "retrato" verdadeiro do Deus vivo e santo, e foi essa visão de tirar o fôlego que João aplicou a Jesus. Sem dúvida, o conceito de João a respeito de Cristo era tão alto que nos dá a impressão de que o apóstolo se apropriou da visão mais exaltada de Deus, descrita no Antigo Testamento, e afirmou que esta retratava, também, um carpinteiro de Nazaré, o qual seria crucificado.

## AS DECLARAÇÕES DE CRISTO

De onde aqueles homens – que, apesar de estarem obviamente impressionados com Cristo, não eram tolos – tiraram tão alto conceito sobre Ele? Por que acreditaram que Jesus era Deus?

A resposta para essas perguntas se encontra em dois níveis. Primeiro, porque isso era o que o próprio Cristo ensinava; segundo, porque suas observações pessoais referentes à vida do Filho de Deus não permitiam outra explicação que fizesse sentido.

As próprias declarações de Cristo, feitas ao longo dos Evangelhos, corroboram Sua divindade, tanto direta como indiretamente. Quase tudo o que Jesus disse era uma declaração indireta de divindade, e Seu primeiro sermão foi um exemplo claro disso.

Ao declarar a chegada iminente do Reino de Deus, João Batista apontou para Aquele que iria incorporá-lo, e, quando o Salvador veio, Seu primeiro sermão foi um anúncio da chegada desse Reino: *O tempo está cumprido, e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no evangelho* (Mc 1.15).

Mais adiante, ao falar com os fariseus, Jesus afirmou acerca de si mesmo: *Porque eis que o Reino de Deus está entre vós* (Lc 17.21b). Jesus dizia que as profecias do Antigo Testamento eram a Seu respeito, tendo sido cumpridas nele. Todas as palavras de Cristo sobre o Antigo Testamento entram nessa categoria, sendo o resumo de Seu ensino: *Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir* (Mt 5.17).

Quando o Mestre convidou homens para segui-lo (Mt 4.19), Sua intenção foi dizer que Ele era suficientemente digno de ser seguido. Ao perdoar pecados, Jesus sabia que estava realizando o que somente Deus podia fazer (Mc 2.1-12). Ao fim de Sua vida, Ele prometeu enviar o Espírito Santo para estar com Seus discípulos após Sua partida, o que, novamente, envolvia a questão da divindade.

Algo digno de ser comentado entre as declarações de Cristo é Sua singular referência a Deus como Seu Pai. Isso não era, de forma alguma, um modo comum de expressão no judaísmo (como o é no cristianismo hoje), pois nenhum judeu jamais trataria o Senhor diretamente dessa maneira. Contudo, era essa a forma de invocação que Jesus utilizava, em particular em Suas orações.

Na verdade, essa era a única forma de Cristo invocar a Deus, a qual tinha a ver, exclusivamente, com Seu relacionamento com o Pai. Jesus disse: *Eu e o Pai somos um* (Jo 10.30). Afirmou também:

*Pai, é chegada a hora; glorifica a teu Filho, para que também o teu Filho te glorifique a ti.* [...] *Pai justo, o mundo não te conheceu; mas eu te conheci, e estes conheceram que tu me enviaste a mim.*

João 17.1,25

Como resultado do relacionamento de Jesus com Seus discípulos, Ele os ensinou a invocar o Senhor como Pai também. Todavia, mesmo nesse caso, Sua relação com Deus era diferente, por isso Ele falou a Maria Madalena: *Vai para meus irmãos e dize-lhes que eu subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus* (Jo 20.17). Não foi à toa que Ele não disse *a nosso Pai* ou *para nosso Pai.*

Sobre esse assunto, John Stott afirmou:

> A ligação de Jesus com Deus era tão íntima que, segundo Ele, tudo o que fizessem com Ele estariam fazendo, também, com o Pai. Assim sendo, conhecê-lo era conhecer a Deus (Jo 8.19; 14.7); vê-lo era ver a Deus (Jo 12.45; 14.19); crer nele era crer em Deus (Jo 12.44; 14.1); recebê-lo era receber Deus (Mc 9.37); odiá-lo era odiar Deus (Jo 15.23), e honrá-lo era honrar a Deus (Jo 5.23). (Stott, 1958, p. 26)

É importante dedicar uma atenção especial aos momentos em que Jesus usou a expressão *Eu sou*, visto que Ele declarou ser tudo o que os seres humanos precisam para ter uma vida espiritual plena. Somente Deus poderia fazer tais declarações de modo pertinente: *Eu sou o pão da vida* (Jo 6.35); *Eu sou a luz do mundo* (Jo 8.12; 9.5); *Eu sou a porta das ovelhas* (Jo 10.7-9); *Eu sou o bom Pastor* (Jo 10.11,14); *Eu sou a ressurreição e a vida* (Jo 11.25); *Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida* (Jo 14.6); *Eu sou a videira verdadeira* (Jo 15.1,5).

Além dessas afirmações indiretas, certas declarações de Cristo reivindicavam a divindade diretamente, sendo, na época, consideradas blasfêmia e, portanto, punidas com a morte.

Para evitar uma morte rápida e prematura, Jesus teve de ser cauteloso no que dizia e a quem dizia, mas, mesmo assim, fez algumas afirmações diretas. No capítulo oito de João, por exemplo, os líderes do povo haviam questionado tudo o que Jesus dissera e, agora, duvidavam de Sua declaração de que Abraão havia exultado por saber que veria o dia de Cristo.

Diante disso, eles disseram: *Ainda não tens cinqüenta anos e viste Abraão?* (Jo 8.57). Jesus, então, respondeu: *Em verdade, em verdade vos digo que, antes que Abraão existisse, eu sou* (Jo 8.57,58). Isso enfureceu tanto os líderes que eles, imediatamente, ameaçaram apedrejar Jesus.

De acordo com nosso modo de pensar, é um pouco difícil entender por que essa afirmação, em particular, gerou uma reação tão violenta. O apedrejamento era a penalidade destinada a pessoas que, blasfemando, demonstrassem querer ser adoradas como Deus. Contudo, de que forma alguém podia perceber isso nas palavras de Jesus? Ora, pelo próprio fato de Ele alegar existir antes de Abraão nascer.

É óbvio que, pelo tempo verbal, Ele estava declarando uma preexistência eterna, mas somente isso não seria motivo suficiente para o apedrejamento. A real razão para essa reação violenta foi que, ao dizer *Eu sou*, Jesus usou o Nome divino pelo qual Deus se havia revelado a Moisés na sarça ardente:

*Então, disse Moisés a Deus: Eis que quando vier aos filhos de Israel e lhes disser: O Deus de vossos pais me enviou a vós; e eles me disserem: Qual é o seu nome? Que lhes direi? E disse Deus a Moisés: EU SOU O QUE SOU. Disse mais: Assim dirás aos filhos de Israel: EU SOU me enviou a vós.*

Êxodo 3.13,14

Esse é o Nome que Jesus tomou para si e, por causa disso, ao reconhecerem sua origem, os judeus tentaram matá-lo.

Um exemplo final da singular visão que Cristo demonstrou ter de si mesmo ocorreu pouco depois da ressurreição, no dia em que, estando Tomé presente, Ele apareceu outra vez aos discípulos.

Diante da incredulidade deste, registrada no versículo 25 do capítulo 20 do Evangelho de João, Jesus apareceu mais uma vez, pedindo-lhe que fizesse o teste para comprovar que Sua ressurreição havia mesmo acontecido: *Põe aqui o teu dedo e vê as minhas mãos; chega a tua mão e põe-na no meu lado* (Jo 20.27).

Emocionado pela presença de Cristo, Tomé, imediatamente, caiu ao chão e o louvou, dizendo: *Senhor meu, e Deus meu!* (Jo 20.28). Apesar de o discípulo em questão ter usado a expressão *Adonai Elohim*, que designa *Senhor* e *Deus*, Jesus não o corrigiu e aceitou a saudação, o que prova que, de fato, Ele se via assim.

## UM HOMEM BOM, UM LOUCO, UM IMPOSTOR OU O *FILHO DO HOMEM*?

Ao investigarmos as declarações sobre a divindade de Cristo nos escritos do apóstolo Paulo, no livro de Hebreus, no Evangelho de João e nos ensinamentos do próprio Cristo, é possível que nos perguntemos: "Dá para acreditar nisso? É possível crer no fato de que um carpinteiro de Nazaré, por mais extraordinário que fosse, pudesse ser, de fato, Deus?".

Uma resposta verdadeiramente incoerente foi dada, primeiro, pelo povo de Jerusalém. Embora não cressem que Jesus era quem afirmava ser, em certa ocasião algumas pessoas disseram que Ele era bom (Jo 7.12). Essa afirmação não é plausível porque nenhum homem de caráter afirmaria ser o Salvador da humanidade sabendo que não era verdade.

Assim, ou Jesus é mesmo o Messias enviado por Deus, como afirmava ser, o que, por conseguinte, faz dele mais que um bom homem, ou então é, na melhor das hipóteses, um lunático, e, na pior, um impostor. Então, o que devemos fazer com Suas declarações? Não podemos escapar delas. Sobre isso, John R. W. Stott escreveu:

> As afirmações que estão aí, por si só, não constituem evidências a respeito da divindade de Cristo. Suas declarações poderiam ter sido falsas, mas é preciso que encontremos nelas alguma explicação. Não podemos considerar Jesus um grande mestre se Ele estivesse tão gravemente equivocado sobre Seu principal ensinamento, que vem a ser sobre Ele mesmo. (STOTT, 1958, p. 32)

C. S. Lewis havia dito algo semelhante:

> Faça a sua escolha. Ou esse homem era, e é, o Filho de Deus, ou não passa de um louco ou coisa pior. Você pode querer calá-lo por ser um louco, pode cuspir nele e matá-lo como se fosse um demônio; ou pode prosternar-se aos Seus pés e chamá-lo de Senhor e Deus. Mas que ninguém venha, com paternal condescendência, dizer que Ele não passava de um grande mestre humano. Ele não nos deixou essa opção, e não quis deixá-la. (LEWIS, 1958, p. 41)

Em outras palavras, não é possível aceitar que Jesus, embora não fosse o Filho de Deus, como dizia ser, tenha sido um bom homem e um mestre extraordinário que devemos levar em consideração. C. S. Lewis, na citação mencionada, deixou claro que, no que se refere ao caráter de Cristo, só podemos ter três pontos de vista coerentes.

Segundo o primeiro ponto de vista, se Jesus não era, de fato, quem afirmara ser, Ele era um louco, ou sofria de megalomania. Essa era a visão de alguns de Sua época, os quais diziam: *Tens demônio* (Jo 7.20). Hitler, e provavelmente Napoleão, sofriam desse mal. Jesus também sofreria?

Antes de tirarmos conclusões apressadas, precisamos perguntar-nos se o caráter de Jesus como um todo, de acordo com o que conhecemos, sustenta essa especulação. Na verdade, ao lermos os Evangelhos, a conclusão parece fazer-nos crer que, em vez de louco, Cristo era, na verdade, o homem mais são que já viveu. Ele falava com serena autoridade, sempre parecia estar no controle da situação e nunca ficou surpreso nem agitado. Portanto, Cristo não se enquadra nessa simplória classificação.

Essa é uma das razões que tornam Jesus uma pessoa tão fascinante. Talvez por isso Charles Lamb tenha dito: "Se Shakespeare entrasse nessa sala, todos nós nos levantaríamos para conhecê-lo, mas, se essa pessoa (Jesus) entrasse aqui, todos nós nos prostraríamos e tentaríamos beijar a borda de Suas vestes".

Outra razão pela qual Cristo não poderia ter sido um louco é a reação dos outros no que se refere a Ele. Enquanto alguns apenas o suportavam, certas pessoas o defendiam até a morte, largando tudo para segui-lo, e outras se posicionavam violentamente contra Ele. Essa não é a postura que adotamos diante de alguém que perdeu a sanidade. Podemos ficar irritados com o comportamento irracional de um louco, podemos ignorá-lo e trancafiá-lo se suas alucinações forem perigosas, mas, dificilmente, ele poderia dar-nos motivos suficientes para matá-lo. Contudo, foi isso o que os homens fizeram a Jesus.

Uma segunda possibilidade é que Cristo, na visão de alguns, era um *impostor* (Jo 7.12), isto é, Ele tencionava enganar o povo deliberadamente. Antes de estabelecermos uma resposta, entretanto, precisamos entender de modo claro o que está envolvido nisso. Em primeiro lugar, se Jesus realmente fosse um enganador, seria, certamente, o melhor que já viveu. Cristo afirmava ser Deus, mas essa alegação não foi feita em ambientes gregos ou romanos, nos quais a ideia de muitos deuses ou mesmo de semideuses era aceitável. Ela foi feita no coração do judaísmo monoteísta.

Os judeus eram ridicularizados e, às vezes, perseguidos por sua crença rígida em um só Deus. No entanto, agarravam-se a essa doutrina e eram fanáticos em sua defesa. Em meio a esse clima teológico, Cristo fez Suas declarações, e o que aconteceu? O mais incrível é que Ele conseguiu que pessoas de todos os níveis sociais e intelectuais cressem nele, dentre as quais encontramos muitos homens e mulheres, simples e sofisticados, sacerdotes e, mais tarde, até membros de Sua própria família.

Por outro lado, se Jesus fosse um impostor, se não fosse Deus, Ele poderia ter sido considerado um demônio. Pense bem nisso. Jesus não disse apenas "Eu sou Deus", mas, sim, "Eu sou o Deus que veio salvar a humanidade perdida; sou o meio de salvação, confie a mim sua vida e seu futuro".

O Filho de Deus ensinou que o Senhor é santo e que nós, por não sermos santos como Ele, estamos banidos de Sua presença. Nosso pecado é uma barreira entre nós e Deus. Além disso, Cristo afirmou que morreria por nossos pecados, suportando o castigo em nosso lugar. Ele garantiu que todos que confiassem nele seriam salvos. Essa seria uma boa notícia, uma notícia maravilhosa mesmo, mas só se fosse verdade, porque, se não fosse, os seguidores de Cristo seriam os seres humanos mais infelizes da terra, e Ele seria odiado como um demônio do inferno.

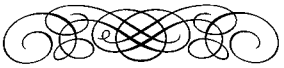
Se Jesus não fosse quem afirmava ser, poderíamos culpá-lo por enviar gerações de seguidores ingênuos para uma eternidade sem esperança. Seria Ele um enganador? Seria essa explicação justa para referir-se Àquele que ficou conhecido como manso e suave, e que se tornou um pobre evangelista itinerante, a fim de salvar os pobres e ensinar àqueles que eram desprezados pelos outros, dedicando-se ao ponto de dizer: *Vinde a mim, todos os que*

*estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei* (Mt 11.28)?

De alguma forma, as peças não se encaixam. Não podemos analisar os fatos da vida e os ensinos de Cristo e, ainda assim, chamá-lo de impostor. Então, qual seria uma teoria coerente? Se Ele não era enganador nem louco, só resta uma possibilidade: Jesus é quem Ele disse ser – Ele é Deus, e devemos segui-lo.

CAPÍTULO 10

# A HUMANIDADE DE CRISTO



Embora alguns hoje, como em todas as épocas, neguem a divindade de Cristo, também existem aqueles que a afirmam com tanta veemência que acabam ignorando Seu lado humano, o que também é um erro.

Não podemos ignorar que Jesus, além de divino, também era totalmente humano, aspecto tão importante como o outro. Entretanto, embora Cristo seja Deus desde a eternidade, o mesmo não é verdade com respeito à Sua humanidade: Ele se tornou homem, em um momento particular da história, ao encarnar. Contudo, [ao ascender aos céus e ser glorificado, reassumindo Seu lugar junto ao Pai] Ele levou consigo Sua natureza humana, tornando-se Deus-homem, o único em quem devemos buscar a salvação.

Na Bíblia, essa verdade aparece em várias passagens, mesmo no Antigo Testamento. Por exemplo, na profecia de Isaías, lida tão frequentemente na época do Natal, foi descrita a dupla natureza da vinda de Cristo:

> *Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o principado está sobre os seus ombros; e o seu nome será Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz.*
>
> Isaías 9.6

Nesse trecho, há dois verbos importantes: *nasceu* e *deu*. Como qualquer criança, Ele *nasceu*, mas, como Filho de Deus, Ele nos foi *dado*. A mesma distinção ocorreu nos escritos de Paulo:

> *Acerca de seu Filho, que nasceu da descendência de Davi segundo a carne, declarado Filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos, Jesus Cristo, nosso Senhor.*
>
> Romanos 1.3,4

De acordo com a genealogia humana, Jesus era descendente de Davi, mas, [pela genealogia divina], Ele é designado Filho de Deus:

> *Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos.*
>
> Gálatas 4.4,5

Jesus Cristo sempre foi [e ainda é] o Filho de Deus; no entanto, foi nascido de mulher, sob a Lei, e, assim, tornou-se homem.

Na Bíblia, a plena divindade e a plena humanidade de Cristo sempre aparecem juntas, muitas vezes em ilustrações feitas por meio dos vários eventos no ministério dele.

Por exemplo, no segundo capítulo do Evangelho de João, o Senhor se encontrava em um casamento (Jo 2.1-11). Poucas situações

poderiam ser mais humanas do que essa. Contudo, quando o vinho acabou, deixando o anfitrião em via de ser envergonhado, Jesus transformou água em vinho novo, sendo este, inclusive, de melhor qualidade, o qual foi colocado nas grandes talhas de pedra usadas para as purificações judaicas.

No capítulo oito de Mateus foi narrada outra ocasião na qual percebemos a união dos aspectos divino e humano de Jesus. Ao lermos o trecho que vai do versículo 23 ao 27, vemos que, enquanto os discípulos de Cafarnaum estavam atravessando o mar da Galileia rumo à terra dos gadarenos, Jesus, exausto após um dia de trabalho, dormia na embarcação.

No meio do caminho, irrompeu-se uma tempestade tão intensa que até mesmo os pescadores mais experientes ficaram assustados. Estes, desesperados, acordaram Cristo dizendo: *Senhor, salva-nos, que perecemos* (Mt 8.25), o qual, por sua vez, prontamente acalmou a tempestade.

O que poderia ser mais humano do que a total exaustão de nosso Senhor no barco? O que poderia ser mais divino do que acalmar os ventos e as ondas? Os discípulos exclamaram: *Que homem é este, que até os ventos e o mar lhe obedecem?* (Mt 8.27).

Da mesma forma, nada poderia ser mais humano do que a morte de Jesus por crucificação, assim como nada poderia ser mais divino do que o escurecer do céu, o rasgar do véu do templo, a abertura dos túmulos dos santos enterrados próximos a Jerusalém e a triunfante remoção da pedra do túmulo naquela primeira manhã de Páscoa.

## A HERESIA GNÓSTICA

Essas duas verdades nem sempre foram reconhecidas por todos ao longo da história da Igreja. Quase não há doutrinas no cristianismo que, em um dado momento, não tenham sido negadas por alguém.

A heresia da negação da divindade de Cristo é conhecida como *arianismo*. Essa teoria, desenvolvida por um padre da Alexandria chamado Ário, morto em 335, questionava a divindade de Cristo, visto que, para ele, Jesus e o Espírito Santo foram apenas instrumentos usados por Deus, criados para que se cumprisse o propósito da redenção. Em outras palavras, segundo essa doutrina, somente Deus é eterno, e, para Ário, nem sempre Jesus e o Espírito Santo existiram.

Negar a divindade e a humanidade de Jesus são erros igualmente graves. O segundo caso também constitui uma heresia, que teve origem a partir do movimento conhecido como gnosticismo. Essa doutrina, conhecida como *docetismo*, foi, mais ou menos, contemporânea dos primeiros anos do cristianismo e tinha duas características principais. A primeira delas consistia no estabelecimento de um princípio chamado de "supremacia do intelecto e superioridade mental à fé e à conduta" (Ross, 1954, p. 115).

Os gnósticos, como mostra o próprio significado da palavra, consideravam-se *conhecedores*, e criam que a salvação ocorre, principalmente, por meio do conhecimento, isto é, por uma iniciação ao misticismo que eles alegavam compreender mais que as demais pessoas. É claro que, em tal sistema, a encarnação literal do Filho de Deus não tinha significado. O importante era o conceito expresso pela pessoa de Cristo ou as verdades anunciadas por Ele.

Uma segunda característica do sistema gnóstico era sua crença no abismo radical e insuperável que existe entre espírito e matéria, sendo, portanto, a natureza da matéria totalmente ruim, e a do espírito absolutamente boa.

Essa visão, que era compartilhada pela maioria dos outros sistemas de pensamento naquele período, por um lado levava a uma negação da importância da vida moral, uma

vez que a salvação era considerada apenas no âmbito espiritual, o que significava que as coisas relacionadas à vida física não importavam. Por outro lado, essa forma de pensar produzia um tipo de religião filosófica, separada da história concreta.

É óbvio que, diante disso, o gnosticismo entrou em conflito com o autêntico cristianismo. De acordo com esse sistema, qualquer encarnação real do Filho de Deus seria impossível. Se a matéria fosse má, então o Senhor não teria tido um corpo humano, e Sua encarnação teria sido aparente [e não real, como foi].

A palavra *docetismo* vem do verbo grego *dokeo*, que significa *aparecer*. Em algumas formas do suposto gnosticismo cristão, acreditava-se que o Espírito de Deus veio sobre Jesus somente no momento de Seu batismo, permanecendo nele durante os anos de Seu ministério e, depois, abandonando-o pouco antes de Sua crucificação. Em outras palavras, Jesus apenas *parecia* humano, mas, na verdade, não o era. Sendo assim, Ele não possuía, de fato, um corpo material, o que, portanto, impossibilitava-o de morrer de verdade, e assim por diante.

Por ser anátema ao cristianismo, o docetismo foi fortemente rejeitado. A primeira resposta a esta doutrina foi a do apóstolo João, preservada, principalmente, em suas epístolas. Ele insistia na encarnação verdadeira do Filho de Deus tão intensamente que iniciou sua primeira epístola enfatizando sua própria experiência física referente a Jesus:

> *O que era desde o princípio, o que vimos com os nossos olhos, o que temos contemplado, e as nossas mãos tocaram da Palavra da vida (porque a vida foi manifestada, e nós a vimos, e testificamos dela, e vos anunciamos a vida eterna, que estava com o Pai e nos foi manifestada), o que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também tenhais comunhão conosco; e a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo.*
>
> 1 João 1.1-3

Esses versículos se referem a três dos cinco sentidos. Depois, João falou de um teste capaz de definir o verdadeiro cristianismo:

> *Nisto conhecereis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus; mas este é o espírito do anticristo, do qual já ouvistes que há de vir, e eis que está já no mundo.*
>
> 1 João 4.2,3

Algum tempo depois, Marcion de Ponto, que lecionou em Roma por volta da metade do segundo século, também popularizou as visões docéticas. Ele era conhecido não só por sua rejeição ao Antigo Testamento e a partes do Novo, mas também por sua rejeição à materialidade do corpo de Cristo, a qual era vista como uma espécie de ameaça para a Igreja.

Outra heresia popular na época da Igreja primitiva era o *maniqueísmo*, que teve uma forte influência no início da caminhada de Agostinho. Ele incluía a crença de que o corpo de Cristo era composto de uma "matéria celestial", mas não verdadeiramente material. Esses erros foram refutados consistentemente em uma série de concílios.

No Credo da Calcedônia (451 d.C.), declarou-se a respeito de Jesus Cristo:

> [Jesus é] verdadeiramente divino e humano, constando de alma racional e de corpo, consubstancial com o Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em tudo semelhante a nós, exceto pelo pecado; divinamente gerado pelo Pai, antes de todos os

séculos, e nestes últimos dias, segundo a humanidade, para nossa salvação, nascido da virgem Maria, único Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar em duas naturezas inconfundíveis, imutáveis, indivisíveis, inseparáveis. A distinção de naturezas de modo algum é anulada pela união [do divino com o humano], antes é preservada a propriedade de cada natureza, concorrendo para formar uma só pessoa e em uma subsistência, não separado nem dividido em duas pessoas, mas um só e o mesmo Filho, Unigênito, Verbo de Deus, o Senhor Jesus Cristo.

No Credo Atanasiano, atribuído a Atanásio, grande defensor da ortodoxia do terceiro século, provavelmente composto após o da Calcedônia, está escrito, de maneira mais simples:

Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo é tanto Deus como homem [...] Perfeito Deus, perfeito homem [...]. Embora seja Deus e homem, não é dois, mas um só Cristo. Não pela conversão da Sua divindade em humanidade, mas por Sua divindade haver assumido Sua humanidade.

Esses credos, bem como as Escrituras nas quais eles se baseiam, ensinam que Jesus, o Filho de Deus, tornou-se como nós em todos os aspectos (exceto com relação ao pecado), para que pudéssemos ser como Ele.

## AS EMOÇÕES DE CRISTO

No ensaio intitulado *On the Emotional Life of Our Lord* [A vida emocional de nosso Senhor], que consta no livro *The Person and Work of Christ* [A pessoa e a obra de Cristo], B. B. Warfield assinalou que Jesus se assemelha a nós também no que tange ao nosso aspecto emocional.

Há pessoas, na igreja, que têm tentado separar seu relacionamento com Cristo de todas as suas emoções, como se Ele estivesse indiferente a elas. Outros valorizam o aspecto emocional a tal ponto que passam a agir como se Jesus nem exigisse reverência de nossa parte. A postura ideal a ser adotada no que se refere a este assunto, apresentada no Novo Testamento, está, de certa forma, entre esses dois extremos.

A emoção mais atribuída a Cristo é a compaixão, ou piedade, que representa Sua expressão de profundo amor quando confrontado pela necessidade desesperada de homens e mulheres que, por algum motivo, desviaram-se da presença de Deus.

Algumas vezes, essa emoção é provocada pela necessidade física. Assim, em certa ocasião, quando se encontrou diante da fome de uma grande multidão que o seguia, Jesus disse:

*Tenho compaixão da multidão, porque há já três dias que estão comigo e não têm o que comer. E, se os deixar ir em jejum para casa, desfalecerão no caminho, porque alguns deles vieram de longe.*

Marcos 8.2,3

Sabemos que Cristo, *movido de grande compaixão*, curou leprosos (Mc 1.41), cegos (Mt 20.34) e, também tocado por esse sentimento, ressuscitou o filho da viúva de Naim (Lc 7.13).

A necessidade espiritual também tocava o coração do Salvador. Lemos, inúmeras vezes, que Ele se compadecera da multidão, porque via aquelas pessoas *como ovelhas que não têm pastor* (Mc 6.34; ver também Mt 9.36; 14.14).

Houve momentos nos quais Jesus demonstrou Suas emoções até mesmo com lágrimas, chegando a chorar por causa da incredulidade obstinada da cidade de Jerusalém (Lc 19.41) e da tristeza que se abateu sobre Ele diante do túmulo de Lázaro (Jo 11.35).

A menção às lágrimas de Cristo leva-nos a outra área da Sua vida emocional, a da dor,

que pode gerar, inclusive, indignação e raiva, como vimos no caso da morte de Lázaro. Em ocasiões como essa, utilizava-se uma palavra incomum, *embrimaomai*, tanto para dizer que Jesus estava com raiva do que estava acontecendo como para afirmar que Ele estava *movido em espírito, perturbado*. No Novo Testamento, ela é encontrada em apenas três passagens (Mt 9.30; Mc 1.43; 14.5). Em duas delas, seu significado equivale a *advertir severamente* e, na terceira, a *repreender*.

Entretanto, apesar de, aparentemente, nenhum desses significados serem coerentes com o contexto da reação de Cristo diante da morte de Seu amigo, William Barclay acreditava que cada um deles continha "certa severidade, quase raiva", o que levou alguns comentaristas a sugerir uma ideia de indignação, ou, até mesmo, ira, na passagem de João. Com base nisso, o versículo seria traduzido da seguinte forma: "Jesus se irou em Seu espírito".

Se perguntássemos por que isso havia acontecido, responderiam que era por causa da suposta incredulidade ou hipocrisia daqueles que choravam por Lázaro, ou porque Cristo estava com raiva da morte, entendida como uma das ferramentas de Satanás e uma grande inimiga. Entretanto, essa insinceridade não foi mencionada nem sugerida no texto bíblico, e, independente da motivação do coração das pessoas que ali estavam, certo é que Maria e Marta de maneira alguma fingiram sua dor.

Há uma vertente interpretativa, que entende *raiva* como *grande emoção*, responsável por defender outro uso do termo *embrimaomai*, na língua grega, o qual passa a descrever o relinchar de um cavalo, que, em geral, acontece por causa de uma carga pesada ou da excitação de uma batalha.

Logo, segundo essa linha de pensamento, há quem acredite que Jesus expressou Sua profunda emoção com tanta veemência que acabou emitindo um grito involuntário, arrancado de Seu coração. Essa é a visão de J. B. Phillips, que, acerca de Cristo, afirmou: "Ele estava profundamente agitado e visivelmente perturbado"; é também a dos tradutores da Nova Versão Internacional, que dizem: *Jesus agitou-se no espírito e perturbou-se.*

Alguns cristãos consideram isso inaceitável, pois acham inapropriado Jesus perturbar-se de tal forma por causa da dor dos outros, mas como podemos ler essa passagem sem constatar que Jesus chorou com as irmãs de Lázaro em seu lamento? Sobre isto, Robert Lightfoot e G. Campbell Morgan, respectivamente, disseram:

> A expressão usada [...] implica que Ele agora, voluntaria e deliberadamente, aceita e toma para si a emoção e a experiência da qual, de acordo com Seu propósito, deve livrar os homens. (Lightfoot, 1963, p. 229)

> Ele [...] catalisou para dentro de Sua personalidade toda a infelicidade resultante do pecado, representada por um homem morto e pessoas de coração partido ao seu redor. (Morgan, s.d., p. 197)

Em alguns momentos, no entanto, a dor demonstrada por Jesus transformou-se em raiva, como no caso de Suas denúncias severas sobre os líderes religiosos de Sua época. Ele os chamava de *hipócritas* (Mt 15.7), *túmulos caiados* (Mt 23.27), *serpentes* (Mt 23.23), *guias cegos* (Mt 15.14) e os acusava de ter *por pai ao diabo* (Jo 8.44).

Houve ocasiões em que Cristo teve raiva até mesmo de Seus discípulos, como, por exemplo, quando eles foram presunçosos e tentaram impedir as crianças de se achegarem a Ele: *Jesus, porém, vendo isso, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir os pequeninos a mim e não os impeçais, porque dos tais é o Reino de Deus* (Mc 10.14).

O Cristo que nos é apresentado no Novo Testamento não é impassível, insensível e frio. Pelo contrário, é alguém que tomou sobre si a nossa dor e que, por ter-se feito igual a nós, é capaz de compreender nossa tristeza (Hb 4.15); alguém que, em certos momentos, sentiu justa indignação e ficou com raiva do pecado.

Um terceiro aspecto da vida emocional de Cristo envolve os sentimentos de regozijo e alegria. Sobre isso, Warfield escreveu:

> Chamamos nosso Senhor de h*omem de dores*, e essa designação é obviamente apropriada para alguém que veio ao mundo para levar os pecados dos homens, dando Sua vida em resgate de muitos. Não é, contudo, uma designação aplicada a Cristo no Novo Testamento, e, mesmo o profeta Isaías parece referir-se mais às aflições objetivas do justo Servo do que a Seus sofrimentos subjetivos (Is 53.3).
>
> De qualquer forma, precisamos ter em mente que nosso Senhor não veio ao mundo para ser destruído pelo poder do pecado e da morte, mas, sim, para destruí-los. Ele veio como um conquistador, com a alegria de uma vitória iminente em Seu coração. Pela alegria proposta para Cristo, Ele conseguiria suportar a cruz, desprezando a afronta (Hb 12.12). Assim como Ele não prosseguiu Sua obra duvidando da missão, também não hesitou no que se referia ao Seu método. Na verdade, Ele *se alegrou no Espírito Santo* (como lemos em Lc 10.21), quando contemplou os meios mediante os quais Deus traria muitos filhos à glória. (WARFIELD, 1970, p. 122,123)

Algumas vezes, Jesus mencionou o desejo que tinha de que Seus seguidores também possuíssem Sua alegria: *Tenho-vos dito isso para que a minha alegria permaneça em vós, e a vossa alegria seja completa* (Jo 15.11). Novamente, Cristo declarou na oração sacerdotal, encontrada no Evangelho de João: *Mas, agora, vou para ti e digo isto no mundo, para que tenham a minha alegria completa em si mesmos* (17.13).

## IGUAL A NÓS, TANTO NOS SOFRIMENTOS COMO NAS TENTAÇÕES

Há, ainda, duas outras áreas em que Jesus, por meio da encarnação, tornou-se como nós, sendo, portanto, igualmente importantes para nosso relacionamento com Ele como nosso guia na caminhada cristã.

A primeira é que Ele se tornou sujeito à tentação: *Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado* (Hb 4.15).

As tentações enfrentadas por Cristo encontram-se registradas em Mateus 4.1-11 (o texto paralelo é Lc 4.1-13). Após ser batizado por João Batista, o Filho de Deus foi levado ao deserto e, tendo passado 40 dias jejuando, foi, então, tentado pelo diabo.

A primeira área a ser atacada foi a física: com fome, Jesus foi desafiado pelo inimigo a transformar pedras em pães, ao que respondeu: *Está escrito: Nem só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus* (Mt 4.4). Dessa forma, Ele venceu a tentação de colocar necessidades físicas acima das espirituais.

A segunda tentação enfrentada foi espiritual. O diabo levou Jesus a um pináculo do templo em Jerusalém e o desafiou a jogar-se lá de cima, contando que Seu Pai iria salvá-lo. Satanás disse:

> *Se tu és o Filho de Deus, lança-te daqui abaixo; porque está escrito: Aos seus anjos dará ordens a teu respeito, e tomar-te-ão nas mãos, para que nunca tropeces em alguma pedra.*
>
> Mateus 4.6

O Mestre, então, respondeu que seria errado fazer isso, porque também está escrito que não devemos colocar Deus à prova.

Por fim, o diabo apelou para uma tentação vocacional, pois sabia que, segundo o que já havia sido profetizado desde o Antigo Testamento, Jesus um dia receberia os reinos deste mundo (Sl 2.7-12). Satanás sabia que o caminho para tal herança seria a renúncia, e, naquele momento, tentou convencer Cristo de que Ele poderia vencer sem sofrimento: *Tudo isto te darei se, prostrado, me adorares* (Mt 4.9). Contudo, Jesus rejeitou a oferta do diabo e determinou-se a seguir o caminho que Deus havia posto diante dele.

Jesus se tornou igual a nós também no que tange ao sofrimento que enfrentou, o qual foi emocional, espiritual e físico, uma vez que lemos que Ele padeceu fome (Mt 4.2), sede (Jo 4.6-15; 19.28,29), cansaço (Mc 4.35-41; Mt 8.23-27; Jo 4.6), entre outras coisas. No entanto, o maior exemplo de Seu sofrimento foi a dor e a angústia que Ele suportou na cruz, diante das quais até mesmo Sua alma enfraqueceu (Lc 22.39-46; comparar com Mt 26.36-46; Mc 14.32-42).

Cristo, por meio da encarnação, conheceu todas as vicissitudes da vida: provações, alegrias, sofrimento, perdas, ganhos, tentações, dores. Ele sentiu todas elas e, por isso, compreendeu-as, tornando-se, assim, um modelo para nós, a fim de que, ao passarmos por experiências semelhantes, pudéssemos encará-las como um encorajamento para achegarmo-nos a Ele em oração, sabendo que nosso Salvador compreende, mais do que ninguém, o que estamos enfrentando.

Pedro falou do valor de Cristo como padrão quando encorajou aqueles de sua época a suportarem o sofrimento assim como Jesus o fizera:

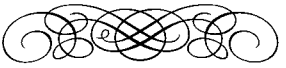
> *Porque para isto sois chamados, pois também Cristo padeceu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigais as suas pisadas.*
> 1 Pedro 2.21

Seguindo essa mesma linha de pensamento, o autor de Hebreus se refere ao nosso encorajamento em oração, dizendo:

> *Porque, na verdade, ele não tomou os anjos, mas tomou a descendência de Abraão. Pelo que convinha que, em tudo, fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote naquilo que é de Deus, para expiar os pecados do povo. Porque, naquilo que ele mesmo, sendo tentado, padeceu, pode socorrer aos que são tentados.*
> Hebreus 2.16-18

CAPÍTULO 11

# POR QUE CRISTO SE TORNOU HOMEM?



Sabemos que a teologia cristã tem como foco explicar quem é Cristo e o que significa ter fé nele, mas isso não é tão simples quanto parece. Por um lado, a afirmação mais incrível sobre Jesus é que Ele é tanto homem como Deus. Por outro, as doutrinas de Cristo passam rápida e inevitavelmente pelo ministério dele, sendo impossível, portanto, falar de modo significativo sobre a identidade do Filho de Deus sem também mencionar o que Ele fez e a importância disso para nós.

Por que Jesus se tornou homem? A resposta a essa pergunta, como veremos, é que Ele se fez carne a fim de morrer por aqueles que creriam nele. Embora essa justificativa nos remeta à obra de Cristo, podendo, portanto, ser enquadrada na seção deste livro que aborda o tema de Seu ministério, é pertinente estudá-la aqui também, pois esta se relaciona intimamente com quem Ele é.

Em outras palavras, a pergunta "O que Jesus fez?" exige uma explicação de Sua natureza singular como Deus-homem. Poderíamos afirmar que a natureza de Cristo dá significado à Sua obra, que, centrada na justificação, é o único fundamento adequado para uma doutrina a Seu respeito.

James Denney, professor da *United Free Church College*, em Glasgow, na Escócia, discutiu esse assunto por volta da virada do século. Na verdade, precisamos de uma justificação, e, como Denney escreveu, Cristo é a única pessoa capaz de realizar essa obra por nós:

> Essa foi a coisa mais profunda e mais decisiva que pudemos descobrir sobre Jesus, e, ao respondermos às perguntas que este tema suscita, tomamos por base a experiência. Há um sentido no qual Cristo nos confronta como reconciliador. Ele está fazendo a vontade de Deus em nosso benefício, e nós só podemos ser meros expectadores. Vemos nele o julgamento e a misericórdia do Senhor em relação a nossos pecados. Sua presença e obra na terra são um dom e uma visitação divina. Ele é o presente de Deus para a humanidade, não a oferta da humanidade para o Altíssimo.
>
> O Senhor se dá para nós em Cristo, por isso devemos a Ele tudo o que somos. Por outro lado, essa vida divina é concedida a nós por meio de uma vida e uma obra verdadeiramente humanas. A presença e a obra de Jesus no mundo, mesmo a de levar sobre si o pecado, não nos impelem a definir humano e divino em contraste um com o outro: não há sugestão de incongruência entre eles. Todavia, os dois estão lá, e o fato de que ambos estão presentes permite-nos, por um lado, levantar o questionamento da relação de Jesus com Deus, e, por outro, dele com os homens. (DENNEY, 1964, p. 175)

Assim, o presente capítulo trata da obra do Filho de Deus, em especial a explicação da

encarnação. Só depois disso, ficaremos livres para pesquisarmos sobre o ministério de Cristo de modo mais abrangente.

## O motivo da encarnação

Anselmo da Cantuária, falecido em 1109, proporcionou, em seus estudos, uma clássica resposta ao questionamento acerca da necessidade de Jesus ter se tornado homem. A obra de arte teológica, intitulada *Cur Deus Homo?* [traduzida, literalmente, como *Por que Deus-homem?* ou *Por que Deus se tornou homem?*], trata da questão da encarnação. A resposta é uma declaração muito bem elaborada da justificação.

Anselmo respondeu que o verbo de Deus se tornou humano porque somente alguém simultaneamente divino e humano poderia, de fato, realizar a salvação. No entanto, isso não quer dizer que, segundo ele, não haja outros motivos para a encarnação.

Sabemos que a vida humana, apesar de valiosa no que diz respeito à criação, foi banalizada pelo pecado. A encarnação de Cristo revela, portanto, o valor fixado por Deus a nós, e indica que Ele não nos abandonou, pois Ele nos ama, valorizando-nos mesmo em nosso estado decaído.

Além disso, o fato de o Senhor ter-se feito homem colabora para duas outras coisas: 1) mostra-nos que Ele é capaz de entender-nos e de ter compaixão de nós, o que é um motivo para achegarmo-nos a Ele em oração (como sugerido no capítulo anterior); 2) fornece-nos um exemplo de como uma pessoa deve viver neste mundo.

Pedro se referiu à crucificação nos seguintes termos: *Porque para isto sois chamados, pois também Cristo padeceu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigais as suas pisadas* (1 Pe 2.21). Contudo, a justificação é o real motivo para a encarnação, como afirmou o autor de Hebreus:

> *Porque é impossível que o sangue dos touros e dos bodes tire pecados. Pelo que, entrando no mundo, diz: Sacrifício e oferta não quiseste, mas corpo me preparaste; holocaustos e oblações pelo pecado não te agradaram. Então, disse: Eis aqui venho (no princípio do livro está escrito de mim), para fazer, ó Deus, a tua vontade.*
>
> Hebreus 10.4-7

Ainda neste texto, Jesus disse que veio para fazer a vontade de Deus, sendo necessário que esta seja entendida como a provisão de um sacrifício superior: *Na qual vontade temos sido santificados pela oblação do corpo de Jesus Cristo, feita uma vez* (Hb 10.10).

Encontramos a mesma ênfase em outras passagens bíblicas, bem como no nome *Jesus* (que significa *Jeová salva*) anunciado pelo anjo à Maria: *E lhe porás o nome de JESUS, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados* (Mt 1.21b).

O próprio Cristo falou de Seus sofrimentos vindouros (Mc 8.31; 9.31), relacionando o sucesso de Sua missão à crucificação: *E eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a mim* (Jo 12.32).

Em muitas passagens no Evangelho de João, fala-se da crucificação como a hora crucial para a qual o Senhor veio a terra (Jo 2.4; 7.30; 8.20; 12.23,27; 13.1; 17.1).

Além disso, a morte de Jesus é também tema do Antigo Testamento, primeiro em relação ao pleno significado dos sacrifícios (o significado no cerne da Lei) e, depois, acerca das profecias, que se concentravam cada vez mais na promessa do Redentor que viria.

Exemplos disso podem ser encontrados em Isaías 53, bem como em outros textos do Antigo Testamento, que abordam o sofrimento do Libertador que estava por vir. Em Gálatas, o apóstolo Paulo ensinou que, mesmo Abraão, que viveu antes da Lei e dos Profetas, foi justificado pela fé, crendo nas promessas de Deus feitas a ele e à sua *posteridade, que é Cristo* (Gl 3.8,16).

Cristo ensinou aos desanimados discípulos em Emaús que o Antigo Testamento predisse Sua morte e ressurreição:

> *E ele lhes disse: Ó néscios e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram! Porventura, não convinha que o Cristo padecesse essas coisas e entrasse na sua glória? E, começando por Moisés e por todos os profetas, explicava-lhes o que dele se achava em todas as Escrituras.*
>
> Lucas 24.25-27

À luz desses textos e de muitos outros, é necessário dizer que a justificação de Cristo não é apenas a razão para a encarnação, mas também a explicação de Sua dupla natureza e o ponto fundamental da história do mundo e da Bíblia.

## A SALVAÇÃO POR INTERMÉDIO DO DEUS-HOMEM

Por que a doutrina da justificação deve ser tema central nas Escrituras? Por que deve existir um sacrifício? Ou, supondo que a justificação seja necessária, por que Jesus, o Deus-homem, teve de ser responsável por provê-la?

Calvino afirmou, em suas *Institutas*, que não devemos questionar a maneira escolhida por Deus para justificar-nos, visto que seria impertinente de nossa parte buscar alternativas distintas, mas, como ele e Anselmo reconheceram, essa não é uma justificativa aceitável. Será possível indagar, sem impertinência, por que a salvação teve de ser conquistada por meio da crucificação e da ressurreição de Cristo?[1]

Anselmo (e, depois, Calvino) deu duas respostas. A primeira é que a salvação teve de ser realizada por Deus, pois ninguém mais poderia realizá-la. Com certeza, nós, seres humanos, não conseguiríamos colocá-la em prática, visto que nossa rebelião contra a Lei e os decretos justos do Senhor foi responsável por criar a necessidade da salvação em si. Além disso, sofremos os efeitos do pecado em tamanho grau que nosso arbítrio ficou comprometido, sendo-nos, por isso, impossível escolher agradar ao Senhor, bem como agradar-lhe de fato. Assim, se precisamos ser salvos, apenas Deus, que tem tanto a vontade como o poder de resgatar, pode salvar-nos.

A segunda resposta de Anselmo foi que, apesar da aparente contradição, a salvação também deve ser realizada pela humanidade, uma vez que agimos de maneira equivocada com o Criador, devendo, por causa disso, consertar nossos erros. Diante dessa situação, a salvação só pode ser realizada por aquele que é, ao mesmo tempo, divino e humano: Cristo. Sobre este assunto, Eugene R. Fairweather destacou:

> A não realização da restauração da natureza humana teria sido um equívoco [...] e esta não poderia ter sido feita a não ser que um ser humano pagasse o que era devido ao Senhor por causa do pecado. Contudo, a dívida era tão grande, que, embora ela fosse exclusivamente nossa, apenas o Senhor seria capaz de pagá-la. Com isso, fez-se necessário que Cristo assumisse a condição humana, a fim de que, sendo humano e divino, pudesse pagar o que nenhuma pessoa comum poderia [...]. A vida de Jesus foi tão sublime, tão preciosa, que acabou sendo suficiente para pagar o que era devido pelos pecados do mundo inteiro, e infinitamente mais. (FAIRWEATHER, 1956, p. 176)

Para evitar interpretações equivocadas, é preciso analisar a explicação de Anselmo sobre a encarnação sob três pontos de vista principais. Em primeiro lugar, Deus inicia e efetua a ação. Se isso for esquecido, será fácil dizer que Ele não participou do processo de justificação, sendo responsável apenas por cobrar um preço abstrato para satisfação própria.

Sob essa perspectiva, o Senhor parece desinteressado, legalista e cruel, quando, na verdade, Sua natureza é caracterizada pelo amor. Foi por amor que, em Cristo, o próprio Deus satisfez Sua justiça. Então, não restam dúvidas de que, para evitar mal-entendidos, a encarnação e a justificação devem ser consideradas juntas.

Em segundo lugar, embora a propiciação esteja relacionada ao ato de aplacar a ira de Deus, como veremos no estudo sobre esse conceito, registrado no capítulo 13 desta obra, Anselmo não sugeriu, em sua explicação, a existência de ninguém que o tenha feito. Contudo, não é o homem que aplaca a ira divina, e sim o próprio Deus, a fim de que Seu amor possa envolver e salvar o pecador plenamente.

Em terceiro lugar, a justificação não é uma mera substituição, na qual uma vítima inocente toma o lugar de outra pessoa que deveria ser punida. Em vez disso, trata-se da substituição em seu sentido mais profundo, visto que Aquele que tomou o lugar do ser humano com o objetivo de satisfazer a justiça divina é, na verdade, o próprio Filho de Deus, que tinha se tornado homem. Dessa maneira, Cristo é nosso representante.

Para que se torne compreensível, a encarnação deve ser analisada junto à justificação. Além disso, essa conexão elimina as objeções mais comuns ao sacrifício de Jesus como meio de salvação.

Um escritor resumiu o assunto da seguinte maneira:

> Deus não é apenas perfeitamente santo, mas é a fonte e o padrão da santidade: Ele é a origem e o pilar de sustentação da ordem moral do universo, tendo, portanto, de ser justo. O Juiz de toda a terra deve fazer o que é certo. Logo, era impossível, pelas necessidades do Seu próprio ser, que Ele lidasse com o pecado de maneira suave, comprometendo, assim, Suas declarações de santidade.

Se, de fato, o pecado pode ser perdoado, isso deveria ser feito de acordo com a santa Lei de Deus, mas tal vindicação seria extremamente custosa. A questão é: custosa para quem? Não para o pecador perdoado, pois não há preço para o perdão que lhe fora dado, visto que este valor está muito além do alcance humano, e o Senhor ama *dar* e não *vender*.

Sabendo disso, o próprio Deus determinou-se a pagar um preço altíssimo por meio de um sacrifício tremendo ao ponto de anular de maneira absoluta qualquer que fosse a gravidade da condenação do pecado. Ao mesmo tempo, o amor que o impeliu a pagar esse preço seria capaz de maravilhar até os anjos, bem como de levar-nos, como pecadores redimidos, a uma gratidão em forma de louvor sem igual.

No Calvário, esse preço foi pago por Cristo, que ofereceu a si mesmo como sacrifício vivo, a fim de levar nossos pecados e nossas maldições. Ele não apenas tomou o lugar dos culpados, mas também foi representante deles.

Jesus Cristo, uma das três pessoas da Trindade, por intermédio de quem, do início da criação, o Pai se revelou ao homem (Jo 1.18), tomou a natureza humana sobre si tornando-se, assim, nosso representante. Ele se ofereceu como sacrifício em nosso lugar, pagando por nossos pecados em Seu corpo, no madeiro. Ele sofreu não apenas uma angústia física terrível, mas também o inimaginável horror espiritual de assemelhar-se ao pecado ao qual Ele era infinitamente oposto.

Tornando-se maldição em nosso lugar, assim permaneceu tempo suficiente para que, por um momento, até mesmo Sua perfeita comunhão com o Pai fosse quebrada. Assim, ao dispor-se a sofrer tudo isso, o Senhor proclamou Sua infinita abominação pelo pecado, a fim de que, nele, pudéssemos ser perdoados com justiça.

O amor do Senhor encontrou Seu perfeito cumprimento porque, para que pudéssemos

> ser salvos da morte eterna, Ele não fugiu nem mesmo do pior de todos os sacrifícios. Somente assim seria possível que Jesus nos justificasse, porque, como Aquele que ditou a Lei e tomou para si o castigo dos pecados da rebelde raça humana, Ele mesmo sofreu a penalidade da Lei quebrada. (GUILLEBAUD, 1947, p. 130,185)

## A IMPORTÂNCIA DA CRUZ

Podemos tirar várias conclusões da explicação acerca da encarnação. A primeira delas é que, de acordo com as Escrituras, Jerusalém [por causa do Calvário], e não Belém, foi o centro do cristianismo. Em alguns círculos cristãos, tornou-se popular a ideia de que a encarnação de Cristo seja o aspecto central da fé cristã, visto que foi por meio dela que Deus se identificou com o homem, sendo a justificação uma consequência dela.

No entanto, de acordo com o ensinamento bíblico, o Senhor exigiu que fôssemos salvos por intermédio de Cristo, que, como vimos, era tão humano como divino. Portanto, "o significado crucial do berço de Belém reside na sequência de passos que levaram o Filho de Deus à cruz do Calvário, não sendo possível compreender esse fato até que o vejamos em seu contexto"(PACKER, 1973, p. 51). Assim, analisar a encarnação sem levar em conta a cruz pode conduzir-nos a um falso sentimentalismo, bem como à negação do horror e da magnitude do pecado.

A segunda conclusão que tiramos é que, se a crucificação de Cristo é o verdadeiro propósito da encarnação, então não há evangelho sem cruz. Assim, o nascimento e a vida de Jesus, por si só, não podem ser vistos como evangelho; nem mesmo a ressurreição, por mais importante que seja, pode ser interpretada como tal.

As boas-novas dizem respeito não somente ao Deus que se tornou homem para que, ao derrotar a morte, pudesse revelar-nos um modo de vida mais adequado. Antes, a boa notícia é que, em Jesus, nossos pecados já foram punidos (a ressurreição é uma prova disso), visto que Ele, nosso representante, sofreu o castigo por nós, a fim de que não tivéssemos de passar por isso nunca mais. Graças ao sacrifício sublime do Filho de Deus, todos os que creem nele podem aguardar ansiosamente pelo céu.

Além disso, assim como no caso da encarnação, devemos estudar os demais temas bíblicos dentro desse mesmo contexto. A emulação da vida de Cristo e Seus ensinamentos são possíveis apenas para aqueles que, por intermédio dele, entram em um novo relacionamento com o Pai.

A ressurreição não é só uma vitória sobre a morte, mas é também uma prova de que a justificação foi uma propiciação satisfatória aos olhos do Senhor (Rm 4.25), que, ao redimir os pecados, aboliu a morte, conhecida biblicamente como resultado [ou salário] do pecado.

Assim, qualquer evangelho que fale de Cristo considerando apenas a encarnação, deixando de lado a justificação, ou que trate do amor de Deus sem ressaltar que Ele deu Seu único Filho como resgate por nossos pecados, na cruz, é falso. O único evangelho verdadeiro é aquele que prega um *único mediador* (1 Tm 2.5,6), que deu a si mesmo por nós.

Por fim, assim como não pode haver evangelho sem a justificação, também não pode haver vida cristã sem ela, visto que, se ela não existisse, o tema da encarnação, facilmente, seria um tipo de deificação do ser humano, levando-o à arrogância e autopromoção. Com ela, a verdadeira mensagem da vida de Cristo – e, por conseguinte, da vida do cristão – é a humildade e o autossacrifício pelas necessidades dos outros.

A vida cristã não é diferente para aqueles que passam fome e sede, ou têm outras carências. Ela não é caracterizada pela abundância de uma vida de classe média – com

casas, carros, roupas, viagens, educação, boas igrejas, Bíblias, ensino bíblico, amigos e conhecidos cristãos.

Na verdade, precisamos ter consciência de que, às vezes, para que possamos atender às necessidades do próximo, devemos sacrificar muitos de nossos interesses, a fim de nos identificarmos com eles e, assim, proporcionar-lhes, cada vez mais, a abundância de que desfrutamos.

Paulo escreveu sobre a encarnação:

> *Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre, para que, pela sua pobreza, enriquecêsseis.*
> 2 Coríntios 8.9

Essa é também uma declaração da justificação e da vida cristã. De fato, ela apareceu no capítulo em que Paulo estava falando sobre a obrigação dos cristãos de Corinto de ofertar recursos próprios em benefício dos menos afortunados que moravam na Judeia.

Viveremos plenamente para Cristo quando estivermos dispostos a sacrificar nossas vontades, se necessário, a fim de que outros possam ser ajudados.

## Notas

1 Um dos pontos mais importantes na obra de Anselmo está nesta área: a justificação da busca pela razão de certas verdades reveladas. Sua expressão para isso é *fides quaerens intellectum* (*a fé em busca da compreensão*). Isso é o objeto de um precioso estudo por BARTH, Karl. *Anselmo: Fides Quaerens Intellectum* [Anselmo: a fé em busca da compreensão]. Richmond: John Knox Press, 1958, p. XX.

# Parte 4

# A obra de Cristo

*Jesus, o Nazareno, que foi um profeta poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo.*

Lucas 24.19b

*Pelo que convinha que, em tudo, fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote naquilo que é de Deus, para expiar os pecados do povo.*

Hebreus 2.17

*E na veste e na sua coxa tem escrito este nome: Rei dos reis e Senhor dos senhores.*

Apocalipse 19.16

*Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus.*

Romanos 3. 24,25

*Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.*

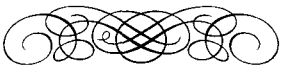
João 3.16

*Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e que foi visto por Cefas e depois pelos doze. Depois, foi visto, uma vez, por mais de quinhentos irmãos, dos quais vive ainda a maior parte, mas alguns já dormem também. Depois, foi visto por Tiago, depois, por todos os apóstolos e, por derradeiro de todos, me apareceu também a mim, como a um abortivo.*

1 Coríntios 15.3-8

CAPÍTULO 12

# PROFETA, SACERDOTE E REI



Desde a Reforma, tem sido comum nos círculos cristãos falar sobre a obra de Cristo sob três categorias gerais: profeta, sacerdote e rei. Estas se referem a Seu papel como mestre, salvador e soberano sobre o universo e sobre a Igreja.

Alguns têm reclamado do fato de que esses papéis não são sempre tão distintos, nem no próprio ministério de Cristo, nem nos ofícios do Antigo Testamento nas quais eles se baseiam. Tanto sacerdotes como profetas são considerados mestres. Muitos reis receberam a revelação inspirada de Deus, bem como os profetas. No entanto, a divisão tríplice comum da obra de Cristo encontra um bom respaldo nas Escrituras.

Cristo é reconhecido como sendo um profeta em Lucas 24.19. Nessa passagem, Jesus está interrogando os discípulos de Emaús, perguntando o que havia acontecido durante os últimos dias turbulentos em Jerusalém. Eles responderam que aqueles eventos estavam relacionados com *Jesus, o Nazareno, que foi um profeta poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo.*

Declara-se que Jesus é um sacerdote em todo o livro de Hebreus como, por exemplo, em Hebreus 2.17:

> *Pelo que convinha que, em tudo, fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote naquilo que é de Deus, para expiar os pecados do povo.*

Semelhantemente, Apocalipse 19.16 declara: *E na veste e na sua coxa tem escrito este nome,* REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES.

A noção de ofício tríplice de Cristo também se aplica bem às necessidades espirituais humanas. Uma dessas é a necessidade de conhecimento; não conhecemos a Deus de modo natural, nem entendemos as coisas espirituais sem uma iluminação divina. Jesus vai ao encontro de nossas necessidades ao revelar-nos Deus. Ele é nosso mestre-profeta. Faz isso por intermédio de sua própria pessoa, na qual o Pai é completamente revelado; por meio da Palavra de Deus escrita, presente que nos foi dado; e pela particular inspiração do Espírito Santo.

Nós também precisamos de salvação. Não apenas desconhecemos Deus e as coisas espirituais — somos também pecadores. Rebelamo-nos contra Deus e, como ovelhas, desviamo-nos por nossos próprios caminhos. Jesus satisfaz essa necessidade como nosso sacerdote. Ele atua como sacerdote em dois níveis: primeiro, oferece a si mesmo como sacrifício, proporcionando, por meio disso, a justificação perfeita pelo nosso pecado; segundo, intercede por nós ao lado direito do Pai no céu, garantindo assim nosso direito de sermos ouvidos.

Finalmente, precisamos de disciplina, orientação e preceitos espirituais. Nossa conversão não nos torna autônomos. Não temos o direito de guiar a nós mesmos, nem conseguimos ter êxito nessa tarefa. Cristo satisfaz essa necessidade por Seu domínio justo e amoroso sobre nós na Igreja. Ele é nosso mestre, nosso rei. É também o justo juiz desse mundo. Consequentemente, o futuro triunfo de Cristo, bem como Seu domínio sobre o mundo inteiro, também faz parte desse aspecto.

Charles Hodge disse:

> Somos iluminados no conhecimento da verdade; somos reconciliados a Deus pela morte sacrificial de Seu Filho; e somos libertos do poder de Satanás e introduzidos no Reino de Deus; tudo isso mostra que nosso Redentor é para nós, de uma só vez, profeta, sacerdote e rei. Isso não é, portanto, simplesmente uma classificação conveniente do conteúdo de Sua missão e obra, mas entra em Sua própria natureza, e deve ser retido em nossa teologia se vamos tomar a verdade tal como está revelada na Palavra de Deus. (HODGE, 1960, p. 461)[1]

Portanto, embora nossa discussão sobre a obra de Cristo necessariamente esteja além do que essas três categorias sugerem, será, contudo, de grande valor mantê-las em mente enquanto as desenvolvemos.

## O *LOGOS* DE DEUS: PROFETA

Quando falamos sobre a função profética de Cristo voltamos a uma linha de pensamento do Antigo Testamento particularmente rica. Abraão, pai do povo judeu, foi chamado de profeta (Gn 20.7). Moisés foi, segundo a Bíblia, o maior de todos os profetas (Dt 34.10). Saul e alguns de seus mensageiros profetizaram (1 Sm 10.11; 19.20). Davi e Salomão eram profetas no sentido de que recebiam partes da revelação inspirada por Deus, tendo, assim, contribuído para a formação do Antigo Testamento. Começando por Elias e Eliseu, o grande movimento profético foi lançado, trazendo à vista nomes como Isaías, Jeremias, Ezequiel, Daniel e os chamados profetas menores. Em uma ocasião, é relatado que Moisés disse: *Tomara que todo o povo do SENHOR fosse profeta* (Nm 11.29b).

Contudo, no que se refere aos estudos a respeito do papel de profeta, há uma consciência cada vez maior de que nenhum profeta humano está adequado à nossa necessidade. Portanto, há uma expectativa cada vez maior pela vinda de um "grande profeta".

A primeira afirmação clara acerca dessa expectativa está em Deuteronômio 18, que mostra que Deus enviaria um profeta como Moisés, para o qual as pessoas deveriam atentar. O próprio Moisés faz essa declaração: *O SENHOR, teu Deus, te despertará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, como eu; a ele ouvireis* (Dt 18.15).

Depois, a declaração é confirmada nas próprias palavras de Deus: *Eis que lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar* (Dt 18.18).

Numa leitura superficial, é possível interpretar esse versículo como uma referência a alguma figura humana subsequente, tal como Isaías ou um dos outros profetas maiores. Poderia, até mesmo, aplicar-se àquele profeta especial que foi o precursor do Messias (Ml 4.5; Jo 1.25). Entretanto, no Novo Testamento, a referência em Deuteronômio é aplicada particularmente a Jesus, como em um dos sermões de Pedro (At 3.22), e na defesa de Estêvão diante do Sinédrio (At 7.37).

Outras passagens desenvolvem o mesmo tema. Em muitas ocasiões, as pessoas que testemunhavam um feito admirável de Cristo respondiam identificando-o como um profeta ou como *o* profeta que deveria ser esperado

nos últimos dias (Mt 21.46; Lc 7.16; Jo 6.14). Os discípulos a caminho de Emaús o identificaram como tal (Lc 24.19). Em uma ocasião Jesus disse, em referência a si mesmo: *E Jesus lhes dizia: Não há profeta sem honra, senão na sua terra, entre os seus parentes e na sua casa* (Mc 6.4).

De uma perspectiva teológica, a mensagem mais importante é, provavelmente, a introdução ao livro de Hebreus:

> *Havendo Deus, antigamente, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos, nestes últimos dias, pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo.*
>
> Hebreus 1.1,2

Um profeta é alguém que fala por outro. Nesses versículos, Jesus é colocado como alguém que, assim como os profetas do Antigo Testamento, fala por Deus. Ele é, portanto, alguém que fala com autoridade.

A questão da *autoridade* ficou particularmente evidente para os ouvintes de Cristo. Ao final do Sermão do Monte, ficamos sabendo que, quando Jesus terminou de falar, a multidão *se admirou da sua doutrina, porquanto os ensinava com autoridade e não como os escribas* (Mt 7.28,29). Poderíamos pensar que elas deveriam ter ficado impressionadas com o conteúdo de Suas palavras, ou com a necessidade de arrependimento, ou algo assim. Porém, nos é dito que as pessoas faziam o contraste entre Cristo e os escribas, que eram os maiores mestres da época, e concluíam que Ele estava ensinando com uma autoridade que os escribas não possuíam.

Uma segunda característica importante no ensino de Jesus é o que podemos chamar de característica *egocêntrica*. É sobre Ele mesmo. No Sermão do Monte, bem no início de Suas palavras sobre perseguição, Jesus afirmou que Seus seguidores passariam por sofrimentos não simplesmente por causa da verdade, ou por alguma outra causa nobre, mas por Sua causa (Mt 5.11). Mais adiante, Ele diz: *Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir* (Mt 5.17).

Em outras palavras, Ele se identificava como o Messias sobre o qual o Antigo Testamento havia sido escrito. Na seção final, Ele adverte contra qualquer coisa que pudesse desviar a atenção de si mesmo, levando, assim, a pessoa envolvida a julgamento, e conclui:

> *Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha. E desceu a chuva, e correram rios, e assopraram ventos, e combateram aquela casa, e não caiu, porque estava edificada sobre a rocha.*
>
> Mateus 7.24,25

Essas afirmações, e outras como essas – espalhadas por todos os Evangelhos –, imediatamente distinguem Jesus de todos os outros mestres religiosos. Como John Stott observou: "Eles se isentavam deles mesmos; Ele se colocava como centro do ensinamento. Eles tiravam o foco de si mesmos dizendo: 'Essa é a verdade, como eu a entendo'; Jesus dizia: '*Eu sou o caminho*, sigam-me'" (Stott, 1958, p. 22).

Quando começou a escrever seu Evangelho, o quarto evangelista, João, estava aparentemente consciente desse aspecto do ensino de Cristo. Nas páginas de abertura, ele usa uma palavra em referência a Jesus que sugeria, tanto a judeus como a gregos, que o próprio Cristo era o ponto central da revelação de Deus aos homens. A palavra é *logos*, que significa *palavra* ou *verbo*, embora em um sentido mais completo do que aquele que conhecemos. Isso ocorre no versículo 1, no qual

João diz: *No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus*, bem como no 14: *E o Verbo se fez carne e habitou entre nós* [...], *cheio de graça e de verdade.*

O que esse termo teria significado para um judeu contemporâneo de João que lesse seu Evangelho? Os primeiros versículos de seu livro, incluindo o termo *logos*, o teriam feito pensar no trecho do Antigo Testamento que nos diz que, no começo, Deus falou e, como resultado, todas as coisas vieram a existir. Em outras palavras, Jesus seria imediatamente associado ao poder criativo de Deus, bem como à Sua autorrevelação na criação.

Podemos sentir um pouco como isso funciona ao imaginar-nos lendo um livro que começa com uma referência ao *curso dos acontecimentos humanos* e que contenha, nos primeiros parágrafos, as expressões *evidentes por si mesmas* e *direitos inalienáveis*. Claramente, o autor estaria tentando remeter-nos à Declaração de Independência dos Estados Unidos e aos princípios de fundação da República Americana.[3]

Entretanto, isso não é tudo que essas palavras significariam para um leitor judeu. Para eles, o significado expresso pelo vocábulo *palavra* é mais profundo do que para nós, visto que, na maneira de pensar dos judeus, uma palavra era algo concreto, algo mais próximo do que chamaríamos de um evento ou um ato.

Dizemos, "meras palavras de nada valem". As crianças dizem: "Pode falar, eu não ligo". Porém, na realidade, as palavras ferem, e os judeus estavam indubitavelmente mais próximos da verdade quando consideravam que uma palavra dita era uma ação realizada. De acordo com eles, as palavras não deveriam ser usadas levianamente.

Além disso, existem implicações teológicas nisso. O que acontece quando Deus fala? Uma coisa é instantaneamente realizada, como podemos ver nos seguintes versículos: *E disse Deus: Haja luz. E houve luz* (Gn 1.3). Deus disse: *Assim será a palavra que sair da minha boca; ela não voltará para mim vazia; antes, fará o que me apraz e prosperará naquilo para que a enviei* (Is 55.11).

Por causa disso, os judeus estavam mais preparados do que estamos para a ideia de que a Palavra de Deus poderia ser, de algum modo, vista ou tocada e, diante disso, não seria totalmente estranho para eles entenderem o que o autor de Hebreus disse ao escrever para leitores judeus de modo geral: *A nós,* [Deus] *falou-nos, nestes últimos dias, pelo Filho* (Hb 1.1b)

O que significava a palavra *logos* para um grego ou para outro leitor gentio? Para os gregos, a resposta é encontrada não na religião, mas na filosofia. Há quase 2.600 anos, no século 6 a.C., um filósofo chamado Heráclito viveu em Éfeso. Ele era o homem que afirmou ser impossível banhar-se nas águas do mesmo rio duas vezes. Ele quis dizer que tudo na vida é um fluxo. Assim, embora você entre no rio uma vez, saia dele, e depois entre numa segunda vez, no momento que você deu o segundo passo o rio já fluiu e é um rio diferente.

Para Heráclito e para os filósofos que o seguiam, a vida parecia com isso, mas eles questionavam: se é assim, como é que tudo que existe não está num estado de caos perpétuo? Heráclito respondia que a vida não é um caos porque a mudança que vemos não é aleatória – é uma mudança ordenada. Isso quer dizer que deve haver uma *razão* ou uma *palavra* divina que controla isso. Isso é o *logos*, a palavra que João utiliza no verso de abertura de seu Evangelho.

Entretanto, o *logos* também significa mais que isso para Heráclito. Uma vez tendo descoberto que o princípio controlador da matéria era o *logos* de Deus, aplicar esse conceito também a todos os eventos da história, bem como à ordem mental que governa os seres humanos seria apenas um pequeno

passo para ele. Para Heráclito, o *logos* se tornou nada menos do que a mente de Deus controlando tudo.

Quando João veio a escrever seu Evangelho, a era de Heráclito já tinha ficado para trás há 700 anos. Entretanto, suas ideias haviam sido tão fundamentais para a formação do pensamento grego que haviam sobrevivido não apenas em sua filosofia, mas também na filosofia de Platão e Sócrates, dos estoicos, e de outros que haviam se baseado nela. Além disso, elas eram discutidas por muitas pessoas comuns.

Os gregos sabiam sobre o *logos*. Para eles, o *logos* era a mente criativa e controladora de Deus; ela mantinha o universo em funcionamento. Portanto, foi num lampejo de gênio criativo que João lançou mão dessa palavra – significativa tanto para os gregos como para o povo judeu: "Ouçam bem, gregos, essa coisa que tem ocupado seu pensamento filosófico e sobre a qual vocês têm escrito por séculos – o *logos* de Deus, essa palavra, esse poder controlador do universo e da mente humana – veio agora ao mundo em forma de homem, e nós o vimos, cheio de graça e verdade".

Platão, como sabemos, uma vez virou-se para aquele pequeno grupo de filósofos e alunos que haviam se reunido em torno dele durante a Época de Ouro em Atenas e disse: "Pode ser que algum dia venha de Deus uma Palavra, um *logos*, que revelará todos os mistérios e tornará tudo claro."Agora João está dizendo: "Sim, Platão, o *logos* já veio; agora Deus foi perfeitamente revelado a nós"[4].

Esse é o ministério profético de Cristo. Tem autoridade, e é envolvido em Sua própria pessoa de tal modo que, quando olhamos para Jesus, vemos não apenas um homem, mas o Deus-homem que, dessa forma, revela-nos Deus. Em nosso tempo, Jesus desempenha esse ministério por intermédio de Seu Santo Espírito, que comunica a pessoa de Cristo à nossa mente e coração por meio das Escrituras e, assim, provê nossa salvação e santificação.

## O mediador de Deus: sacerdote

A segunda das três maiores divisões da obra de Cristo é Seu sacerdócio, tema cuidadosamente preparado no Antigo Testamento e desenvolvido com considerável esmero no livro de Hebreus. Um sacerdote é um homem designado para agir por outros em coisas pertinentes a Deus, isto é, ele é um mediador.

Em Cristo, essa função sacerdotal ou mediadora é satisfeita de duas formas: primeiro, ao oferecer-se como sacrifício pelo pecado (algo que os profetas do Antigo Testamento não poderiam fazer) e, segundo, ao interceder por Seu povo no céu. O Novo Testamento representa essa última atividade com Cristo insistindo na suficiência de Seu sacrifício como base sobre a qual Suas orações e as nossas devem ser respondidas.

O fato de que Jesus é, em si mesmo, sacrifício por nossos pecados deve tornar claro que Seu sacerdócio é diferente e superior a todas as funções sacerdotais do Antigo Testamento. Entretanto, Cristo não é superior apenas sob esse aspecto.

Para começar, de acordo com o sistema sacerdotal de Israel no Antigo Testamento, era exigido dos sacerdotes que oferecessem um sacrifício não apenas por aqueles a quem representavam, mas também por eles mesmos, já que eram pecadores. Por exemplo, antes que o sumo sacerdote entrasse no Santo dos Santos no dia da Propiciação, o que era feito uma vez por ano, ele primeiro tinha que oferecer um novilho em holocausto pelo seu pecado e pelo de sua casa (Lv 16.6). Só depois disso é que poderia prosseguir com as cerimônias das ofertas e do bode expiatório, cujo sangue tinha de ser aspergido sobre o propiciatório dentro do Santo dos Santos.

Novamente, os sacrifícios que os sacerdotes de Israel ofereciam eram inadequados.

Eles ensinavam o caminho para a salvação através da morte de uma vítima inocente. No entanto, o sangue de ovelhas e bodes não poderia levar os pecados, como o Antigo Testamento e o Novo Testamento reconhecem (Mq 6.6,7; Hb 10.4-7).

Além disso, os sacrifícios dos sacerdotes terrenos eram incompletos, o que é atestado pelo fato de serem oferecidos muitas vezes. Em Jerusalém, por exemplo, o fogo do altar maior nunca se extinguia; e, em um sábado importante, como na Páscoa, literalmente centenas de milhares de cordeiros eram oferecidos.

Em contraste com esse sacerdócio terreno, *o sacrifício de Jesus foi feito por alguém que era perfeito em si mesmo* e que, portanto, não tinha necessidade de que uma propiciação fosse feita para Ele. Como disse o autor de Hebreus:

> *Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus, que não necessitasse, como os sumos sacerdotes, de oferecer cada dia sacrifícios, primeiramente, por seus próprios pecados e, depois, pelos do povo; porque isso fez ele, uma vez, oferecendo-se a si mesmo.*
>
> Hebreus 7.26,27

Segundo, sendo Ele próprio perfeito e, simultaneamente, o sacrifício, entende-se que *o sacrifício feito por Cristo era, em si mesmo, perfeito*. Portanto, Ele poderia, na verdade, pagar o preço pelo pecado e removê-lo, de uma maneira que os sacrifícios em Israel não poderiam. Eles eram uma sombra das coisas que estavam por vir, mas não eram a realidade. A morte de Cristo foi a real justificação e, somente com base nela, Deus declara o pecador justificado. O autor de Hebreus reforça esse ponto:

> *Mas, vindo Cristo, o sumo sacerdote dos bens futuros,* [...] *nem por sangue de bodes e bezerros, mas por seu próprio sangue, entrou uma vez no santuário, havendo efetuado uma eterna redenção. Porque, se o sangue dos touros e bodes e a cinza de uma novilha, esparzida sobre os imundos, os santificam, quanto à purificação da carne, quanto mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará a vossa consciência das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo?*
>
> Hebreus 9.11-14

Finalmente, diferente dos sacrifícios dos sacerdotes do Antigo Testamento, que tinham que ser repetidos diariamente, *o sacrifício de Jesus foi completo e eterno* – evidência que justifica o fato de Ele estar, hoje, assentado ao lado direito de Deus. No templo judaico, não havia cadeiras, significando que a obra dos sacerdotes nunca estava acabada.

> *Mas este, havendo oferecido um único sacrifício pelos pecados, está assentado para sempre à destra de Deus, daqui em diante esperando até que os seus inimigos sejam postos por escabelo de seus pés. Porque, com uma só oblação, aperfeiçoou para sempre os que são santificados.*
>
> Hebreus 10.12-14

Qualquer ensino sobre sacerdotes e sacrifícios hoje é difícil para a maioria das pessoas entender, pois não temos sacrifícios na maior parte do mundo civilizado e não entendemos sua terminologia. Não era muito fácil de entender na antiguidade também. O autor de Hebreus, na verdade, reconhece isso em um comentário intercalado: *Do qual muito temos que dizer, de difícil interpretação, porquanto vos fizestes negligentes para ouvir* (Hb 5.11).

Por outro lado, as instruções elaboradas para a realização dos sacrifícios foram dadas

para ensinar tanto a natureza séria do pecado como o modo pelo qual Deus providenciaria um meio para lidar com ele. Os sacrifícios ensinavam duas lições. Primeiro, o pecado significa morte. É uma lição do julgamento de Deus. Significa que o pecado é sério. *A alma que pecar, essa morrerá* (Ez 18.4b). Segundo, temos a mensagem da graça. A importância do sacrifício é que, pela graça de Deus, um substituto inocente seria oferecido no lugar do pecador. O bode ou o cordeiro não seria esse substituto, mas poderia apontar para Ele. Jesus, entretanto, foi e é, para todos aqueles que o aceitarem como Salvador, o sacrifício único, perfeito e autossuficiente pelo pecado, com base no qual Deus considera o pecador justificado. Esse aspecto da obra de Cristo será considerado de modo mais completo nos capítulos sobre propiciação e redenção.

Uma segunda maneira pela qual Jesus cumpre Seu ofício sacerdotal ou mediador é ao interceder por nós hoje. Essa não é uma obra suplementar que se adiciona ao sacrifício dele mesmo na cruz, mas sim uma obra sequencial baseada nesse sacrifício. Temos vários exemplos da intercessão de Cristo por outros no Novo Testamento.

Um exemplo interessante é Sua intercessão por Pedro, contada após o fato. A história é que Satanás chegou até Deus em uma ocasião e deu sua opinião sobre Pedro, querendo, na verdade, dizer: "Eu não sei o que Seu Filho espera desse fraco chamado Pedro. Se você apenas me permitir atingi-lo, ele vai se espalhar como pó na ventania".

Dessa mesma maneira, Deus concedeu a Satanás permissão para tocar em Jó (Jó 1.12; 2.6). Mas Jesus orou por Pedro, pedindo que a experiência pudesse fortalecê-lo mais do que destruí-lo. Ele pediu que o pó pudesse ser soprado ao longe para que mais do grão verdadeiro, que Ele havia semeado ali, pudesse tornar-se visível. Suas próprias palavras para Pedro foram:

> *Disse também o Senhor: Simão, Simão, eis que Satanás vos pediu para vos cirandar como trigo. Mas eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando te converteres, confirma teus irmãos.*
>
> Lucas 22.31,32

Sabemos, pelo desenrolar da história, que a intercessão de Cristo prevaleceu. Mais tarde, naquela noite, embora Pedro houvesse negado o Senhor em três ocasiões diferentes, a última vez com xingamentos e imprecações, sua fé não falhou.

Na verdade, quando o que Pedro fizera tornou-se claro para ele com o cantar do galo, o remorso o dominou, ele saiu, e chorou amargamente. Foi para um Pedro grandemente humilhado que o Senhor veio mais tarde, com um recomissionamento para o serviço (Jo 21.15-19).

Outro exemplo da intercessão de Cristo no Novo Testamento é Sua oração pela Sua Igreja (Jo 17). Jesus não ora para que os discípulos se tornem ricos ou para que sejam elevados a posições de respeito e poder no império Romano, ou mesmo para que sejam poupados de perseguição e de sofrimento por causa de seu testemunho.

Na verdade, Sua oração é para que eles pudessem tornar-se o tipo de homens e mulheres que Ele desejava que fossem; isto é, homens e mulheres em quem as marcas da Igreja fossem evidentes: alegria, santidade, verdade, missão, unidade e amor. As preocupações de Cristo com eles (e conosco) são espirituais.

Uma palavra maravilhosa é usada para designar essa função mediadora do Senhor Jesus Cristo, duplamente maravilhosa porque também é usada para se referir ao ministério terreno do Espírito Santo em nosso favor. Na língua grega, a palavra é *parakletos*. Em português, ela é traduzida como *consolador* (embora não seja a melhor tradução), *conselheiro* ou *advogado*. Ela é usada em referência

ao Espírito Santo nos discursos finais de Cristo, nos quais Ele fala de *outro consolador* (Jo 14.16; 14.26; 15.26; 16.7). É usada em relação ao próprio Jesus (1 Jo 2.1).

O sentido real da palavra vem de sua nuance legal ou forense. Literalmente, *parakletos* vem de duas palavras gregas separadas: *para*, que significa *ao lado de* (como observamos nas palavras *parábola*, *paradoxo*, *paralelo,* entre outras), e *kletos*, que significa *chamado* (ela também é usada na palavra grega para Igreja, *ekklesia*, que significa *os chamados*).

Um parakleto é, portanto, chamado para auxiliar alguém lado a lado, em outras palavras, um advogado. É interessante notar que esse é o significado do vocábulo *advogado* que, composto por duas palavras, *ad*, que significa *para* ou *em direção a*, e *vocare*, que é *chamar*. Logo, um advogado é alguém chamado para ajudar outra pessoa.

A ilustração, então, é de algo que poderíamos chamar de "escritório celestial de advogados", do qual somos clientes. Há uma filial no céu, presidida pelo Senhor Jesus Cristo, e uma filial terrena, dirigida pelo Espírito Santo. Cada uma delas defende as nossas causas. É tarefa do Espírito nos levar a orar e intensificar essa oração a um ponto em que nós mesmos não conseguimos.

Paulo escreveu:

> *E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis.*
>
> Romanos 8.26

Semelhantemente, é o ministério do Senhor no céu interpretar nossas orações de modo correto, e atestar a eficácia de Seu sacrifício como base de nossa aproximação de Deus.

A consequência disso é que podemos ter grande ousadia na oração. Como poderíamos, de algum modo, ter ousadia se a resposta às nossas orações dependesse ou da força com que oramos ou da correção dos pedidos em si? Nossas orações são fracas, como Paulo confessa, e, muitas vezes, oramos de maneira errada. No entanto, somos ousados, pois temos o Espírito Santo para fortalecer os pedidos, e o Senhor Jesus Cristo para interpretá-los da maneira certa.

## O REINO DE DEUS: REI

O terceiro aspecto da obra de Cristo é o reinado. Diferente dos dois outros ofícios – que têm uma base limitada, explícita e textual – há um extenso material bíblico sobre o reinado de Cristo.

Primeiro, existe o imperioso tema da soberania de Deus sobre Sua criação. Uma vez que Jesus é Deus, isso claramente influencia Seu próprio governo ou soberania. Há profecias messiânicas específicas sobre o reinado majestoso de Cristo, como Deus prometeu ao Rei Davi: *Porém a tua casa e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será firme para sempre* (2 Sm 7.16). Mais tarde, quando a casa de Davi estava em evidente declínio, o profeta Isaías intensificou as promessas e apontou para o Messias que ainda estava por vir.

> *Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o principado está sobre os seus ombros; e o seu nome será Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz. Do incremento deste principado e da paz, não haverá fim, sobre o trono de Davi e no seu reino, para o firmar e o fortificar em juízo e em justiça, desde agora e para sempre; o zelo do SENHOR dos Exércitos fará isto.*
>
> Isaías 9.6,7

Há muitos salmos sobre o tema (por exemplo, nos Salmos 45; 72; 110). Em Miquéias 5.2, dito do local de nascimento desse futuro rei:

*E tu, Belém Efrata, posto que pequena entre milhares de Judá, de ti me sairá o que será Senhor em Israel, e cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade.*

Daniel contém uma visão daquele a quem foi *dado o domínio, e a honra, e o reino, para que todos os povos, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno, que não passará, e o seu reino, o único que não será destruído* (Dn 7.14).

O nascimento de Jesus foi anunciado nessas categorias e, quando iniciou Seu ministério terreno, Ele mesmo tocou nesses temas. O anjo que anunciou Sua chegada à Maria disse:

*Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; e o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai, e reinará eternamente na casa de Jacó, e o seu Reino não terá fim.*
Lucas 1.32,33

Mais tarde, João Batista falou da iminência do Reino de Deus por meio da vinda de Cristo. Um pouco depois, o próprio Jesus começou Seu ministério com a surpreendente proclamação: *Arrependei-vos, porque é chegado o Reino dos céus* (Mt 4.17b).

No final do Novo Testamento, encontramos a culminância desse tema, mostrando o Senhor assentado sobre um trono, Seus inimigos sujeitando-se a Ele e um novo nome lhe sendo dado: *E na veste e na sua coxa tem escrito este nome: Rei dos reis e Senhor dos senhores* (Ap 19.16).

Contudo, temos um problema aqui. Se esse tema é tão dominante quanto parece, e se Jesus realmente é o Rei dos reis e Senhor dos senhores, como é que o mundo mudou tão pouco e por que Seu Reino é tão pouco reconhecido? Esse é o futuro? Essa seria uma maneira de lidar com o problema, mas como faremos para lidar com a afirmação do próprio Cristo de que o Reino de Deus está *entre vós* (Lc 17.21)? Ele é espiritual?

Se é, como podemos entender as profecias explícitas sobre a continuação do trono de Davi ou mesmo das promessas de justiça e paz que fariam parte do Reino do Messias?

Observamos, por exemplo, que a falta de justiça e paz no mundo é uma razão dada pela comunidade judaica de hoje para justificar sua recusa a crer que Jesus de Nazaré seja seu verdadeiro Messias. Podemos eliminar esses elementos da nossa compreensão do governo de Cristo? Ou limitamos o Reinado de Jesus apenas à Igreja? A resposta para cada uma dessas questões é complexa, mas apenas fazendo essas perguntas e começando a buscar por respostas na Bíblia é que chegamos gradualmente a entender o conceito do reinado de Cristo.

Uma vez, perguntaram-me se o Reino de Deus era passado, presente ou futuro. O arguidor tinha em mente o debate sobre o assunto que estava em voga em círculos acadêmicos teológicos durante alguns anos, envolvendo nomes como T. W. Manson e C. H. Dodd, da Inglaterra, Rudolf Bultmann e Martin Dibelius, da Alemanha, e Albert Schweitzer.

Respondi com um resumo do debate e, depois, com a afirmação de que a visão bíblica, mesmo nesses três termos, não poderia ser expressa adequadamente. De certa forma, o Reino certamente já chegou, pois Deus sempre reinou sobre as pessoas e a história. Mas, ao mesmo tempo, também é presente e futuro. Assim, Deus governa hoje e continuará a reinar. Quanto mais se olha para as declarações da Bíblia sobre o Reino, mais sentimos que ele transcende qualquer um desses conceitos temporais.

Talvez a coisa mais importante a ser dita sobre o Reino de Deus é que ele é o *Reino de Deus*. Isso significa que ele está muito além

dos reinos de homens e é infinitamente superior a eles.

Estudamos as páginas da história e vemos os reinos deste mundo ascendendo e declinando ao longo dos séculos. Historiadores nos dizem que o mundo conheceu três grandes civilizações, todas elas perduraram apenas por um tempo e, depois, desapareceram sem cerimônia.

Em um momento, o Egito era uma poderosa potência no mundo, mas hoje está fraco. É incapaz até de lutar com o diminuto Estado de Israel. A Babilônia era poderosa. Hoje, ela se foi, e seu território é dividido. A Síria, que já foi forte, hoje é uma curiosidade arqueológica. Grécia e Roma caíram. Além disso, sabemos que até mesmo os Estados Unidos da América e a União Soviética, embora hoje no pináculo do poder mundial, não conseguirão escapar da lei inexorável de Deus para a história: *A justiça exalta as nações, mas o pecado é o opróbrio dos povos* (Pv 14.34). O orgulho pode fazer com que cada uma delas caia.

O curso normal dos reinos deste mundo é descrito com grande impacto no livro de Daniel. Belsazar, rei da Babilônia, havia oferecido uma festa no decorrer da qual desonrou as taças tiradas do templo de Deus, em Jerusalém. No meio daquela festa, escritos apareceram na parede do palácio, e Belsazar ficou aterrorizado. Os escritos diziam:

> *Esta, pois, é a escritura que se escreveu: MENE, MENE, TEQUEL e PARSIM. Esta é a interpretação daquilo: MENE: Contou Deus o teu reino e o acabou. TEQUEL: Pesado foste na balança e foste achado em falta. PERES: Dividido foi o teu reino e deu-se aos medos e aos persas.*
>
> Daniel 5.25-28

Daniel disse ao rei:

> *Ó rei! Deus, o Altíssimo, deu a Nabucodonosor, teu pai, o reino, e a grandeza, e a glória, e a magnificência* [...] *Mas, quando o seu coração se exaltou e o seu espírito se endureceu em soberba, foi derribado do seu trono real, e passou dele a sua glória. E foi tirado dentre os filhos dos homens, e o seu coração foi feito semelhante ao dos animais, e a sua morada foi com os jumentos monteses; fizeram-no comer erva como os bois, e pelo orvalho do céu foi molhado o seu corpo, até que conheceu que Deus, o Altíssimo, tem domínio sobre os reinos dos homens e a quem quer constitui sobre eles. E tu, seu filho Belsazar, não humilhaste o teu coração, ainda que soubeste de tudo isso.*
>
> Daniel 5.18, 20-22

Naquela noite, Belsazar foi morto, e Dario reinou em seu lugar.

Esse é o curso dos reinos humanos. Deus permite que um indivíduo ou grupo seja levantado acima dos seus com poder, o triunfo deles traz orgulho, e Deus os destitui. Os poderes humanos ascendem e caem, porém, sobre toda essa agitação da história humana, Deus reina. Ele é soberano sobre a história humana, mesmo sobre domínios que estão em rebelião contra Ele. Esse aspecto do *Reino de Deus* traz conforto para aqueles que, de outro modo, estariam angustiados com os inquietantes eventos mundiais. Jesus disse: *Não andeis cuidadosos quanto à vossa vida* (Mt 6.25a), acrescentando que, independente de guerras e de rumores de guerras, Seus seguidores não deveriam assustar-se (Mt 24.6).

Um segundo fator importante sobre o governo de Cristo é Sua dimensão presente. Jesus primeiro exerce Seu governo sobre uma alma individualmente, ao trazê-la à fé nele mesmo e, depois, direcionando-a; segundo, ao governar e dirigir Sua Igreja, para que os princípios do Reino possam ser vistos em meio aos que creem, para, então, influenciarem o mundo descrente.

Quando oramos: "Venha o Teu Reino", como fazemos no Pai Nosso, é esse governo presente (e não simplesmente uma vinda futura) que temos em mente. Paulo define o Reino de Deus como uma realidade do tempo presente: *Porque o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo* (Rm 14.17).

Infelizmente, alguns partiram de uma consciência do domínio de Cristo sobre Sua Igreja e sobre o mundo, que está constantemente em expansão, para chegar à errônea conclusão de que, visto que o Reino de Deus chega aonde quer que pessoas creiam em Cristo e respondam ao evangelho, este continuará, inevitavelmente, expandindo-se até que todo ou quase todo o mundo creia.

Essa visão era popular no século 19. Hoje, a realidade de duas guerras mundiais, de uma guerra fria e do reconhecido declínio da influência do cristianismo no mundo ocidental tirou, de muitos cristãos, o entusiasmo por esse tipo de raciocínio.

É surpreendente que tal linha de pensamento tenha até mesmo sido seguida. O Senhor advertiu contra isso nas parábolas sobre o Reino (Mt 13), ensinando que grande parte do mundo nunca se converteria, que os filhos do diabo estariam presentes até o fim, mesmo dentro da igreja, que Seu domínio viria em totalidade apenas no momento final, e que, então, esse reino seria estabelecido somente pelo Seu poder, apesar da animosidade amarga e contínua.

Há sete parábolas nesse capítulo de Mateus, começando com a do semeador que saiu a semear, e terminando com a da rede. Elas falam dos últimos 19 séculos da história da Igreja.

A primeira parábola é a do semeador. Jesus disse que um homem saiu a semear. Algumas das sementes caíram em uma superfície dura, onde foram devoradas por pássaros; outras caíram em solo superficial e brotaram rápido, apenas para serem ressecadas pelo sol; outras ainda caíram entre espinhos e foram sufocadas por eles; algumas, porém, caíram em solo bom, onde produziram, em alguns casos, centenas de grãos, 60 por 1, ou 30 por 1.

Depois, Jesus explicou a parábola, mostrando que a semente era a Palavra de Deus, que teria resultados diferentes na vida das pessoas que a ouvissem. Alguns corações seriam tão duros que não a aceitariam de jeito nenhum, e os servos de Satanás logo as roubariam. Outros a receberiam como uma novidade, mas logo perderiam interesse, particularmente diante da perseguição. O terceiro grupo seria formado por todos que permitem que a Palavra seja sufocada por preocupações mundanas e por seu deleite nas riquezas. Somente o quarto grupo seria composto por aqueles em que o evangelho criaria raiz e daria frutos.

A parábola significa que apenas parte da pregação da mensagem sobre o Reino de Deus dará fruto, acabando de vez com a ideia de que a proclamação do evangelho será cada vez mais eficaz e, inevitavelmente, trará um triunfo total da Igreja, à medida que a história avança.

A segunda parábola reforça o ponto ainda mais claramente. É a história do joio e do trigo. Jesus disse que um homem saiu a semear grãos, mas, após ter feito isso, um inimigo veio e semeou o joio. Os dois tipos de planta cresceram juntos, o trigo verdadeiro e o joio que parecia com o trigo, mas que seria imprestável como comida.

Na história, os servos queriam arrancar o joio, mas o dono lhes disse para não fazê-lo, para que não arrancassem parte do trigo também. Em vez disso, eles deveriam deixar ambos crescerem juntos até a colheita, quando os grãos de trigo seriam armazenados nos celeiros, e o joio seria queimado.

Quando Jesus ficou sozinho com os discípulos, Ele explicou que o campo era o mundo, o trigo representava todos os que pertenciam a

Ele, e o joio, os filhos do diabo. Isso significa que sempre haveria no mundo aqueles que são os verdadeiros filhos de Deus e aqueles que são filhos do diabo. Isso seria verdade por toda a história da Igreja. Além disso, uma vez que alguns filhos do diabo imitariam tanto os filhos de Deus, ninguém deveria separar os dois nesse mundo, para que alguns cristãos não perecessem com os outros. O ponto principal da parábola é que essas condições insatisfatórias permanecerão até o final dos tempos.

As outras parábolas trazem argumentos semelhantes; isto é, a expansão do Reino de Deus será acompanhada pela influência do diabo e sempre será imperfeita. Deve ficar evidente que, diante da realidade do Reino de Deus como a vemos hoje, ainda está por vir um momento em que o domínio do Senhor Jesus Cristo será plenamente reconhecido. Isso é o terceiro ponto importante que deve ser estabelecido acerca do reinado de Cristo.

Jesus disse aos Seus discípulos que haverá um Reino espiritual por toda a *era da Igreja*. Entretanto, Ele ensinou que haverá um reino literal e futuro também. Em uma parábola, Ele se comparou a um nobre que viajou para um país distante para receber um reino e depois voltou. Nesse meio tempo, Ele deixou talentos nas mãos de Seus servos, ordenando que fossem fiéis e que estivessem prontos para dar conta de tudo quando Ele voltasse (Lc 19.11-27).

Em outra ocasião, após a ressurreição, os discípulos perguntaram a Jesus: *Senhor, restaurarás tu neste tempo o reino a Israel?* (At 1.6b). Ele respondeu: *Não vos pertence saber os tempos ou as estações que o Pai estabeleceu pelo seu próprio poder.* [Em outras palavras, vocês estão certos em relação ao Reino, mas não é da conta de vocês saber os tempos do Pai.] *Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra* (v. 7,8)[6].

## IMITADORES DE CRISTO

Para nós, a obra do Reino de Deus recai na última dessas declarações. Somos testemunhas de Cristo. Temos de levar a mensagem de Seu poder por nossas cidades, estados, nações e pelo mundo.

Quando fazemos isso, percebemos que, por meio da autoridade que recebemos de Cristo, estamos especialmente equipados para nossa tarefa. Ele é nosso profeta, sacerdote e rei – e Ele nos fez profetas, sacerdotes e reis.

Somos profetas no sentido de que também somos porta-vozes de Deus neste mundo.

Nos dias de Moisés, esse era apenas um desejo acalentado: *Tomara que todo o povo do SENHOR fosse profeta* (Nm 11.29). Mas, em nossos dias, como resultado do derramamento do Espírito Santo sobre a Igreja no Pentecostes, ele se realizou. Dessa forma, como Pedro afirmou, as palavras do profeta Joel em relação aos últimos dias foram cumpridas.

> *E nos últimos dias acontecerá, diz Deus, que do meu Espírito derramarei sobre toda a carne; e os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão, os vossos jovens terão visões, e os vossos velhos sonharão sonhos; e também do meu Espírito derramarei sobre os meus servos e minhas servas, naqueles dias, e profetizarão.*
>
> Atos 2. 17,18.

Como profetas, falamos sobre a Palavra de Deus a nossos contemporâneos. Somos também sacerdotes. É verdade, nunca mais haverá outro sacerdócio como o do Antigo Testamento – Cristo o aperfeiçoou para sempre. Contudo, de certa forma, todo o povo de Deus é sacerdote, visto que todos têm

acesso a Deus igualmente, com base no sacrifício de Cristo, sendo chamados para oferecerem-se a Deus em autoconsagração, louvor e serviço.

Pedro falou disso explicitamente, lembrando-nos de que somos *sacerdócio santo,* para oferecermos *sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo* (1 Pe 2.5b). Paulo provavelmente tinha essa ideia em mente quando escreveu aos Romanos: *Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que apresenteis o vosso corpo em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional* (Rm 12.1). Também devemos exercer nosso sacerdócio em oração intercessora uns pelos outros e pelo mundo.

Finalmente, há um sentido pelo qual também somos reis em Cristo. Em Apocalipse, os santos de Deus são mencionados da seguinte forma: [Tu] *os fizeste reis e sacerdotes; e eles reinarão sobre a terra* (Ap 5.10). Como vamos reinar? Não vamos reinar uns sobre os outros, pois não é assim que Jesus exerce Seu poder sobre nós. Em vez disso, como diz o hino:

> Não com o tilintar das espadas
> Nem com o rufar de tambores
> Mas com atos de amor e misericórdia
> Chega o Reino dos céus

Nosso reinado é expresso, não em privilégios, mas em responsabilidade.

## Notas

1 **Martinho Lutero** foi provavelmente o primeiro a ensinar explicitamente que Cristo era Profeta, Sacerdote e Rei, mas ele nunca se referiu a isso como um *tríplice ofício*. Essa distinção pertence a João Calvino que, com seu incrível dom para sistematização, desenvolve o termo completamente no volume II das *Institutas* (cap. 15). A partir desse ponto, ele é visto frequentemente em escritos protestantes, particularmente naqueles dos puritanos americanos e ingleses.

A Confissão de Fé de Westminster menciona o tríplice ofício de Jesus no capítulo *De Cristo o Mediador*. O Breve Catecismo pergunta de que modo Ele *exerce* esses ofícios, e responde: "Cristo exerce as funções de profeta, revelando-nos, pela Sua Palavra e pelo Seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação [...] Cristo exerce as funções de sacerdote, oferecendo-se uma vez em sacrifício para satisfazer a justiça divina e reconciliar-nos com Deus, fazendo contínua intercessão por nós. Cristo exerce as funções de rei, sujeitando-nos a si mesmo, governando-nos e protegendo-nos, contendo e subjugando todos os Seus e os nossos inimigos" (Perguntas 24,25,26).

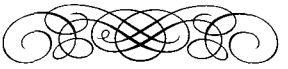
3 Expressões extraídas da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, que é bem conhecida de todos os norteamericanos.

4 Discuti esse conceito de *logos* de modo mais aprofundado tanto em *The Gospel of John* [O Evangelho de João]. Vol. I. Michigan: Zondervan, 1975, p. 37-42 e em *Witness and Revelation in the Gospel of John* [Testemunho e revelação no Evangelho de João]. Michigan: Zondervan, 1970, p. 159-163.

6 Uma quantidade de material sobre o Reino de Deus foi tomada emprestada de minha obra *The Sermon of the Mount* [O Sermão do Monte] p. 205-211.

CAPÍTULO 13

# APAZIGUANDO A IRA DE DEUS



Dividir os ofícios do Senhor Jesus Cristo nas categorias de Profeta, Sacerdote e Rei é, aparentemente, uma forma vantajosa de dar conta de Seu ministério em um capítulo inteligível. A desvantagem é que isso não mostra de maneira adequada como os vários ofícios se relacionam uns com os outros nem indica qual deles é o mais importante.

De acordo com a Bíblia, o propósito de Jesus era morrer em nosso lugar (Mc 10.45), o que nos leva a uma discussão mais profunda sobre o significado de Seu sacrifício. Quando a questão em análise é a morte de Cristo, torna-se ainda mais difícil, para as pessoas da sociedade atual, aceitar o que foi feito por Ele na cruz como aspecto central de Seu ministério.

Os conceitos bíblicos centrais para a compreensão desse tema são *propiciação* e *redenção*, mas cada um deles é, além de difícil, ofensivo para muitos. A propiciação se relaciona ao sacrifício, por meio do qual a ira de Deus contra o pecado é aplacada. A redenção, por sua vez, refere-se à libertação de um escravo.

É fácil acreditar que Deus nos salva pagando um preço por nossa redenção? Isso não nos remete às ideias medievais que retratavam Cristo como preço do resgate pago pelo Pai ao diabo? É certo afirmar que o conceito de *propiciação* está fora de moda? Podemos realmente acreditar que a ira influencia, de algum modo, a questão da salvação? Se a resposta for *sim*, como pode ser que a morte de um homem, por mais significativa que seja, possa desviar o furor divino de nós?

Essas são perguntas que precisamos ter em mente quando começamos a analisar a questão da morte de Cristo. É também relevante perguntar: "o que exatamente Sua morte conquistou? E como conquistou?"

Para responder essas perguntas examinaremos, neste capítulo, a ideia da propiciação e, no próximo, a da redenção.

## PROPICIAÇÃO: O PRÓPRIO DEUS APLACANDO SUA IRA

A propiciação é um conceito pouco entendido, que tem a ver com sacrifícios, visto que se refere ao que Jesus conquistou junto a Deus com Sua morte. A redenção, por sua vez, está ligada ao que Cristo conquistou em relação a *nós*.

Ao redimir-nos, o Cordeiro *nos* libertou da escravidão do pecado. Por outro lado, o foco da propiciação é Deus, de modo que podemos dizer: "Por meio de Sua morte, Jesus aplacou a ira do Pai contra o pecado e, assim, tornou possível ao Senhor ser propício ao Seu povo".

Isso requer, porém, uma explicação. Em primeiro lugar, precisamos observar que o conceito da propiciação pressupõe o conceito da ira divina. Se o pecado não provoca a ira de Deus, não há necessidade de propiciá-lo, o

que faz com que o significado da morte de Cristo deva, portanto, ser expresso em outras categorias.

Esse ponto chamaria a atenção de muitos pregadores modernos que argumentariam ser precisamente por essa razão que o termo não deve ser usado ou, se for, deve receber outro significado.

Alguém poderia dizer: "Conseguimos entender, como a ideia da propiciação seria adequada ao paganismo, visto que, de acordo com essa linha de pensamento, considerava-se que Deus era caprichoso, ofendia-se com facilidade e, portanto, ficava com raiva frequentemente. Mas esse não é o retrato bíblico do Senhor. De acordo com a revelação cristã, Ele não está com raiva. Em vez disso, é amoroso e cheio de graça. Não é o Pai que está separado de nós por causa do nosso pecado, mas, na verdade, somos nós que estamos separados dele. Assim, não é Ele que deve ser propiciado, mas nós mesmos".

Os que fazem esse tipo de argumentação seguem uma das duas linhas de pensamento: ou rejeitam completamente a ideia de propiciação, considerando sua presença na Bíblia como um resquício pagão de uma maneira imperfeita de pensar sobre Deus, ou então interpretam o significado da palavra grega para propiciação não como a propiciação de Cristo da ira divina, mas sim como um encobrimento ou expiação de nossa culpa pelo Seu sacrifício. Em outras palavras, eles consideram a obra voltada diretamente ao homem em vez de em direção a Deus.

A influência do falecido C. H. Dodd, de Cambridge, Inglaterra, acadêmico especialista nesse conceito, fez com que a palavra *propiciação* fosse traduzida como *expiação* nos textos relevantes da versão *Revised Standard Version* da Bíblia (Rm 3.25; Hb 2.17; 1 Jo 2.2; 4.10).[1]

Devemos apreciar a obra daqueles que fizeram distinção entre o conceito de propiciação pagão e o cristão, visto que, biblicamente, o Senhor não é caprichoso nem se ira facilmente, não sendo, portanto, um Deus a quem devemos propiciar, a fim de mantermo-nos sob Sua boa graça. Essa visão é totalmente oposta à posição cristã, já que, de acordo com ela, o Pai é visto como um Deus de graça e amor.

Entretanto, por mais solidários que possamos ser com as preocupações desses acadêmicos, não podemos ignorar a amplitude da abrangência dessa questão.

Primeiro, não podemos nos atrever a esquecer do que a Bíblia afirma sobre a justa ira divina contra o pecado, de acordo com a qual este será punido ou em Cristo ou na pessoa do pecador. Podemos sentir, devido a nossos preconceitos culturais particulares, que a ira e o amor do Senhor são incompatíveis. Porém, a Bíblia ensina que Deus é ira e amor ao mesmo tempo.

Além disso, Sua ira não é apenas um pequeno e insignificante elemento que, de alguma forma, está junto ao Seu muito mais significativo e incrível amor. Na verdade, a ira divina é o maior elemento que pode ser observado nas Escrituras, desde o julgamento de Deus contra o pecado no jardim do Éden até os cataclísmicos julgamentos finais registrados em Apocalipse (esse assunto já foi estudado de modo mais abrangente no capítulo 7).

Segundo, embora a palavra *propiciação* seja usada em escritos bíblicos, ela não tem a mesma conotação que assume nos escritos pagãos. Em rituais pagãos, o sacrifício era o meio pelo qual as pessoas acalmavam uma divindade ofendida. No cristianismo, nunca são as pessoas que tomam a iniciativa ou fazem o sacrifício, mas o próprio Deus que, graças ao Seu grande amor pelos pecadores, providenciou o caminho pelo qual Sua ira contra o pecado pudesse ser desviada. Além disso, Ele mesmo é o caminho – em Jesus. Essa é a verdadeira explicação do fato do Senhor nunca ser o objeto explícito da propiciação

nos escritos bíblicos. Ele não é mencionado como o objeto dela porque é, também, Seu sujeito, função muito mais importante. Em outras palavras, o próprio Deus aplaca Sua ira contra o pecado para que Seu amor possa receber e salvar os pecadores.

A ideia da propiciação é mais claramente observada no sistema sacrificial do Antigo Testamento, já que, por meio do mesmo, Deus ensinou o caminho pelo qual os pecadores poderiam aproximar-se dele.

O pecado implica a morte, como foi assinalado anteriormente. Contudo, os sacrifícios ensinam que há uma maneira de escapar dela e de aproximar-se de Deus. Outro pode morrer no lugar do pecador. Isso pode parecer assustador, até mesmo imoral, como alguns tem injustamente afirmado, mas é isso que o sistema sacrificial ensina.

Desse modo, o indivíduo israelita era instruído a realizar sacrifícios toda vez que se aproximava de Deus. A família deveria matar e consumir um animal em observância anual à Páscoa, e a nação deveria ser representada anualmente pelo sumo sacerdote no Dia da Expiação, quando o sangue da oferta seria aspergido sobre o propiciatório da arca da aliança dentro do Santo dos Santos do templo judaico. Ao final desse processo, Jesus surgiu como a oferta que tiraria *o pecado do mundo* (Jo 1.29).

A progressão é essa: um sacrifício por uma pessoa, por uma família, por uma nação, pelo mundo. O caminho para a presença de Deus está, agora, aberto a qualquer um que queira vir ao Senhor, fato simbolizado, na morte de Cristo, pelo rasgar do véu que separava o Santo dos Santos do resto do templo.

## QUATRO TEXTOS DO NOVO TESTAMENTO

Apenas quatro textos do Novo Testamento usam, de fato, o termo *propiciação*, embora a ideia de sacrifício à qual ela é ligada seja dominante em quase toda a Bíblia. A passagem crítica está em Romanos 3.23-26:

> *Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.*

Como a propiciação deve ser interpretada na afirmação de Paulo sobre a natureza da obra de Cristo na justificação: no sentido de apaziguar a ira de Deus contra o pecado, ou como o encobrimento da culpa, significado que se reflete em algumas traduções, dentre as quais se encontra a RSV (*Revised Standard Version*)?

Se não houvesse nenhuma referência a não ser essa passagem, talvez ficássemos sem resposta. Porém, temos um contexto inteiro na seção de abertura da carta de Paulo aos Romanos, que, bem argumentada, exerce influência sobre a natureza da obra de Cristo declarada aqui. O começo desse contexto está em Romanos 1.18, texto por meio do qual o apóstolo introduz seu argumento formal com a afirmação de que *do céu se manifesta a ira de Deus sobre* [...] *homens que detêm a verdade em injustiça.*

A passagem continua afirmando que recebemos um conhecimento de Deus na criação, mas, deliberadamente, afastamo-nos dele, a fim de rejeitar o Senhor e de estabelecer um falso deus. Isso é *impiedade* e *injustiça.*

É por causa disso que a ira divina é dirigida a eles. No restante do capítulo, Paulo mostrou como isso funciona. Deus decretou que, se eles não o recebessem, deveriam sofrer as consequências de seu próprio viver e pensar aviltantes. Assim, eles se entregariam a uma mentira (a fim de que suas mentes se tornassem

obscurecidas) e a um viver depravado, tendo como resultado a inveja, o homicídio, as contendas, o engano, a malícia, a fofoca, a calúnia, o ódio e todo o tipo de maldade.

No segundo capítulo, Paulo deixou de lado a discussão sobre o modo pelo qual a ira divina é resolvida, a fim de começar a analisar a extensão da mesma. Ele sabe que somos frequentemente muito rápidos para acusar outros embora não deixemos de dar desculpas para nós mesmos. Assim, surge a pergunta: estaria alguém isento da ira de Deus? A resposta é *não*. Portanto, tendo mostrado como esta afeta o mundo pagão (no capítulo 1 de Romanos), Paulo ressaltou, neste segundo capítulo, que as pessoas ditas morais e religiosas também são afetadas pelas consequências do pecado.

Indivíduos com boa moral são afetados porque, independente de qual seja a imaginada capacidade moral que cada um julga ter, todos estão longe de satisfazer o alto padrão de Deus. Para piorar, há os que se vangloriam de sua religiosidade e não se arrependem, ignorando que a graça e o perdão de Deus servem para levá-los ao arrependimento (Rm 2.4), e deixando de reconhecer que suas valiosas práticas limpam apenas o exterior de sua vida, enquanto deixam intocada a grave corrupção interior (Rm 2.28,29).

A conclusão de Paulo, no capítulo 3, foi de que todos estamos debaixo da ira de Deus, porque todos pecamos. Todavia, nesse ponto, a justiça e a graça do Senhor são reveladas, visto que, na pessoa de Seu Filho Jesus Cristo, o Pai providenciou um meio pelo qual os que creem nele possam ser salvos.

Embora todos tenham pecado,

> [Nós, que estamos em Cristo, fomos] *justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstrar a sua justiça pela remissão dos pecados dantes cometidos, sob a paciência de Deus.*
>
> Romanos 3.24,25

Isso significa que a ira divina direcionada a nós por causa do nosso pecado foi apaziguada pela ação do Senhor por intermédio da morte de Cristo.

> O *sangue* — isto é, a morte sacrificial — de Jesus Cristo aplacou a ira de Deus contra nós e assegurou-nos de que Seu tratamento para conosco será sempre propício e favorável. Daqui por diante, em lugar de mostrar-se contra nós, Ele será por nós, em nossa vida e experiência. O que então indica a expressão *a propiciação* [...] *pelo Seu sangue*? Ela expressa, no contexto da argumentação de Paulo, precisamente este pensamento: que *por intermédio de Sua morte sacrificial por nossos pecados, Cristo acalmou a ira de Deus.* (Packer, 1973, p. 172-3)

A passagem mostra que a ira do Senhor, ao contrário da raiva caprichosa, presunçosa e, atualmente, irrelevante dos deuses pagãos, é, na verdade, uma oposição inflexível e terrível do Altíssimo a tudo que se opõe à santidade. Ela é dirigida a todos nós, pois todos somos impuros. Ao mesmo tempo, a passagem mostra como o Pai, por Seu grande amor, que também é uma parte fundamental de Sua natureza, agiu pessoalmente para propiciar Sua ira e, assim, salvar a humanidade.

A segunda passagem do Novo Testamento que usa a palavra *propiciação* está na Carta aos Hebreus. Ela não tem a mesma ênfase que o texto em Romanos, pois nele Paulo falou explicitamente da obra de Cristo em propiciar a ira de Deus, enquanto que, em Hebreus, o autor estava mais preocupado com o *modo* pelo qual a propiciação é feita, a saber, com o tipo de natureza que Cristo precisava ter, a fim de realizar a propiciação. Seu argumento é que Jesus se tornou um com a humanidade,

a fim de representá-la como fiel sumo Sacerdote: *Pelo que convinha que, em tudo, fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote naquilo que é de Deus, para expiar os pecados do povo* (Hb 2.17).

Apesar de não mencioná-la explicitamente, esse texto não diz nada contrário à ideia da propiciação da ira de Deus contra o pecado e, de fato, podemos até mesmo afirmar que o autor, ainda que indiretamente, chega a sugeri-la. Por exemplo, o texto se refere a Cristo como Sacerdote *misericordioso*.

Ter misericórdia significa mostrar favor a alguém que não merece. Então, fica implícito que, se aqueles para os quais Jesus é Sacerdote não merecem misericórdia, o que claramente merecem é a ira de Deus, a qual, entretanto, foi desviada deles pelo Seu sacrifício.

O versículo se referee a Cristo como Sacerdote *naquilo que é de Deus* (literalmente, *em referência às coisas que são pertinentes ao Pai*). Então, uma obra mais direcionada ao Senhor do que à humanidade é proeminente.

Por fim, a passagem também sugere o sistema sacrificial antigo. A referência do autor a um *misericordioso sumo Sacerdote* é explicada, posteriormente, nas categorias do sacerdócio de Aarão e Melquisedeque. Jesus é superior a esses profetas anteriores porque oferece o sacrifício perfeito e, portanto, final e totalmente inclusivo.

Os dois últimos usos de *propiciação* no Novo Testamento estão na Primeira Carta de João:

> *Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o Justo. E ele é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo.* [...] *Nisto está a caridade: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados.*
>
> 1 João 2.1,2; 4.10

Qual é a preocupação central desse texto? Mais uma vez, nenhum fala de maneira explícita sobre a ira de Deus, mas, no primeiro versículo, o dilema humano é transmitido, no mínimo, indiretamente, como acontece em Hebreus.

Nesse caso, sugere-se a necessidade de propiciação por meio da referência a Jesus como nosso *advogado*. Por que precisamos de um advogado ou ajudador se, na verdade, não estamos em posição de dificuldade diante do Senhor? A razão, sem dúvida, é que estamos com um sério problema.

João destacou desde os versículos precedentes (1 Jo 1.5-10) que somos pecadores e, portanto, estamos condenados e precisamos de um advogado. Nesse contexto, é compreensível que o autor escolhesse falar sobre o papel sacerdotal de desviar a ira divina, destacando-o como base sólida por meio da qual podemos nos aproximar de Deus e ter certeza de Seu favor.

Outra indicação do que João tinha em mente é sua afirmação de que a morte de Jesus *não foi apenas por nossos pecados, mas pelos pecados de todo o mundo* (1 Jo 2.2b). É provável que o apóstolo estivesse pensando no fato de que, no judaísmo, o sacrifício propiciatório oferecido pelo sumo sacerdote no Dia da Expiação servia apenas para judeus. No entanto, desde a morte de Jesus, o sacrifício passou a valer para gentios e judeus da mesma forma.

A menção final (1 Jo 4.10) não esclarece o significado da propiciação, mas o associa com a ideia do amor de Deus, suprindo-nos, dessa forma, com "um desses retumbantes paradoxos que significam tanto para a compreensão da visão cristã de sacrifício" (MORRIS, 1956, p. 179).

Assim, a morte de Cristo é uma propiciação genuína da ira divina, mas, paradoxalmente, é o amor do Pai que faz a propiciação.

Chegamos, então, ao coração do evangelho. No ato da propiciação descobrimos as grandes boas novas de que aquele que é nosso Criador, mas de quem nos desviamos em pecado, é, ao mesmo tempo, nosso Redentor.

Packer resumiu essa questão da seguinte forma:

> A descrição básica da morte salvadora de Cristo na Bíblia é como uma *propiciação,* isto é, como aquilo que aplaca a ira de Deus contra nós, ocultando de Seus olhos nossos pecados. A ira do Senhor é Sua justiça reagindo contra a injustiça; ela mostra, em si, a justiça punitiva. Jesus Cristo, porém, protege-nos do pesadelo da expectativa da justiça punitiva ao tornar-se nosso substituto, em obediência à vontade de Seu Pai, recebendo em nosso lugar o salário do nosso pecado. Desse modo, a justiça foi feita e os pecados de todos que serão perdoados foram julgados e punidos na pessoa de Jesus, o Filho. É nessa base que o perdão é oferecido a nós, pecadores. O amor redentor e a justiça punitiva juntaram as mãos, por assim dizer, no Calvário, pois lá Deus se mostrou *justo e justificador dos que creem em Jesus.* (Packer, 1973, p. 178,179)

## Esclarecimento sobre outras verdades

A doutrina do sacrifício de Cristo, concebida como a verdadeira propiciação da ira divina contra o pecado, esclarece de maneira valiosa outras doutrinas. Fecharemos esse capítulo analisando algumas delas.

Primeiro, a natureza do sacrifício de Jesus dá um novo enfoque aos *atributos de Deus.* Em muitos círculos teológicos contemporâneos, é habitual enfatizar o amor do Pai em detrimento de Seus outros atributos. Não devemos minimizá-lo, mas devemos lembrar que, biblicamente, o amor não é o único atributo do Senhor.

Se estamos estudando o assunto em sequência lógica, os primeiros atributos de Deus devem ser aqueles que o apresentam como Criador e sustentador de Seu mundo: autoexistência, autossuficiência, eternidade, soberania, santidade e onisciência. Depois deles, vem o atributo revelado pela queda e rebelião da raça humana: a ira. Só depois é que podemos adequadamente falar sobre Seu amor.

Deus era amor mesmo antes da queda e, no que diz respeito a esse assunto, desde toda a eternidade, mas a medida completa desse amor é vista apenas na oferta de Cristo por nós, *sendo nós ainda pecadores* (Rm 5.8).

Assim, além de aumentar nossa apreciação pelo amor do Pai, a questão da propiciação lembra-nos que, em primeiro lugar, Deus verdadeiramente se ira contra o pecado, com a mesma intensidade que ama o pecador. Dentro desse quadro, o amor do Senhor não é apenas um sentimento indulgente de boa vontade como, geralmente, é o amor humano. É, na verdade, um amor intenso, exigente e santo, que está disposto a pagar o maior preço, a fim de salvar um amado Seu.

Segundo, o sacrifício de Cristo esclarece um pouco a natureza do *dilema humano.* Se a vinda de Jesus é uma declaração aberta do favor de Deus à humanidade, demonstração pela qual o Altíssimo busca capturar a atenção e conquistar o amor dos Seus, então nossa condição enquanto estamos alienados dele não é séria. Sob essa lógica, Deus nos ama, não importa o que tenhamos feito, e podemos supor que as coisas vão acabar bem, independente do que tenhamos ou não escolhido em relação a Cristo. Não temos de lidar, portanto, com a ira.

Entretanto, se a morte de Cristo é a propiciação da ira divina, então a situação humana é bem diferente. A ira é real, e podemos ter a expectativa de sentir toda a intensidade dela a não ser que também tornemo-nos participantes na salvação do Cordeiro.

A cruz significa, entre outras coisas, que nossa situação é desesperadora a ponto de não haver lugar para a esperança a não ser nela. Somos, como Paulo disse, *mortos em ofensas e pecados*, prisioneiros do *príncipe das potestades do ar* e, *por natureza, filhos da ira, como os outros também* (Ef 2.1-3). Essas verdades são ensinadas para que homens e mulheres possam voltar-se para o Salvador, ainda que por causa de um assustador sentimento de perigo espiritual.

Terceiro, há também um esclarecimento sobre *a pessoa e o ministério de Jesus Cristo*. Sua natureza divina e humana é revelada ao longo das linhas desenvolvidas no capítulo 11 deste livro. Só como alguém que é, ao mesmo tempo, Deus e homem é que Jesus pode fazer a propiciação. Seu ministério é esclarecido porque somente essa missão faz com que os fatos registrados sobre Ele nos Evangelhos façam sentido.

Para dar um exemplo, observamos que, mesmo nas situações mais perigosas que encontrou – a hostilidade do povo em fúria, a tentação de Satanás, as tentativas dos líderes de Israel de apanhá-lo – Jesus estava sempre em controle total e evidente. Contudo, com a proximidade de Sua morte, lemos em cada um dos Evangelhos que Ele começou a sentir-se entristecido e grandemente angustiado (Mt 26.37,38; Mc 14.33,34; Lc 22.44; Jo 12.27), e três deles (Mateus, Marcos e Lucas) registraram que Cristo orou fervorosamente no Getsêmani para que o cálice que estava prestes a beber pudesse ser afastado dele.

Qual seria esse cálice? Seria a morte física? Se fosse, Jesus teria menos coragem do que Sócrates, que enfrentou o fim da vida com autocontrole, morrendo, calmamente, enquanto falava sobre a imortalidade. A única explicação além da que mostra Jesus como um covarde cuja fé falhou foi que Sua morte foi bem diferente da do filósofo ateniense ou de nossa própria. Ele estava para morrer não apenas física, mas também espiritualmente, ficando, assim, separado de Deus e, dessa forma, carregando a ira do Pai contra o pecado em nosso lugar. A qualidade única de Sua morte foi que, no Calvário, Ele experimentou o horror da ira do Senhor enquanto fazia a propiciação.

Quarto, a *verdadeira natureza* do evangelho também emerge nessa compreensão da morte de Jesus. O evangelho não é apenas uma nova possibilidade de conquistar alegria e plenitude nesta vida, como alguns parecem sugerir. Não é uma solução para o que, anteriormente, eram problemas difíceis e frustrantes. É, na realidade, algo muito mais profundo do que já foi feito, algo relacionado a Deus, com base no que (e somente com base no que) as outras bênçãos da salvação se seguem. Packer afirmou:

> O evangelho realmente traz soluções para esses problemas, mas o faz ao primeiro resolver [...] o mais profundo de todos os dilemas humanos , aquele do homem em relação ao Seu criador; e, a não ser que tornemos claro que a solução para esses problemas anteriores depende da resolução desse último, estaremos interpretando mal a mensagem e tornando-nos falsas testemunhas de Deus". (PACKER, 1973, p. 179)

Finalmente, a natureza da morte de Cristo como propiciação também tem influência sobre a *ética cristã*. Paulo destacou:

> *Porque o amor de Cristo nos constrange, julgando nós assim: que, se um morreu por todos, logo, todos morreram. E ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou.*
>
> 2 Coríntios 5.14,15

Ou ainda, para referir-se a um texto que mais propriamente introduz o tema do próximo capítulo:

*Ou não sabeis que* [...] *não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus.*

1 Coríntios 6.19,20

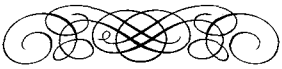
A única, maior e mais importante base adequada para a ética cristã é o fato de que o Senhor nos amou de tal maneira que enviou Seu Filho para carregar Sua justa ira contra o pecado em nosso lugar. Nós o amamos por causa de Seu grande amor por nós, e, por isso, desejamos servi-lo.

Nota

1 A argumentação básica de Dodd é que não existe uma chamada ira de Deus ocasionada pelo pecado humano. Portanto, uma vez que não há ira, o significado de *propiciação* estaria incorreto no Novo Testamento, embora a palavra que se traduz por ele (*hilasmos*, *hilasterion*) possa também conter a ideia de propiciação da religião pagã. Ele crê que a Bíblia aborda apenas a necessidade de abandonar o pecado e que, portanto, *expiação* fornece uma tradução melhor.

CAPÍTULO 14

# INTEGRALMENTE PAGO



As palavras *redenção* e *Redentor* estão entre as mais preciosas do vocabulário cristão, embora não sejam as mais usadas quando falamos do ministério de Cristo, visto que é mais comum referirmo-nos a Ele como Salvador e, muitas vezes, como Senhor. Mas essas palavras falam-nos diretamente sobre o que Jesus Cristo fez para a nossa salvação e qual foi o custo para que Ele o fizesse.

No início deste século, B. B. Warfield fez um discurso para os alunos novos no qual chamava a atenção para o fato de o título *Redentor* transmitir uma revelação profunda. Ele escreveu assim:

> A palavra *Redentor* não apenas expressa que recebemos a salvação de Jesus, mas também reflete nossa apreciação pelo preço que lhe custou alcançá-la para nós. Denomina, especificamente, o Cristo da cruz. Sempre que a pronunciamos, visualizamos a cruz diante de nossos olhos, e nosso coração é inundado com a preciosa lembrança de que não apenas Cristo nos deu a salvação, mas de que Ele pagou um alto preço por ela (WARFIELD, 1970, p. 325)[1].

Warfield comprovou sua afirmação por meio de uma extensa série de citações de hinos da igreja nas quais a palavra *redentor* aparece:

> Deixem que as nossas almas sejam uma oferta
> Ao nome de nosso Redentor.
> Ao orarmos pela graça indulgente,
> Através do nome de nosso Redentor.
> Filho todo-poderoso, Verbo encarnado,
> Nosso Profeta, Pastor, Redentor, Senhor.
> Oh, milhares de vozes cantam
> Louvores ao meu Redentor.
> Ao glorioso nome de nosso Redentor
> Levanta-se a sagrada canção.
> Todos aclamam o Redentor,
> Porque Ele morreu por mim.
> Guia-nos até onde nosso bebê Redentor repousa.
> Meu precioso Redentor e meu Senhor.
> Toda glória, louvor e honra
> A Ti, Redentor, Rei.
> Nosso bendito Redentor, antes de respirar
> Seu delicado e último adeus.

Warfield citou pelo menos o dobro do número de hinos, e, então, fez a mesma coisa com os que usam a palavra *resgate*, que, como ressaltou, é um sinônimo bem próximo de *redenção*.

É provável que, nos dias atuais, essas palavras sejam menos apreciadas do que antigamente. Entretanto, isso se deve ao fato de serem menos compreendidas, não significando que a ideia por trás delas seja menos atrativa aos cristãos. Além disso, mesmo que admitamos que tais termos tenham

perdido um pouco de seu apelo popular, eles são mais adequados do que outras palavras que descrevem o que foi feito por nós na salvação.

## O triângulo da salvação

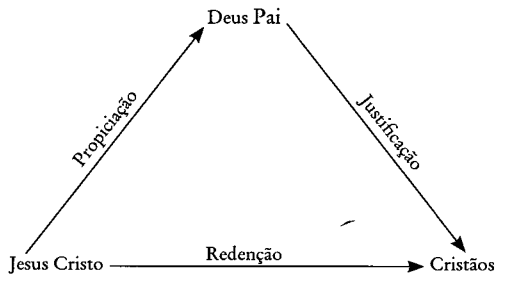
Vemos esse triângulo quando consideramos as três principais palavras relacionadas ao que acontece na salvação: propiciação, justificação e redenção. Cada uma delas aparece nos versículos chave que introduzem o sacrifício de Cristo na apresentação de Paulo em Romanos 3.24,25a:

> *Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs como propiciação, pela fé, no seu sangue.*

Podemos facilmente observar essa relação no triângulo mostrado na figura 1. A *propiciação* é representada pela seta que conecta Cristo a Deus. Essa seta aponta para cima porque Jesus propiciou o Pai por meio de Sua morte em nosso favor.

A linha que conecta o Senhor aos cristãos é a *justificação*. A seta aponta para baixo porque a justificação refere-se a algo que Deus faz por nós. Somos justificados pela graça, cuja base é o sacrifício de Cristo.

No terceiro lado e base do triângulo, a seta que conecta Jesus a nós é a *redenção*. Esta aponta para nós porque a redenção é algo que Jesus faz pelo Seu povo, redimindo-nos e libertando-nos.




Nesse diagrama, Deus é o iniciador de uma ação: a justificação. Jesus é o iniciador de duas ações: propiciação, direcionada ao Pai, e redenção, direcionada ao Seu povo. Nós, que não iniciamos nada, recebemos tanto a justificação como a redenção. Entretanto, o objetivo da ilustração é que percebamos que, entre as três palavras chave, apenas *redenção* descreve o que o Salvador faz por nós na salvação. Ele nos redime! Então, é natural que essa palavra (ou a ideia representada por ela) seja mais preciosa.

O vocábulo grego que serve de base para o principal grupo de palavras significando *redimir*, *Redentor* e *redenção* é *lyô*, que significa *liberar* ou *alargar*. Ele era usado em relação a roupas folgadas ou armaduras soltas. Quando aplicado aos seres humanos, significava a liberação de obrigações ou contrato, como, por exemplo, a libertação de um prisioneiro. Às vezes era usado com o significado de *libertar alguém pelo pagamento de um valor de resgate*.

Deste último uso, desenvolveu-se o substantivo *lutron*, que se refere ao meio pelo qual a redenção do prisioneiro era consumada. Significava o *valor do resgate* em si. Daí, desenvolveu-se um novo verbo, *lutroõ*, que, diferente do primeiro, *luõ* – que era apenas um termo geral para *liberar* e, ocasionalmente, significava *resgatar* –, parecia significar *liberar pelo pagamento de um preço*. Desse, *lutrõsis* (*redenção*, *liberação*), *apoluõ* (*liberar*, *libertar*, *divorciar*, *perdoar*) e outros termos foram derivados. Como os prisioneiros geralmente eram escravos, essas palavras também tinham relação com o ato de comprar um escravo com a intenção de libertá-lo.

Até então tudo parece claro, já que, quando usada em relação à missão de Cristo, a palavra *redenção* nos remete, obviamente, ao que Jesus fez para nos libertar do pecado. Mas aqui alguns problemas aparecem.

Da mesma forma que alguns estudiosos se opuseram ao verdadeiro significado de propiciação, argumentando que a ideia de aplacar a ira divina não é adequada à natureza do Deus cristão, alguns têm se oposto também ao significado básico de redenção.

A ideia de libertação faz sentido para tais pessoas, mas o conceito de um valor de resgate é completamente errado. "Como Deus pode determinar um preço para a salvação?", perguntam. "Se Jesus teve de pagar o preço de Sua morte para a nossa libertação, não significa, então, que Deus está, na verdade, vendendo Seus favores, e que a salvação já não é mais pela graça?"

Ao desenvolver essa objeção, tem-se tentado interpretar de forma diferente a palavra *redenção*, a qual, por via de regra, é entendida como *libertação*, mas sem as implicações de um resgate.

Parte desse trabalho foi feito por acadêmicos alemães em cujo idioma a palavra *redenção* (*erloesung*, mas não *loskaufung*) significa apenas *livramento*. Acadêmicos cujo idioma materno é o inglês também apontam para o fato de que a palavra *redenção* não necessariamente remete à ideia de *preço remissor*. Por exemplo, os discípulos a caminho de Emaús desabafaram a respeito de suas expectativas frustradas de encontrar em Jesus o messias que esperavam: *E nós esperávamos que fosse ele o que remisse Israel* (Lc 24.21a). Não estava necessariamente implícita, então, a ideia de resgate pelo pecado ou mesmo nada espiritual. Eles apenas queriam dizer que o que esperavam era que Jesus fosse quem os livraria de Roma.

Tais filósofos também assinalaram versículos sobre uma redenção final de nosso corpo. Em Lucas 21.28 é dito:

> *Ora, quando essas coisas começarem a acontecer, olhai para cima e levantai a vossa cabeça, porque a vossa redenção está próxima.*

Em Romanos 8.23, por sua vez, está escrito:

> *E não só ela, mas nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo.*

Em Efésios 4.30 lemos: *E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais selados para o dia da redenção.*

O que pode ser dito em relação a essa objeção? Uma resposta imediata é que os discípulos de Emaús obviamente compreenderam mal o tipo de redenção que Jesus veio trazer. Outra é que, assim como no caso da propiciação, o preço da nossa redenção final, na verdade, não é um preço pago por outra pessoa a Deus, mas um preço que Ele paga a si mesmo. É o Senhor pagando a nossa conta para que a salvação nos deixe verdadeiramente livres. Uma terceira possibilidade é que exista um consenso defendendo nossa redenção final como uma libertação do mundo pecaminoso.

Alcançar uma resposta satisfatória, no entanto, requer uma pesquisa apurada acerca de dados lexicais. Existem quatro áreas de estudo.

Em primeiro lugar, as ideias de redenção no Novo Testamento são condicionadas necessariamente pelos modelos do Antigo Testamento.

No Antigo Testamento, a ideia ou o valor de um resgate é muito importante. Aqui, três palavras são particularmente significantes. A primeira é *gaal* (*libertar*) ou *goel* (geralmente traduzida como *resgatador do mesmo sangue*), que se refere à obrigação imposta a um parente de ajudar algum membro de sua família a preservar a honra ou os bens. Por exemplo, se um homem perdesse sua propriedade por causa de dívidas, como foi o caso do marido de Noemi, segundo o livro de Rute, era obrigação do resgatador do mesmo sangue (nesse caso, Boaz) recomprar

a propriedade, restabelecendo-a, com isso, ao nome da família. Essa obrigação se estendia também à compra de alguém da família que fosse levado cativo, a fim de libertá-lo da escravidão (Lv 25.47-55).

A segunda palavra é *padah*. Ela significa *resgatar pagando um preço*, como na redenção do primogênito que, de outra forma, pertenceria ao Senhor (Êx 13.11-14; Nm 18.15,16). Ao contrário de *gaal*, a redenção a que se refere é voluntária, e não obrigatória, como no caso de um parente.

A terceira palavra é *kopher*, que significa *valor de resgate*. Suponha, por exemplo, que um touro tenha chifrado alguém até a morte. Este era um crime pelo qual o touro ou, em caso de negligência, seu dono poderia ser morto. Ele teria de pagar com a vida por aquele que teve a vida tirada. Mas poderia, também, redimir-se por meio de *kopher*, o que significa que poderia fixar um preço determinado pelos parentes daquele que foi morto, colocando esse valor no lugar do confisco da vida da vítima (Êx 21.28-32).

Essas três palavras, cada uma com suas conotações e leis, indicam que a ideia de redenção pelo pagamento de um valor não só era comum, como também era um princípio fundamental na vida social e religiosa de Israel. A menos que possa ser comprovado de outra maneira, a redenção, e não a ideia mais limitada de libertação, é que deveria ser a concepção fundamental do Novo Testamento.

Em segundo lugar, na época do Novo Testamento, as palavras para redenção também eram usadas, no grego secular, com a conotação de pagamento de um valor de resgate, em grande parte referindo-se à redenção de prisioneiros de guerra ou de escravos. Nesse caso, o valor era tão importante que era determinado até mesmo em requerimentos padrões de alforria. Por exemplo, "_____ vendeu ao Pythian Apollo um escravo macho chamado ao preço de siclos, na condição de que ele seja liberto" (Morris, 1956 p. 22)[2].

Em terceiro lugar, as passagens mais importantes do Novo Testamento, aquelas que usam o vocabulário da redenção como a missão de Cristo, quase sempre enfatizam o preço pago por nossa libertação.

Em Mateus 20.28, por exemplo, é dito: *O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e para dar a sua vida em resgate de muitos.* Aqui, o valor da redenção é estabelecido pelo próprio Senhor: é a Sua vida.

Em Tito 2.14 está escrito que Jesus *se deu a si mesmo por nós, para nos remir de toda iniqüidade e purificar para si um povo seu especial, zeloso de boas obras.* O uso da terminologia sacrificial nesse versículo (*iniqüidade* e *purificar*) indica que o autor não estava pensando na dádiva de Cristo dando a si mesmo apenas como um presente em vida, como numa missão, mas, mais exatamente, como um presente de si mesmo na morte. Então, novamente, o preço da vida de Jesus é importante.

Finalmente, em 1 Pedro 1.18,19, é empregada uma linguagem mais clara:

> *Sabendo que não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados da vossa vã maneira de viver que, por tradição, recebestes dos vossos pais, mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado.*

Em cada uma dessas passagens (e em outras), a redenção é alcançada pelo pagamento do maior dos preços, ou seja, a morte ou o sangue de Jesus Cristo, o Filho de Deus.

A quarta linha de sustentação para o significado tradicional de redenção é que as palavras mais comuns, aquelas que estivemos estudando, não são as únicas referentes à redenção que aparecem no Novo Testamento. Pelo contrário, existem duas outras, cada uma

delas também envolvendo a ideia de libertação pelo pagamento de um valor.

Esse conceito é inerente ao próprio significado das palavras. A primeira é *agorazõ*. Significa *comprar*, e aparece em versículos como 1 Coríntios 6.19,20; 7.22,23; 2 Pedro 2.1; Apocalipse 5.9,10. Todos os textos se referem aos escolhidos de Deus sendo comprados por meio da morte de Cristo.

A segunda palavra é *exagorazõ*, derivada da palavra anterior, e significa *comprar os direitos*. Como ambas são bem próximas da palavra *agora*, que significa *mercado* ou *lugar de negócios*, esses termos, na verdade, significam *comprar os direitos do mercado*, de forma que aquele que foi comprado nunca mais retorne para lá.

## RESGATAR: ALFORRIAR

O estudo lexical de *resgatar* não nos dá um significado teológico amplo. De qualquer forma, voltamo-nos agora para as três doutrinas cruciais inerentes a ele.

A primeira doutrina diz respeito ao estado original do homem que não tinha pecado. Nesse estado, o primeiro homem e a primeira mulher eram livres, com uma liberdade própria dos seres criados. Eles estavam em comunhão com Deus.

Redenção significa que devemos ser comprados e levados de volta ao estado no qual estávamos antes disso. Aqui, é claro, o cristianismo contraria a opinião dominante do homem em nossos dias: a de que ele está galgando gradualmente seu caminho, a partir de um começo menos perfeito ou até mesmo impessoal. A popularidade dessa visão contemporânea reside na ausência de culpa pelo pecado cometido, que nos leva a crer que a humanidade é para ser louvada sendo, na verdade, salvadora de si mesma.

Por outro lado, a visão bíblica acerca do significado da palavra *redenção*, assim como de outros termos, é que, de fato, decaímos de um estado melhor e, então, somos culpados, daí nossa necessidade de um Salvador. Na verdade, nossa culpa é tão grande e tão imensa nossa queda que nenhum outro, a não ser Deus, pode salvar-nos.

A segunda maior doutrina relacionada à ideia bíblica de redenção é a Queda, como já foi sugerido. Existe um paralelo entre as formas pelas quais uma pessoa poderia tornar-se escrava antigamente e como, na Bíblia, alguém pode ser considerado escravo do pecado.

Na Antiguidade, existiam três maneiras pelas quais alguém poderia ser levado cativo em escravidão. Primeiro, a pessoa poderia nascer nessa condição. Ou seja, se o pai ou a mãe de alguém fosse escravo, aquela pessoa também seria. Segundo, por meio de conquista. Assim, se uma cidade ou estado vencesse uma guerra contra outra cidade ou estado, os habitantes derrotados poderiam ser levados em cativeiro. Terceiro, por causa de suas dívidas. Se devessem mais do que pudessem pagar, era possível que fossem vendidos como escravos para quitar a dívida.

Essas formas de tornar-se escravo correspondem às várias maneiras relatadas na Bíblia sobre como o pecado aprisiona o indivíduo. Na Antiguidade, era possível nascer escravo. Da mesma forma, está escrito que todos, desde Adão, nasceram no pecado. Davi escreveu: *Eis que em iniqüidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe* (Sl 51.5).

Davi não quis dizer que a mãe dele estava vivendo em pecado quando o concebeu ou que havia algo errado em relação ao ato da concepção em si. Ele quis dizer que nunca houve um momento em sua existência em que estivesse livre do pecado, visto que herdou essa natureza pecaminosa de seus pais, assim como eles a herdaram dos pais deles.

Além disso, um indivíduo poderia tornar-se escravo ao ser conquistado, e a Bíblia se refere às pessoas dominadas pelo pecado. Davi escreveu sobre *pecados intencionais* e orou

para que estes não tivessem *domínio* sobre ele (Sl 19.13).

A última possibilidade, de tornar-se escravo por causa de dívidas, é sugerida por Romanos 6.23a, texto no qual está escrito que *o salário do pecado é a morte*. A expressão não significa que o pecado é recompensado, a não ser de forma irônica, mas sim que este é uma dívida que apenas a morte do pecador pode pagar. Os conceitos de um estado original perfeito e uma subsequente queda são importantes para a ideia expressa pela palavra *redenção*, mas ainda não representam a ideia principal.

O cerne da questão está na terceira doutrina chave relacionada à redenção. Embora tenhamos caído em desesperadora escravidão por causa do pecado, e sejamos controlados por ele, como um tirano cruel, Cristo comprou nossa libertação por intermédio de Seu sangue. Ele pagou o preço para que pudéssemos ser livres.

Talvez a mais rica ilustração bíblica sobre a salvação (e, principalmente, sobre o significado de redenção) seja a história de Oséias. Oséias era um profeta menor – menor no que diz respeito à duração de seu ministério, não à importância deste – cujos escritos são baseados na história de seu casamento.

Do ponto de vista humano, o casamento de Oséias foi infeliz, já que sua esposa provou ser infiel a ele. Entretanto, do ponto de vista divino, foi especial. Deus tinha dito a Oséias que o casamento funcionaria daquele jeito, mas que, apesar disso, ele deveria mantê-lo para, assim, ilustrar o amor do Pai por nós. O Senhor amava o povo que tinha separado para si ainda quando ele era infiel, cometendo adultério espiritual com o mundo e seus valores.

O casamento era para ser uma representação. Oséias representaria o papel de Deus, enquanto sua esposa assumiria como personagem a nação de Israel. Ela seria infiel e, quanto mais infiel fosse, mais Oséias a amaria. É assim que o Pai nos ama, mesmo quando fugimos dele e o desonramos. Oséias descreveu sua incumbência com as seguintes palavras:

> *O princípio da palavra do SENHOR por Oséias; disse, pois, o SENHOR a Oséias: Vai, toma uma mulher de prostituições e filhos de prostituição; porque a terra se prostituiu, desviando-se do SENHOR. E foi-se e tomou a Gomer, filha de Diblaim, e ela concebeu e lhe deu um filho.*
>
> Oséias 1.2,3

Existem lições significativas nos primeiros estágios desse drama, tanto nos nomes dos filhos nascidos de Oséias e Gômer como no cuidado dele para com sua esposa mesmo depois que ela o havia deixado. Entretanto, o clímax acontece quando Gômer se torna escrava, provavelmente por causa de dívidas. Oséias recebeu ordem de comprá-la de volta como demonstração da maneira pela qual Deus, que é fiel, ama e salva Seu povo.

Na Antiguidade, os escravos sempre eram vendidos nus, e com Gômer não deve ter sido diferente, já que ela foi leiloada na cidade capital. Aparentemente, Gômer tinha sido uma linda mulher, e ainda era bonita, mesmo em seu estado arruinado. Então, quando o leilão começou, as ofertas foram altas, e os homens da cidade deram lances pelo corpo da escrava.

"Doze peças de prata", alguém disse. "Treze", disse Oséias. "Quatorze." "Quinze", replicou Oséias. Os que deram os lances mais baixos retiraram-se, mas alguém acrescentou: "Quinze peças de prata e um ômer de cevada". "Quinze peças de prata e um ômer e meio de cevada", bradou Oséias.

O leiloeiro deve ter olhado em volta, esperando um lance mais alto, e, como não teve nenhum, disse: "Vendido para Oséias por quinze peças de prata e um ômer e meio de cevada".

A partir daquele momento, Oséias passou a ter uma esposa. Ele poderia tê-la matado se quisesse. Poderia ter feito um espetáculo público da forma que tivesse escolhido. Mas, em vez disso, colocou suas roupas de volta sobre ela, conduziu-a pelo caminho do anonimato no meio da multidão, e exigiu amor da parte dela, prometendo, simultaneamente, o mesmo de si. Aqui, vemos como ele expressou isso:

> *E o SENHOR me disse: Vai outra vez, ama uma mulher, amada de seu amigo e adúltera, como o SENHOR ama os filhos de Israel, embora eles olhem para outros deuses e amem os bolos de uvas. E a comprei para mim por quinze peças de prata, e um ômer de cevada, e meio ômer de cevada; e lhe disse: Tu ficarás comigo muitos dias; não te prostituirás, nem serás de outro homem; assim quero eu ser também para ti.*
>
> Oséias 3.1-3

Oséias tinha o direito de exigir o que ela, anteriormente, não estava disposta a dar. Entretanto, ao exigir, ele prometeu amor de si mesmo. O ponto principal da história é que Deus ama a todos os que são Seus verdadeiros filhos espirituais.

Esse é o real significado da redenção: comprar alguém e libertá-lo da escravidão. Se compreendermos a história de Oséias, entenderemos que somos como um escravo vendido no pedestal do leilão do pecado. Fomos criados para ter comunhão íntima com o Pai e para sermos livres, mas desgraçamo-nos por causa da infidelidade. Primeiro flertamos e, depois, adulteramos com este mundo pecaminoso e com seus valores.

O mundo tem dado lances altos pela nossa alma, oferecendo sexo, dinheiro, fama, poder e todos os outros itens que por ele trafegam. Mas Jesus, nosso noivo fiel que nos ama, entrou no leilão e comprou-nos de volta. Ele deu como lance Seu próprio sangue. Não existe lance maior do que este. Nós passamos a ser dele. Ele nos vestiu novamente, não com os trapos de nossa velha iniquidade, mas com vestes novas de justiça, e disse-nos: *Tu ficarás comigo muitos dias; não te prostituirás, nem serás de outro homem; assim quero eu ser também para ti* (Os 3.3).

## LIVRE PARA SERVIR

A redenção tem duas consequências. Primeiro, significa que somos livres. Por mais paradoxal que possa parecer, ser comprado por Jesus é ser liberto – liberto da culpa e da tirania, bem como do poder do pecado. Paulo falou dessa liberdade no clímax de Gálatas, desafiando aqueles a quem estava escrevendo: *Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão* (Gl 5.1).

No entanto, esse é um tipo especial de liberdade. Não significa que estamos livres para fazer qualquer coisa que desejarmos, para pecar com impunidade ou, uma vez mais, voltarmos a ficar sujeitos à rebelião e à injustiça. Fomos libertos para servir a Deus. Ficamos livres para querer o bem. Fomos libertos para que pudéssemos obedecer e amar a Jesus. Como Paulo escreveu:

> *Ou não sabeis que o nosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus.*
>
> 1 Coríntios 6.19,20

A redenção é algo glorioso. Só de pensar sobre ela, nosso coração deveria aquecer-se e deveríamos louvar Àquele que deu a si mesmo para que pudéssemos ser livres. Mas não é

apenas isso. Também é nossa responsabilidade alcançarmos o mais alto nível de comprometimento. Assim como Jesus deu a si mesmo por nós, devemos ofertar-nos a Ele. Devemos estar dispostos, ansiosos e determinados a servi-lo. Ele morreu por nós por causa de Seu grande amor. Esse maravilhoso amor *exige minha alma, minha vida, meu tudo.*

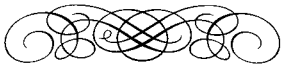
## Notas

1 Esse discurso, realizado em Miller Chapel na data de 17 de setembro de 1915, foi o primeiro do ano, sendo citado pela primeira vez no *The Princeton Theological Review* [O Jornal Teológico de Princeton], XIV, 1916, p. 177-201.

2 Morris, Leon. *The Apostolic Preaching of the Cross* [A apostólica pregação da cruz]. Michigan: Eerdmans, 1956, p. 22. Esse e outros exemplos são retirados do *Light from the Ancient East* [Luz do Leste Ancestral], de Adolf Deissman.

CAPÍTULO 15

# A GRANDEZA DO AMOR DE DEUS



Vários anos antes de sua morte, o teólogo suíço Karl Barth[1] foi aos Estados Unidos para ministrar uma série de palestras. Numa de suas impressionantes apresentações, um estudante o surpreendeu com uma pergunta bem complexa: "Dr. Barth, qual o maior pensamento que já passou pela sua mente?". O idoso professor parou por um longo instante enquanto, obviamente, pensava numa resposta. Então, disse com muita simplicidade: "Jesus me ama! Isso eu sei, pois a Bíblia assim o diz".

Se o amor do Pai é o que há de mais grandioso no universo, por que deixamos para discutir esse assunto somente agora? Por que não começamos por ele e, então, colocamos as outras características divinas em perspectiva? Por que estamos discutindo isso no segundo livro deste volume, em vez de no primeiro, que trata mais particularmente dos atributos do Senhor?

A resposta é que, embora o amor de Deus seja, sem dúvida, importante e grandioso, não conseguimos compreendê-lo e apreciá-lo de verdade em nosso estado decaído, até que conheçamos algumas outras coisas sobre o Senhor e sobre nós mesmos.

A sequência por meio da qual esses fatos nos são apresentados é fundamental para a compreensão dos fundamentos da fé cristã: primeiro, a nossa criação à imagem de Deus; segundo, nosso pecado; terceiro, a revelação da ira divina contra nós por causa de nosso pecado; e quarto, a redenção.

Se não tivermos essa sequência bem estabelecida em nossa mente, seremos incapazes de apreciar (ou até mesmo admirar) o amor do Pai como deveríamos. Em vez disso, parece-nos apenas razoável que Ele nos ame. "Afinal de contas, somos tão adoráveis", pensamos. No entanto, quando nos achamos diante de nossa transgressão da justa Lei divina e debaixo da ira do Altíssimo, torna-se verdadeiramente extraordinário descobrir que, apesar de tudo, Deus nos ama.

Paulo enfatizou isso em Romanos: *Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores* (Rm 5.8). Tal afirmação justifica outro motivo pelo qual decidimos não estudar a questão do amor divino em capítulos anteriores: o amor do Pai só é entendido de maneira plena por meio da cruz de Jesus Cristo.

As manifestações do amor do Senhor na criação e na providência são um tanto ambíguas: vivenciamos a destruição de terremotos terríveis, mas também nos maravilhamos com lindos pores do sol; enquanto alguns sofrem de doenças incuráveis e cruéis como o câncer, outros são perfeitamente saudáveis. Apenas na cruz Deus mostra Seu amor de maneira completa e sem ambiguidade.

Por essa razão, é difícil encontrar um versículo no Novo Testamento que mencione o

amor divino sem referir-se também, no mesmo texto ou no contexto imediato, ao presente que Ele nos deu, Seu Filho no Calvário. Vejamos alguns exemplos.

Em João 3.16 está escrito:

> *Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.*

Paulo declarou, em Gálatas 2.20:

> *Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim; e a vida que agora vivo na carne vivo-a na fé do Filho de Deus, o qual me amou e se entregou a si mesmo por mim.*

Lemos em 1 João 4.10 (ARA) o seguinte:

> *Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados.*

Em Apocalipse 1.5 é dito que Jesus *nos ama e nos libertou dos nossos pecados por meio do seu sangue.*

Essas citações mantêm juntos o amor de Deus e a cruz de Cristo. E mais, elas estão entre os mais importantes textos acerca de ambos os assuntos.

Apenas depois de entendermos o significado da cruz podemos apreciar o amor por trás dele. Percebendo isso, Agostinho uma vez comparou a cruz com um púlpito a partir do qual Cristo pregava Seu amor ao mundo.

## Amor: motivação de Deus

Devemos ser cuidadosos quando dizemos que só podemos apreciar o amor divino em sua plenitude depois de entendermos as doutrinas da criação, do pecado, da ira e da redenção – ou seja, somente quando compreendemos o significado do sacrifício de Jesus na cruz.

O amor de Deus não se origina lá, mas muito antes, sendo, portanto, mais grandioso que cada um desses assuntos subsequentes. Se não conseguirmos enxergar isso, correremos o risco de imaginar que o Senhor sempre esteve irado conosco e, somente depois da morte de Cristo, Sua ira se transformou em amor. Isso é errado e distorce o significado da cruz.

Encontramos o amor do Senhor em tudo: na criação, na morte de Cristo e até mesmo na Sua ira contra o pecado, embora isso seja difícil de compreender. Como Ele pode amar-nos com tanta intensidade e ainda assim estar irado conosco?

Agostinho disse que Deus nos odiava por não sermos o que Ele próprio tinha criado (Schaaf, 1887, p. 41), embora, apesar disso, amasse o que tinha feito e o que faria conosco novamente. Fomos reconciliados com o Pai não porque a morte de Cristo tenha alterado, de alguma forma, a atitude dele para conosco, mas porque Seu amor levou-o a enviar Cristo, a fim de estabelecer a maneira pela qual o pecado, que nos separa dele, pudesse ser removido para sempre.

C. S. Lewis captou essa ideia de forma organizada no final de *Os Quatro Amores:*

> Não devemos partir do misticismo, do amor da criatura por Deus ou das maravilhosas antevisões da fruição de Deus concedidas a alguns em sua vida na terra. Nós partimos do verdadeiro ponto de partida — do amor como energia divina. [...] Em Deus, não há necessidade a ser preenchida, mas somente abundância querendo doar-se. Deus, que não precisa de nada, faz existir por amor criaturas inteiramente supérfluas para poder amá-las e aperfeiçoá-las. Ele cria o universo já prevendo — ou deveríamos dizer "vendo"? Para Deus, não existe o tempo — as moscas zumbindo ao redor da

> cruz, as costas esfoladas sendo pressionadas contra o mastro, os cravos atravessando os nervos principais, a contínua sufocação incipiente à medida que o corpo vai desfalecendo, a contínua tortura das costas e dos braços quando é içado para poder respirar. Se me permitem uma metáfora biológica, Deus é um "hospedeiro" que cria deliberadamente seus próprios parasitas — que nos faz existir para que possamos explorá-lo e "tirar vantagem" dele. (LEWIS, 2005, p. 175-176)

A ira interferiu em nosso relacionamento com Deus, escondendo Seu amor de nós, mas, quando removida, descobrimos o quanto o Senhor nos ama desde a eternidade, e somos, portanto, atraídos a Ele.

## GRANDE AMOR

O que podemos dizer sobre o amor de Deus pelas Suas criaturas, que o levou não somente a criá-las e redimi-las, mas também a preservá-las para uma eternidade de comunhão com Ele? Sem dúvida, nada do que disséssemos poderia esgotar a totalidade da dimensão desse amor. O amor do Senhor é sempre infinitamente mais profundo do que nossa capacidade de entendê-lo e expressá-lo.

A Bíblia trata desse assunto de maneira simples. Uma das coisas básicas que destaca é a intensidade do amor de Deus por nós (Ef 2.4). Em João 3.16, há uma indicação acerca da grandeza do amor divino, implícita no fragmento *de tal maneira,* em *porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.* Isso significa que o Pai amou o mundo de forma tão grandiosa que enviou Seu único Filho para morrer em nosso lugar.

É claro que, ao referir-se à dimensão de Seu amor, Deus não usa a mesma noção de grandeza que usamos ao dizer que algo relativamente normal é grande – um grande concerto, um grande jantar ou algo parecido. Ele é mestre em atenuações. Então, quando afirma que Seu amor é grande, quer dizer, de fato, que este é estupendo ao ponto de exceder todo o entendimento humano (Ef 3.19).

Alguém captou essa ideia em um cartão que continha impressa a passagem de João 3.16. O versículo foi organizado de uma forma que evidenciou a grandeza de cada parte dele. Ficou assim:

*Deus* ..... o maior amante
*amou de tal maneira* .... o maior grau
*o mundo* ..... a maior companhia
*que deu* ..... o maior ato
*o Seu Filho unigênito* ... o maior presente
*para que todo aquele* .. a maior oportunidade
*que nele crer* ..... a maior simplicidade
*não pereça,* ..... a maior promessa
*mas* ..... a maior diferença
*tenha* ..... a maior certeza
*a vida eterna* ..... o maior bem

Para completar, acima do texto havia o título: *Cristo, o maior Presente.*

Uma maneira ainda melhor de compreender a dimensão do amor de Deus é constatar que, diante de sua exclusividade e grandeza, não havia palavra no vocabulário grego capaz de expressá-lo, o que levou os autores bíblicos a inventar, ou, no mínimo, a elevar a níveis inteiramente novos uma palavra unicamente para isso.

A língua grega é rica em palavras para *amor*. A primeira delas era *storgē*, que se refere à afeição em geral, principalmente em relação à família. Um equivalente mais próximo em português seria *carinho*. Os gregos diriam: "Eu amo [tenho carinho pelos] meus filhos".

A segunda das palavras gregas é *philia,* de onde obtemos as palavras *filantropia* e *Filadélfia*. Ela se refere à amizade. Jesus usou essa palavra quando disse que qualquer pessoa

que amasse mais os pais do que a Ele não seria digna dele (Mt 10.37).

A terceira é *eros*, que nos remete ao amor sensual, a partir da qual se originou a palavra *erótica*. Embora esse tipo de amor seja abordado pelos escritores bíblicos de maneira positiva, o termo *eros* tinha uma conotação degradante na época em que foi escrito o Novo Testamento[2], sendo abolido desses escritos de modo a não aparecer nem uma só vez.

Apesar de toda essa variedade, os responsáveis pela tradução dos textos bíblicos do hebraico para o grego não consideraram nenhuma dessas palavras adequadas para transmitir os verdadeiros conceitos acerca do amor de Deus. Usaram, portanto, outro termo, sem fortes associações, e o fizeram de forma praticamente exclusiva. Por quase não ter sido usado anteriormente, eles foram capazes de introduzi-lo com uma característica inteiramente nova, para que, com o tempo, esse termo passasse a expressar apenas a versão de amor que desejavam: *agapē*.

Embora inicialmente um pouco vaga, essa nova palavra grega conseguiu cumprir o objetivo de seus criadores. Deus ama de maneira justa e santa? Sim. Esse amor é *agapē*. O amor do Pai é generoso, soberano e eterno? Sim, isso também. Em Jeremias 31.3, Deus falou: *Com amor eterno te amei; também com amável benignidade te atraí.* Esse amor é *agapē*. Assim, *agapē* se tornou a palavra suprema para falar sobre o amor do Senhor, inicialmente revelado por Ele pelo judaísmo e, então, revelado, em sua plenitude, em Jesus Cristo, por meio do cristianismo bíblico.

## Amor inesgotável

Em segundo lugar, a Bíblia ensina que o amor de Deus é infinito. Isso não é a mesma coisa que dizer que ele é grande: a característica diferenciada dele é sua capacidade de não se extinguir. Ele não pode ser esgotado, nem mesmo completamente compreendido.

Paulo captou essa ideia quando orou para que aqueles a quem estava escrevendo pudessem *compreender, com todos os santos,* [...] *a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento, para que* [fossem] *cheios de toda a plenitude de Deus* (Ef 3.18,19).

Analisando logicamente, as palavras do apóstolo são contraditórias, visto que ele orou para que os cristãos pudessem conhecer o incognoscível. Essa foi a maneira encontrada por Paulo para enfatizar seu desejo de que eles se aprofundassem mais no conhecimento do infinito amor de Deus.

Como podemos compreender esse amor ilimitado? Podemos conhecê-lo, mas apenas em parte. Temos sido tocados por ele, mas sua plenitude continuará sempre fora do alcance do nosso entendimento, assim como o infinito do universo se estende para além do que o olho humano pode enxergar.

Há um hino que coloca esse aspecto do amor de Deus numa linguagem memorável. Inicialmente escrito por F. M. Lehman, teve sua estrofe final (que é, talvez, a melhor de todas) acrescentada mais tarde, depois de ter sido encontrada registrada na parede do quarto de um asilo, escrita por um homem considerado insano, mas que, obviamente, conheceu o amor de Deus.

O amor de Deus é muito superior
Ao que a língua ou a caneta pode expressar;
Ele ultrapassa a mais alta estrela,
E chega ao mais profundo inferno.

A culpa curvou-se com cuidado,
Deus deu Seu Filho para vencer:
Seus filhos errantes Ele reconciliou,
E resgatou do pecado.

Oh, como o amor de Deus é rico e puro!
Como é sem medida e forte!

Durará para sempre –
A canção dos anjos e dos santos.

Poderíamos encher o oceano com tinta?
E poderia o céu ser como um pergaminho?
Poderiam todos os caules da terra ser penas de escrever,
E todo homem um escriba por ocupação,
Para escrever acerca do amor de Deus?
Se assim fosse, os oceanos secariam;
O pergaminho não poderia conter sua totalidade,
Ainda que esticado de céu a céu.

Essa é a canção de todos aqueles que, por intermédio de Jesus Cristo, conheceram o infinito amor do Pai.

## A DÁDIVA DO AMOR

Em terceiro lugar, Deus também nos fala que Seu amor é uma dádiva. Esse é o ponto principal de João 3.16: *Deus amou o mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito.* A natureza do amor de Deus é dar e, quando Ele nos dá algo, não é apenas uma ninharia, mas o melhor.

Em *Os Quatro Amores*, C. S. Lewis diferencia o *amor-dádiva* do *amor-necessidade*, indicando que é o primeiro, *amor-dádiva*, que caracteriza o amor do Senhor:

> O amor divino é o *amor-Doação*. O Pai entrega ao Filho tudo o que Ele tem. O Filho se entrega ao Pai e se entrega ao mundo e ao Pai pelo mundo, e com isso também resgata o mundo (nele mesmo) para o Pai. (LEWIS, 2005, p. 2)

Em nenhum outro lugar pode-se enxergar melhor esse fato do que na dádiva de Jesus para a nossa salvação.

O *amor-dádiva* do Senhor pode ser visto na morte de Jesus de duas maneiras. Em primeiro lugar, Cristo é o melhor que o Pai tinha para dar, porque não existe ninguém que se compare ao Filho do homem. Segundo, ao oferecer Jesus, Deus ofereceu a si mesmo, e não existe nada maior que pudesse ser oferecido por alguém do que isso.

Certa vez, um sacerdote estava conversando com um casal que enfrentava dificuldades no casamento. Havia muita amargura e dor entre eles, além de uma aguda falta de compreensão. A certa altura da conversa, o marido disse com visível irritação: "Tenho dado tudo a você", afirmou, referindo-se à esposa. "Dei a você uma casa nova, um carro novo e todas as roupas que pudesse usar. Dei a você...". E a lista continuou. Quando ele terminou, a esposa disse com tristeza: "Tudo isso é verdade, João. Você me deu tudo, exceto a si mesmo".

Não podemos dar nada a ninguém mais valoroso que nossa própria vida. Qualquer outro presente se torna relativamente insignificante diante deste. Deus deu a si mesmo em Jesus.

## AMOR SOBERANO

Em quarto lugar, o amor de Deus é soberano. Por ser Senhor, Ele não deve satisfação a ninguém, sendo livre para amar a quem escolher. Assim, Ele declara: *Amei Jacó, e aborreci Esaú* (Rm 9.13) e, em relação a Israel, diz:

> *O SENHOR não tomou prazer em vós, nem vos escolheu, porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos, mas porque o SENHOR vos amava; e, para guardar o juramento que jurara a vossos pais, o SENHOR vos tirou com mão forte e vos resgatou da casa da servidão, da mão de Faraó, rei do Egito.*
>
> Deuteronômio 7.7,8

Se Deus é soberano em Seu amor, significa que este não pode ser influenciado por nada que se refira à criatura. Sendo assim, isso

equivale a dizer que a razão do amor do Senhor se encerra nele mesmo: Ele ama a quem quer.

Podemos perceber isso claramente nos textos citados no parágrafo anterior. No caso de Jacó e Esaú, não é que Jacó fosse mais cativante e, por isso, Deus o tenha amado mais do que a seu irmão. O Senhor decidiu amar Jacó como uma expressão simples e pura de Sua soberana vontade, e deixou isso claro ao fazer essa escolha antes que os gêmeos nascessem, antes que tivessem a chance de fazer qualquer coisa boa ou má.

De forma parecida, o versículo em Deuteronômio nega com veemência que Deus tenha amado a nação de Israel por causa de uma característica particular dela, como poder ou tamanho territorial (ela não era grande como a maioria das nações). Mais exatamente, o texto afirma que o Senhor a amou porque decidiu amá-la.

Para a maioria das pessoas, esse não é um ensinamento popular, mas é a única maneira de garantir coerentemente que Deus seja, de fato, Deus. Suponha o contrário: imagine que o amor divino fosse regulado por alguma coisa além da soberania do Senhor. Nesse caso, Ele seria, também, regulado por essa outra coisa (seja lá o que fosse) e, assim, ficaria debaixo da autoridade dela, o que é impossível se Ele ainda for Deus.

Nas Escrituras, somente a vontade eleita do Pai justifica Seu amor. A razão apresentada para as escolhas de Deus acerca disso é que:

> [Ele] *nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor e glória da sua graça, pela qual nos fez agradáveis a si no Amado.*
>
> Efésios 1.5,6

Há um segundo princípio relacionado à soberania divina que é igualmente importante. Deus não ama só o coletivo, mas também o indivíduo. O amor do Senhor não é [apenas] uma boa vontade comum direcionada a um grupo visto como um todo e, portanto, a ninguém em particular. Trata-se de um amor que escolhe os indivíduos e abençoa-os de maneira específica e abundante.

O propósito do amor de Deus que, segundo Efésios 1.4, foi definido antes da criação do mundo envolve, primeiro, a escolha daqueles a quem Ele abençoaria e, depois, a indicação dos benefícios a serem concedidos, bem como o meio pelo qual estes seriam obtidos e aproveitados.

Assim, de acordo com J. I. Packer:

> O exercício individual do amor de Deus em relação aos pecadores no tempo é a execução de um propósito para abençoar aqueles mesmos pecadores que Ele formou na eternidade. (Packer, 1973, p. 112-113)

## Amor eterno

O quinto e último ponto de vista a respeito do amor de Deus é que ele é eterno. Assim como as suas origens encontram-se no passado da eternidade, o seu fim será encontrado na eternidade futura. Em outras palavras, não existe fim. Paulo escreveu:

> *Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a espada? Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo o dia: fomos reputados como ovelhas para o matadouro. Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor!*
>
> Romanos 8.35-39

Na lista de Paulo, existem duas classes de ameaças potenciais para o relacionamento do cristão com o Pai, e ele nega a eficácia de ambas. A primeira classe diz respeito aos nossos inimigos naturais neste mundo imperfeito e incrédulo: pobreza, fome, desastres naturais e perseguidores. Segundo ele, estes não podem separar-nos do amor do Senhor.

À medida que analisamos a lista e a comparamos com as experiências do apóstolo como ministro do evangelho, percebemos que suas palavras não são ditas sem motivo. O próprio Paulo resistiu a esses inimigos (2 Co 6.5-10; 11.24-33). Mesmo assim, nada o separou do amor de Deus, que é eterno. Nem nos separará, se tivermos de submeter-nos a tal sofrimento.

A segunda classe de inimigos é sobrenatural ou, como preferimos dizer, é, justamente, a própria natureza das coisas. Nesses versículos, Paulo listou morte, vida, anjos, demônios e qualquer outra coisa que pudesse ser enquadrada nessa categoria. Elas podem separar-nos do amor de Deus? Paulo respondeu que *não podem*, pois o Senhor é maior do que qualquer uma delas.

Ainda há mais uma questão. Ao chegar ao final de sua declaração sobre o eterno e vitorioso amor divino, Paulo atinge o clímax de sua epístola. Ele fala do amor de Deus que está em Cristo Jesus, o que nos leva de volta ao ponto de onde começamos: o amor do Pai refletido na cruz. É preciso levar em conta que, se quisermos conhecer verdadeiramente esse amor [e não apenas ouvir falar dele], não basta apenas *olhar* para Cristo; devemos *estar nele*, desenvolvendo, assim, um relacionamento pessoal com o Filho pela fé.

Então, a questão é: será que, de fato, o conhecemos e acreditamos que o grande amor de Deus é direcionado a nós por meio da fé no sacrifício de Cristo? Somos mesmo dele? Jesus é realmente nosso Senhor e Salvador pessoal?

Não existe outra maneira de conhecer o amor do Pai: essa é a única forma de vivenciá-lo. Tudo depende de nosso comprometimento com Cristo. Deus decretou que apenas em Seu Filho pode ser conhecido Seu grande, inesgotável, gratuito, soberano e eterno amor por nós, pecadores.

NOTAS

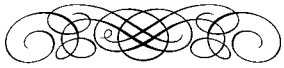
1 **Karl Barth** (1886—1968) foi um teólogo cristão protestante, pastor da Igreja Reformada, e um dos líderes da teologia dialética e da neo-ortodoxia protestante. Nasceu na Basileia e foi criado em Berna, Suíça. De 1911 a 1921, foi pastor da aldeia de Safenwil, no cantão de Aargau. Lecionou teologia em Bonn, Alemanha, mas, em 1935, recusou-se a apoiar Adolf Hitler e teve de deixar o país, retornando à Basileia. Tornou-se um dos líderes da Igreja Confessante, grupo oposto ao Movimento Cristão Alemão. Foi o principal redator da Declaração Teológica de Barmen.

Originalmente treinado na Teologia Protestante Liberal, desapontou-se com ela devido aos males e horrores da Primeira Guerra Mundial. Em algum momento de sua carreira teológica, migrou da teologia puramente dialética e passou a utilizar a analogia da fé. Para ele, a analogia seria a única forma viável de falar de Deus.
(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Barth)

2 O *amor eros* aqui corresponde exatamente ao *amor erótico*, sensual, ao desejo sexual sem afeto e compromisso conjugal.

CAPÍTULO 16

# A DOUTRINA FUNDAMENTAL DA RESSURREIÇÃO



O que é mais importante para a teologia cristã: a morte de Jesus Cristo ou Sua ressurreição? Não há resposta para essa pergunta. Embora a principal missão de Jesus tenha sido morrer pelos pecados da humanidade, não podemos desconsiderar a importância histórica da ressurreição como evidência para as afirmações que Ele fizera a respeito de Sua identidade como Messias e Filho de Deus. Foi apenas por causa da ressurreição que o evangelho da cruz pôde ser entendido e, então, preservado e transmitido ao longo dos séculos, até que chegasse a nós.

A importância da ressurreição é percebida desde os primeiros momentos da era cristã. De certa forma, os discípulos sempre creram em Jesus como o Cristo. Um exemplo dessa imatura, mas genuína, fé foi o testemunho de Pedro: *Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo* (Mt 16.16b). Entretanto, a fé dos seguidores de Jesus foi profundamente abalada pela crucificação, ao ponto de fazer com que eles, imediatamente depois da morte do Cordeiro, abandonassem tudo e retornassem para o lugar de onde tinham vindo.

O mesmo Pedro que, no Evangelho de Mateus, havia afirmado com total segurança que Jesus era o Cristo acabou negando-o três vezes na noite em que Ele foi preso, ainda antes da crucificação. Embora tivessem acreditado na pregação de Jesus, Seus discípulos não foram fortes o suficiente para continuarem crendo em Sua identidade como Messias depois de testemunharem a prisão e a morte dele. Todavia, três dias depois da ressurreição, eles tiveram a fé fortalecida, e saíram para anunciar o evangelho do Salvador que havia vencido a morte.

A morte e a ressurreição de Jesus foram o cerne da mensagem de Seus seguidores. Ele já tinha revelado aos discípulos o que aconteceria na noite da ressurreição, a fim de prepará-los por meio da Palavra:

> *Então, abriu-lhes o entendimento para compreenderem as Escrituras. E disse-lhes: Assim está escrito, e assim convinha que o Cristo padecesse e, ao terceiro dia, ressuscitasse dos mortos; e, em seu nome, se pregasse o arrependimento e a remissão dos pecados, em todas as nações, começando por Jerusalém. E dessas coisas sois vós testemunhas.*
>
> Lucas 24.45-48

Mais tarde, Paulo descreveu a natureza simples da pregação apostólica, dizendo que havia transmitido aos coríntios apenas o que ele próprio havia recebido:

> *Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, e*

*que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e que foi visto por Cefas e depois pelos doze. Depois, foi visto, uma vez, por mais de quinhentos irmãos, dos quais vive ainda a maior parte, mas alguns já dormem também. Depois, foi visto por Tiago, depois, por todos os apóstolos e, por derradeiro de todos, me apareceu também a mim, como a um abortivo.*

1 Coríntios 15.3-8

Em Atos 2.27, Pedro afirmou que Davi fizera, no versículo 10 do Salmo 16, menção à ressurreição de Cristo: *Pois não deixarás a minha alma no inferno, nem permitirás que o teu Santo veja corrupção.*

Outros pregadores do Novo Testamento fizeram a mesma coisa. De acordo com muitos estudiosos contemporâneos das primeiras pregações, a morte e a ressurreição de Cristo sempre estiveram no centro da mensagem anunciada pelos apóstolos (DODD, *The Apostolic Preaching and its Developments*, p.x).

A ressurreição provou que Jesus Cristo é quem Ele alegou ser e que cumpriu o que alegou ter vindo a terra para realizar. O evangelista Reuben A. Torrey disse: "A ressurreição de Jesus Cristo é o Gibraltar das evidências cristãs, o Waterloo da infidelidade". Ela é a base histórica sobre a qual todas as demais doutrinas cristãs estão edificadas e diante da qual todas as dúvidas devem fracassar.

Se é mesmo possível mostrar que Jesus de Nazaré ressuscitou dentre os mortos, como alegam as Escrituras, então a fé cristã se baseia sobre um fundamento sólido. Se essa doutrina se sustentar, as outras também se sustentarão. Por outro lado, se não estiver bem fundamentada, as outras acabarão perdendo credibilidade.

Dessa forma, o apóstolo Paulo escreveu:

*E, se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé. E assim somos também considerados como falsas testemunhas de Deus, pois testificamos de Deus, que ressuscitou a Cristo, ao qual, porém, não ressuscitou, se, na verdade, os mortos não ressuscitam. Porque, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados. E também os que dormiram em Cristo estão perdidos.*

1 Coríntios 15.14-18

## O SELO SOBRE A EXISTÊNCIA DE DEUS

Que outras doutrinas são sustentadas pela veracidade da ressurreição? A primeira é a de que existe um Deus e a de que somente o Deus da Bíblia é o verdadeiro. Mas será que existe mesmo um Criador? Se existe, que tipo de Deus Ele é? Essas são as primeiras e mais importantes perguntas que qualquer mestre religioso deve responder. Entretanto, a diversidade de opiniões entre os teólogos é muito grande. Como podemos ter certeza de quais teorias estão corretas, se é que alguma está? Somente a ressurreição de Jesus Cristo, por si só, proporciona-nos essa segurança.

Todo efeito deve ter uma causa adequada. No caso da ressurreição de Cristo, essa única causa é o Deus da Bíblia. Como qualquer pessoa conhecedora da história da vida de Jesus sabe, nosso Senhor andou por toda a terra proclamando o Deus de Abraão, Isaque e Jacó, como gostava de declarar, o Deus tanto do Antigo Testamento como do Novo. Ele disse que os homens o levariam à morte por meio da crucificação, e deu muitos detalhes sobre a forma como tudo aconteceria. Além disso, Jesus disse que, depois que Seu corpo ficasse enterrado durante três dias e três noites, Seu Pai, o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, o Senhor da Bíblia, o Deus tanto do Antigo como do Novo Testamento, levantaria Ele dentre os mortos.

> Essa foi uma declaração e tanto. Jesus, aparentemente, referia-se a algo impossível. Durante séculos, homens chegaram e partiram, viveram e morreram e, no que diz respeito ao conhecimento humano, que é alicerçado sobre observações e experiências claras, esse foi o fim deles. Mas esse homem, Jesus, não hesita em declarar que Sua experiência irá de encontro às uniformes experiências de longos e longos séculos.
>
> Isso foi, sem dúvida, uma prova da existência do Deus que Ele pregava, pois este havia passado no teste, fazendo exatamente o que havia dito que faria, mesmo parecendo, a princípio, que aquilo era irrealizável. Deste modo, o fato de Jesus ter sido milagrosamente trazido de volta da morte torna evidente que o Deus que fez isso existe de fato, sendo, assim, o verdadeiro Deus. (Torrey, 1965, p. 70-71)

## O selo sobre a divindade de Cristo

A ressurreição de Cristo estabelece também a doutrina da divindade de nosso Senhor. Quando viveu sobre a terra, Jesus declarou não apenas que Deus o traria de volta da morte três dias depois da crucificação, mas também que Ele era igual a Deus.

Se estivesse errado quanto a isso, Sua alegação seria ou um delírio de um homem perturbado ou blasfêmia. Por outro lado, se Jesus estivesse certo, a ressurreição seria a maneira de Deus confirmar aquela declaração. Ele a confirmou? Jesus se levantou dentre os mortos? Sim, levantou. Portanto, a ressurreição é o selo de Deus sobre a declaração de Cristo acerca de Sua divindade.

Paulo, que sabia que Jesus tinha ressuscitado, afirmou que Cristo é o *declarado Filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos* (Rm 1.4). Ele deixou de fora muitos argumentos que incluiria se dependesse, aqui, apenas da lógica humana para nos convencer a crer no que pregava.

Aprendemos nas aulas de álgebra do ensino médio que, para chegar à resposta final, os alunos com mais experiência no processo de resolução das equações nem sempre precisavam ater-se a cada etapa delas. Por exemplo, para chegar ao resultado da equação $2a - 10 = 10$, um aluno inexperiente poderia seguir pelo caminho mais trabalhoso ($2a - 10 = 10$; $2a = 10+10$; $2a = 20$; $a = 10$), enquanto um estudante familiarizado com os termos poderia ver, de imediato, que, se $2a - 10 = 10$, então $a = 10$, não sendo necessário, para tal, resolver os passos intermediários.

Isso é parecido com o que Paulo fez nos primeiros versículos de Romanos. Ele argumentou que a ressurreição de Cristo foi suficiente para provar Sua divindade. Contudo, se tivesse de explicar sua lógica em detalhes, ele diria algo assim:

1. Jesus declarou ser o Filho de Deus de uma maneira especial. Ele argumentou que Deus era Seu Pai (Jo 5.18) e disse que este o tinha enviado ao mundo para salvar a humanidade. Afirmou que, quando partisse daqui, retornaria para a presença do Altíssimo (Jo 16.28). Cristo declarou que quem quer que o tivesse visto tinha visto o Pai (Jo 14.9). Todas estas eram declarações de divindade, e, por causa delas, os líderes religiosos o mataram.
2. Só há duas possibilidades: tais declarações ou eram falsas, ou verdadeiras. Jesus não podia ser Deus apenas em parte. Ou Ele é quem dizia ser ou é um mentiroso.
3. Se as declarações de Jesus eram falsas, eram também enganosas e blasfemas.
4. Se eram blasfemas, não é possível que Deus pudesse honrar quem as declarou.

5. Mas Deus honrou a Jesus, ressuscitando-o dentre os mortos. Deus justificou as declarações dele.
6. Por essa razão, Jesus é o unigênito Filho de Deus.

Tal análise não é feita apenas com base no texto de Romanos 1.4, visto que essa evidência aparece em outras partes da Bíblia. Paulo simplesmente reproduziu esse ensinamento.

O próprio Jesus usou esse argumento quando, para justificar Seu caráter divino, apelou para o *sinal do profeta Jonas*. Ele demonstrou uma autoridade única em Seus ensinamentos e milagres, mas muitos dos que ouviram não acreditaram. Quando os governantes pediram provas que corroborassem Suas afirmações, Jesus respondeu que o único sinal dado seria aquele do profeta Jonas, pois *como Jonas esteve três dias e três noites no ventre da baleia, assim estará o Filho do Homem três dias e três noites no seio da terra* (Mt 12.40).

Depois que isso acontecesse, Cristo ressuscitaria, e Sua autoridade única seria justificada. Da mesma forma, no dia de Pentecostes e em outros sermões registrados em Atos, os primeiros discípulos usavam a ressurreição para provar a divindade de Cristo.

## O SELO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO

A ressurreição de Jesus estabeleceu a doutrina de que todos que acreditam em Cristo são justificados de todo pecado.

Paulo ensinou a mesma coisa em Romanos: *Jesus, nosso Senhor, o qual por nossos pecados foi entregue e ressuscitou para nossa justificação* (Rm 4.24b,25). Em outras palavras, Jesus morreu por causa de nossas transgressões e ressuscitou para que fôssemos justificados. A ressurreição é a declaração de Deus de que Ele aceitou o sacrifício de Jesus Cristo pelo pecado humano.

Quando Jesus estava na terra, Ele declarou que expiaria os nossos pecados: *O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e para dar a sua vida em resgate de muitos* (Mt 20.28). No tempo apropriado, a hora de Sua crucificação chegou, e Jesus morreu. O sacrifício foi oferecido, a expiação foi feita. Mas como os seres humanos saberiam se Deus realmente havia aceitado a oferta de Cristo?

Suponhamos que o próprio Jesus tivesse pecado, mesmo enquanto estivesse pendurado na cruz. Nesse caso, o Cordeiro não seria sem mancha ou mácula, e a expiação não teria sido perfeita. Deus aceitaria o sacrifício?

Durante três dias a pergunta permaneceu sem resposta. Então, o momento da ressurreição chegou. A mão de Deus alcançou a fria tumba da Judeia, e o corpo de Cristo foi vivificado. Ele ressuscitou. A pedra foi retirada. Jesus foi [é] exaltado à direita do Pai. Por meio desses atos, sabemos que Deus aceitou o sacrifício perfeito de Seu Filho pelo pecado.

> Quando Jesus morreu, Ele o fez como meu representante, e eu morri com Ele; quando ressuscitou, foi como meu representante, e eu ressuscitei com Ele; quando ascendeu ao céu e tomou Seu lugar à direita do Pai na glória, também o fez como meu representante, e eu ascendi com Ele, estando, portanto, em Cristo, sentado com Deus nos céus. Eu olho para a cruz de Cristo e sei que a expiação pelos meus pecados foi feita; vejo o sepulcro aberto e o Senhor ressuscitado, e sei que o sacrifício dele foi aceito. Já não existe mais nenhum pecado em mim, não importa quantos ou quão grandes fossem as minhas transgressões. (TORREY, 1904-1906, p. 107,108)

## O SELO SOBRE A SANTIFICAÇÃO

Os ensinos bíblicos afirmam que, de acordo com os padrões de Deus, é impossível encontrar bondade no ser humano, e isso pode ser aplicado corretamente tanto aos descrentes como aos cristãos. Entretanto, também

nos é dito que, por meio de Cristo, podemos viver uma vida agradável a Deus. A ressurreição de Jesus corrobora isso.

Com base em nossos próprios padrões, podemos considerar nossas ações como atos de bondade. Existem extraordinários humanitários e filantropos entre os descrentes. Contudo, ninguém pode fazer o bem quando medido pelo padrão de Deus, já que tudo o que fazemos é corrompido pelo nosso toque pecaminoso. Não pode existir vitória humana sobre o pecado. Porém, se Jesus está vivo, então podemos viver por meio dele, o que torna possível, assim, a existência da santidade genuína.

Isso acontece pela *sobreexcelente grandeza do seu poder sobre nós, os que cremos, segundo a operação da força do seu poder, que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos* (Ef 1.19,20).

Paulo também escreveu:

> *De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida.*
>
> Romanos 6.4

Isso significa que todos os que creem em Jesus estão ligados a Ele de forma tal que, se permitirem, Cristo passará a viver neles. Podemos ser fracos e absolutamente impotentes, incapazes de resistir às tentações, mesmo que por um momento. Mas Ele é forte e pode ajudar-nos e livrar-nos sempre que preciso. Assim, não precisamos mais tentar alcançar vitórias apenas por meio de nossa própria força, visto que tudo depende do poder do Senhor. É desse poder que precisamos.

Torrey contou uma história para ilustrar esse ponto. Quatro homens foram escalar o lado mais difícil da montanha Matterhorn. Dois guias e dois turistas estavam amarrados juntos. Ao chegarem a um lugar particularmente difícil, o turista que estava mais embaixo escorregou e tombou de lado.

O puxão repentino na corda carregou também o guia que estava mais embaixo, bem como o outro turista, deixando, assim, os três homens pendurados sobre o vertiginoso precipício. Entretanto, o guia que estava na liderança, ao sentir o primeiro puxão na corda, cravou seu machado no gelo, prendeu o pé e segurou-se fortemente. O primeiro turista recuperou, então, o equilíbrio; logo depois, o outro guia recuperou o dele, e, em seguida, o outro turista também. Assim, continuaram a subir em segurança.

O mesmo aconteceu conosco. Enquanto a humanidade escalava os penhascos gelados da vida, o primeiro Adão perdeu o equilíbrio e precipitou-se sobre o abismo, levando consigo uma pessoa após a outra, até que toda a espécie humana ficou em perigo mortal. Mas o último Adão, Jesus, manteve-se firme. Ele se segurou fortemente. Desse modo, todos aqueles que estão ligados a Cristo por meio de uma fé viva estão seguros, e podem recuperar o equilíbrio.

## O selo sobre a vida eterna

Além de tudo o que já foi dito, a ressurreição de Jesus prova também que a morte não é o fim, visto que esta foi, de fato, derrotada por todos aqueles que, pela fé, estão unidos ao Senhor.

Quando estava aqui na terra, Cristo disse aos Seus seguidores: *E, se eu for e vos preparar lugar, virei outra vez e vos levarei para mim mesmo, para que, onde eu estiver, estejais vós também* (Jo 14.3). Isso pressupõe a ressurreição dos próprios discípulos.

Da mesma forma, o apóstolo Paulo escreveu: *Porque, se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também aos que em Jesus dormem Deus os tornará a trazer com ele* (1 Ts 4.14). Os que creem em Cristo estão

unidos a Ele pela fé de tal maneira que, se Jesus ressuscitou dos mortos, Seus seguidores também deverão fazer o mesmo. Nós, que nos unimos ao Cordeiro na morte, estaremos unidos a Ele também na ressurreição.

Nesse ponto, devemos destacar duas verdades. A primeira é que, fora da ressurreição de Jesus Cristo, não há certeza de vida após a morte. A segunda, por sua vez, é que, com base na ressurreição dele, o cristão pode ter perfeita segurança de sua vida eterna com Deus.

Os escritos filosóficos têm muitos argumentos para a imortalidade, mas, na melhor das hipóteses, oferecem apenas especulações sobre o tema. Um filósofo definiu a doutrina da imortalidade como uma vela que brilha sem muito vigor no fim de um túnel escuro. Outro a descreveu como uma estrela tenuemente brilhante na mais escura das noites.

Essa é a [volúvel] esperança filosófica da imortalidade, que não transmite segurança. É uma possibilidade, mas não uma certeza. A única evidência segura de nossa ressurreição é a ressurreição do próprio Jesus, que disse: *Ainda um pouco, e o mundo não me verá mais, mas vós me vereis; porque eu vivo, e vós vivereis* (Jo 14.19). É ela que faz toda a diferença.

No ano de 1899, dois homens famosos morreram nos Estados Unidos. Um foi um descrente que tinha feito carreira menosprezando a Bíblia e argumentando contra as doutrinas cristãs. O outro era um cristão.

O Coronel Robert G. Ingersoll, em cujo nome foram realizadas, na Universidade de Harvard, as famosas séries de palestras Ingersoll sobre imortalidade, era o descrente. Ele se foi de repente, sendo sua morte um choque absoluto para sua família.

O corpo do coronel foi mantido dentro de sua casa durante vários dias porque a esposa dele não podia suportar a ideia de separar-se do marido. O cadáver só foi removido quando começou a deteriorar-se, prejudicando, assim, a saúde da família.

Em seguida, os restos mortais foram cremados, e a exibição do crematório foi tão triste que algumas cenas foram captadas pelos jornais e apresentadas à nação. Ingersoll tinha usado seu notável intelecto para negar a ressurreição, mas, quando a morte chegou, não havia nenhuma esperança. Sua partida foi recebida pelos parentes e amigos como uma tragédia sem compensação.

No mesmo ano, o famoso evangelista Dwight L. Moody se despediu da vida, mas sua morte foi triunfante tanto para ele como para sua família. Moody estava definhando havia algum tempo, e a família permanecia com ele, em turnos. Na manhã em que morreu, seu filho, que estava de pé ao lado do leito, ouviu-o exclamar: "A terra está se afastando, o céu está se abrindo; Deus está chamando".

No livro *Philippians: An Expositional Commentary* [Filipenses: um comentário expositivo], encontramos mais detalhes desse momento:

> "Você está sonhando, pai" – disse o filho. Moody respondeu: "Não, Will, não é um sonho. Estou dentro dos portões. Vejo as faces das crianças". Por um instante pareceu que Moody estivesse se restabelecendo, mas ele começou a escapulir novamente. Ele disse: "Isso é a morte? Não é ruim; não existe vale. É uma felicidade. É glorioso". A esta altura, sua filha estava presente e começou a orar pela recuperação do pai. Ao perceber, Moody disse: "Não, não Emma, não ore por isso. Deus está chamando. Esse é o dia da minha coroação, e tenho esperado ansiosamente por isso". Logo depois, Moody foi recebido no céu. No funeral, a família e os amigos se reuniram para um culto jubiloso. Eles conversaram. Cantaram hinos. Ouviram a Palavra proclamando: *Onde está, ó morte, o teu aguilhão? Onde está, ó inferno, a tua vitória? Ora, o aguilhão da morte é o pecado,*

*e a força do pecado é a lei. Mas graças a Deus, que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo* (1 Co 15.55-57). (Boice, 1971, p. 256-57)

A morte de Moody fez parte daquela vitória.

Não quero sugerir que a morte de cada cristão seja igualmente gloriosa. Nem todos sentem a força dessas doutrinas no momento de voltarem para casa. Mas muitos sentem. A morte pode ser vitoriosa para o cristão. Não há esperança à parte da ressurreição de nosso Senhor.

## O selo sobre o julgamento

Por fim, a ressurreição de Jesus Cristo também é a garantia de um julgamento final sobre aqueles que rejeitam o evangelho. No areópago, Paulo proclamou que Deus estabeleceu *um dia em que com justiça há de julgar o mundo, por meio do varão que destinou; e disso deu certeza a todos, ressuscitando-o dos mortos* (At 17.31).

Cristo, quando estava na terra, falou sobre um julgamento final, alegando que Ele seria o Juiz. O fato de Deus tê-lo ressuscitado dentre os mortos é prova da veracidade de Sua alegação. É uma garantia de que o dia do julgamento está chegando.

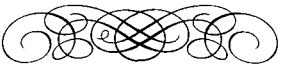
Os seres humanos imaginam que a morte é o fim de todas as coisas, principalmente quando esta atinge seus inimigos. Um mosquito nos pica e ficamos irritados; nós o golpeamos e parabenizamo-nos porque vimos o fim daquele inseto. Uma raposa invade o galinheiro e nós atiramos nela. Morto, o animal já não nos ameaça. Quando nosso inimigo morre, nós o descartamos de nossa mente.

Assim foi com Jesus Cristo. Ele veio ao mundo fazendo o bem, mas as pessoas se ofenderam tanto com Sua santidade que tentaram encontrar alguma coisa pela qual pudessem acusá-lo. Ele alegava ser o Filho de Deus; então, acusaram-no de blasfêmia. Jesus falou dos pecados do povo e afirmou que haveria um dia em que Ele julgaria toda a humanidade; eles o odiaram por causa disso.

Finalmente, Seus acusadores conseguiram matá-lo. Podemos imaginar o júbilo em Jerusalém no dia da grande festa depois da crucificação. Aqueles que tinham desprezado Jesus se parabenizaram por ter acabado com Ele. Estavam seguros, pois nunca mais precisariam suportar Sua arrogância novamente. Então, veio a ressurreição e, por meio desse ato, Deus declarou que a morte nunca seria o fim de Cristo, porque Ele é a própria vida. O mal está no mundo, mas nada que se oponha a Deus triunfará no final. O pecado foi punido na cruz, mas Jesus triunfou sobre a morte na ressurreição. Foi necessário que Cristo padecesse, mas Ele *se manifestou, para aniquilar o pecado pelo sacrifício de si mesmo* [...] *vindo, depois disso, o juízo* (Hb 9.26,27).

CAPÍTULO 17

# VERIFICANDO A RESSURREIÇÃO



Se todas as afirmações do capítulo anterior a respeito da ressurreição de Jesus forem verdadeiras, podemos dizer, sem dúvida, que o mundo jamais ouviu notícias melhores do que essas. Mas perguntamos: "É possível acreditar em notícias tão boas assim?". Essa questão conduz a uma investigação mais minuciosa sobre as evidências da ressurreição.

Alguns teólogos modernos sustentam a teoria de que não temos nenhuma necessidade de buscar evidências históricas para provar a veracidade seja da ressurreição de Jesus ou de qualquer outra questão relacionada à crença cristã. Para eles, essas coisas deveriam ser autenticadas apenas pela lógica da fé.

Por um lado, isso não deixa de ser verdade. Os cristãos sabem que sua fé não se baseia na habilidade de provar ou não a exatidão do que é narrado na Bíblia, mas sim na atividade sobrenatural do Espírito Santo, que é o responsável por levá-los a crer.

Entretanto, muitas pessoas alcançam a fé por meio de várias evidências acerca da ressurreição, sobre as quais se assentam a substância e a forma da crença cristã. Sem considerá-las, nossas experiências em relação a Cristo poderiam ser místicas ou mesmo completamente erradas.

Independente do que afirmem, temos todo o direito de investigar as evidências, visto que a própria Bíblia fala de *muitas e infalíveis provas* da ressurreição (At 1.3). Queremos analisar seis delas neste capítulo.

## AS NARRATIVAS DA RESSURREIÇÃO

As narrativas sobre a ressurreição são a primeira evidência importante de que Jesus Cristo, de fato, venceu a morte. Existem quatro delas, uma em cada Evangelho. Embora mais ou menos independentes, elas são harmoniosas, o que sugere sua credibilidade como documentos históricos.

O caráter independente das descrições é evidente devido às consideráveis variações de detalhes apresentadas por cada autor. Essa sobreposição de informações é natural simplesmente porque, na época em que os Evangelhos estavam sendo escritos, diversos relatos acerca desse acontecimento circulavam em toda a Igreja cristã. Pode ser que, por meio de uma linguagem aparentemente idêntica, um relato ou outro tenha sido feito por pessoas diferentes. Contudo, tornou-se óbvio que os quatro autores não se reuniram nem conspiraram para inventar a história da ressurreição de Cristo.

Se tivessem sentado juntos para escrever um relato fictício acerca da vitória de Jesus sobre a morte, planejando, então, os detalhes de sua história, haveria muito mais concordância de opinião do que as que encontramos, não existindo, portanto, as muitas e aparentes contradições entre os Evangelhos. Ainda

assim, se a história não fosse verdadeira e eles, separadamente, tivessem inventado seus relatos, seria impossível encontrar a concordância essencial que há entre os textos. Em outras palavras, a natureza das narrativas é o que esperaríamos de quatro relatos individuais e distintos, produzidos por testemunhas oculares, tratando do mesmo tema.

Aqui estão dois exemplos do que, até então, foi afirmado. Primeiro, existe a variedade de declarações sobre o momento em que as mulheres chegaram ao túmulo. Mateus disse que foi *no fim do sábado, quando já despontava o primeiro dia da semana* (Mt 28.1). Marcos, por sua vez, afirmou que foi *no primeiro dia da semana* [...], *de manhã cedo, ao nascer do sol* (Mc 16.2). Lucas contou que foi *no primeiro dia da semana, muito de madrugada* (Lc 24.1), enquanto João ressaltou que era *de madrugada, sendo ainda escuro* (Jo 20.1). Se estivessem fazendo seus relatos juntos, esse seria o tipo de informação que os autores teriam padronizado.

Ao contrário do que parece, não existe uma contradição de verdade. Por um lado, embora João tenha dito que estava *ainda escuro*, não necessariamente devemos entender que estava um breu. Ao lermos a próxima frase, percebemos que ele contou que Maria Madalena *viu a pedra tirada do sepulcro*. Aparentemente, as mulheres partiram quando ainda estava escuro, mas chegaram ao jardim quando o dia estava clareando.

Um segundo exemplo dessa variação de detalhes é a listagem das mulheres que fizeram a primeira visita ao jardim. Mateus disse que eram duas Marias, *Maria Madalena e a outra Maria* (Mt 28.1). Marcos, por sua vez, escreveu: *Maria Madalena, Salomé e Maria, mãe de Tiago* (Mc 16.1). Lucas referiu-se a *Maria Madalena, e Joana, e Maria, mãe de Tiago, e as outras que com elas estavam* (Lc 24.10), enquanto João mencionou apenas *Maria Madalena* (Jo 20.1).

Na verdade, um texto complementa os outros. Marcos e Lucas, por exemplo, explicam quem era a *outra Maria* que Mateus havia mencionado. Quando colocamos todos os relatos juntos, descobrimos que, naquela primeira manhã de Páscoa, quando ainda estava escuro, pelo menos cinco mulheres se dirigiram para o túmulo: Maria Madalena (que é mencionada por cada um dos escritores), Maria, a mãe de Tiago, Salomé, Joana e pelo menos outra mulher, ainda sem nome, a qual se encaixa na referência de Lucas à *outra mulher,* que inclui Salomé.

O propósito da viagem dessas mulheres era ungir o corpo de Cristo. Elas já sabiam da dificuldade que enfrentariam, já que o túmulo havia sido selado com uma grande pedra, e elas não tinham a menor ideia de como removê-la. À medida que caminhavam, o dia começou a clarear, até que, finalmente, puderam aproximar-se do túmulo, vendo, então, que a pedra tinha sido removida.

Embora a remoção da pedra facilitasse a realização do propósito daquelas mulheres, elas ficaram preocupadas, sem saber o que fazer, visto que não estavam esperando por isso. Segundo relatam, elas enviaram Maria Madalena de volta, com a missão de contar o novo acontecimento a Pedro e João, fato que o próprio João registra, embora não mencione a presença da outra mulher (Jo 20.2). Enquanto esperavam o retorno de Maria Madalena, o dia ficou mais claro e, encorajadas pela alvorada, as mulheres seguiram em frente. Viram, então, o anjo que lhes revelou a ressurreição de Jesus, enviando-as, depois, à cidade, a fim de informar os outros discípulos acerca do que havia acontecido (Mt 28.5-7; Mc 16.5-7; Lc 24.4-7).

Nesse meio tempo, Maria Madalena encontrou Pedro e João, que, imediatamente, deixaram-na para trás, correndo para o túmulo. João registrou ter visto os panos que envolveram o corpo de Jesus jogados no chão, recordando

ter sido este o momento em que, pessoalmente, creu na ressurreição do Senhor (Jo 20.3-9). Por fim, Maria Madalena retornou ao túmulo, tornando-se a primeira a ver Jesus ressurreto (Jo 20.11-18; compare com Mc 16.9).

No mesmo dia, Jesus apareceu também às outras mulheres, quando elas estavam retornando do túmulo, bem como a Pedro, aos discípulos a caminho de Emaús e aos outros que estavam reunidos naquela noite, em Jerusalém.

Dois outros fatores também sugerem a precisão histórica dos Evangelhos. O primeiro é que os textos deixam alguns problemas para o leitor que teriam sido eliminados se estes fossem fictícios. Por exemplo, os autores não tentaram esconder o problema reincidente de os discípulos nem sempre terem reconhecido Jesus em Suas aparições depois da crucificação. Maria não o reconheceu no jardim (Jo 20.14). Os discípulos a caminho de Emaús não sabiam quem Ele era (Lc 24.16).

Mesmo um tempo depois, quando Cristo apareceu a muitos dos discípulos na Galileia, nos foi dito que *alguns duvidaram* (Mt 28.17). Se o objetivo dos autores era persuadir o leitor, incluir tais detalhes foi uma decisão tola. O cético, ao ler tais relatos, dirá: "É óbvio que os discípulos não reconheceram Jesus imediatamente porque, na verdade, tratava-se de outra pessoa. Apenas os ingênuos creram, porque quiseram acreditar. Eles se autoiludiram".

Independente do que possa ser dito para reforçar esse argumento, o ponto é que tais problemas permaneceram na narrativa porque foi assim que, de fato, as coisas aconteceram. Consequentemente, eles servem, no mínimo, como forte evidência da honestidade dos autores dos relatos.

Outro exemplo de declarações que, mesmo comprometedoras, não foram retiradas dos textos bíblicos é o pedido de Cristo para que Maria não o detivesse porque Ele ainda não tinha subido para o Pai (Jo 20.17). Apesar disso, Mateus escreveu que, quando Jesus apareceu às demais mulheres, provavelmente poucos minutos depois de Sua aparição a Maria, elas *abraçaram os seus pés e o adoraram* (Mt 28.9).

Em toda a história da Igreja cristã, ninguém explicou, de maneira totalmente convincente, essa anormalidade. Contudo, apesar disso, esses fatos não foram excluídos dos Evangelhos simplesmente porque, independente de qualquer coisa, os autores estavam compromissados com a verdade.

Por fim, a simplicidade dos relatos, evidenciada na exatidão dos mesmos, é mais uma prova de sua veracidade. Se fôssemos escrever sobre a ressurreição de Cristo e Suas aparições após esta, será que resistiríamos à vontade de descrever o processo em detalhes: a descida do anjo, a remoção da pedra, ou o aparecimento do Senhor dentro dos recantos do túmulo? Poderíamos resistir ao desejo de contar como Ele apareceu a Pilatos e o confundiu? Ou como apareceu a Caifás e aos outros membros do Sinédrio judaico?

Os vários evangelhos apócrifos (o evangelho segundo Hebreus, o evangelho de Pedro, os Atos de Pilatos e outros) contêm esses elementos. Ainda assim, os autores dos Evangelhos não incluíram nenhum deles, quer pelo fato de não terem realmente acontecido, quer por não os terem testemunhado. Os Evangelhos não descrevem a ressurreição porque, na verdade, ninguém realmente a testemunhou. Os livros teriam, sem dúvida, vendido mais, mas todos os discípulos chegaram ao túmulo depois que Jesus já tinha ressuscitado.

## O TÚMULO VAZIO

Uma segunda grande evidência para a ressurreição de Jesus Cristo é o túmulo vazio. Seria possível dizer que Ele não ressuscitou, mas dificilmente daria para negar que o túmulo estava vazio. Os discípulos começaram

a pregar sobre a ressurreição logo após a crucificação e o enterro de Cristo, num momento em que aqueles a quem eles pregavam podiam, simplesmente, caminhar até o túmulo e ver se o corpo do Senhor ainda estava lá ou não.

O túmulo vazio tem sido um argumento tão formidável para provar a ressurreição de Jesus que suscitou, nos incrédulos, a necessidade de inventar uma série de teorias para desacreditá-lo. Uma delas é afirmar que as mulheres, e depois os discípulos, em vez de seguirem para o túmulo de Cristo, foram para outro lugar. É concebível que, na escuridão, as mulheres pudessem ter cometido esse erro. Mas, como já vimos, não estava totalmente escuro e, além disso, elas tinham ido lá mais cedo, estando, dessa forma, familiarizadas com o ambiente. Sem mencionar que não é possível supor que João, Pedro e, então, todos os outros discípulos pudessem cometer o mesmo erro.

Outra teoria é a chamada *teoria do desfalecimento*. De acordo com esse ponto de vista, Jesus não morreu na cruz, mas apenas desfaleceu, tendo sido dado como morto e, então, enterrado vivo. No frio da tumba, Ele acordou, moveu a pedra e saiu para aparecer como se tivesse ressuscitado.

Entretanto, essa explicação apresenta inúmeros problemas. Para começar, é difícil acreditar que um guarda romano, incumbido de uma execução, pudesse ser enganado dessa maneira; ou que a lança que perfurou o lado de Cristo não o tivesse matado, mesmo estando Ele desfalecido; ou, ainda, que Jesus, fraco, quase morrendo, pudesse ter força suficiente para remover a pedra e dominar os guardas romanos. Além disso, seria preciso supor que Cristo, nessas condições, pudesse convencer Seus discípulos de que tivesse vencido a morte.

Por fim, existem as teorias de que alguém roubou ou simplesmente removeu o corpo. Mas quem? Certamente não foram os discípulos, já que, se o tivessem feito, não estariam, mais tarde, dispostos a morrer pelo que saberiam ser uma invenção.

Também não faria sentido que as autoridades romanas e judaicas tivessem levado o corpo. Poderíamos imaginar que elas pudessem tê-lo removido, inicialmente, para guardá-lo de maneira mais apropriada, pelas mesmas razões que selaram o túmulo e afixaram um aviso:

> *Lembramo-nos de que aquele enganador, vivendo ainda, disse: Depois de três dias, ressuscitarei. Manda, pois, que o sepulcro seja guardado com segurança até ao terceiro dia; não se dê o caso que os seus discípulos vão de noite, e o furtem, e digam ao povo: Ressuscitou dos mortos; e assim o último erro será pior do que o primeiro.*
>
> Mateus 27.63,64

Se tivesse acontecido assim, as autoridades certamente teriam apresentado o corpo de Jesus mais tarde, quando os discípulos começaram sua pregação, visto que, por odiarem o evangelho, fizeram tudo o que podiam para conter sua disseminação. Prenderam os apóstolos, fizeram ameaças e até mataram alguns deles.

Nada disso teria sido necessário se os que estavam no poder, na época, pudessem ter apresentado o corpo de Cristo depois dos três dias de prazo que Ele dera para ressuscitar. A razão óbvia pela qual não o fizeram foi que não podiam fazê-lo. O túmulo estava vazio. O corpo não estava mais lá.

## Um túmulo quase vazio

De acordo com João, o túmulo não estava completamente vazio. O corpo de Jesus não estava lá, mas as faixas que o envolviam ficaram para trás. A narrativa sugere que existia algo tão extraordinário a respeito delas que João, ao vê-las, creu na ressurreição de Jesus.

Toda sociedade tem seus rituais distintos de sepultamento, como acontecia também nas culturas antigas. No Egito, os corpos eram embalsamados. Na Itália e na Grécia, geralmente, eram cremados. Na Palestina, eles eram enfaixados com faixas de linho, fechadas com especiarias desidratadas, e eram colocados em decúbito dorsal, sem caixão, em tumbas cortadas direto na rocha das montanhas da Judeia e da Galileia. Muitas dessas tumbas ainda existem, e podem ser vistas por qualquer pessoa que visite a região.

Outro aspecto antigo do enterro judaico é de interesse especial para a compreensão do relato de João sobre a ressurreição de Jesus.

Em um livro chamado *The Risen Master* [O Mestre ressurreto], Henry Latham destacou um aspecto singular dos sepultamentos no Oriente, que notou quando esteve em Constantinopla, durante o século passado. Ele disse que os funerais lá eram diferentes em vários aspectos, dependendo do *status* social e econômico da vítima, mas eram idênticos em relação a uma questão.

Latham percebeu que os corpos eram envolvidos com faixas de linho de maneira que apenas o rosto, o pescoço e a parte superior dos ombros ficassem de fora. A parte superior da cabeça era coberta por um lenço torcido como um turbante.

Diante da lentidão com que mudam os métodos de sepultamento, principalmente no Oriente, Latham concluiu que é possível que Jesus tenha sido sepultado desse jeito.

Lucas disse que, quando Jesus estava aproximando-se da vila de Naim, ainda no início de Seu ministério, Ele encontrou uma procissão de funeral saindo da cidade. O filho único de uma viúva havia morrido.

A narrativa contou que, quando Jesus ressuscitou esse jovem dentre os mortos, duas coisas aconteceram. Primeiro, o rapaz se sentou, o que indica que ele estava deitado de costas no esquife sem a "tampa". E, segundo, ele logo começou a falar. Então, as faixas não cobriam o seu rosto. Invólucros separados para a cabeça e o corpo também foram usados no sepultamento de Lázaro (Jo 11.44).

José de Arimateia e Nicodemos devem ter sepultado o corpo de Jesus de forma parecida. Este havia sido removido da cruz antes do início do Sábado judaico, sendo lavado e, então, envolvido com faixas de linho, além de 34 quilos de especiarias desidratadas. Uma delas, aloés, era uma madeira em pó, fina como areia, com uma fragrância aromática; a outra, mirra, era uma goma perfumada que seria cuidadosamente misturada ao pó.

O corpo de Jesus foi, dessa forma, envolvido pelas faixas, mas Sua cabeça, Seu pescoço e a parte superior dos ombros foram deixados descobertos. Um lenço de linho foi, então, colocado sobre a parte superior de Sua cabeça, como um turbante. O corpo, por sua vez, foi colocado dentro do túmulo, no qual permaneceu até certa hora, entre sábado à noite e domingo pela manhã.

O que teríamos visto se estivéssemos lá na hora que Jesus ressuscitou? Será que o teríamos visto movimentar-se, abrir os olhos, sentar-se e começar a lutar para livrar-se das faixas? Devemos lembrar que seria difícil livrar-se de todas. Seria isso que veríamos? De jeito nenhum. Se tivesse sido dessa forma, teríamos presenciado uma ressuscitação, e não uma ressurreição. Teria sido a mesma coisa que se recuperar de um desmaio. Jesus teria ressuscitado em um corpo natural no lugar de um corpo espiritual, mas não foi isso o que aconteceu.

Se estivéssemos presentes na tumba, no momento da ressurreição, teríamos notado que o corpo de Jesus desapareceu de repente. John Stott disse que "o corpo 'evaporou', sendo transformado em algo novo, diferente e maravilhoso" (STOTT, 1958, p. 52).

Latham mencionou que o corpo de Cristo tinha sido "transfigurado", "passando para

uma fase como a que passaram Moisés e Elias, no monte" (Latham, 1901, p. 36,54). Por isso, teríamos visto, apenas, que Ele já não estava mais lá.

O que teria acontecido então? Devido à remoção do corpo e ao peso das especiarias, as faixas de linho teriam se soltado, ficando no lugar onde o corpo de Jesus tinha estado, e o lenço, que estava em volta da cabeça do Mestre, poderia muito bem ter mantido seu formato côncavo, ficando separado das outras faixas pelo espaço antes ocupado pelo pescoço e pelos ombros do Senhor.

Foi essa cena que João e Pedro viram quando entraram no sepulcro, o que corresponde, exatamente, ao relato das testemunhas oculares. João foi o primeiro a chegar ao sepulcro aberto, nas primeiras horas da manhã, e, embora não tenha entrado logo de imediato, viu as faixas e os lençóis caídos lá. Alguma coisa acerca disso atraiu a atenção do apóstolo.

Em primeiro lugar, o fato de os panos estarem na tumba já era, por si só, significativo. João enfatizou, na frase grega, a localização deles, que poderíamos traduzir como: *E, abaixando-se, viu* ***no chão*** *os lençóis; todavia, não entrou* (Jo 20.5). Além disso, o tecido estava intacto.

A palavra que João usou (*keimena*) aparecia, também, nos papiros gregos para referir-se a coisas que foram cuidadosamente colocadas em ordem. Por exemplo, em um papiro que fazia menção a documentos legais estava escrito: "ainda não obtive os documentos, mas eles estão *ordenados*, sendo conferidos". Outro se refere a roupas que estão *lá* [organizadas], até segunda ordem. João, sem dúvida, notou que não houve nenhuma desordem no túmulo.

Quando Pedro chegou e entrou no sepulcro, certamente viu o que João tinha visto, mas o que lhe chamou a atenção foi outra coisa. O lenço que tinha envolvido a cabeça de Jesus não estava com os outros panos, mas sim *dobrado à parte* (Jo 20.7 NVI), e, de maneira ainda mais impressionante, tinha mantido o formato circular.

Poderíamos dizer que estava *torcido sobre si mesmo*, havendo, entre ele e as faixas que tinham envolvido o corpo de Cristo, um espaço considerável, segundo nos mostrou a narrativa:

> *Chegou, pois, Simão Pedro, que o seguia, e entrou no sepulcro, e viu no chão os lençóis e que o lenço que tinha estado sobre a sua cabeça não estava com os lençóis, mas enrolado, num lugar à parte.*
>
> João 20.6,7

Por fim, João entrou também no sepulcro e, quando viu o que Pedro tinha visto, ele creu. Em quê João creu? Ele poderia ter explicado assim: "Não está vendo, Pedro, que ninguém removeu o corpo ou desarrumou as faixas? Elas estão dispostas exatamente como Nicodemos e José de Arimateia as deixaram, na véspera do Sábado. Mesmo assim, o corpo desapareceu. Não foi roubado. Não foi removido. É evidente que passou através das faixas, deixando-as do jeito como as vemos agora. Jesus deve ter ressuscitado".

John Stott afirmou que "a disposição daquelas faixas provou a realidade e indicou a natureza da ressurreição" (Stott, 1958, p. 53).

## As aparições depois da ressurreição

Uma quarta evidência para a ressurreição é o fato óbvio de que Jesus foi visto pelos discípulos. De acordo com os vários relatos, Ele apareceu primeiro a Maria Madalena, e, então, a outra mulher que estava retornando da tumba. Mais tarde, apareceu a Pedro, aos discípulos a caminho de Emaús e aos dez que estavam reunidos no cenáculo.

Uma semana depois, voltou a aparecer, dessa vez aos 11 discípulos, incluindo Tomé, a Tiago e mais de 500 irmãos de uma vez

(1 Co 15.6), bem como a um grupo de discípulos que estava pescando no lago da Galileia, àqueles que testemunharam a ascensão realizada no monte das Oliveiras, próximo de Jerusalém, e, por último, a Paulo, que alegou ter visto Cristo na estrada para Damasco.

Durante os dias que se seguiram à ressurreição, todas essas pessoas passaram do desespero debilitante e vazio a uma convicção firme e alegre. Nada explica isso, a não ser o fato de que elas tenham, verdadeiramente, visto Jesus.

Ao longo do último século, um conhecido crítico do evangelho, Ernest Renan, escreveu que a crença na ressurreição de Cristo surgiu a partir da paixão de uma mulher alucinada, querendo dizer que Maria Madalena, por estar apaixonada por Jesus, iludiu-se pensando que o tivesse visto vivo quando, na verdade, tinha visto apenas o jardineiro. Isso é ridículo.

A última pessoa no mundo que Maria (ou qualquer um dos outros) esperava ver era Jesus. A única razão pela qual ela havia ido ao túmulo fora para ungir o corpo dele. Além disso, mesmo se ela tivesse se iludido a respeito da ressurreição, não existe evidência alguma de que os discípulos pudessem ter seguido a mesma rota, ou que pudessem prever qualquer coisa do tipo.

Muitos se desesperaram. Alguns, como os discípulos a caminho de Emaús, estavam dispersos. Tomé, por exemplo, estava firme em sua descrença. Mesmo assim, poucos dias após a alegada ressurreição do Senhor, todos estavam convencidos do que previamente tinham julgado impossível, saindo para contar o que acontecera, e persistindo em suas convicções, mesmo em face de ameaças, perseguição e morte.

Um exemplo claro do poder de convencimento da aparição de Jesus é o que aconteceu com os discípulos a caminho de Emaús. Um deles, chamado Cleopas, foi identificado (Lc 24.18).

Se esse é o mesmo Clopas mencionado em João 19.25, podemos afirmar saber que o nome da esposa dele era Maria, e que ela estava em Jerusalém, havendo sido testemunha da crucificação com as outras mulheres, sendo provável que tenha voltado para Emaús com ele na primeira manhã de Páscoa.

A importância dessa identificação reside no fato de que Maria, e, talvez, o próprio Cleopas, tendo testemunhado a crucificação, não poderia ter nenhuma dúvida acerca da morte de Jesus. Ela havia visto os pregos atravessando as mãos de Cristo, bem como a cruz erguida. Ela viu o sangue. Por fim, ela viu a lança perfurando o lado de Jesus. Depois disso, Maria certamente voltou para onde estava hospedada.

Com a chegada da Páscoa, ela e o marido, como bons judeus, seguiram suas tradições, esperando, com tristeza, a hora de voltar para casa. Eles esperaram do dia da crucificação até o dia da ressurreição porque, provavelmente, as mesmas restrições do Sábado que impediram as mulheres de ir ao sepulcro para ungir o corpo de Cristo também os impediram de regressar para Emaús.

Na manhã de domingo, Maria, possivelmente, encontrava-se entre as mulheres que haviam ido à tumba para ungir o corpo do Senhor. Se tiver sido assim, podemos dizer que ela viu os anjos, voltou para contar a Cleopas e, então, para surpresa de muitos, continuou, junto ao marido, a preparar sua volta a Emaús. Nem lhes passou pela cabeça buscar evidências da ressurreição corporal de Cristo!

Além disso, durante o tempo em que Cleopas e Maria estavam preparando-se para partir, Pedro e João foram até o sepulcro e entraram na tumba, sendo este o momento em que João creu na ressurreição de Cristo,

mesmo não tendo entendido tudo o que ela significava. Os discípulos retornaram, contaram o fato a Cleopas, a Maria e aos outros que tinham visto Jesus, e, então, Cleopas e Maria voltaram a fazer as malas, partindo, em seguida, para Emaús.

Será que esse humilde casal palestino creu na ressurreição de Cristo? Certamente que não. Será que passaram a crer, como acabaram fazendo, por causa de pensamentos fantasiosos ou por causa de alucinações? Não. Eles estavam tão tristes com a morte de Jesus, tão miseráveis, tão preocupados com a realidade da crucificação, que não separaram nem 20 ou 30 minutos para investigar, pessoalmente, as notícias sobre a ressurreição.

Há quem defenda a teoria de que eles não devem ter ouvido as notícias, e de que essa história estava sendo, em parte, inventada. A dúvida foi respondida pelas palavras de Cleopas. Quando Jesus apareceu a eles na estrada, perguntando-lhes o motivo de sua tristeza, Cleopas, após falar sobre a crucificação, acrescentou:

> *Algumas das mulheres entre nós nos deram um susto hoje. Foram de manhã bem cedo ao sepulcro e não acharam o corpo dele. Voltaram e nos contaram que tinham tido uma visão de anjos, que disseram que ele está vivo. Alguns dos nossos companheiros foram ao sepulcro e encontraram tudo exatamente como as mulheres tinham dito, mas não o viram.*
>
> Lucas 24.22-24 NVI

O que explica a crença na ressurreição de Cristo por parte dos discípulos? Nada, a não ser a ressurreição propriamente dita. Se não conseguimos explicar a crença dos discípulos, passamos a ser confrontados com o maior enigma da história. Contudo, se a explicamos com respaldo na verdadeira ressurreição e nas reais aparições do Senhor ressuscitado, o cristianismo passa a ser compreensível, oferecendo uma certeza de esperança para todos.

## Os discípulos transformados

Uma quinta evidência para a ressurreição resulta do que acabou de ser dito: o caráter transformado dos discípulos.

Tomemos Pedro como exemplo. Antes da ressurreição, ele estava em Jerusalém, em silêncio, seguindo de perto o grupo de prisioneiros. Naquela noite, negou Jesus três vezes. Mais tarde, estava em Jerusalém, temeroso, trancado com os demais discípulos. Mas tudo é alterado após a ressurreição. Em seguida, Pedro começou a pregar corajosamente, como podemos perceber em seu primeiro sermão, no dia de Pentecostes:

> *Varões israelitas, escutai estas palavras: A Jesus Nazareno, varão aprovado por Deus entre vós com maravilhas, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis; a este que vos foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, tomando-o vós, o crucificastes e matastes pelas mãos de injustos; ao qual Deus ressuscitou, soltas as ânsias da morte, pois não era possível que fosse retido por ela.*
>
> Atos 2.22-24

Poucos capítulos adiante, ainda em Atos, nós encontramos Pedro diante do Sinédrio judaico dizendo: *Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos antes a vós do que a Deus; porque não podemos deixar de falar do que temos visto e ouvido* (At 4.19,20).

Torrey afirmou:

> Algo extraordinário deve ter acontecido para explicar uma transformação moral tão radical e surpreendente como essa [de Pedro]. Nada menos do que o fato de ele comprovar a

> ressurreição, de ter visto o Senhor ressuscitado, explicaria isso. (TORREY, 1904-1906, p. 92)

Outro exemplo foi Tiago, irmão de Jesus. Em um determinado momento, nenhum dos irmãos de Jesus acreditava nele (Jo 7.5). Jesus uma vez declarou: *Não há profeta sem honra, a não ser na sua pátria e na sua casa* (Mt 13.57). Mas, tempos depois, Tiago também passou a crer (compare At 1.14). O que causou essa mudança? Sem dúvida, ele só pôde libertar-se da incredulidade ao ver Jesus ressurreto, como está registrado em 1 Coríntios 15.7.

## O NOVO DIA DA ADORAÇÃO CRISTÃ

A última evidência para a ressurreição de Jesus Cristo, muitas vezes esquecida, é a mudança do dia regular de culto cristão do *Sabbath* judaico (Sábado) para o domingo, primeiro dia da semana. Poderia qualquer coisa ser mais rígida na tradição religiosa do que separar o sétimo dia para adoração, como praticado no judaísmo? Dificilmente.

A santificação do sétimo dia, na Lei de Moisés, tinha sido praticada durante séculos. Mesmo assim, desde o início, vemos os cristãos, embora judeus, rejeitando o Sábado como seu dia de adoração para, em vez disso, adorar no domingo.

O que pode explicar isso? Não existe nenhuma profecia que justifique esse feito, bem como nenhuma declaração de um conselho da Igreja primitiva. A única causa apropriada para tal é a ressurreição de Jesus Cristo, acontecimento importante ao ponto de produzir, imediatamente, as mudanças mais profundas, não apenas no caráter moral dos primeiros cristãos, mas nos seus hábitos de vida e nas suas formas de adoração também.

Certa vez, conversando com um pastor acerca de sua vida espiritual, começamos a falar de ressurreição. Ele confessou que, ao terminar o seminário, não tinha uma convicção real em relação ao evangelho de Cristo. Provavelmente, acreditava em algumas coisas de maneira intelectual, mas não permitia que elas entrassem em seu coração.

Em suas reflexões acerca da ressurreição, esse pastor disse que, à medida que lutava para entender os relatos e as perguntas que atormentavam sua mente, descobriu, em primeiro lugar, uma estranha felicidade e uma especial tranquilidade, o que lhe indicou que, embora ainda sem respostas, pelo menos ele estava no caminho certo.

Conforme estudava, começou a compreender a importância da questão. Ele entendeu que, se Jesus ressuscitou dentre os mortos, tudo o mais registrado sobre Ele no Novo Testamento é realmente verdadeiro, não havendo, portanto, nenhuma razão boa o suficiente para rejeitá-lo. Por outro lado, concluiu que, se Jesus não tivesse ressuscitado, o melhor a fazer seria largar o ministério.

Diante de sua conclusão, ele decidiu buscar respostas: leu livros, visitou o seminário onde havia estudado, conversou com seus professores e, no final dessa busca, disse que ficou convencido de que Jesus, de fato, havia ressuscitado como a Bíblia declara, afirmando que todas as outras doutrinas de fé são sustentadas por esse fato.

Curiosamente, ele chegou a essa conclusão várias semanas antes da Páscoa daquele ano e, quando esta chegou, levantou-se na igreja para proclamar sua fé pessoal nessas coisas. Mais tarde, membros da sua congregação disseram que eles nunca tinham ouvido uma pregação assim antes, e vários acreditaram em Cristo como resultado do que havia sido pregado.

Assim aconteceu com muitas pessoas: juristas como Frank Morison, Gilbert West, Edward Clark e J. N. D. Anderson; eruditos como James Orr, Michael Ramsey, Arnold H. M. Lunn, Wolfhart Pannenburg e Michael Green.

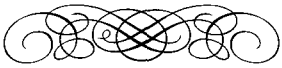
Green disse que "as evidências em favor desse fato extraordinário são impressionantes"(Green, 1968, p. 109).

Ramsey escreveu: "Essa doutrina era tão nova e estranha às expectativas dos homens que parece difícil duvidar que somente eventos históricos pudessem tê-la criado" (Ramsey, 1945, p. 19).

Jesus ressuscitou dentre os mortos? Se a resposta for *sim*, então, Ele é o Filho de Deus e nosso Salvador. Cabe a nós crermos nele e segui-lo.

CAPÍTULO 18

# ELE ASCENDEU AO CÉU



É sempre difícil medir a própria maturidade espiritual, mas podemos avaliá-la, de maneira geral, por meio da imagem dominante que temos de Cristo. Por exemplo, algumas pessoas pensam em Jesus apenas no que diz respeito à Sua encarnação. Elas têm em mente a imagem de um Cristo ainda bebê, deitado numa manjedoura. Embora o Senhor, ao encarnar, tenha passado pelo estágio de bebê, Ele se tornou homem, devendo, na fase adulta, ser lembrado como tal.

Outros têm sempre em mente a imagem de Jesus crucificado. Isto se deve à importância de Seu sacrifício no Calvário, visto que Ele nasceu para morrer em nosso lugar: *O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e para dar a sua vida em resgate de muitos* (Mt 20.28).

Entretanto, esse retrato mental não é bom o suficiente. Jesus não está mais morto. É preciso que pensemos nele como o Cristo ressurreto, pois é este, e não o morto na cruz, que fala pacificamente com Seus discípulos, comissionando-os com a tarefa de evangelizar o mundo.

Tendo falado sobre a ressurreição, é narrada, na Bíblia, a ascensão de Cristo ao céu, onde, agora, Ele está assentado à direita do Pai, presidindo sobre Sua Igreja e aguardando o dia no qual voltará, em poder e grande glória, para julgar os vivos e os mortos.

No Novo Testamento há muitas referências à ascensão de Cristo.

No Evangelho de João lemos que Jesus perguntou aos discípulos: *Que seria, pois, se vísseis subir o Filho do Homem para onde primeiro estava?* (Jo 6.62).

Para Maria Madalena, Ele disse: *Não me detenhas, porque ainda não subi para meu Pai, mas vai para meus irmãos e dize-lhes que eu subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus* (Jo 20.17).

Em Atos, o momento em que Cristo subiu ao céu foi recontado com detalhes circunstanciais: *E, quando dizia isto, vendo-o eles, foi elevado às alturas, e uma nuvem o recebeu, ocultando-o a seus olhos* (At 1.9).

O mesmo relato é encontrado no extenso final do Evangelho de Marcos (16.19), e em Lucas 24.51.

Mais adiante, nas epístolas, a ascensão foi chamada de plenitude da obra de Cristo:

> *Quem os condenará? Pois é Cristo quem morreu ou, antes, quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós.*
>
> Romanos 8.34

> *Portanto, se já ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas que são de cima, onde Cristo está assentado à destra de Deus.*
>
> Colossenses 3.1

Em Hebreus, encontramos diversos momentos em que esse tema, bem como a atual

posição de Cristo no céu, foram mencionados (Hb 1.3; 6.20; 8.1; 9.12,24; 10.12; 12.2; 13.20).

Em 1 Timóteo, por sua vez, a ascensão foi colocada dentro da perspectiva completa da obra de Cristo:

> *E, sem dúvida alguma, grande é o mistério da piedade: Aquele que se manifestou em carne foi justificado em espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo e recebido acima, na glória.*
>
> 1 Timóteo 3.16

O fato de esse tema ser mencionado com tanta frequência no Novo Testamento é uma indicação clara da relevância da ascensão de Cristo, mas não explica o que a torna importante ou como ela está relacionada a nós.

No entanto, também encontramos, nesses versículos, o significado da ascensão em três principais áreas, as quais estão dispostas, de maneira sucinta, no conhecido Credo dos apóstolos: "Ele subiu ao céu e assentou-se à direita do Pai todo-poderoso, de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos".

## Ascensão ao céu

A primeira ideia sugerida pela ascensão de Jesus é a de que o céu é um lugar real, embora isso não signifique que seja possível descrevê-lo adequadamente, mesmo com a ajuda de vários símbolos bíblicos.

Em Apocalipse, por exemplo, está escrito que os salvos viverão numa cidade de alicerces sólidos, com ruas de ouro, na qual a luz nunca deixará de brilhar. Contudo, o céu não é necessariamente uma cidade, sendo essa linguagem, muitas vezes, simbólica.

A palavra *cidade* nos remete ao conceito de um lugar ao qual pertencemos, um lar. A menção aos *alicerces* transmite a ideia de permanência. O *ouro* nos remete àquilo que é precioso, e *luz* lembra a presença eterna e prazerosa de Deus.

Contudo, ao reconhecermos esse simbolismo, não pretendemos cometer o erro de supor que o céu não seja, portanto, um lugar de verdade, com uma localização talvez tão real como a de Nova Iorque ou a de Londres, por exemplo. Os explícitos ensinamentos de Cristo, bem como Sua ascensão, destinam-se a ensinar essa realidade.

Algumas pessoas afirmam que, como Deus é espírito, ou seja, sem forma corporal, o céu deve ser entendido apenas como algo espiritual. Todavia, essa suposta imaterialidade, segundo a qual o céu estaria em todos os lugares e em lugar nenhum, não condiz com o que está escrito na Bíblia. Reconhecemos as limitações de falar sobre algo completamente além de nossa experiência atual, mas, ao mesmo tempo, notamos que, embora Deus Pai não tenha uma forma concreta e visível, a segunda pessoa da Trindade teve.

[Um dia, ao vir a terra] Jesus se tornou homem e [mesmo após Sua glorificação] continuará com Sua humanidade por toda a eternidade.

Embora bem diferente do que estamos acostumados, nós também teremos um corpo glorificado após a nossa ressurreição. Esse corpo será como o corpo ressurreto de Cristo, capaz de atravessar portas fechadas, por exemplo. Ainda assim, será um corpo de verdade e, independente das características misteriosas que assuma, deverá ocupar um espaço. O céu é o lugar para onde irão os salvos.

A segunda ideia sugerida é a que conecta a ascensão de Cristo à Sua obra atual, como Ele próprio ensinou. Um aspecto desta é o *envio do Espírito Santo*, que deveríamos compreender não apenas como algo ocorrido no passado, no Dia de Pentecostes, mas também como uma ação contínua que visa cumprir o propósito do Senhor neste mundo. Disse Jesus: *Vos convém que eu vá, porque, se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, se eu for, enviar-vo-lo-ei* (Jo 16.7).

Outro aspecto relevante é a intercessão de Cristo em favor de Seu povo, responsável por ressaltar Seu caráter intercessor como Sumo Sacerdote celestial.

Além disso, pensar na atual obra de Cristo nos faz lembrar de Sua promessa aos discípulos, segundo a qual Ele estava indo para junto do Pai a fim de *preparar um lugar* para eles (Jo 14.2,3). Apesar de não sabermos o que Jesus está fazendo a esse respeito, visto que não podemos visualizar o que acontece no céu, sabemos que, de alguma forma, Ele está preparando um lugar na eternidade para nós. Isso nos assegura o interesse atual do Senhor para conosco, bem como Sua atividade em nosso favor.

## ASSENTADO À DIREITA

Além da afirmação de que Jesus ascendeu ao céu, também é dito, no Credo apostólico, que Ele está assentado à direita de Deus Pai todo-poderoso. Originado a partir da tradição monárquica, segundo a qual somente pessoas favorecidas pelo rei poderiam sentar-se ao lado deste, o assentar-se de Cristo ao lado de Deus reflete não apenas a honra dada a Ele, mas também Seu papel no governo do Pai.

A honra atribuída a Jesus é claramente mencionada em muitos lugares na Bíblia, como podemos ler em Hebreus 1.3:

> *O qual, sendo o resplendor da sua glória, e a expressa imagem da sua pessoa, e sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, havendo feito por si mesmo a purificação dos nossos pecados, assentou-se à destra da Majestade, nas alturas.*

Segundo Charles Hodge:

> O motivo da exaltação de Cristo é duplo: em primeiro lugar, a posse de atributos pelos quais Ele foi honrado por Deus, qualificando-se para exercer o domínio absoluto e universal; e, em segundo lugar, Seu trabalho como mediador. (HODGE, 1960, p. 635)

No segundo capítulo de sua carta aos Filipenses, apesar de Paulo não ter usado especificamente a frase *assentado à direita do Todo-poderoso*, também podemos inferir a honra dada por Deus a Jesus, bem como o motivo pelo qual Ele foi honrado, visto que, de acordo com o texto, Cristo, apesar de ser igual a Deus, esvaziou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte para nossa salvação:

> *Pelo que também Deus o exaltou soberanamente e lhe deu um nome que é sobre todo o nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai.*
>
> Filipenses 2.9-11

A posição de Cristo à direita do Pai refere-se também à atual *autoridade* do Senhor sobre o mundo e a Igreja, tema sobre o qual Ele falou após Sua ressurreição e antes de Sua ascensão:

> *É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos. Amém!*
>
> Mateus 28.18-20

É impossível medir a extensão do poder de Cristo, pois Deus não afirma que lhe deu *alguma*, mas *toda* autoridade. Além disso, para evitar que, erroneamente, nós a minimizemos, é ressaltado que Cristo tem *todo o poder no céu e na terra.*

A afirmação anterior poderia significar apenas que Seus feitos na terra seriam reconhecidos no céu também. Se assim fosse, esta seria uma boa declaração da divindade de Cristo, já que essa autoridade é a mesma de Deus. Entretanto, é provável que a declaração de Cristo seja ainda mais profunda.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que, quando lemos na Bíblia termos como *poderes* ou *autoridades* celestiais, o texto geralmente está relacionado a poderes espirituais ou poderes demoníacos. O mesmo acontece nas passagens que abordam o tema da vitória de Cristo por meio de Sua morte e ressurreição:

> *Porque não temos que lutar contra carne e sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste século, contra as hostes espirituais da maldade, nos lugares celestiais.*
> Efésios 6.12

De modo semelhante, os versículos situados no início da mesma carta falam da grandeza do poder de Deus:

> *Que manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e pondo-o à sua direita nos céus, acima de todo principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro.*
> Efésios 1.20,21

Quando colocamos a declaração de Cristo, registrada no capítulo 28 do Evangelho de Mateus, no contexto das afirmações feitas em Efésios, percebemos que a autoridade dada a Jesus não se limita a uma simples confirmação de Seu poder terreno no céu. Trata-se de uma autoridade superior a todas as demais, sejam elas de natureza espiritual ou de qualquer outra, o que fica provado por meio de Sua ressurreição. Por conseguinte, enquanto estivermos empenhados no serviço de Cristo, não deveremos ter medo de Satanás ou de qualquer outra pessoa.

Em segundo lugar, Jesus afirma que tem autoridade sobre *tudo* na terra. Essa declaração nos conduz a várias conclusões. Uma delas é que Cristo tem autoridade sobre nós, Seus seguidores. Se verdadeiramente somos povo de Deus, devemos confessar a Ele nossa condição pecadora, reconhecendo que Seu Filho é o divino Salvador. Precisamos, também, aceitar o sacrifício de Cristo por nós, comprometendo-nos a segui-lo como Senhor.

Afirmar que Jesus é nosso Senhor e Salvador sem reconhecer Sua autoridade sobre cada área da nossa vida é hipocrisia. Certamente, existem outras autoridades legítimas sobre nós que, embora menos importantes que Cristo, também devem ser respeitadas, entre elas a autoridade dos pais sobre os filhos, dos ministros na igreja e dos governantes. Mas Jesus é o Rei dos reis e Senhor dos senhores, e Sua autoridade é soberana.

A autoridade de Cristo também é sobre os que ainda não são cristãos. Ela se estende a todas as *nações* às quais Ele nos envia a anunciar o evangelho (Mt 28.19).

Por outro lado, isso significa que a obediência ao nosso Senhor deve tornar-se uma prática mundial. Ninguém está fora da esfera de Sua autoridade, nem isento das Suas ordens. Contudo, a autoridade de Cristo não deixa de ser uma demonstração de Sua capacidade de fazer com que nossos esforços frutifiquem, já que, quando os cristãos utilizam Sua autoridade, passam a crer no Senhor e a segui-lo.

John Stott comentou sobre isso em um de seus livros:

> A base fundamental de todo projeto missionário cristão é a autoridade universal de Jesus, válida tanto no céu como na terra. Se ela estivesse limitada a terra, se Cristo fosse apenas um dos muitos estudiosos religiosos, um dos

> muitos profetas judeus ou uma das muitas encarnações divinas, não teríamos qualquer respaldo para apresentá-lo às nações como Senhor e Salvador do mundo.
>
> Por outro lado, se a autoridade de Jesus estivesse limitada ao céu, se Ele tivesse sido responsável pela queda decisiva dos principados e das potestades, ainda poderíamos anunciá-lo às nações, mas nunca seríamos capazes de abrir-lhes os olhos e convertê-las das trevas para a luz, do poder de Satanás para Deus. Somente pelo fato de ser atribuída a Cristo toda a autoridade sobre a terra é que devemos levar o evangelho a todas as nações. E, só porque toda a autoridade no céu é também Sua, temos qualquer esperança de sucesso. (STOTT, 1967, p. 46)

## PARA JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS

Por fim, no que tange à visão que temos a respeito de Cristo, devemos ter em mente a última imagem mencionada no Credo apostólico: a que mostra Jesus vindo do céu para julgar os vivos e os mortos.

O tema do julgamento divino não é muito agradável aos cristãos, fato que se torna evidente diante da reação de grande parte deles quando confrontados com a realidade da ira de Deus. Podemos falar sobre o amor, a graça, a misericórdia, o cuidado, a compaixão e a força do Senhor. Podemos dizer que Ele é a resposta para todo e qualquer problema que tivermos, e que é suficiente para socorrer-nos em todas as emergências. Entretanto, falar sobre Deus como justo Juiz e de Jesus Cristo como Advogado é tão ofensivo para a nossa cultura que muitos deixam essa doutrina de lado.

Como poderíamos ignorar o fato de que, um dia, o poderoso e santo Deus do universo julgará nossos pecados? Se isso não acontecesse, o nome do Senhor seria desonrado. Não poderíamos falar sobre um Deus santo, justo e soberano se Ele permitisse que o pecado continuasse existindo indefinida e incontrolavelmente, como parece que tem permitido até hoje.

Em alguns momentos, o pecado, de certa forma, é punido neste mundo, pois ele tem seus mecanismos de autodestruição embutidos. Mas, para sermos honestos, não são raras as ocasiões em que boas pessoas sofrem e malfeitores escapam ilesos das consequências de seus erros.

Embora a maldade seja ocasionalmente punida, é inegável o fato de que, *neste mundo*, as pessoas nem sempre são devidamente recompensadas por suas ações, sejam elas boas ou más. Assim, se não houver um julgamento final no qual as injustiças desta vida sejam corrigidas, não podemos considerar que Deus seja, de fato, justo. Não existe justiça em nada fora dele.

Contudo, de acordo com os ensinamentos bíblicos, existe justiça e, por isso, haverá um julgamento. Sem dúvida, pensar o conceito de justiça divino é assustador. No que se refere à justiça, o sistema de Deus é muito mais complexo que o oferecimento de recompensa por alguma boa ação ou de punição por alguma má ação em particular. Segundo a Bíblia:

> *Não há um justo, nem um sequer. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a Deus. Todos se extraviaram e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um só.*
>
> Romanos 3.10-12

O julgamento de Deus recai, de maneira muito justa, diretamente sobre nós. O que devemos fazer, então? Como nos posicionaremos diante de Cristo quando esse momento chegar?

No livro de Atos, há uma linda citação a respeito da postura que os cristãos fiéis poderão adotar diante de Deus quando forem

julgados: os que creram e obedeceram a Cristo o encontrarão, milagrosamente, não como Juiz, mas como Redentor.

É por meio do testemunho de Estêvão que podemos conhecer essa visão de Cristo. Ele foi um pregador comum em Jerusalém que, por seu afinco e dedicação, conquistou o ódio das autoridades ao ponto de estas o apedrejarem até à morte. No entanto, antes de morrer, o Senhor concedeu a ele uma visão do Cristo celestial, não sentado no trono do juízo à direita do Pai, mas de pé, ao lado de Deus, dando-lhe as boas-vindas na glória.

O testemunho de Estêvão foi este: *Eis que vejo os céus abertos e o Filho do Homem, que está em pé à mão direita de Deus* (At 7.56).

Ao morrer, ele repetia suas próprias orações ao Senhor: *Senhor Jesus, recebe o meu espírito* (v. 59) e *Senhor, não lhes imputes este pecado* (v. 60).

Resumo este capítulo dizendo que Jesus é a fonte na qual todo bem espiritual pode ser encontrado. É como Calvino escreveu:

> Se o que buscamos é força, ela reside no Seu domínio; se pureza, na Sua concepção. Se gentileza, ela aparece em Seu nascimento, porque, por meio deste, Ele foi feito como nós em todos os aspectos (Hb 2.17), a fim de que pudesse aprender a sentir nossas dores (cf. Hb 5.2). Se o que buscamos é redenção, ela reside na Sua paixão; se absolvição, na Sua condenação; se remissão da maldição, em Sua cruz (Gl 3.13). Se satisfação, no Seu sacrifício; se purificação, no Seu sangue; se reconciliação, em Sua descida ao inferno; se mortificação da carne, em Seu túmulo; se novidade de vida, na Sua ressurreição; se imortalidade, na mesma; se a herança do Reino celestial, na Sua entrada no céu; se proteção, se segurança, se oferta abundante de todas as bênçãos, em Seu Reino; se expectativa tranquila do juízo, no poder concedido a Ele para julgar. (Calvino, 1960, p. 527-28)

Diante da obra e da pessoa de Cristo, não é preciso buscar por bênçãos espirituais em qualquer outro lugar. É sábio confiar apenas nele.